

INSTITUTO HISTÓRICO da Ilha Terceira

B O L E T I M



INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

SEDE

Angra do Heroísmo — Edifício da Junta Geral do Distrito Autónomo

DIRECÇÃO

Presidente — *Dr. Luis da Silva Ribeiro*

Tesoureiro — *Dr. Teotónio Machado Pires*

Secretário — *Tenente-Coronel José Agostinho*

Publicação subsidiada pela Junta Geral do Distrito
Autónomo de Angra-do-Heroísmo

A publicação de qualquer trabalho não significa concordância do Instituto com as doutrinas, idéas ou conclusões nele contidas, que são sempre da responsabilidade exclusiva do autor.

(Art. 17.º do Regulamento do Instituto)

TÔDA A CORRESPONDÊNCIA DEVE SER DIRIGIDA
À DIRECÇÃO DO INSTITUTO

Composto e impresso na Tipografia Andrade; Rua Lisboa, 115, Angra do Heroísmo

BOLETIM

DO

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

Vol. V

1947

O problema da descoberta e povoamento dos Açores e em especial da Ilha Terceira

Pelo Dr. MANUEL DE MENEZES

Embora o assunto tenha sido estudado e debatido por tantos, não foi fácil, até ao presente, emitir opinião decisiva sobre o caso.

Formular parecer em tamanho enredo de apreciações, torna-se quasi impossível. Como não foi fácil estabelecer uma uniformidade de vistas, a dúvida ficou sempre a mesma.

Para a Terceira, e para as outras ilhas dos Açores, permanece-se sempre num capítulo de obscuridades da história, e nele se continuará, à falta de dados em que se apoie com segurança, se na mesma interpretação se persistir.

Afigura-se-me que só por novos caminhos de dedução, se podem fazer conjecturas de modo a esclarece-lo, e é isso que vamos tentar.

Mas antes, vale a pena recordar, o que pensaram todos aqueles, que ao caso, anteriormente, dedicaram a sua atenção, e considerar de novo os elementos em que se basearam.

O problema posto para a Terceira, encontra as mesmas dificuldades e obscurcimentos para todas as outras ilhas dos Açores.

Penso mesmo, que ele precisa ser visto em conjunto para todas elas, porque para cada uma, de per si, se não encontra também explicação que satisfaça.

Os dois problemas, da descoberta, ou reconhecimento como melhor parece, e do povoamento, envolvem-se para todas nas mesmas incertezas e contradições. Não se podem dissociar e apreciar em separado, para sobre qualquer deles se poder formar opinião, tendente a esclarecer as incógnitas que subsistem para cada um.

As ilhas, nascidas da mesma convulsão geológica, não podem separar-se daquela ligação genésica, que desde o início as uniu. O que respeita a uma, a todas as outras interessa também.

Não se pode compreender o descobrimento de uma, sem relação com as outras; menos se pode explicar o povoamento de qualquer delas, sem que as outras entrem também no assunto.

A separação desses dois problemas, postos com apreciação isolada para cada uma das ilhas, foi apenas um desvio do espírito. Tem-se procurado esclarecer pela parte menor, o que se não consegue desvendar para o todo.

Sob novo aspecto trazemos agora o assunto à apreciação, procurando na compreensão do conjunto, reunir os elementos necessários e precisos, que se possam depois dissociar, para o que de particular e diferente e cada uma interessa.

Nessa ordem de ideias, teremos de considerar a documentação dos arquivos, já debatida por tantos, e tudo o que se acha escrito nas crônicas nacionais e açoreanas, com particular atenção pelas que à ilha Terceira se referem, revendo assim todo o problema e todas as apreciações, até hoje emitidas, pelos que estudaram e conjecturaram sobre tão confuso problema.

Por essa razão, talvez mesmo se torne preciso, chamar documentos e datas, a depor por mais de uma vez.

Que sirva a justificação para o enfado da insistência. O intuito é fazer luz, para esclarecer tão emaranhado caso.

Na resolução da equação, o valor da incógnita que se achar, será, quando muito, mais uma tentativa de solução do que um valor real. Será apenas mais um relativo de conjectura, porque o absoluto da verdade, ficou no segredo dos túmulos, dos que viveram esses episódios.

OPINIÕES SÔBRE A TERCEIRA

Propriamente para a Terceira, a escassez dos dados documentais e a confusão que suscita muitos dos que existem, tornam o problema extraordinariamente complicado e dificultoso. Tanto, que apreciado isoladamente, o descobrimento e a colonização desta ilha, subsistem sempre as mesmas razões para o considerar insolúvel.

O caso da Terceira, envolvido em tão densa imprecisão desde o início da sua revelação na crónica nacional, leva-nos a pensar que, de facto, com ela houve algum mistério, propositadamente occulto ao conhecimento dos sucessos daqueles tempos.

Procurar essas razões, ordena-las em relação com determinados factos averiguados, e aprecia-los de seguida, na seriação da documentação que os refere, parece-me proceder principal ao dispor todos os factores do problema a solucionar.

Ainda dentro dessa orientação, não pode deixar de ter cabida, tudo que se nos afigura de fantasia e incongruência, nos relatos dos primeiros cronistas açoreanos. Na própria inconsistência dos seus conceitos, se revela também esse mistério.

Aceita-lo para o desvendar, parece ser o melhor caminho a seguir.

Todos eles colheram, no que ficou na tradição popular ou na própria recordação das pessoas antigas, que ainda puderam ouvir, a essência dos seus relatos. O seu valor será também apreciado.

O que narra Gaspar Frutuoso, que os ouviu passado o primeiro século da colonização, ou logo a seguir, ao findar o segundo, o que chegou ao conhecimento de António Correa da Fonseca e sobretudo de Fr. Diogo das Chagas, tudo tem valor.

Todos merecem entrar no baralho desta dúvida, para os tornar a dar de novo, num melhor esclarecimento do jogo. Não mudamos de cartas ; com as mesmas jogamos.

Valem tanto, que só com eles, poderíamos fixar desde já, duas datas bem próximas para o início da colonização da Terceira — os anos de 1449 ou 1450.

Mas a certeza histórica deseja mais. O objectivo da investigação é a precisão da data e a interpretação do successo.

Ao percorrer os livros antigos que existem na ilha, e creio que a

todos vi, encontramos indicações, até categóricas, indicando aqueles anos, mas razões que o fundamentem, também em nenhum as achamos.

São livros essencialmente genealógicos, onde ha mais a preocupação de enaltecer as ascendências dos que ficaram, do que o cuidado de caracterizar os factos em relação aos homens que neles interviram.

É assim, que no livro da casa do morgado Barcelos, volumoso manuscrito, onde se intercalam com dados, que se não encontram nos outros, trechos copiados do — *Espelho Cristalino* — de Fr. Diogo das Chagas, da — *História Insulana* — do P.^e Cordeiro, e até das — *Saudades da Terra* — de Gaspar Frutuoso, deparamos com o — *Capitulo da Entrada e Descobrimto da Ilha 3.^a no anno de 1449*, onde começa a descrever a genealogia dos primeiros povoadores, mas sem apresentar qualquer consideração a justificar a data indicada.

O livro que foi escrito por autor desconhecido, à roda de 1737, como o caracterizamos no Vol. III do *Boletim Histórico da Ilha Terceira*, no artigo — *Quem escreveu a Fenix Angrence ?* — é apresentado como seguindo e continuando o — *texto indubitavel* — de António Correa da Fonseca, o primeiro que escreveu sôbre as gerações da Ilha.

Deste, prezumo ser aquella opinião, que não vejo em nenhum outro, tão categoricamente posta, embora a não cimente a seguir com qualquer citação ou razão, em que fundamente tão perentória afirmativa.

Mas a opinião devia estar assente no seu espirito, porque mais adeante, ao falar da descendência de Afonso Gonçalves Antona, volta a repetir, que a ilha foi descoberta em 1449.

António Correa da Fonseca, faleceu a 8 de Março de 1638 e escreveu o seu livro em 1625. É portanto o autor terceirense, que primeiro poudo colher informações dos mais antigos povoadores da ilha.

Segue-se-lhe a poucos anos de distância, Fr. Diogo das Chagas, que opta pela data de 1450.

Do seu — *Espelho Cristalino* —, 1646, ainda existente em Lisboa, mas inacessível à investigação, conhece-se apenas uma cópia da parte respeitante a esta ilha, na casa dos Coelhos Borges, por infelicidade, de tal modo manchada e deteriorada na primeira página, que a leitura desta se torna muito difficil. Nela, quanto possivel, podem-se decifrar estes dizeres :

Cap.^o 6.^o da Ilha 3.^a chamada de Jesus Christo de seu primeiro Cap.^{am} e povoadores.

Quando e por quem esta Ilha fosse descoberta fica dito a fls. — e foi-lhe posto nome de Jesus Christo porque já estavam nella seus primeiros povoadores e Cap.^{am} em dia de . . . janeiro q̃ conforme melhores conjecturas devia de ser o de 1450 porq.^{to} consta haver dado ELRey Dom Affonso quinto llcença p.^a as mandar povoar o anno de 1449 e impossivel hera naquelle anno estarem ca já em janeiro : e assim que o mais cedo que podia ser pois em janeiro nella desembarcarão conforme tradição seria o janeiro logo seguinte.

A razão da sua preferência pela data de 1450, vem expressa no texto transcrito, mas traz uma indicação valiosa, — a tradição de que os primeiros povoadores tinham desembarcado em janeiro, não me sendo possivel ler a data, que se encontrava no final da linha, no bordo da folha, por estar de tal forma manchada e esfacelada que a não poudes decifrar.

Fr. Diogo das Chagas foi um investigador cuidadoso. Nas suas afirmativas lembra sempre que as -- *alcansei por conjecturas de papéis antigos que li e noticia de certa mulher bem entendida e antiga q̃ nesta materia preguntei desejoso de saber estas antiguidades.*

Mas importa esclarecer, porque isso teria alta importância para o juizo a fazer da antiguidade dessa mulher e do valor das suas informações, que ela não podia ser aquela Bartoleza Rois Columbreira, vinda da Madeira com o marido, Gonçalo Mendes de Vasconcelos, no começo da colonização, a qual ainda se lembrava da existencia só dos dois pequenos povoados, um da banda do norte, — a Praia, outro do lado do sul, — Angra, tão diminutos, que um quarto de azeite lhes dava para todo um ano.

Nem ele afirma que a conhecera, como erradamente escreve o P.^e Maldonado. Diz apenas que ela contava, e o mesmo refere Gaspar Frutuoso, que a menciona tambem e dá algumas das suas informações.

Se para este último, ainda podia admitir-se, o contacto de vista com a longevidade da Bartoleza, se se provasse que ele tinha vindo à

Terceira, para Fr. Diogo torna-se inaceitável, que ainda a pudesse encontrar viva.

As razões são as seguintes.

Mesmo que se partisse das datas do compromisso da Misericórdia de Angra, em 1492, e da elevação a Vila, em 1503, do povoado de São Sebastião, em relação à data atribuída ao *Espelho Cristalino*, precisaria que ela vivesse cerca de 153 anos, no primeiro caso, e cerca de 142, no segundo.

Fr. Diogo escreveu à roda de 1645. Descontando 30 anos, para os que se podem admitir, de andar a colher elementos para a sua obra, ficaríamos na data de 1615. A Bartoleza teria então 123, a partir do compromisso da misericórdia, e 112 da elevação a Vila do povoado de São Sebastião.

Mas ela que viera já casada da Madeira, teria pelo menos 20 anos, quando entrou na ilha, o que é preciso somar ainda a cada uma daquelas idades, e isto sem contar com as que precisou viver na ilha, para que Angra se desenvolvesse até ao ponto de criar a Misericórdia, e São Sebastião nascer e crescer, até merecer ser Vila, que são as datas de que partimos para esta dedução.

Seria uma formidável longevidade.

A mulher idosa a que se refere, não pode ser outra senão a beata do Recolhimento das Chagas, Isabel de Ornelas da Camara, que ele indica ao tratar da genealogia dos — *Cardosos* — tão lembrada e conhecida de pormenores da colonização, que respondeu sempre certa às contraprovas a que ele a submeteu, procurando contradições em que ela nunca caiu.

Seria esta, por certo, quem conhecera, referia e reproduzia, o que a Bartoleza contava, porque velha como era, naturalmente, a beata das Chagas, com 70 ou 80 anos, já reduz destes números as idades calculadas à primeira, para proporções mais aceitáveis e para que aquela recolhida ainda a pudesse encontrar viva.

Mas, a par da data que Fr. Diogo atribue ao povoamento, existe no texto que transcrevemos, uma afirmação importante. É quando refere que indica a — *fls.* — de que a cópia não traz o número, — *quando e por quem esta ilha fosse descoberta.*

Tinha portanto Fr. Diogo, ideia assente sobre o assunto, mas na cópia da casa dos Coelhos Borges, nunca esse nome aparece, vindo

provavelmente indicado nas primeiras partes do livro, que se mantem ignoradas.

Mas que o afirmava, encontro ainda esta outra referência no citado livro da casa do morgado Barcelos, tratando do Faial, com a informação, que o copia do *Espelho Cristalino*.

É quando nega que Jos de Hutra fosse o descobridor daquela ilha, como — *algus querem — o q̃ eu reprovo por não se compadecer com o q̃ rezam os choronistas acerca deste descobrimento como em algus lugares deste livro deicho ditto e mais em particular a fls. — aonde aponto q.^{do} e por quem forão descobertas, e depois povoadas.*

Mas o número da folha não vem tambem indicado.

Desconhecido esse nome, pela ocultação que o actual possuidor faz da sua obra, fica apenas a revelação de que para Fr. Diogo das Chagas, o grupo das ilhas centrais, pelo menos, tinham sido descobertas pelo mesmo individuo, e isso é já muito para o apreço das suas boas conjecturas.

O outro cronista terceirense que se segue, é o P.^e Maldonado, que escreveu a sua *Fenix Angrence* à roda de 1700 ; mas dele conhece-se sómente a parte genealógica da sua obra.

Para este, a data do povoamento da ilha, seria o ano de 1450.

Quando se refere a João Vaz Corte Real, diz : — *foi provido na d.^a Capitania em 2 de abril de 1474, vinte e quatro annos depois da primr.^a povoação da ilha.*

Dando ao casamento de Catarina de Ornelas com João Vaz Fagundes, a data de 26 de Abril de 1539, aponta — *oitenta e nove depois da povoação da Ilha.*

Ao citar o pitoresco testamento de Vasco Coelho e da mulher, em 15 de Fevereiro de 1522, deserdando todos os parentes e deixando-lhes apenas por recordação um copo de água, refere — *setenta e dois annos depois da povoação da Ilha.*

Deduzida a qualquer destas datas, os annos respectivamente indicados, obtem-se sempre a data de 1450.

Sôbre os fundamentos desta preferêcia, só Drumond, que teve a felicidade de ainda conhecer a parte histórica da *Fenix Angrence*, podia dar alguma indicação, mas ele que o — *vai seguindo na sua*

obra — não lhe faz qualquer referência especial, quando aprecia também o assunto.

O livro que continha a parte histórica, está totalmente perdido e muito presumivelmente, foi estourado sobre a ilha em buchas de cartuchos de caça, pelo estouvamento venatório dos Fournieres Cabrais, seus últimos possuidores. Mas se alguma coisa continha, não satisfaz a Drumond, que se revela sempre dum critério muito pessoal e dum alto espírito de crítica.

Fundamentando-se no P.^e Maldonado, para muitas das suas deduções, neste ponto, nem o cita como apoio de valor.

Na cópia da *Penix*, de Ernesto do Canto, ao mencionar o testamento de Heitor Alvares Homem, de 4 de Fevereiro de 1527 — *setenta e sete annos depois da primeira povoação da ilha*, — ainda seria mais uma confirmação da opinião de Maldonado, se não subsistissem fundadas razões para considerar o original daquela cópia, como um livro apócrifo.

No *Livro Genealogico*, de Francisco Coelho Machado, escrito em 1725, está no índice das séries das suas descendências, a data — *de 1449 em diante*, — como o ano em que começou a colonização. Mas esta parte do livro, é já um acrescentamento feito pelo neto, João Pedro Coelho Machado Fagundes de Melo, que morre em 1831, e pelo prefácio que o antecede, também escrito por este, conclue-se ser a data extraída do manuscrito de António Correa da Fonseca.

Nada adeantam, quanto ao ano do povoamento da ilha, os que escreveram depois.

O P.^e Jerónimo Emiliano de Andrade, na sua *Topographia da Ilha Terceira*, 1843, baseado na opinião de Candido Lusitano, pseudónimo do P.^e Joseph Freire, que escreveu a *Vida do Infante D. Henrique*, e do americano Webster, opta também pela data de 1449.

Para ele, o 1.^o de Janeiro, a 5.^o feira da Semana Santa, ou o dia de Corpo de Deus, são dias de festividade a Jesus Cristo, mas como nada se pode afirmar, conclue: — *n'este caso é livre a cada um o juizo que melhor lhe parecer*, tanto mais que encontra o autor da *Corographia Açorica*, impressa em Lisboa em 1822, a dizer com segurança, que — *a ilha Terceira fora aportada a 23 d'Abril de 1445 por uns navegantes que voltavam para Portugal, vindos das Ilhas de Cabo Verde*.

Francisco Ferreira Drumond, nos *Annaes da Ilha Terceira*, 1850, com o seu belo senso crítico e possuido de honestíssimos predicados de investigador, não se pronuncia por qualquer data.

Ao referir todas as que submete ao rigor da sua apreciação, limita-se a concluir, que — *neste mar de contradições, por falta de documentos, fica a cada um vasto campo para discorrer na materia à sua vontade.*

Para José Joaquim Pinheiro, — *Epocas Memoraveis da Ilha Terceira*, 1890, os primeiros povoadores, teriam vindo em 1453, ou mais de certeza em 1454 ; e para o Dr. Alfredo da Silva Sampaio, — *Memo-ria sobre a Ilha Terceira*, 1904, que analisa o assunto com judiciosas considerações, a data do desembarque, seria o 1.º de Janeiro de 1451, indo a seguir o capitão-donatário ao Continente, para só voltar definitivamente em 1456.

E deixamos propositadamente para o fim os dois maiores e mais conhecidos cronistas, Gaspar Frutuoso e P.^e António Cordeiro, pelo caracter especial das informações que deram sobre o problema da descoberta e povoamento dos Açores.

A — *Historia Insulana*, 1717, do P.^e Cordeiro, fora alguns pontos de vista especiais do autor, participa na maior parte dos próprios conceitos de Gaspar Frutuoso, que completou as — *Saudades da Terra*, em 1590.

O P.^e Cordeiro, com toda a honestidade, assim o declara — *que viu com atenção & todo fielmente copiei* — e vai-o seguindo no desenvolvimento de todos os capítulos da sua obra.

O seu intento ao escrever a sua — *Historia Insulana* — já passados 300 anos que as ilhas se descobriram é — *para que haja quem nella me emende.*

Mas não emenda Gaspar Frutuoso naquilo em que a cultura da sua época, a lógica e o bom senso, recomendaria se emendasse, em tão inverosímeis fantasias, como Gaspar Frutuoso as recolheu da tradição popular e lhes deu curso.

Diz o P.^e Cordeiro que — *hua mentira só com outra se confirma.*

Que sirva o prolóquio para quem não convencerem, os considerando que a seguir se vão desenvolver.

AS DATAS DO DESCOBRIMENTO

Tirar conclusões em tal disparidade de opiniões, torna-se absolutamente impossível.

O problema tem de ser estudado sob novo aspecto, a não ser que se prefira considera-lo insolúvel, o que o espírito humano não pode aceitar. Afigura-se-nos que a sua interpretação tem de ser abordada em novas bases.

Para compreender o que respeita aos Açores, não se podem dissociar os dados conhecidos quanto à sua descoberta, e o pouco que se sabe sobre o início do seu povoamento.

Um e outro, destes problemas, encontram-se intimamente ligados, e não é possível fazer luz sobre qualquer deles, ou ao menos interpretá-los, sem os analisar em conjunto. As dúvidas que subsistem para cada um, encontram nas mesmas causas a explicação mais aceitável.

Pelo desacordo que se acha entre o que ficou na tradição, que Gaspar Frutuoso recolheu, e o que de escasso e impreciso se conseguiu apurar na documentação existente, parece que seria de melhor conclusão, procurar os fundamentos que possam harmonizar o desencontro desses dados, em vez de o utilizar, como sistemático motivo de anulação, no que eles não condizem uns com os outros.

É certo que se não pode aceitar a versão de Gaspar Frutuoso, mas também não é razoável, que se rejeite em absoluto, tudo o que ele colheu e que ficara na tradição, escrevendo a pouco mais de um século, sobre os episódios da descoberta e povoamento das ilhas.

No que existe de fantasioso, e sem desdouro, de simplório, na sua crónica, só ha de lamentável, que o autor não corrigisse com o rigor de crítica, que seria de esperar da sua ilustração, o que foi desvirtuado pela adulteração popular.

Quem conta um conto, acrescenta um ponto. A um século de distância, a imprecisão das datas, o sentimentalismo e a confusão dos sucessos, baralharam para sempre recordações, que tinham um apreciável valor e que ele não soube avivar e apurar.

Em sua desculpa, encontra-se apenas a ignorância de documentos, que mais tarde vieram ao conhecimento dos investigadores. Mas ainda na sua crónica, desfilam dados de incontestável apreço, que uma mais

ponderada ou desconfiada interpretação da sua parte, teriam esclarecido com promenores, que de todo se perderam.

Gaspar Frutuoso, é essencialmente um cronista descritivo, duma credulidade sôbre maneira ingénua.

Na sua crónica, percebe-se a preocupação de nada omitir, do que chegara ao seu conhecimento. Se não rejeita o inverosímil, também não critica e apura o que não seria aceitável já para o seu tempo, embora se não deixe de verificar, que ao fazer a narração do que ouvira, fortes dúvidas lhe ficavam subsistindo.

Ao lê-lo, o avô paterno de Antero de Quental, o morgado André da Ponte Quental, que era alguém, revolucionário de 1821, deputado, poeta e amigo íntimo de Bocage, enfasiado, não poudo conter a sua apreciação: aquilo era — *totalmente inutil e de uma prolixidade fastidiosa e insuportavel; em estilo semi-barbaro, cheio de trapalhadas e absurdos ridiculos, como pode verificar quem tiver paciencia para lêr tanta patheirada.*

Nem tanto. Coloquemos o cronista no seu tempo e na sua formação sacerdotal. O seu maior pecado, foi não saber destrinçar, quanto a lenda se infiltrara já na tradição que recolhia.

Ao homem de ideias novas da revolução liberal e ao seu espírito literário, podia aborrecer o relato do cronista, no que contem de inverosímil, de confuso e de exagero, mas é nele, incontestavelmente, que é preciso ir colher a essência do conhecimento primordial da vida social açoreana.

Mas, se para o espírito popular, o insucesso da primeira viagem de Gonçalo Velho, vendo só as Formigas, podia encontrar crédito no ânimo do Infante, para o mandar outra vez no ano seguinte, como se fosse navegador de préstimo, ainda com a mesma recomendação e formal certeza, de que havia de encontrar as ilhas, para a cultura de Gaspar Frutuoso, a mesma convicção já não seria de aceitar.

Falhando daquele modo, Gonçalo Velho teria perdido o crédito de navegador. Não teria voltado mais.

Muito menos se pode acreditar, que o Infante mantivesse a condescendência, com um novo insucesso, 12 anos depois, passando — *entre o ilheu e a terra*, — quando o preto descobre dos altos de Santa Maria a ilha de São Miguel

E muito menos compassivo se mostraria, com tão inábil navega-

dor, para ainda o mandar quarta vez, dando-lhe o rumo certo, para que a ilha lhe não escapasse.

Mas como acha de mais que o ilheu fosse o de Vila Franca, segundo a tradição o dizia, alarga um pouco a razão, — o ilheu podia ser Santa Maria.

Como era difficil justificar, que ali estivesse todos aqueles anos sem vêr São Miguel, arranjou-se esta explicação ainda mais incompreensível — a ilha era invisível. Andou como um ceguinho quasi a tocar-lhe e não a viu.

Era peor a emenda do que o soneto. Gonçalo Velho, aparece assim, como o mais inábil dos navegadores e o mais recompensado.

Gaspar Frutuoso, colhendo informações de já haver povoamento em São Miguel, naquela data, mistura o descobrimento com os comêços da colonização, e mais enterrava o conceito a formar, dos prêstimos de navegador do Comendador de Almourol.

Se todas as empezas do Infante, fossem conduzidas em tal cadência e com tamanha complacência, os seus empreendimentos teriam pouco que contar.

A lógica manda acreditar, que os factos se tivessem passado de um modo muito diferente, a contento do Infante e em glória para Gonçalo Velho, que tem depois a recompensa de ser Comendador das ilhas dos Açores.

Após 12 anos de cegueira sôbre a vista duma ilha tão próxima e com tão repetidos insucessos, uma tal recompensa, seria prêmio à inépcia e favor à incompetência.

A narrativa de Gaspar Frutuoso, diminue tanto Gonçalo Velho, que até o ridiculariza como navegador.

O Infante D. Henrique, que renovava continuamente os homens dos seus empreendimentos, insatisfeito sempre com os seus sucessos, confiando a outros a repetição e a insistência na empresa, em que os primeiros pouco avançavam, não toleraria a continuação dum navegador tão desajeitado.

Gonçalo Velho, visto atravez a crónica de Gaspar Frutuoso, fica na situação daqueles, que cheios de razões, com uma exagerada abundância de explicações justificativas, acabam por sugerir a dúvida.

O cronista não soube dissociar no que respeita a São Miguel, a parte povoamento da parte descoberta.

Esse erro inicial e a falta de documentos precisos que o afirmassem, trouxe para Gonçalo Velho, a dúvida de que fôsse ele o descobridor, ou reconhecedor, de todos os Açores, logo na sua primeira viagem, como de facto deve ter sido.

Quando Gaspar Frutuoso lança a suspeita, que seria a necessidade de — *demandar estas frieiras ou frescuras, que ha nas ilhas, como chamam aos ventos, em que viam obrigados a descairos navegantes para chegarem, no regresso,* — que dessem o achado dos Açores ou, em especial, as ilhas do grupo central, não faz mais do que deduzir com um facto, que se verificava no seu tempo, o que podia ter sucedido anteriormente, sem se lembrar, que essas — *frescuras,* — só começaram a ser exigidas para o regresso da navegação, ao chegar-se ao Golfo da Guiné, e quando este foi atingido, já os Açores tinham sido achados pelo citado navegador.

Ao P.^e Gaspar Frutuoso, amante da verdade como virtuoso clérigo, escapara a razão e talvez a necessidade do segredo porque ficara no esquecimento e oculta, a hipótese mais razoavel do reconhecimento de todas as ilhas por Gonçalo Velho, e as mentiras que foi preciso inventar, até que a marcha do povoamento o permitiu depois explicar.

Se o Infante tivera conhecimento das ilhas pelas cartas e portulanos, que o irmão, D. Pedro, trouxera da sua viagem pela Europa, em 1428, é natural concluir, que outros igualmente o tivessem.

Elas existiam no — *Atlas Catalão,* — de Abrahão Cresques, 1375-77, figuradas em número de 7, já em situação muito aproximada da real, e até as duas mais pequenas e mais afastadas, Corvo e Flores, lá estão para o norte, com os nomes de—*Conigi* e *Corvi marini*—, desgarradas de todas as do grupo central, que no mesmo mapa se apresentam em aglomerado, como de facto existem.

O dispositivo das ilhas neste mapa, traduz bem o conhecimento que delas havia.

Mas, se o Infante o conhecia, é natural que outros também o soubessem.

Igualmente as vemos no — *Atlas de Pinelli-Walckenaer,* — de 1380 ou 1384, figurando 8 ilhas, dispostas em fiada norte-sul, em frente da costa portuguesa, onde a — *y.^a de brazil,* — a Terceira, segundo a interpretação de todos, está no paralelo do — *cauo sã uizenzo,* — Cabo de S. Vicente.

Em qualquer destes, se pode bem admitir, que o Infante se fixasse, para mandar procurar as ilhas, mas que só ele tivesse o privilégio de os conhecer, também se não pode aceitar.

Ambos os mapas tem datas anteriores ao acontecimento. Não ha razões para suspeitar, que fosse vedado o seu conhecimento. Produto do trabalho humano, do mister de cartógrafo, recopiavel e vendavel, é mais que provavel, que o Infante os podia ter adquirido, mas a mesma possibilidade teria qualquer outro.

Era questão de pagamento. É até forte argumento para se pôr em dúvida, que a necessidade do segredo, fôsse a razão preponderante para o sumiço de toda a documentação referente à descoberta e povoamento dos Açores.

A sua immediata revelação, parece que seria mesmo, a melhor garantia da sua posse.

Como adeante o procuraremos demonstrar, com o aparecimento dos flamengos nas ilhas do grupo central, estas ter-se-iam perdido, se não existisse um registo nas chancelarias que affirmasse a sua descoberta pelo navegador português.

Quando muito, se guardaria o segredo da sua localização, para que outros povos navegadores as não soubessem encontrar.

Não admira pois, que o Infante, ao lançar o seu empreendimento, o tivesse cuidadosamente estudado com o navegador, que o ia realizar. Não vinha positivamente ao acaso. Havia um relativo de certeza, que a própria crônica traduz na insistência do Infante.

Um e outro deviam estar possuidos da mesma convicção e da mesma vontade de realização, e de nenhum modo se pode aceitar, que falhando o primeiro intento, o mesmo navegador fosse encarregado de o repetir.

Assim, não é de admirar, que o cercasse daquelas cautelas, que se tornariam necessárias, para encobrir aos outros, que já navegavam também, o reconhecimento real das ilhas, que Gonçalo Velho realizara, e que ainda lhe não fôra possível consolidar na posse.

Esta só estaria assegurada com o seu povoamento, e foi assim que Gaspar Frutuoso o compreendeu, revelando-as umas após outras, à medida que ele se ia efectuando; primeiro Santa Maria, a seguir, com 12 anos de intervalo, São Miguel, depois o intensíssimo esforço das do grupo central, ameaçadas pela ousada intromissão dos flamengos, como adeante o analizaremos.

Mesmo com a ignorância da carta de povoamento de 2 de Julho de 1439, maior desculpa que se tem encontrado para a incompreensão de Gaspar Frutuoso, o próprio dispositivo geográfico das ilhas, nos indica, que as coisas se devem ter passado dum modo muito diferente do que ele narra. E sejamos razoáveis em justificá-lo.

Se hoje, os habitantes de cada ilha pouco sabem do que se passa em qualquer outra, muito menos o saberiam naqueles tempos, os poucos que então existiam.

A tradição que ele colhera, exclusiva a cada ilha, fizera-lhe perder o sentido de conjunto, ficando ainda mais incompreensível o que para cada uma pretendia esclarecer.

A ideia da posse das ilhas, deve ter surgido ao Infante, em primeiro lugar, como uma possibilidade de expansão nacional. Nesse sentido se orientavam todos os empreendimentos.

Reconhecida a sua pequenez e o seu brávio, sem população, sem riquezas a explorar, principal miragem das navegações, só a pouco e pouco, à medida que se caminhava no Atlântico, a sua utilidade se foi reconhecendo, primeiro, como ponto obrigatório da escala do regresso, mais tarde, como sustentáculo de domínio das rotas marítimas, e por último, como base de apoio para empreendimentos mais largos para o ocidente.

Quando a experiência dos navegantes, lhes marcou uma importância basilar, no meio do Atlântico, para a marcação das rotas marítimas, é que começa o grande esforço do povoamento.

Assim se pode explicar a lentidão dos primeiros 20 anos, e fôra essa a razão máxima porque permaneceu oculta a eficiência do reconhecimento, feito por Gonçalo Velho, logo na primeira viagem. Por isso ficou em silêncio e com tamanho sacrifício para os seus créditos de navegador, dando motivo a que a posteridade o veja tão inábil, não obstante ter sempre para os insucessos que lhe atribuem, a condescendente complacência da rígida tempera do Infante.

Não vale a pena fazer citações. Toda a documentação dos arquivos, relativo ao assunto, é já conhecida, e o que dela interessa, sobejamente transcrito em todos os livros e memórias, que trazem estudos sobre o problema.

Para aqueles que a queiram rever encontrarão no magnífico trabalho do Dr. Manuel Monteiro Velho Arruda, — *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*, 1932, todos os elementos precisos.

Mas vale recordar, que os dois cronistas coevos do reconhecimento das ilhas, Gomes Eannes de Azurara e Diogo Gomes, indicam Gonçalo Velho, como mandado pelo Infante em expedições aos Açores, o primeiro, mencionando só Santa Maria e São Miguel, o segundo, passando também pela Terceira até ao Pico e Faial. Para Azurara, a data é de 1445 ; Diogo Gomes não a indica.

Valentim Fernandes, que escreve mais tarde, em 1492, diz que em 1443, o mesmo Infante, mandou duas caravelas que acharam S.ta Maria, S. Miguel, a Terceira — *e outras todas*. Na data de 1444, indica a vinda de Gonçalo Velho.

Como divergem em todos, as indicações dos anos em que se passaram estes sucessos, daí as dúvidas suscitadas sobre a data certa e a extensão do primeiro empreendimento. Igualmente ficou a reserva sobre a identificação do mareante.

Ficamos a pensar que os cronistas não apontariam, dia a dia, nos seus cadernos de lembranças, a nota dos sucessos, que depois relataram.

O que hoje se pode verificar, errando as datas duma ocorrência, passada ha 10 ou 20 anos, mais facilmente se pode compreender, que naqueles tempos sucedesse. Duas pessoas, nunca indicam a mesma.

Nem o telégrafo, nem a radiodifusão, evitam a confusão de datas. Naquele tempo, era apenas a informação e a falibilidade da memória, que substituíam os registos dos jornais e das revistas da especialidade.

Os cronistas relatavam o que chegara ao seu conhecimento por versão oral e não documental.

Uma tal divergência de datas, deve traduzir apenas a sequência de várias expedições aos Açores, e nesta interpretação, não tem mais fundamento umas sobre as outras.

A conclusão a tirar, é que Gonçalo Velho, o descobridor e Comendador das ilhas, veio depois, nos anos seguintes, várias vezes a elas, como vem hoje os vapores da carreira. A ninguém melhor do que ele, podia ser confiada essa manifestação de posse e provavelmente a executava, transportando os primeiros colonos.

Mas ha alguém do tempo desses sucessos, que nos dá informações categóricas. É um estrangeiro, um nome consagrado — Martim Behaim.

Era de tanto conceito científico, na arte de navegar, que fez parte da Junta do Astrolábio, na côrte de D. João II, de 1480 a 1484.

Por este é armado cavaleiro da Ordem de Cristo, e até o encarrega duma missão diplomática junto do Imperador Maximiliano, que lhe trouxe o contratempo de ser preso por piratas, ter de ser resgatado e ainda por cima ficar às portas da morte, com uma gravíssima doença.

Navega com Diogo Cão até ao Congo e ao Zaire, em experiências do Astrolábio, e teve concepções idênticas às de Colombo.

As bases para a construção do seu *Globo*, afirmam o homem de ciência que era.

Sabe o que é navegar e sabe, por certo, muito do que se passava com os empreendimentos portugueses.

Os seus dados sôbre a descoberta dos Açores, são absolutamente concludentes.

Não indica Gonçalo Velho, mas dá-nos datas certas com a tradição que recolheu Gaspar Frutuoso, sôbre as suas duas primeiras viagens.

Martim Behaim veio para o Faial em 1484 ; em 1486 casa com a filha do Capitão-donatário daquela ilha, Jobs Van Huertere (Jos de Hutra) e lá viveu alguns anos.

Tendo nascido em 1459, seria então rapaz de 25 anos. Se tivesse nascido em 1475, como outros querem, teria apenas 16, o que se não harmoniza com a sua actividade anterior de comerciante, porque em 1478, aparece em Anvers, a negociar por conta própria.

É então que vem para Portugal, mas não como comerciante. É homem de ciência.

Afirma o seu valor em conhecimentos de navegação ; está na idade dos empreendimentos e da aventura, e encontra-se no âmbito de D. João II, na situação acima indicada. Depois, vai para o Faial, arrastado pelo entusiasmo da povoação desta ilha pelos flamengos.

Com o sogro conviveu todo o tempo de permanência ali, e é tudo quanto ha de mais natural, que deste tenha colhido a informação categórica, de que as ilhas tinham sido descobertas pelos portugueses. Assim o diz claramente no seu — *Globo de Nurembergue*, — em 1492.

Para ele, em 1431, vieram dois navios, que descobriram as 10 ilhas.

No ano seguinte, voltaram 16, para distribuir animais domésticos em todas elas.

Para alguns é — *aldrabão*, — como hoje se diria, porque fala em 10 ilhas quando são só 9; para os mesmos é exagerada aquela frota de 16 navios, carregados de gado para distribuir.

Não o achamos. É natural que contasse também as Formigas, ou a tão falada — *Sete Cidades* — como uma ilha, e naqueles tempos de tão pequena arqueação dos navios, também não é em demasia, o número indicado dos que transportaram gados para todas elas. Nem chegava a dois para cada uma, e se a intenção era de preparar condições para o povoamento, não viria, de certo, um só casal de cada espécie.

Pensar assim, seria fazer pouco do intento e do conhecimento dos homens, para os precalços a que se sujeitaria um só par de reprodutores em cada ilha.

De resto, esta afirmativa de Behaim, encontra no próprio Gaspar Frutuoso, com respeito á ilha de S. Miguel, a confirmação deste procedimento, quando descreve que :

Em diversas partes desta ilha foi deitado gado entre o espesso mato dela; em partes deitaram carneiros e ovelhas, e em outras bodes e cabras, em outras porcos e porcas, e em outras cavalos e éguas, asnos e burras. Tudo multiplicou tanto entre o basto arvoredor, com os bons pastos que havia de erva e rama, que quando vieram os primeiros povoadores d'ali a alguns anos, acharam grandes manadas deste gado em toda ela, e muito mais nas partes onde o deitaram; pelo que havia tanta fartura nesta terra que não se cortava, naquele tempo, carne nos açougues, nem os havia, mas cada um fazia açougue em sua casa, tomando os bois, carneiros e cabras, e mortos os depenuravam à porta, em uma arvore, e d'ali partiam e comiam quanto queriam.

Os gados eram assim bens comuns a todos os colonos, que organizavam montarias para caçar porcos e todos os outros animais em estado bravia, do que nos dá conta Urbano de Mendonça Dias, nas suas recopilações — *A vida de nossos avós*.

Uma tal abundância e tamanho desenvolvimento da criação de

gado, só pode encontrar explicação na quantidade de casais reprodutores lançados inicialmente na ilha, o que vem confirmar a afirmativa de Behaim.

E que o procedimento teria sido idêntico para todas as outras ilhas, depreende-se do — *Foral do Almojarifado*, — dado à Ilha Terceira, o qual se estendeu depois a todas as outras ilhas dos Açores e vem transcrito por Drumond no Vol. I dos seus — *Annaes*, — Documento C.

Pelas determinações nele contidas, relativas a matança de gados, verifica-se a existência da mesma abundância, que Gaspar Frutuoso relata para São Miguel, e do mesmo direito de posse comum a todos os colonos, mas — *temperadamente para a matança de vossas casas*.

A data de 2 de Julho de 1437 que Drumond atribue a este — *Foral*, tem sugerido dúvidas, porque ele foi dirigido ao almoxarife Fernão Vaz e este exerceu o cargo de 1488 a 1499. Mas o facto não invalida a afirmativa. O — *Foral*, afinal, fôra naquela data dado à Madeira e reproduzia-se depois para a Terceira, a 4 de Julho de 1499, com algumas alterações que a ela respeitavam.

Mas se existia ainda em data já avançada de 38 anos ao começo do povoamento da Terceira, uma tamanha abundância de gados pelo mato, o facto só pode ser explicado por procedimento idêntico ao que Gaspar Frutuoso relatou para São Miguel e por uma capacidade de transporte marítimo que só pode encontrar apoio na afirmativa de Martim Behaim.

Valentim Fernandes, escrevendo à roda de meio século depois do povoamento da Terceira, dá-nos ainda idêntica informação — *ha nesta ylha grande criação de vacas e porcos e ovelhas, de que fazem muita carne que levam para portugal e muyto sevo*.

O povoamento nessa data seria tão insignificante que uma tal abundância se não pode explicar pela actividade agrícola dos colonos. Só o lançamento em massa de certa quantidade de reprodutores pode satisfazer, para o compreendermos.

Sobre este ponto e outros, Martim Behaim dá-nos assim uma informação preciosa e perfeitamente acreditavel, senão rigorosa, por ser co-lhida do sogro, se o não foi por conhecimento directo, quando fez parte da Junta do Astrolábio. E mais, liberta Gonçalo Velho do ridículo de navegador, em que Gaspar Frutuoso o colocara.

Adeante, ao tratarmos do povoamento, voltaremos a cita-lo, em outras informações igualmente valiosas.

Na acusação, algum tanto injusta, de exagêro e vanglória, com que se repudia muitas das suas informações, aqui o não encontramos.

Neste campo, seria legítimo, que reservasse para o pai da sua mulher, pelo menos, a glória de ter descoberto o Faial e o Pico, mas isso não faz e lealmente o atribue aos portugueses, na data em que tantos exitam, a de 1431, ou seja, logo na primeira viagem de Gonçalo Velho.

Nela nos fixamos tambem, e com a esperança, que as gerações do ano 2031, ao comemorarem o VI centenário da descoberta dos Açores, o não façam com um ano de avanço, como o fizemos em 1932.

O CONHECIMENTO QUE HAVIA DAS ILHAS

Tem complicado, enormemente, o problema da descoberta dos Açores, a figuração que destas ilhas se encontra, em mapas e portulanos, cujas datas se caracterizaram serem de muitos anos antes, do conhecimento que delas tiveram os portugueses.

O facto é inegavel. A sua representação gráfica, anteriormente ao empreendimento do Infante, é uma prova irrefutavel de que havia conhecimento delas.

É só questão de mudar palavras. Em vez de descoberta, reconhecimento, se se quizer teimar em negar a realidade de descobrir, ao que existe ignorado.

Pouco importa o significado preciso da palavra. Descobertas ou somente reconhecidas, aos portugueses cabe a glória de as trazerem à realidade do conhecimento, e por esse motivo coube-lhe tambem o direito à legitimidade da posse.

Na tradição dos navegadores dos povos do Mediterrâneo, existia a sua notícia. Não são só as narrativas de Ptolomeu, Estrabão e outros, que delas dão fé, é a própria realidade da sua figuração gráfica.

Platão, ao levantar a lenda da Atlântida, recolhia a tradição da existência de terras no meio deste oceano, naturalmente dada por quem navegava e as vira.

A lenda do mar tenebroso, também mediterrânica onde se perdiam navios, engulidos nos mistérios das chamas e convulsões marítimas, é razoável que encontre explicação, na actividade vulcânica destas ilhas e no desaparecimento em naufrágios, dos que, por acaso, ou propositalmente, para estes lados se desviaram.

Gaspar Frutuoso, ainda reproduz a lenda, quando nos narra a surpresa daquele piloto, que vindo pela segunda vez a São Miguel, não encontrava o pico de referência, que marcara a ocidente da ilha, desfeito na grande explosão, que originara a caldeira das Sete Cidades.

Na sua certeza de não ter errado o rumo, o piloto procura certificar-se, aproxima-se desse extremo da ilha, naturalmente admirado, por ter desenhado no seu mapa uma referência que agora não encontrava, achando o mar coalhado de destroços de madeiras e de pedra pomes boiando.

O pavor dos 30 mouricos, que diz, tinham ficado no outro lado da ilha, na Povoação, como material humano de experiência. para avaliar das condições de colonização da ilha, quando aparecem, tremantes de medo e aflição, pelos estrondos que ouviram e abalos de terra que sentiram, traduz a violência do que teria sido tão formidável cataclismo, se tivesse ocorrido em tal data, com o que não concorda a conformação geológica dos terrenos encontrados.

Naturalmente o que sentiram os mouros, não teria o volume de tamanha convulsão. Mas que a actividade vulcânica, nos primeiros dois séculos de colonização, era ainda bem manifesta, dizem-no as erupções em terra, nas ilhas de São Miguel, Pico, Terceira, Faial e São Jorge, nos anos de 1522, 1562, 1614, 1672, e até as do mar em 1638 e 1811, a dos Mosteiros e da ilha Sabina, junto a São Miguel, e em frente à Serreta, na Terceira, em 1867.

Teriam-no, decerto, presenciado também, muitíssimos anos antes, em maior ou menor violência, navegadores que ao largo passaram, ou para as vizinhanças foram arrastados por tempestades, com a sorte de se safarem sem a morte num naufrágio.

A lenda do — *mar tenebroso*, — é acreditável que tivesse a sua origem no vulcanismo destas ilhas. Os que não voltavam mais, tinha-os tragado a ferocidade daqueles fogos, que saíam dos cumes dos montes e das profundezas do mar.

Sabe-se que custearam as costas europeias, navegando para o

norte, os primitivos povos do Mediterrâneo, fenícios, cartagineses e arabes.

Na história das Ilhas Britânicas, aceita-se a convicção de que os primeiros daqueles povos, iam ali buscar chumbo e estanho. Mas se a navegação, era usualmente costeira, não ha que admirar, nem que rejeitar, que os acidentes da ida ou da volta, os arrastassem ao largo até às proximidades destas ilhas.

Parece não ter sido uma invenção, a existência das moedas fenícias encontradas nas Flores, em 1749, e que constituiu motivo de estudo a sua identificação.

A elas se refere Alexandre de Humboldt, e os dados que refere, são outro elemento de apoio para estes considerandos, pois é sabido, que nas Flores e Corvo, o vulcanismo está extinto de todo, possivelmente já o estaria nesses recuados tempos, dando convite e guarida à tentativa dum desembarque, que o tumultuar vulcânico das outras não aconselhava a tentar.

O assunto tratado por Ernesto do Canto, no Vol. III do — *Archivo dos Açores*, — é novamente abordado pelo T.^{te} C.^{el} José Agostinho, no Vol. IV, Fasc. I da — *Açoreana*, — até com a reprodução gráfica de algumas das moedas encontradas e estudadas por Podolyn, o que não permite dúvidas sobre a veracidade do achado.

O nome da ilha é que merece algum reparo. Em discordância com o seu encontro no Corvo, está a referência ao Convento para onde as moedas foram levadas, o qual só existia nas Flores, para o que pode servir de explicação, ser esta ilha a que figurava nas cartas antigas e anteriores à descoberta portuguesa, justamente com o nome de — *Corvi marini*.

Até era representada com maior tamanho. O que é mais razoavel concluir é ter subsistido durante alguns tempos a confusão dos nomes, porque os primeiros cartógrafos as figuravam às avessas, em grandeza, em relação à sua verdadeira posição.

Tambem não parece ter importância de maior, a referência às ruínas do suposto edificio em que as encontraram. A fantasia de cada qual pode supor uma construção, onde só existe o capricho geológico dum alinhamento de morros.

No referido estudo do T.^{te} C.^{el} José Agostinho, o mesmo se verifica para a famosa estátua do cavaleiro da ilha do Corvo, que o de-

senho reproduzido reduz à mais comezinha conclusão, como capricho do contorno da rocha, a similar, visto de longe, a figura humana que se dizia apontar para o ocidente.

Em abono da hipótese que formulamos, quanto à inversão do nome das duas ilhas, está a sua própria figuração nas cartas anteriores à descoberta.

Quem o analisar nesses mapas e em especial no — *Catalão* — e no de — *Pinelli-Walckenaer*, — não deixará de notar que as Flores e o Corvo, tem uma representação sensivelmente igual nos dois, tanto no desenho, que se aproxima muito do actual, como na proporção de grandeza das duas.

A posição é que não corresponde, postas em situação inversa da real, o que em ambos se repete — a *Corvi*, Flores, em cima, e a — *Conigi*, Corvo, em baixo.

Fora este pormenor, que o cartógrafo errou, naturalmente por confusão posterior das posições que lhe deu o informador que as viu, isso parece indicar, que a quietitude vulcânica, inspirou maior confiança ao mareante para as circundar mais de perto e melhor poder apreciar, o que respeitava aos seus contornos e tamanhos.

O que se tem de concluir, é que os navegantes não deixariam de fazer referência, nos seus registos, às terras que viam, e contar o achado, que os cartógrafos depois aproveitavam. E que era de ouvido que as desenhavam, basta vêr a extravagância com que Valentim Fernandes as figura ainda em 1505, 74 anos depois da primeira viagem de Gonçalo Velho, embora o faça já em posição mais aproximada da realidade.

A imprecisão do desenho das ilhas, em número e situação, nos vários mapas da antiguidade, são elementos que nos dizem da casualidade do seu encontro e não do intuito de procura. E também nos dizem, que não deviam despertar interesse de maior, para mais efectiva exploração, como depois a empreendeu o Infante D. Henrique, nos seus objectivos de expansão nacional.

O caso tem dado origem a várias apreciações e presta-se tanto para satisfazer qualquer opinião, que para as que tem sido emitidas se acha um razoavel fundamento. Mas uma que não foi verificada com todo o rigor da análise científica, que hoje se põe em prática nas falsificações de escritos e pinturas, foi a opinião de Joaquim José da Costa Macedo, que em 1816, numa sessão da Academia portuguesa, levantou

a dúvida das ilhas terem sido figuradas no — *Atlas Catalão*, — posteriormente à descoberta portuguesa, porque a tinta não era igual.

Do que não pode restar dúvida, é que a marcação cartográfica, tenha os seus primórdios nos primeiros que navegaram.

A tendência originária para figurar no desenho, o que os olhos viam, apareceu logo no primeiro primata, que conseguiu fazer a oposição do polegar aos outros dedos da mão. Esta adquiria então as possibilidades dos mais bem ordenados e subtis movimentos.

Foi até da faculdade adquirida para executar esses pequenos movimentos dos dedos da mão, que dependeu toda a civilização que gozamos.

Nas paredes das cavernas, que foram residência dos homens pré-históricos, abundam gravuras, desenhos e até pinturas, do mais assombroso naturalismo. Sob esse aspecto, é mundialmente célebre a caverna de Altamira, nas Astúrias, próximo de Santander.

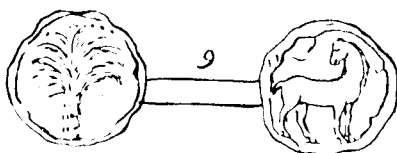
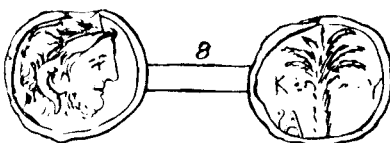
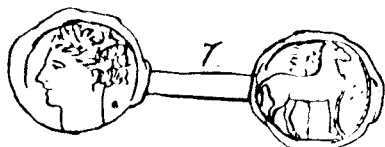
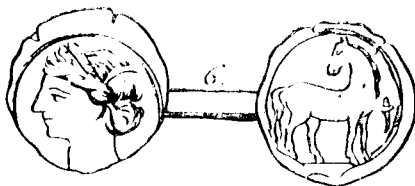
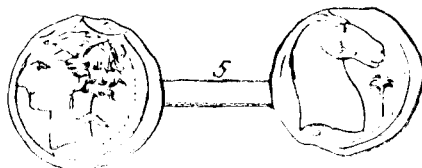
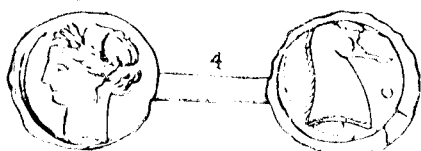
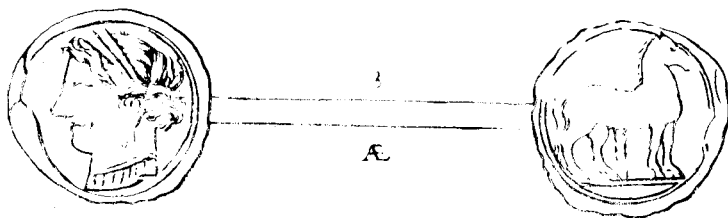
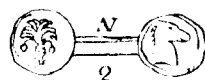
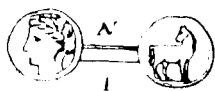
Com essa faculdade de desenho e com a necessidade imperativa de referência, os primeiros que navegaram dum ponto ao outro da costa, tiveram de esboçar os recortes da terra, as linhas do percurso e os acessos aos portos.

Assim surgiram as cartas de marear, sucessivamente aperfeiçoadas pela experiência e cultura dos povos do Mediterrâneo.

Quando os fenícios se lançaram para o norte da Europa, ao longo das suas costas, eles que eram já perfeitos no desenho e na pintura, teriam por certo também as suas cartas de navegação, figurando os recortes da terra ao longo da qual velejavam. Todos os outros povos também.

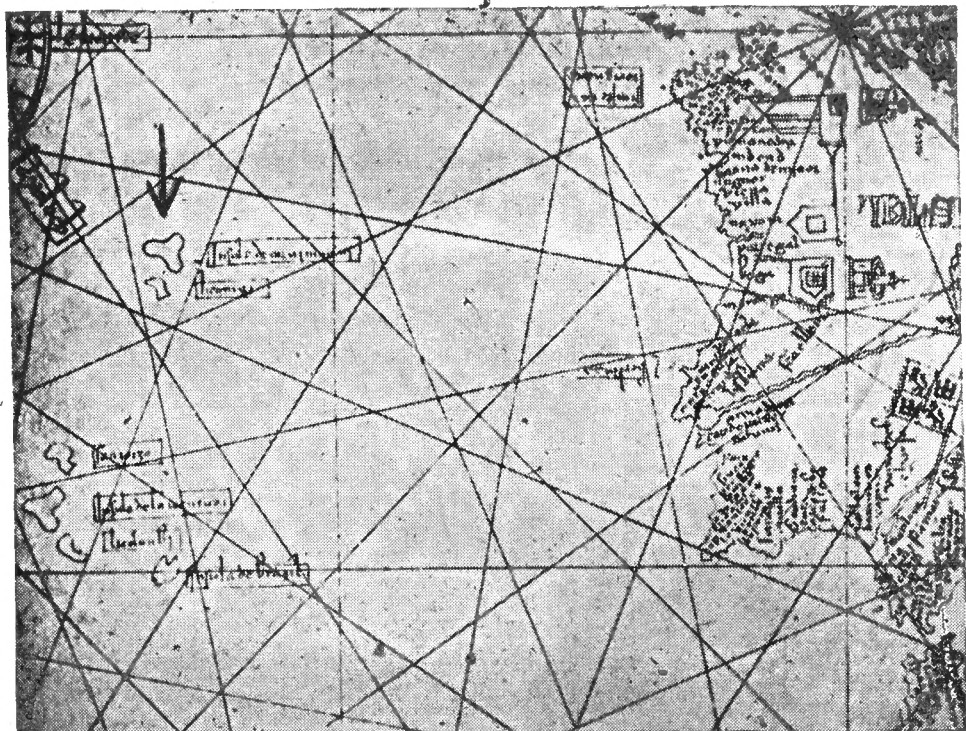
Segundo o encontramos no estudo do Marquez de Jacome Corrêa — *História da descoberta das ilhas*, 1926, — está provado que os primitivos povos do Mediterrâneo tinham já adiantados conhecimentos de navegação. Não só possuíam aparelhagem e dados de orientação, como até cartas geográficas, que se remontam a muitos anos antes da era de Cristo.

Quando Vasco da Gama abordou a Melinde, não foi sem surpresa que o cronista da viagem, Alvaro Velho, que se supõe irmão, ou pelo menos da família de Gonçalo Velho, encontrou nos barcos mouros que navegavam no mar alto entre as costas de Africa e o Indústão — *agu-*



Moedas antigas encontradas na Ilha do Corvo

Reprodução da gravura publicada na revista *Açoreana* — Fas. I, Vol. IV, obsequiosamente cedida pelo sr. Tenente-Coronel José Agostinho.



Pormenor da Carta Catalã — 1375

A seta indica a figuração, em posição inversa quanto ao tamanho, das ilhas Flores e Corvo.

Mais abaixo, à esquerda, estão as ilhas do grupo central, sendo a ultima a — *insula de brazil*.

lhas genoíscas (de Genova) pelas quais se seguiam, quadrantes e cartas de marear.

O uso destes aprestos de navegação achava-se vulgarizado entre os arabes do oriente, até para a navegação no mar Vermelho.

O piloto Malemo Kana, que Vasco da Gama tomou em Melinde, levou-o em 25 dias de Calicut, sem avistar costa, atravez o Oceano Indico guiando-se pelo dispositivo das constelações e — *uma excellente carta geográfica da India, trazendo todas as localidades traçada á maneira arabe, com meridianos e paralelos, tão justos e bem medidos, que prescindiam de qualquer outra indicação de rumo de ventos, marcando com muita precisão as colocações das terras*, tanto, que João de Barros observava, — *que a costa pelos dois rumos norte-sul e leste-oeste ficava muito certo.*

Na tradição do mar e na gíria dos navegantes, os conhecimentos adquiridos, foram-se transmitindo de geração em geração, como afinal, tudo que o homem foi sabendo.

Assim surgiram todos os mapas e portulanos.

Os conhecimentos humanos ainda escassos, que não permitiam aperfeiçoá-los, fizeram aparecer os primeiros que se conheceram, e que não são mais do que os últimos que subsistiram, como sensivelmente iguais entre si.

Copiavam-se uns aos outros. Dahi a conclusão, que todos eles eram derivados dum portulano padrão, a que chamaram normal, á falta de melhor conceito, como se a criação da representação cartográfica, fôsse obra de um só individuo e não de gerações sucessivas.

As cartas marítimas, faziam-se e vendiam-se, naturalmente, como os outros aprestos de navegação. Eram escassas, as do Atlântico, porque a navegação não ia a longos cursos. Dahi a sua raridade.

Assim surgiu, quanto aos Açores, a ideia de cada um que revelava ilhas no meio do Atlântico, dava um novo indício de descoberta.

Penso que os mapas seriam mais uma obra de gabinete, do que produto pessoal da objectividade destas ilhas. Era um apresto de navegação, que se vendia como qualquer outro.

Assim se explica, que quasi um século apoz a descoberta das ilhas, ainda em cartógrafos de grande citação, pelos mapas que deixaram, se conserva a nomenclatura do — *Atlas Mediceu* — 1351, de origem

genoveza, que dá às ilhas nomes extravagantes, que em nenhuma delas depois se conservou, tais como — *insulae de cabrera* — *insulae Brazi* — *insulae de Ventura sine de Columbis* — *insulae corvis marinis* — o que outros a seguir a este, alteraram e juntaram depois as ilhas de — *luovo* — *caprara* — *san zorgo* — *li cunibi* — designações que predominam, com ligeiríssima variante, nos dois mapas bases a que nos referimos, o — *Catalão* — e o de — *Pinelli-Walckenaer*.

O centro de actividade dos cartógrafos e correlativos estudos sobre navegação, era na ilha de Maiorca, o que até certo ponto nos dá uma explicação, para o que as cartas representaram durante muito tempo, como cópias umas das outras, sem se notar aperfeiçoamento apreciável e com os mesmos erros.

Cada novo mapa, que os investigadores descobriam, trazia a esperança duma melhor ilucidação, e veio então a ância do confronto das datas, a contagem das ilhas indicadas, a pesquisa dos nomes, numa louvável procura, de quem fôra o primeiro e de quem viera depois.

Esse trabalho, puramente especulativo, não abriu luz no assunto.

Os cartógrafos também o não sabiam. Trabalhavam por cópia e informação e não pelo que tinham visto.

O caso ficaria esclarecido com o — *Atlas Catalão* — 1375-77, ou o de — *Pinelli-Walckenaer* — 1384, quando aquela legenda da — *Carta de Valsequa* — de 1439, veio complicar a questão.

Se os dois primeiros nos davam uma figuração das ilhas, em número e posição, tão aproximada da real, que a serem conhecidos e estudados pelo Infante, com o comandante da empresa, Gonçalo Velho, nos dariam explicação satisfatória, para este ficar com a inteira glória de as ter achado, a todas, a não ser que fosse um inepto navegador, a legenda da — *Carta de Valsequa* — indicava um nome que lh'a tirava completamente.

Se para os dois primeiros, se pode aceitar a convicção, de que não seria um segredo ferrolhado na arca dum astrólogo, a existência daquelas cartas, mas mapas em uso de mareantes, de que o Infante teria decerto conhecimento e podia adquirir uma cópia, como qualquer outro, para o de — *Valsequa* — parecia intransponível a barragem daquele nome tão categoricamente afirmado.

A legenda que a carta continha, era a seguinte, tal qual se encontra

no dispositivo das palavras, da reprodução que se vê no Vol. I da — *Expansão Portuguesa no Mundo* — dando às letras o mesmo valor, que a maioria dos investigadores lhe tem atribuído :

Aquestes ylhas foran tro
badas p d ie go de Sunis
plot delrey de po
rtogall an lay
M CCCCXX VIJ

Não só tirava a Gonçalo Velho todos os louros da descoberta, como ainda mais o ponha pelas ruas da amargura, com a falta dum registo dos arquivos, que especificadamente o indicasse, e, sobretudo, com o ridículo de inábil navegador, como se tinha de concluir com a crónica de Gaspar Frutuoso.

A data desta carta, 1439, coeva do reconhecimento dos Açores, era uma poderosa imposição, para fazer valer a afirmativa.

Mas a — *Carta de Valsequa* — prestava-se a interpretações várias.

Em primeiro lugar o nome dado às ilhas, em número de 8, era tão extravagante — *ylla de sperta* — *Quatrila* — *ylla de l'inferno* — *ylla de frydols* — *ylla de osels* — *ylla de...* — *ylla de corp-marinos* — *conigi* — que era para se tomar como pura invenção do autor, que as baptisava a seu gosto, como se o conhecimento delas fôsse ainda vaga suposição, que ele aproveitava para mostrar originalidade, fugindo à copia usual dos nomes dados pelos outros cartógrafos, que se cingiam mais ou menos ao — *Atlas Mediceu* — de 1351.

Parecia que isto devia bastar, na data que lhe dão, a poucos anos da descoberta das ilhas, para que o seu valor não fosse de monta. Subsistia porem a legenda, como um precioso achado negativo, e só por isso se afirmou, que o mapa tinha um incontestavel valor.

Mas a par disto, não era tão clara a leitura da legenda, como poderia parecer, aos que negavam a glória a Gonçalo Velho. Um episódio lamentavel, colocara sobre o desenho das ilhas e sobre a legenda, que estava ao lado delas, um extenso borrão de tinta.

O caso vem contado no livro de George Sand — *Un hiver au Midi de l'Europ.*

Quando o celebre romancista, na ilha de Maiorca, em 1839, examinava a carta com o seu possuidor, o Conde de Montenegro, um movimento desleixado, trouxe o imprevisto ; — um tinteiro derramou-se sobre a carta, manchando largamente ilhas e legenda.

Quem vê a reprodução ampliada dessa parte da carta, na citada obra — *Historia da Expansão Portuguesa no Mundo* — não acha, de facto, estôrvo de maior, para ler o que lá está.

O que se conclue é que está mal escrito, no à vontade da pena, de quem lança uma nota para si ou para alguém habituado a ler a sua letra.

Mas o borrão teve utilidade ; deu origem a aturados esforços de decifração, do que estava mal escrito. Até as Academias nomearam peritos.

Como a dificuldade era da letra e não do borrão, ainda até hoje se não chegou a um acordo.

Para uns aquele — *diego* — podia tambem ser lido por — *un go* — abreviatura de Gonçalo e o — *Sunis* — por — *Senile* — o que daria o nome do navegador português. Para outros o — *Sunis* — era — *Sevilha* — ou — *Silves*.

Na disputa, percebe-se, que se procurava interpretar no segundo nome, a pátria do cavalheiro, para respectiva glória nacional.

Para outros, a data era o cavallo de batalha — 1422 ? 1427 ? 1432 ?

Aquele algarismo adeante do segundo — X — realmente é perturbante.

O que tem mais interêsse no pleito da decifração, é que em 1837, dois anos antes do borrão, foi tirada uma reprodução à carta por M. Tastu, que a ofereceu à Academia de Ciências de Paris, e nela, lida a legenda por vários investigadores, subsiste o mesmo desencontro de opiniões.

O borrão continua a ser o menos culpado da divergência.

O que seria essencial saber, era quem escreveu a legenda, porque Gabriel Valsequa, ao fazer dois novos traçados do seu mapa, em 1447, a não inclui. Isso concluo, embora os não visse, porque estas cartas nunca entraram no debate para confrontar a legenda, o que me leva ao convencimento de que a não tem.

Portanto, a legenda não foi escrita por Valsequa.

Olhando o mapa reproduzido na citada obra — *Expansão Portuguesa no Mundo* — vê-se à margem o nome do autor, escrito com o mesmo tipo de letra, sem características algumas para ser tomado por uma assinatura. À primeira vista, denota ser uma outra nota para identificação do mapa, escrita pelo mesmo que escreveu a legenda e possuía a carta em determinado momento.

Por outro lado, nada se sabe das actividades de Gabriel Valsequa. Naturalmente, como tantos outros, desenhava e reproduzia cartas para vender aos mareantes, naquele período já aceso de navegações.

Afigura-se-me, que a chave do assunto se encontra no que está escrito no próprio verso do mapa.

Aquela inscrição — *Questa ampia pelle di geografia fu pagato di Americo Vespucci CXXX ducati di ore di marco* — é a formal indicação de que este mapa de Valsequa, passou pelas mãos de Américo Vespúcio, mas a tradução à letra diz-nos que ele o pagou e não que o possuiu.

Américo Vespúcio, que nascera em Florença a 9 de Maio de 1451, veio para Espanha a 14 de Maio de 1491, empregado para a filial, em Sevilha, da casa bancária dos Médici. A sua posição é subalterna. É um simples — *factor* — em contacto permanente com as gente do mar, porque a casa em que é modesto empregado, se dedicava especialmente a equipar navios para as viagens.

No seu convívio com os mareantes, torna-se conhecedor de todos os assuntos relativos à navegação, mas as suas disponibilidades financeiras são sempre pequenas.

Ao liquidar a filial do patrão, em 1495, fica na penúria e não obstante os seus conhecimentos do negócio, não tem possibilidades para se instalar por conta própria.

De 1497 a 1499, não se sabe o que ele faz. Em 1499 parte com Alonso de Hojeda para o Ocidente. Os seus conhecimentos geográficos e nauticos, devem ter alguma fama, porque em 1501, a convite do rei de Portugal, parte na primeira expedição ao Brasil, que se seguiu à de Pedro Alvares Cabral.

Ao regressar, depois dum largo percurso ao longo da costa brasileira, missão que levava essa expedição para procurar uma passagem para a Índia, traz uma concepção nova da terra, faz a grande revelação, de que aquele imenso país não era a Índia, mas um Mundo novo.

Torna-se um dos homens mais conceituados entre as gentes do mar. Os seus estudos de infância, o seu forte poder de observação, faziam-no notar e sobressair entre os outros.

Volta segunda vez, noutra expedição portuguesa, e mais firme se radica a sua convicção, de que se descobrira um — *Novo Mundo*.

O que não compreendera Colombo, trazia-o ele à revelação. Não era a Índia procurada pelo Ocidente, era a terra portentosa que o Américo vira.

A forte tonalidade do seu nome, aquele — é — aberto e sonoro, vibrava como um grito de triunfal sucesso. Sem o esperar, dentro em pouco, a tendência à simplificação, reduzia a frase. Já não era a terra que o Américo vira, era somente — *A América*.

É esta a interpretação de Stefan Zweig, no livro que lhe dedica, e melhor se não encontra, que o possa explicar.

De todas essas viagens, Vespúcio manda ao seu antigo patrão, Lourenço di Médici, um relato do que vira. Foi por eles que se ficou conhecendo, que se descobrira o — *Novo Mundo*.

Por dedicação ou por patriotismo, o que fôra modesto e honrado empregado da filial de Sevilha, dava conta ao seu país, do que o seu grande espírito observara.

Já antes o fizera sempre, e então ou agora, é natural que adquirisse o mapa e o enviasse também ao patrão. As suas relações com gente do mar, os seus conhecimentos, o seu crédito como perito de navegações, deviam pô-lo em contacto com todos os cartógrafos mais célebres do seu tempo.

Mas as suas possibilidades financeiras devem ter sido sempre pequenas para tão grande dispêndio. Aqueles 130 ducados — *di ore di marco* — eram uma quantia avultada.

É mais aceitável concluir, que teria comprado a carta a instâncias do faustoso patrão. — *Fu pagato* — foi paga, assim o indica a inscrição, uma espécie de ufânia por tão valiosa aquisição.

Para os Médici de Florença, devia ser preciosa uma tal carta, quando a competição de Portugal se lançava nas empresas marítimas do Atlântico, a ameaçar e a concorrer com os genoveses e venesianos.

Quando Américo Vespúcio, aos 57 anos de idade, é nomeado em Sevilha, piloto-mor da Casa da Contratação, os rendimentos do cargo,

asseguram-lhe apenas uma existência pacata e modesta, e quando morre, em 22 de Fevereiro de 1512, a viuva tem de suplicar uma pequena pensão, para que não morra de fome, a mulher do homem, que revelara a existência do Novo Mundo.

Não é possível conjecturar quando Américo Vespúcio teria comprado o mapa, mas o que não será difícil concluir, é que a legenda foi escrita para ele, por um espanhol que arranhava o italiano.

O presumível empenho dos Médici, para aquisição duma carta, onde viessem figuradas as ilhas, que os portugueses pouco antes tinham encontrado, e sobre as quais se lançavam pretensões flamengas, como adeante mostraremos, podem ser razões para supor, que Américo Vespúcio, a teria adquirido nos seus tempos de simples empregado da casa e a instâncias do antigo patrão.

Ninguém melhor do que ele, poderia servir esse desejo, pelas suas relações de convívio com as gentes do mar e com todos aqueles que trabalhavam no âmbito das navegações, como esses primeiros e ignorados cartógrafos. E também não escaparia ao seu conhecimento, que fôra um piloto ao serviço do rei de Portugal, quem as tinha encontrado — *trobado*.

A adulteração do nome do descobridor, não se me afigura de monta; a data muito menos, se não é a de 1432 que lá está.

É tudo quanto ha de mais natural, confundir-se em Sevilha, anos depois, o nome de Gonçalo com o de Diogo.

Entre tantos, dois havia, célebres em Portugal e na gíria dos navegantes — Diogo Cão e Diogo Gomes. Mas o que se não conhece, é nenhum Diogo de Sevilha ou Sunis, ao serviço do rei de Portugal.

Se daquela cidade fosse oriundo e naturalmente conhecido de Américo Vespúcio, que ali exercia a sua actividade, em negócios do mar, a glória não ficaria tão silenciosa em Espanha, como se persiste em Portugal, para a não dar a Gonçalo Velho.

Se ainda ha dúvidas na leitura, se se quebram lanças pelo — *Sunis* — *Sevilha* — ou — *Silves* — última modalidade para a atribuir a um português, que também se não conhece, porque não entrar na contenda — *Senile* — como outros quizeram ler e resolve satisfatoriamente o caso?

A palavra é italiana, e parece não restar dúvidas, que a legenda foi

escrita por um espanhol que falava mal aquela lingua, ou mesmo pouco a conhecia.

Até que se demonstre o contrário, pode-se muito bem aceitar que fôsse escrita pelo intermediário da compra, para informar Américo Vespúcio, por quem o mapa — *fu pagato* — foi pago, e Lourenço di Médici, quem lançou aquela nota no verso do mesmo mapa.

Esta, é puro italiano; aquela um mixto de espanhol e italiano, em formas dialetais de quem apenas o arranhava.

A legenda, posta ao lado das ilhas, parece indicar o intuito da aquisição e da informação que ela traduz. Não deviam restar dúvidas que eram aquelas.

Se não fôr bastante para assim se pensar, também não ha elementos para afirmar o contrário.

Américo Vespúcio, ao diligenciar o mapa, o amigo que lh'o arranjara, quis ter com ele aquela gentileza, e como sabia pouco da lingua, escreve a legenda com palavras das duas, espanholando as poucas italianas que conhecia. Só assim se pode compreender aquela linguagem em que está escrita.

Mas o que fica patente, é que querendo dar um esclarecimento acabou por levantar uma grande dúvida.

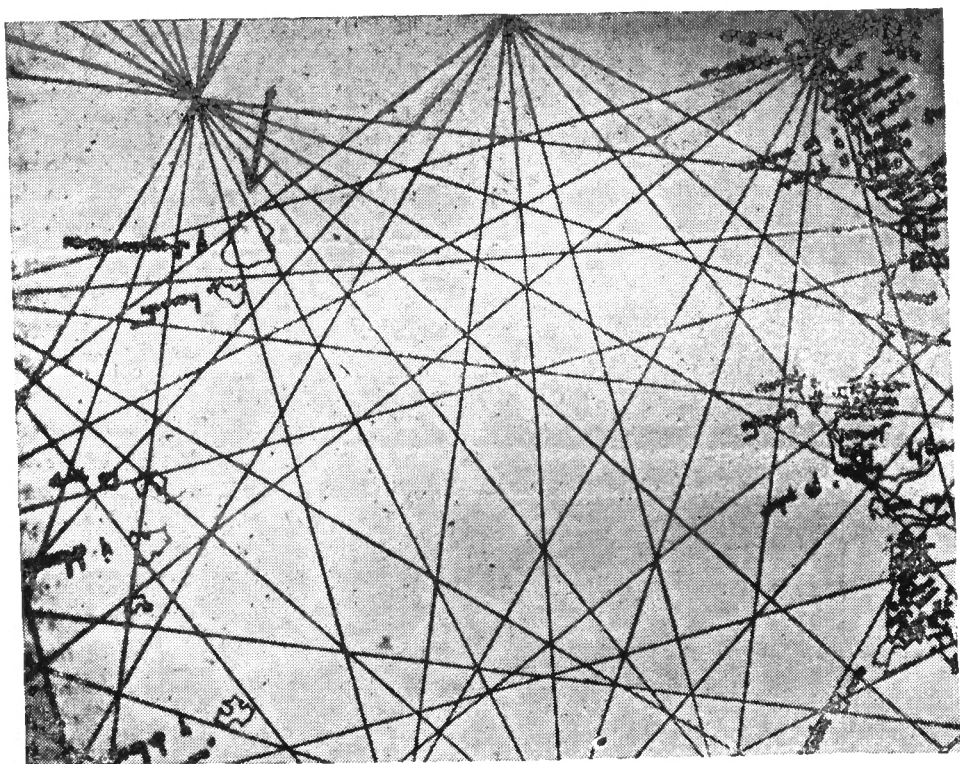
Naquella linguagem semi-barbara, de palavras espanholas e italianas deturpadas, em lugar de fazer luz, trouxe confusões.

O autor do mapa, é quem não tem culpas, e como a legenda se presta a qualquer outra decifração, também se pode ler para Gonçalo Velho, se não houver uma particular embirração para lhe não conceder a glória da descoberta.

O ponto em dúvida, é aquella letra a seguir ao — *p* — que se tomou pela abreviatura de — *por* — ou — *per* — embora se não veja com clareza um - . - (ponto) a seguir a ela, a indicar a redução da palavra.

Para os que preferem — *diego* — essa letra é um — *d* — mas também pode ser um — *o* — ou mesmo um — *u* — se o que se toma pela hasta de um — *d* — não fôr mais do que o rabisco terminal do — *y* — que lhe fica bem por cima, com ele toca, e pode também fechar o — *u* — em — *o*.

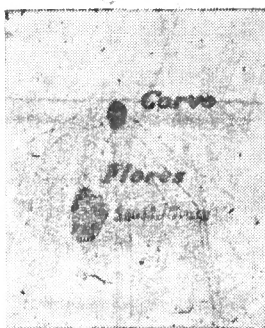
O que se segue e se diz ser — *ie* — do — *diego* -- também parece um — *n* — e então Gonçalo Velho ganharia, porque se leria



Pormenor da carta de Pinelli-Walckenaer — 1384

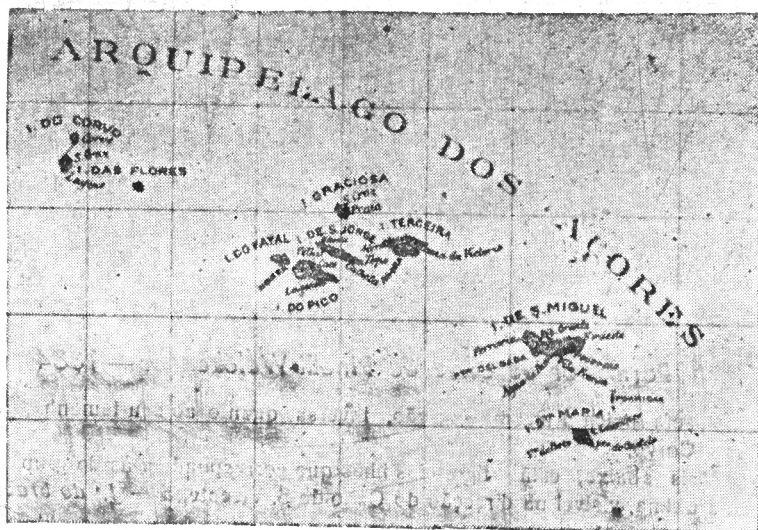
A seta indica a mesma posição, inversa quanto ao seu tamanho, das ilhas Flores e Corvo.

Mais abaixo, estão figuradas ilhas que correspondem às do grupo central, sendo a ultima, visível na direcção do Cabo de S. Vicente, a — *J.^a do Brazil*.



A posição real das ilhas Flores e Corvo

A qual se obteria idêntica, fazendo uma rotação de 180 graus, com o grupo indicado pelas setas, nas cartas anteriores.



O dispositivo geográfico de todas as ilhas dos Açores
em relação aos 4 pontos cardiais

-- *p un go de Senile* -- em que o grupo -- *go* -- seria a abreviatura do seu nome, sem admirar que seja em letra minúscula, porque o -- *diego* -- também o é, para os que assim o preferem.

Parece que a questão devia antes ser resolvida por filólogos, e enquanto se não souber quem escreveu tão mal a legenda, para um estudo comparativo da letra, nada de certo se poderá assentar.

Originalmente mal escrita, pode servir para tudo, menos para constituir uma certeza.

O -- *Sunis* -- que ninguém sabe o que é, como apelido, ou o -- *Sevilha* -- que os espanhoes não encontraram nos seus registos de pilotos, tem todas as probabilidades de ser -- *Senile*. A confusão de Diogo por Gonçalo, não é dúvida que se não possa pôr.

A não ser que se queira preferir o anonimato, para fazer valer a afirmativa, temos de convir, que a legenda não é uma verdade irrefutável.

Numa coisa é ela terminante, e nessa parte todos leram igual, -- é que todas as ilhas foram encontradas pelo mesmo indivíduo, duma só vez e no mesmo ano. É mais uma afirmação a juntar-se à de Martin Behaim.

Se o facto de encontrar alguma coisa, implica uma procura, o significado atribuído á palavra -- *trobar* -- parece indicar, que o seu emprego foi propositado, para caracterizar a missão de que o navegador fôra encarregado, embora a palavra não exista em nenhuma língua e não seja mais do que uma adulteração, espanholando o -- *trovare* -- italiano.

Mas também se não cita que o encargo fôsse dado a outro.

A distância a que estava o estrangeiro que a escreveu, e o tempo já decorrido, é tudo quanto ha de mais natural, para explicar a confusão dum nome e duma data.

Se a carta de Valsequa é posterior ao acontecimento, a legenda é-o ainda mais. Vale tanto, que a sua decifração serve para todas as hipóteses.

Mas Gonçalo Velho fica sempre a ganhar. Basta ser afirmado por autores de quem se ficou a saber os nomes.

A decifração da legenda que apresentamos, é apenas uma diversão, porque não vale, nem mais nem menos, que qualquer das outras inter-

pretações. Só pretende demonstrar, que também se pode ler a favor.

As dúvidas levantadas com a sua leitura, não ficam, nem ficaram esclarecidas. Mas pouco importa.

A ignorância que subsiste do empreendimento da descoberta das ilhas, afigura-se-me encontrar as determinantes da sua explicação, justamente nos episódios que sobrevieram na colonização, fortemente perturbada no seu início e sequentemente, por razões internas do país e pela tentativa flamenga de absorção das ilhas do grupo central e ocidental dos Açores, como adiante procuraremos demonstrar.

Os trocadilhos que se podem fazer com a decifração da legenda da — *Carta de Valsequa* — a favor ou contra Gonçalo Velho, afigura-se-me que nada acrescentam ou diminuem, ao conceito a formar sobre a descoberta portuguesa das ilhas, feita por ele.

Gonçalo Velho não era tão inábil navegador como a crónica de Gaspar Frutuoso nos apresenta. Pelo contrário, está provado, pelo que se conhece da sua anterior actuação, que ele era um dos nautas conceituados das empresas do Infante, e que o seu crédito estava firmado, não só como experimentado homem do mar, mas também como valeroso guerreiro.

Esteve na tomada de Ceuta, em 1415, e diz Azurara na — *Crónica do Conde D. Pedro* — que ficou depois com o encargo de fazer a polícia do Estreito de Gibraltar, velejando com uma caravela, entre a Costa d'Africa, Portugal e Espanha.

É ele ainda quem tem a missão de fazer a segunda viagem ao longo da costa africana, navegando para a Terra Alta, em 1416, entre o Cabo Bojador e o Cabo Branco, ou sejam 15 anos antes de vir aos Açores.

Disto nos dá notícia Diogo Gomes, também navegador, cronista e depois Almoxarife do Paço de Sintra, e que era pessoa experimentada e sabedora na arte de marear, basta para o concluir, saber que o intuito dessa expedição, era atingir a linha equinocial e conhecer das correntes marítimas.

Depois dessa viagem, Azurara ainda o cita em feitos guerreiros, em Ceuta, de 1419 a 1425, e é ele quem tenta a conquista de Gibraltar de combinação com os espanhoes, empresa que falhou e onde

esteve quasi a perder a vida, se não fosse a sua extraordinária força hercúlea, ao desviar-se dum penedo que rolava sôbre ele.

Foi até por estes serviços prestados na navegação e nas conquistas de Africa, que ele recebeu a Comenda da Ordem de Cristo, que lhe trouxe o Castelo de Almourol, reservado a esta Ordem por D. Diniz, desde 11 de Junho de 1321, quando a reconstituiu com o que ficara da dos Templários.

Tem de se concluir, que era pessoa de alta categoria e elevado conceito, quando lhe foi confiada a empresa de vir reconhecer os Açores.

Com tão notáveis qualidades de navegador, como estas que se lhe apontam, é muito creditavel, que tivesse conduzido a viagem ás ilhas, dentro dum plano rigorosamente determinado para o qual lhe não faltava, nem o saber, nem a tenacidade, nem uma sólida experiência do mar.

De resto, se tantos o apontam neste empreendimento, porque duvidar ainda ?

Os cartógrafos, afinal, eram quem menos sabia sôbre a identidade do descobridor.

Quando o genovês Batista Becario, lança ao lado das ilhas, no seu mapa de 1435, a legenda — *insule di novo reperte* — dá-nos uma referência de proximidade, apenas de 4 anos, da viagem de Gonçalo Velho, que quasi a confirma.

Mas, se sabe que os Açores tinham sido referenciados outra vez, parece ignorar quem fosse o navegante, ou não lhe interessa. O que não faz é inventar um nome.

Igualmente, pouco deviam saber, quanto aos sucessos ligados com os descobrimentos, porque Chrystofalo Soligo, na sua carta n.º 28, 1470 a 1486, abaixo das duas ilhas, que a fantasia criara com os nomes de — *Monte Christo* — e — *Sete Sitate* — escrevia tambem esta legenda — *Questi ixolle viem nominade ixolle de los azores quele che sono scrite de roso sono abitade*.

Estamos a meio século de distância do empreendimento de Gonçalo Velho, mas segundo a legenda, as únicas habitadas seriam Santa Maria, São Jorge e Flores, porque só estas estão desenhadas a vermelho.

Homens de gabinete, artífices do desenho, compreende-se que se

guiavam apenas por informações, e alguns não deixariam mesmo de ser gente de letras gordas. A sua ilustração não parece grande.

A ignorância das línguas, aquelas formas arcaicas e dizeres bárbaros, dão-nos a indicação de que a sua escrita era mais fonética do que ortográfica.

Esta legenda também nada pode significar, porque naquela data já todas as ilhas estavam povoadas

Mesmo na parte propriamente desenho, a desigualdade das cartas é tão frisante, ainda nos primeiros 50 anos, que seguem ao reconhecimento dos Açores, que nos dizem trabalharem os cartógrafos por informação e não por referência objectiva.

A disposição e o contorno das ilhas, ainda tão longe da real, é um indicativo, não das deficiências dos desenhadores, porque estes já eram perfeitos, mas sim duma imprecisão informativa, que se confundia nas proveniências donde era colhida.

Alguns, persistindo nas ilhas que vinham reveladas nos mapas anteriores, até juntavam ao lado delas, as que o navegador português agora revelava com maior precisão.

Pelas mãos que iam passando, sofriam acrescentamentos, no louvavel intuito de esclarecer o que ainda era ignorância.

Isso o confirma, as tintas diferentes notadas em promenores e dizeres.

O QUE CONSTAVA SÔBRE A TERCEIRA

Temos de concordar, que a narrativa da descoberta dos Açores, dada por Gaspar Frutuoso, é pura fantasia.

A não ser que as palavras descobrimento e povoamento, tivessem o mesmo significado, de modo algum se pode aceitar, nem mesmo para as duas ilhas de Santa Maria e São Miguel.

Para as do grupo central, ainda muito mais inconcebível se apresenta. Vista uma, todas as outras seriam conhecidas logo a seguir.

Basta vir-se por aqui, dar um passeio, para que ao mais incrívelulo a dúvida se desfaça.

Mesmo que se queira invocar condições estranhas de nevoeiros,

brumas, ou fumos vulcânicos, que encobrissem a vista de umas para as outras, não se explica que 20 anos depois, tudo isso desaparecesse, como hoje se não vê, e entre elas se circulasse tanto à vontade.

Nem a explicação podia valer em face da evolução geológica das ilhas. Nesse ponto, estão como eram, porque o caso exigiria muitas dezenas de séculos.

O que é estranho, é que se a narrativa pode ser atribuída à ignorância de Gaspar Frutuoso, por nunca ter visitado e visto o dispositivo do grupo central das ilhas, o P.^e Cordeiro, que o copia e o segue, incorre na mesma incompreensão. Por aqui andou em pequeno; tinha obrigação, neste ponto, de o não copiar.

O que qualquer deles refere, é o povoamento das ilhas, e nisso traduzem a realidade, ou a aproximação das datas, em que ele se effectuou para cada uma delas.

Pensar que Gonçalo Velho, veio como uma seta, na sua primeira viagem, rachar direitinho sobre as Formigas, é uma ideia extravagante de conto infantil.

Quem olhar para qualquer carta geográfica, que figure os Açores, em relação à costa de Portugal, tem de concluir, que só por uma muito extraordinária coincidência de ventos, poderia o navegador ali ter chegado, trazendo o rumo em linha recta e inflexível.

Alem disso, se os ventos predominantes, eram os das — *frescuras* ou *frieiras* — que sopravam do noroeste e obrigavam os navios a vir toma-los, às alturas dos Açores, para o regresso ao Continente, compreende-se que seriam contrários à navegação, para se poder velejar em linha recta, de Portugal às ilhas.

O mais natural, é que o navegador as procurasse, bordejando de norte a sul.

Os barcos à vela raras vezes podem marchar em linha recta, dum ponto ao outro, mas sim bolinando, em grandes bordadas de aproximação, e nestas, teria, naturalmente, logo de entrada, dado com o conjunto das Formigas, São Miguel e Santa Maria, que estão aproximadamente no mesmo meridiano e dumas às outras se avistam normalmente.

Se descaísse um pouco mais para ocidente, veria ao longe a Terceira.

Quem olha o — *Atlas Catalão* — onde os grupos central e oci-

dental das ilhas, já se desenhavam em situação muito aproximada da real, ou o de — *Pinelli-Walckenaer* — onde elas vem figuradas em fiada norte-sul, compreende perfeitamente, que se o Infante D. Henrique os conheceu e os estudou com Gonçalo Velho, a quem era confiado o empreendimento da viagem, determinaria o rumo em direcções prováveis de encontro e não ao acaso.

A situação das ilhas, em frente à costa portuguesa, forma uma barreira vertical, mais extensa e mais propícia ao encontro, no sentido norte-sul do que no de leste-oeste.

O mais mezquinho raciocínio, leva-nos a concluir, que o navegador nunca viria em linha recta, da costa de Portugal aos Açores. Nem mesmo o poderia fazer, a não ser por um extraordinário favor do vento.

Trazendo a missão de encontrar as ilhas, figuradas no mapa, em pleno oceano, mas sem saber onde, tudo leva a pensar que as procuraria, velejando de preferência, em grandes bordadas de norte a sul.

Era a única solução, para de certeza as poder encontrar, e tinha fatalmente de as achar a todas elas, se não fosse pessoa que se contentasse com pouco, batendo infantilmente palmas de contente, só com uma que a vista lhe deparasse.

É como quem varre uma sala para encontrar um diamante. Não vai às cegas pelo meio da casa. Procura metódicamente, de parede a parede, não deixar um sector de sobrado sem que a vassoura o varra.

Nesta procura das ilhas, não o faria naturalmente de oriente para ocidente, mas sim de norte a sul, mesmo porque os ventos destes quadrantes, eram mais conhecidos da navegação, pelas viagens que se faziam para os países do norte da Europa e porque os do oeste, sendo favoráveis para o regresso a Portugal, tornavam-se naturalmente contrários.

Não é difícil supor a hipótese de assim se ter conduzido a empreza, e de nesses bordejos ter mesmo avistado a Terceira em primeiro lugar.

Por paradoxal que pareça, talvez o facto nos dê melhor explicação para o nome que lhe deram, tão diferente dos das outras, que os vão buscar derivados de nomes de Santos ou de características próprias do seu aspecto exterior.

Por algarismo, é a única que assim fica designada, e é estranha a

razão, porque mais nenhuma tem numeração. Se foi a Terceira que viram, porque não seriam as outras — a quarta, quinta, até à nona, por sua ordem?

O número, que lhe deram por nome, é natural que viesse por outras razões e não pelo facto da ordem alfabética porque foi encontrada.

Nas — *Saudades da Terra* — cap.^o XII do L.^o III, Gaspar Frutuoso, chega a levantar a mesma dúvida, colhendo na tradição popular a informação, de que até fôra a ilha Terceira a primeira a ser vista, quando escreve: — *e communmente se diz (ainda que em seu logar direi o que outros dizem e sentem por mais certeza) que vindo o dito Frei Gonçalo Velho a esta empreza, mandado do dito Infante, descobrio primeiro a Ilha Terceira e depois a de São Jorge e Graciosa.*

É de notar, que a possibilidade geográfica, cabe perfeitamente dentro da tradição.

Eu penso que ela já seria designada por Terceira, mesmo antes de ser reconhecida, se concordarmos, que a empreza não foi conduzida ao acaso.

O Infante, ao debruçar-se sobre os mapas que possuía, para estudar com o navegador, as marcações prováveis das ilhas, naturalmente havia de formular várias hipóteses, para as possibilidades de as encontrar.

Se olharmos a — *Carta de Pinelli-Walckenaer* — 1384, e nesta nos fixamos, por ser de origem genovesa e anterior ao acontecimento, portanto com probabilidades de ser conhecida do Infante, notaremos que as 3 ilhas mais próximas da Ponta de Sagres, são justamente, a partir de baixo para cima, as designadas por — *louvo* — *caprara* — e — *y^a de brazil*.

Esta última, é a que todos concordam corresponder à Terceira, e é a que fica justamente em terceiro lugar.

Se o navegador trazia em vista estas tres possibilidades, nada impediria o acaso de dar com ela em primeiro lugar, e depois de encontrar as outras duas, chegar à conclusão, que a terceira hipótese fôra a que lhe surgira primeiro.

O nome ficar-lhe-ia pela ironia do imprevisto da ordem da descoberta, e conserva-o depois ainda pela mesma necessidade marítima, da marcação dum terceiro rumo para os Açores.

Quem olha o — *Livro de rolear* — do códice de Valentim Fernandes, que é trabalho dos pilotos do Infante, não deixa de notar, que os roteiros apontam sempre mais duma linha de rumo. A Terceira seria uma referência, um 3.º rumo, na demanda dos Açores.

Examinando qualquer mapa, a ilha apresenta-se, de facto, à cabeça do grupo central — a terceira em aproximação do Continente.

Se traçarmos tres linhas de rumo do Cabo de São Vicente aos Açores, até encontrar as tres ilhas mais próximas, a terceira linha, ao norte, é a que vem cair justamente sôbre esta ilha.

As marcações dos rumos nos empreendimentos do Infante, eram sempre dirigidos à Ponta de Sagres, naquele cabo, e para todos os lados, ha sempre mais duma linha a indica-lo, porque os ventos não podem ser educados, a soprar sempre do mesmo lado.

O nome que persiste, não obstante o episódio accidental, de se chamar ilha de Jesus, durante algum tempo, cuja razão procuraremos explicar adeante, até se generaliza depois a todas as outras, durante o período mais aceso das navegações, o que parece indicar, que se tratava mais duma referência cartográfica, do que duma preponderância política, como outros interpretam.

Mas seja como fôr, abordada a Terceira, não podem restar dúvidas, que todas as outras do grupo central, foram vistas da mesma assentada.

Mesmo na versão de Gaspar Frutuoso, não se pode admitir, que um navio marche de São Miguel à Terceira, sem ver o Pico e São Jorge. Só por um extraordinário capricho dos ventos, podia ir em linha recta, tão inflexível, que a abordasse pelo nascente, sem o mais pequeno desvio, donde não podesse vêr as outras ilhas.

Pelo norte, tinha fatalmente de vêr a Graciosa, e fôsse por um lado ou por outro, vista qualquer delas, surgiria naturalmente o desejo de a contornar, e as outras, a seguir, logo seriam vistas tambem.

Gaspar Frutuoso, e de resto todos os cronistas, apresentam a certeza das ilhas, de tal modo impregnada no espirito do Infante, que não é de aceitar, o navegador não participasse da mesma convicção.

Gonçalo Velho, deve ter reconhecido todas as ilhas na sua primeira viagem, até mesmo as Flores e o Corvo, e com isso concordam os dados que já analizamos e as referências que adeante citaremos.

Só por razões de segredo, enquanto não foi possível povoa-las, permaneceu oculta durante os primeiros anos e em desprimor para os

créditos do navegador português, a descoberta das ilhas por uma só vez. Depois, o desaparecimento propositado da parte da crônica que o referiria, como o afirma o Dr. Jaime Cortesão, explica a continuação dessa ignorância.

Mas, como lhe era devido, isso se esclarece depois, satisfatoriamente, com o pouco que ficou da documentação referente ao povoamento. Quem não guardaria todo o segredo, era a marinagem das caravelas.

Por ela se ia sabendo o bastante, para os cartógrafos o registarem.

Foi a tradição recolhida por Gaspar Frutuoso e a sua ausência de crítica, que deu origem a persistirem tamanhas confusões, ainda de fácil esclarecimento, no seu tempo, se usasse de mais ponderada averiguação.

Pela sua referência à descoberta da Terceira, em primeiro lugar, conclue-se que alguma coisa ficara na tradição, e esta harmoniza-se com a hipótese mais racional, de Gonçalo Velho demandar as ilhas em largas bordadas ao longo dos meridianos e não em linha recta, seguindo um paralelo, perfeitamente ao acaso, que é óbvio observar, não saberia determinar.

Em apoio desta suposição, o — *Mapa Mundi* — do venesiano Andrea Biancho, de 1448, dá-nos ainda uma informação preciosa.

Ao lado daquela enorme profusão de ilhas, que nos dizem, que a sua fantasia supria pelo exagero do número, a confusa informação que delas tivera, figura a oeste de todas, o — *Mar da Baga* — que não é outro que o chamado — *Mar dos Sargãos*.

Aquela localização e aquele nome, que era uma designação puramente popular portuguesa, porque o sargaço era chamado a uva do mar, dos velhos marítimos das costas, dá-nos a noticia de que o descobridor das ilhas o achara também.

Está-se a 17 anos do empreendimento de Gonçalo Velho ; mais nenhum se aponta que viajasse por estes mares.

A informação só pode indicar, que o navegador português, depois de encontrar as Flores e o Corvo, ainda para ali velejara, sempre no mesmo sentido norte-sul, no propositado intuito de lhe não escapar nenhuma ilha, no cumprimento integral da missão que trazia.

Bordejando com o mesmo critério, como é razoavel supor, rebus-

cando palmo a palmo, toda a vastidão do Atlântico, onde os cartógrafos tinham referenciado ilhas, até ali chegara também.

Toda a confusão levantada nas datas atribuídas a cada ilha, para o seu reconhecimento, provem de se confundir o seu encontro com o seu povoamento.

O navegador aparece sacrificado às conveniências nacionais, porque a revelação das ilhas só se manifesta, depois, com a sua posse, efectuada pela colonização portuguesa.

O tempo de demora que decorre entre a data da descoberta dos Açores e o seu povoamento, só pode encontrar uma explicação satisfatória, na paragem que sofreram os empreendimentos do Infante D. Henrique com a morte do irmão, o rei D. Duarte.

As perturbações políticas que então surgiram para a nomeação da regência, na menoridade de D. Afonso V, e os episódios agudos que decorreram durante a de D. Pedro, tio do rei e irmão do Infante, trouxeram forte abalo ao seguimento das empresas marítimas que então desenvolvia. Só em 1440, é que elas recomeçam com nova intensidade.

Quanto aos Açores, é a carta de povoamento, de 2 de Junho de 1439, que marca o início do esforço que se ia continuar.

Mas ha dados, que levam a concluir, que já em 1432, havia colonos nas ilhas, possivelmente só em Santa Maria, pelas razões já ditas da proximidade da metrópole e da sua quietitude vulcânica, em relação às outras. E que esse início de colonização continuou, embora muito reduzido, e de certo só a esta e a São Miguel, parece indicá-lo a carta de isenção de dízima, de 5 de Abril de 1443, pois que a de 20 de Abril de 1447, visa sómente esta última ilha, já então comprovadamente povoada.

As ilhas do arquipélago da Madeira, descobertas em 1418, logo a seguir, em 1420, começaram a ser colonizadas. É natural que o mesmo critério subsistisse para as dos Açores, e as razões da demora, encontram melhor explicação nas causas internas do país, do que nas geográficas, sensivelmente iguais nos dois arquipélagos.

É compreensível que ninguém quizesse vir para umas pequenas ilhas desabitadas, no meio do Atlântico, cavar terras cujas possibilidades se ignoravam.

Sem casas para habitação, com manifestações vulcânicas de vulto ainda em muitas delas, com a realidade patente do isolamento e o na-

tural pavor das lendas oceânicas, ponha-se cada um no campo em que estavam os dessa época, e concordará que não era sugestiva a tentação.

Assim se arrastam perto de 20 anos. Até para São Miguel, a maior e que parecia de convite mais propício, só à força, em 1444, se atiram para lá 30 mouros, que ali ficaram como cobaíes, em experiência de possibilidades de adaptação.

O que aqueles documentos nos mostram, é que ainda se não encontrara povoadores, que guardassem convenientemente a soberania portuguesa nos Açores.

Era mais compensadora e confortavel a vida no Continente, e para espirito de aventura, a fixidez à terra não é tentação que prenda.

Não constituiria convite, o que se conhecia das ilhas: — matos bravios, fumos a sair da terra, águas a ferver, e muito mar à volta.

O começo da colonização por Santa Maria, tem menos explicação, por se supor ser a primeira descoberta, do que pela quietitude vulcânica que revelava. Não se compreende outra razão de preferência, vista a sua pequenez e aridez, em relação com São Miguel.

Quando a crónica de Gaspar Frutuoso nos diz, que esta foi vista em 1444, indica-nos a data em que começa a ser povoada. A carta de 1439, autorizando a colonização, já mencionava — *sete ilhas dos Açores*.

É certo que o cronista a não conhecia, mas também se não desculpa, que tivesse posto a sagacidade do preto, dos altos de Santa Maria, a avistar a ilha, acima da do branco de categoria, que era o Comendador de Almourol.

Surgem depois concessões, favorecendo o povoamento, mas a vinda de colonos continua a ser pequena. Procura-se na Madeira a experiência e a adaptação dos que já lá existiam, e mais regalias concede o poder real.

Pela carta de 20 de Abril de 1447, D. Afonso V, isenta os moradores de São Miguel da dízima de todos os géneros produzidos na ilha. Mas com a mesma lentidão se caminha, até que um fenómeno imprevisito ou já receavel, vem impor à nação, o esforço máximo do povoamento das ilhas: — é o conhecimento que delas tomam os navegadores flamengos.

Está-se em 1449; só São Miguel e Santa Maria, tem uma diminuta população portuguesa, para afirmar a sua nacionalidade.

O acontecimento é revelado, quando surge Jacomo de Bruges a pedir a capitania da Terceira. Atraz dele, outros flamengos aparecem nos Açores, a tomar posições nas restantes ilhas do grupo central, estendendo-se até às Flores.

OS FLAMENGOS NOS AÇORES

Com o seu aparecimento, surge então uma grande razão de Estado para apressar a colonização de todas estas ilhas.

A ameaça dos flamengos, trouxe para os governantes, a necessidade imediata de conjugar esforços, para que se afirmasse a posse efectiva por portugueses, das que faltava ocupar. O único processo de solidéz e inegavel direito, era o povoamento por nacionais.

É então que se desenvolve, com intensidade e com persistência, todo o trabalho da colonização.

Considerar a vinda dos flamengos, como uma desejada intromissão de estrangeiros no povoamento dos Açores, afigura-se-me uma afirmação errada, posta para esconder um grave contratempo. Tem de se aceitar, que foram consentidos por tolerância e não por desejo do Infante.

Com eles tinha o país muito boas relações; a condessa da Flandres, mulher de Filipe o Bom, que então os governava, era a princesa D. Isabel, filha de D. João I e irmã do Infante D. Henrique, mas sempre eram estrangeiros, e não é de aceitar, que eles tivessem muito desejo de servir Portugal, de preferência ao seu país.

É sempre uma questão de princípio nacional e de fidelidade à sua pátria. Hoje, ontem, sempre, a devoção patriótica, é sentimento basilar em todos os povos.

A instalação dos flamengos nos Açores, em número apreciavel, a seguir ou mais tarde, traria para o seu país, inevitavelmente, a reivindicação da posse das ilhas.

Isto é intuitivo e disto precisava defender-se o governo português.

Se os interesses recíprocos de comércio e navegação, eram altamente benéficos para Portugal e para a Flandres, a ameaça era evidente,

porque não é de aceitar, que os flamengos, cêdo ou tarde, não puxassem para o seu país, os proveitos que, propositadamente ou a contento, viriam dar ou colher, com a sua entrada no povoamento das ilhas.

A supôr-se que o Infante rodeara o reconhecimento de todas as cautelas precisas, para que o segredo se não revelasse aos outros povos que navegavam, seria ingenuidade acreditar, que a marinagem das naus, nas suas conversas com os camaradas flamengos, na vinda destes a Lisboa, ou ida dos nossos à Flandres, não dessem à língua, contando o achado.

Adeante analizaremos, em especial, o caso dos dois flamengos, Jacomo de Bruges e Fernão Dulmo, mas estes e os dois outros, Jobs Van Huertere e Wilhelm Van der Haegen, ao contrário do que ficou escrito, devem ter constituído forte motivo de apreensões para o Infante e para o governo da nação.

Declarada a ameaça com a pretensão do primeiro, surge então aquela série de cartas régias e doações, que traduzindo o grande esforço pelo povoamento, nos dizem, pela sua sequência e repetição, aparentemente escusada, que o grave problema da posse das ilhas, precisava ser afirmado com insistente e decisiva documentação oficial.

Da sua análise e do seu confronto, deduz-se a persistência e a cautela, com que se repetiam afirmações já ditas, sôbre o direito português ao seu domínio.

A carta de 10 de Março de 1449, que insiste na licença para o Infante mandar povoar os Açores, onde ele — *mandara lançar ovelhas* — quando refere as 7 ilhas, é mais concludente pensar, que só diz respeito às 5 do grupo central e às duas mais desgarradas, Flores e Corvo, porque São Miguel e Santa Maria, já com povoadores portugueses, não entravam na contenda.

O caso, para estas duas, estava já arrumado e não seria debatido. A ameaça dos flamengos só podia incidir sôbre todas aquelas que ainda estavam despovoadas e sôbre as quais convergiram.

A carta de doação a Jacomo de Bruges, tem a data de 1450; logo a seguir, na de 20 de Janeiro de 1453, aparece a doação da ilha do

Corvo ao Duque de Bragança. São apenas 3 anos de diferença; era a garantia dum documento a registar o seu conhecimento e a posse indiscutível, por um príncipe de casa real. E é razoavel aceitar, que aquele nome acautelava a maior, a que nas cartas antigas é designada por — *Corvi Marini* — e não é outra que as Flores, mas figurando no tamanho e na posição, inversa com o Corvo actual.

O que se não pode conceber, é o conhecimento duma sem a outra.

Depois, a 2 de Setembro de 1460, confirma-se a outra carta de 22 de Agosto do mesmo ano, em que o Infante D. Henrique faz ao sobrinho e filho adoptivo, D. Fernando, a doação das duas ilhas, de Jesus Cristo e Graciosa, para logo a seguir, a 18 de Setembro daquele ano e em duas cartas separadas, com a mesma data, doar à Ordem de Cristo a espiritualidade das ilhas, numa, só São Miguel e Santa Maria, na outra, a mesma insistência só respeitante às duas já citadas de Jesus Cristo e Graciosa.

O intuito é manifesto; reforçava-se com o fundamento forte da religião, a doação ao príncipe da casa real, que era afinal o próprio mestre da Ordem de Cristo.

Até as doações sucessivas à Ordem, por grupos de ilhas, como os documentos de 1460 indicam, parecem traduzir um propósito de lembrança, que aparentemente pareceria escusada.

Todas — *as terras do Ultramar adquiridas e por adquirir para todo o sempre* — tinham já sido doadas à espiritualidade daquela Ordem por D. Afonso V, a 7 de Junho de 1454, e tivera as bulas de confirmação dos Papas Calixto III, de 3 de Março de 1455, que reproduzia a anterior de Nicolau V.

Mas a 21 de Junho de 1481, voltam a ser confirmadas pelo Papa Xisto IV, agora com a especificação categórica de serem — *as ilhas dos Açores e das Flores* — quem sabe se por instância especial, para esta última, ainda por razões de pretensão flamenga, como adeante analizaremos.

Compreende-se, que nesse tempo, o poder da soberania papal e o que representava o seu apoio para o reconhecimento dos direitos reais, tornaria necessária a sanção de Roma, como garantia da sua conservação. Mas também se não explica bem, que as Bulas de concessão, demorassem tanto.

É claro que seriam exigidas condições e haveria cautela na guarda dos direitos, que outros poderiam invocar, no que foi sempre de grande cuidado e prudência a diplomacia papal. Contudo, se essa sanção era necessária, e se a doação do domínio espiritual das ilhas à Ordem de Cristo, era condição para agrado de Roma, também se não compreende, que a Madeira fôsse a ela doada a 25 de Setembro de 1433, 15 anos depois de descoberta, e os Açores, a 7 de Junho de 1454, ou sejam 23 anos passados.

É certo que na carta de doação de 1433 se faz referência às — *ilhas novamente descobertas* — que provavelmente seria alusão aos Açores, mas a exigência dum lado, ou a conveniência do outro, impunha para elas a carta em separado de 1454, a que se acrescentava à cautela, também lhes pertencerem as novas terras adquiridas no Ultramar, o que era intuito de garantia para as dúvidas, que se poderiam levantar com outras descobertas.

Que não estava tão garantida a doação, como esta carta basilar o indicava para os Açores, parece depreender-se de todas aquelas outras, que sucessivamente foram aparecendo, para se lhes conservar o direito, até com indicação especial dos nomes das ilhas em que mais importaria firmar esse direito, como o parece indicar a referência às Flores.

Mas, se o apoio de Roma era importante, não o era menos, o direito de soberania do rei.

Ainda na data de 18 de Setembro de 1460, o Infante D. Henrique, dâ a temporalidade das ilhas de S. Luiz, S. Dinis, S. Jorge, S. Tomaz, e Santa Iria, ao próprio rei D. Afonso V, o que pareceria absolutamente desnecessário, se não fôsse preciso, depor na soberania do poder real, a posse e a guarda do património nacional.

Mas, o que é estranho, é que na citação não figura a ilha de Jesus, nem a Graciosa.

O que se pode concluir, é que existindo o litigio ainda aceso com os flamengos, seguravam-se as outras em mãos indisputáveis, omitindo-se por prudência, as ilhas que estavam em contenda. Para estas, não seria oportuno comprometer a posse do rei, que a ser negada, podia originar graves problemas, que só a violência duma guerra poderia resolver, e isso evitava-se habilidosamente.

O que parece confuso e incompreensível, teria assim a sua expli-

cação natural. Era proceder diplomático, que confiava à deligência, no tempo e na oportunidade, a melhor forma de solução.

No seu próprio testamento, apenas um mês depois, a 13 de Outubro do mesmo ano de 1460, no condicilo anexo, o Infante inumera todas as ilhas, com as igrejas que mandou fazer, não só no propósito das preces por sua alma, mas numa especificação cuidadosa e ordenada, para afirmar que todas elas lhe pertenciam e tinham já população portuguesa para receber o culto. Era a sua última vontade, à beira da morte, porque morre a seguir, a 13 de Novembro.

A carta de D. Afonso V, logo após, a 3 de Dezembro, fazendo a doação de todas as ilhas, a seu irmão, o Infante D. Fernando, de sua — *livre vontade, certa ciência, poder absoluto* — é mais um documento a garantir a posse e a dizer-nos, que o pleito sôbre as ilhas disputadas, continuava sob o patrocínio real, mas sem compromisso imediato e irredutível dos seus direitos e poderes.

O período que decorre desde a vinda de Jacomo de Bruges, em 1449, até ao seu desaparecimento, parece corresponder a um período de intensa insistência sôbre o direito português à posse dos Açores.

Do que se teria passado na luta diplomática pela afirmação desse direito, nada ficou na crônica dos descobrimentos, que dele nos dê notícia, nem tão pouco nos arquivos.

Quanto a irmã do Infante, a princesa D. Isabel, condessa da Flandres, tenha interferido no caso, nada se encontra também, mas não seria de estranhar, que a profusão de cartas e doações, confirmando nos príncipes da casa real de seu pai, a posse incontestável das ilhas, tenha encontrado no seu ânimo e na sua interferência, um forte apoio, para que ele se mantivesse.

O mistério da colonização continua oculto, e ignorado ficará, porque segundo a afirmação do Dr. Jaime Cortesão, a crônica de Azurara foi propositadamente truncada, quando se refere à colonização das ilhas.

É de facto para estranhar, que encontrando-se na chancelaria de D. Afonso V, documentações e nomeações de 1432, quanto aos acontecimentos das ilhas, se mantenha absolutamente vazio.

Isso já notara o cronista João de Barros, nas suas — *Decadas* — escritas em 1778, confessando que — *não foi pequeno o trabalho que tivemos em ajuntar cousas derramadas, e per papeis rotos e fóra da ordem, que elle Gomezeanes levou no processo*

deste descobrimento. As cousas do tempo del Rey D. Afonso, como elle prometteo, não as achamos — e o que João de Barros encontra — não são mais que algumas lembranças, que achamos no Tombo e nos livros da sua fazenda, sem aquella ordem de annos que seguimos atras, somente huns fragmentos deste descobrimento.

Para o Dr. Manuel Monteiro Velho Arruda, seria a — *mutilação propositadamente feita no sentido da defesa dos nossos empreendimentos maritimos para o ocidente.*

Penso que se explica melhor, com o incidente dos flamengos.

O intuito de empreendimentos para o ocidente, só aparece 40 anos mais tarde, e os Açores nesse tempo eram já sobejamente conhecidos.

Não havia já razões para ocultar notícias sobre a sua descoberta e muito menos sobre o seu povoamento. Pelo contrário, dados claros sobre este, seria a melhor garantia da sua posse portuguesa.

As que existiram foram as iniciais, e as mais plausíveis de crédito, afiguram-se-me as que se ligam com as investidas dos flamengos — *que o Estado achava de necessidade nacional esconder* — transmutando os próprios dizeres do erudito micaelense.

A revelação feita pelo Dr. Jaime Cortezão, embora negativa, abre intensa luz no problema da descoberta e povoamento dos Açores. A supressão da parte da crónica que o referiria, é tão incisiva, que não pode ser attribuida a maldade e muito menos ao intuito de suprimir bases para o seu conhecimento.

O contraste desse desaparecimento, com a parte que ficou, parece intencional.

Seria infantil supor, que por tal processo, se podesse ocultar a realidade objectiva e incontestável da sua existência. Pensar que mais ninguém encontraria as ilhas, seria fazer pouco das capacidades dos outros, o que é de acreditar e se não verifica, nenhum homem de Estado até hoje o pensasse. A razão só pode encontrar explicação num motivo político. Suprimiam-se documentos e dados, para ficar occulto, o que era preciso se não soubesse e vivesse na memória dos homens, a colidir com a apreciação de sucessos, que eles movimentaram. É, e foi sempre, o processo usual de esconder a maldade e a tragédia humana.

De resto, a doutrina da necessidade do segredo, aventado por uns,

quanto aos nossos empreendimentos, sugere a outros fundamentadas dúvidas.

O resultado das navegações ao largo da costa africana, foi dado sempre ao conhecimento de todos, marcando-se cada ponto atingido mais alem, com o levantamento dum padrão de pedra, que o ficava assinalando.

E já muito antes, quando D. Afonso IV escreve ao Papa Clemente VI, com certo remoque, por lhe não ser reconhecida e garantida a posse das Canárias, revelava, que não só mandara efectuar a expedição de 1341, mas anteriormente outra ali derigira, provavelmente antes de 1336, e nisso tinha persistido — *para que dilatada cada dia com o augmento de fieis, enfraquecida a perfidia dos pagãos, totalmente floresça a fé de Christo.*

Se o fundamento era sincero, ou motivo de simpatia para o valioso apoio do Papa, o intuito tinha incontestavelmente mais larga visão política, como o procedimento futuro o demonstrou.

Pretendia tomar posições contra o mouro infiel, mas ao mesmo tempo firmava a defesa contra o maior obstáculo que ele representava, para o que se projectava de expansão nacional para o mar.

Essa política já vinha do tempo do pai, o rei D. Diníz, o que serve para explicar aquele contrato do almirante genovez D. Manuel Pessanha, em 1317, com a obrigação de manter na marinha, como arrais, 20 genoveses sabedores das coisas do mar.

Era a escola de navegação que começava, o intuito da expansão para o mar que se definia e que teria depois, como sequência natural, o grande impulso que lhe deu o Infante D. Henrique. As coisas não surgem por acaso; é preciso prepara-las.

Quanto às ilhas, o segredo da sua descoberta e povoamento, só encontra apoio no que desapareceu, propositadamente, segundo Jaime Cortezão, dos documentos que o referiam.

Tambem para elas o conhecimento foi sempre revelado, e compreende-se que assim fôsse, como garantia de posse.

Já D. Pedro, na regência do reino, na menoridade de D. Afonso V, enviava ao Papa, como embaixador especial, Fernão Lopes de Azevedo, para lhe dar justamente conhecimento das intenções desses empreendimentos, o que é relatado na Bula de Eugenio IV, de 3 de Janeiro de 1445.

Talvez, porque nesta se não faz referência às ilhas dos Açores, já então descobertas, a doutrina do segredo quer encontrar algum apoio. Mas ha que considerar, que a Bula se referia em especial à Madeira, que fôra doada ao domínio espiritual da Ordem de Cristo, por carta de 25 de Setembro de 1433, ou sejam 15 anos depois de descoberta, e a doação dos Açores tem a data de 7 de Junho de 1454, não sendo de admirar que o Papa só quizesse reconhece-las e as mencionasse, mediante essa doação especificada nas atribuições de espiritualidade, como depois se verifica pela de Calixto III, de 13 de Março de 1455.

A exigência da menção pormenorizada dos nomes das ilhas doadas, é perfeitamente compreensível. A política, mesmo a favor, metia exigências. É natural que a Igreja as tivesse também. Aquela demora que se nota, parece indicar, que se não era resistência do poder real à doação, qualquer outro motivo haveria.

Ainda se não disse se os arquivos do Vaticano abrem alguma luz no assunto. Houve por certo negociações e correspondência, que, possivelmente, possam explicar melhor as dúvidas, que o retardo das datas indicadas levam a sugerir.

Continua estranho e inexplicável, que havendo tanto português illustre na Ordem de Cristo, com feitos notáveis para uma recompensa se entregassem a estrangeiros as capitánias da Terceira e do Faial.

Por outro lado, a acção da Ordem pouco se afirma nos Açores. É uma doação, uma espiritualidade, uma actuação de escassa manifestação. É quasi um pro forma, um pretexto, e só aparece, de facto, com a vinda dos flamengos, numa flagrante coincidência.

A razão daquelas duas mercês, dando as capitánias da Terceira e do Faial a estrangeiros, seria naturalmente de ordem muito superior à vontade do Infante, e não será desacertado pensar, que uma política de transigência fosse habilidosamente adoptada, até que as circunstâncias podessem solucionar o caso dum modo mais definitivo e mais nacional.

A CAPITANIA DA TERCEIRA

Caímos assim no povoamento da Ilha Terceira.

Procuro no trabalho do Prof. Jules Mees, da Universidade de Gand, — *Histoire de la Découverte des Açores e de l'origine de leur Dénomination d'Iles Flamandes* — publicado em 1901 e traduzido nos n.ºs 2 e 3 da — *Revista Michaelense* — em 1919, elementos referentes ao assunto, mas lá como cá, são silenciosos os arquivos, em dados concretos, sobre tão estranho caso.

Os motivos seriam idênticos; nas chancelarias não ficam registos do intuito, logo que o intento não ficou assegurado.

Mas dá-nos uma informação curiosa: foi Behaim quem, em 1494, lhes chama pela primeira vez — *Ilhas Flamengas* — numa carta enviada a Nuremberg, e que nos arquivos de Bruges, o nome Açores, só aparece a partir de 1590. Ainda em 1490, aparece a designação de — *Portugaloyse eylanden* — mas depois, persiste o nome de — *flamengas* — durante todo um século.

Das suas informações, pormenorizadas em certos pontos e sobre as quais me apoio nesta exposição, nada se colhe de especial, que abra luz em relação com o intuito dos flamengos, ao dirigirem-se para estas ilhas.

No seu estudo, não deixa transparecer a hipótese que aqui formulamos, mas não oculta o motivo, que talvez o levasse a tão cuidadosa procura histórica, quando, observando a absorpção dos compatriotas do Faial, pela predominância portuguesa naquela ilha, conclue descontente: — *ainda que custe ao nosso amor próprio nacional, é preciso admitir, que o elemento flamengo não era portanto tão importante nos Açores como até agora foi susposto.*

E estende-se em justificações baseadas na pobreza do país, dizimado por epidemias, revoltas, lutas intestinas e com os vizinhos, a dar a entender, que a predominância flamenga se não acentuou por essas razões.

Havia então na Flandres uma grande guerra e uma extrema miséria — cita ele de Behaim, e conclue ainda — *estas palavras vagas do cosmographo, dão a indicação que é na situação económica da Flandres, que se devia procurar a resposta desta questão.*

Mais terminante, é o Barão Alphonse De Haulleville, outro escritor flamengo, no seu estudo — *Les aptitudes colonisatrices des Belges et la question coloniale en Belgique*—1898, ao escrever : — *As Ilhas Flamengas, incontestavelmente colonizadas pelos nossos maiores pertenceram-lhes em um momento dado. Em 1466 ellas foram dadas por Afonso V de Portugal a sua tia Isabel mulher de Philippe o Bom.*

Depois, é com intencional propósito, que se insurge contra os Duques de Borgonha, — *que em vez de visar a intervenção nos negócios franceses* — se tivessem olhado antes para o mar, — *quem sabe se esse pequeno dominio dos Açores, não teria sido o ponto de partida d'um grande império transatlântico.* E a rematar, esta tirada : — *esses príncipes egoístas, preferiram abandonar desdenhosamente a obra de Jossue Van den Bergue, um dos maiores navegadores do seu tempo.*

Se ha que corrigir na verdade histórica, o intuito fica patente. A interpretação do episódio flamengo nos Açores, é igual à nossa.

Aquele Jossué Van den Bergue, é o flamengo, que ficou na história de Portugal e em especial na desta ilha, com o nome de Jacomo de Bruges.

Se para o Prof. Mees, no aludido estudo, não se encontra nos arquivos flamengos e registos consulares, indicações precisas para o identificar, para outros a dúvida não subsiste.

Ele próprio encontra tambem alguns Jozs Van den Berghe, mas não acha elementos para especificar um deles, embora seja lógico observar, que nos registos consulares, figurariam apenas como simples mareantes.

Na obra — *Henri le Navigateur et l'Academie portugaise de Sagres* — 1890, do — *lieutenant-general Wanwermans* — Josse Van den Berg, de Bruges, é conhecido em Portugal por Josse Van Brugge ou Jacomo de Bruges, estabelecido em Lisboa e comerciando entre os Países Baixos e o nosso.

Com esta opinião se harmoniza a de muitos outros e faz reviver a que expandiu o inglês William Guttrie, em 1795, no seu livro — *A new system of modern geography*.

Já a perspicácia e o sentido crítico de Drumond, a traz transcrita nos seus — *Annaes da Ilha Terceira* — que traduz deste modo: — *as ilhas dos Açores foram descobertas por João Vander-Berg, mercador de Bruges, no meio do seculo XV, em uma viagem para Lisboa; o qual fôra pela tempestade lançado para estas ilhas, que achou sem habitantes, e lhes chamou ilhas Flamengas. Que á sua chegada a Lisboa se gabara disto descobertamente; á vista do que se fizeram immediatamente á vela e foram tomar posse dellas os Portugueses, a quem ainda pertencem: e foram chamadas em geral Açores, do grande numero d'Açores e falcões achados entre ellas.*

A tradução livre de Drumond, condiz com a do Prof. Jules Mees. Apenas diferem no primeiro nome. Para Drumond é João, para o Prof. Mees, Jossué, e ainda para este, a noticia fôra colhida por Guttrie no — *Theatrum Orbis Terrarum* — de Ortelius, Anvers, 1595.

A data que este último lhe atribue, é a de 1445, mas nesta já se navegava para as duas ilhas de São Miguel e Santa Maria, onde se começava o esforço da colonização.

É sempre a mesma a razão da confusão das datas. A distância e o tempo, para todos, explica o mesmo engano de memória. A colonização que o Infante ainda não conseguira, permitia attribuir a outros, o que Gonçalo Velho já effectuara.

A versão dos navios portugueses, — *que se fizeram immediatamente á vela* — pode encontrar assim a explicação, muito natural, de virem com outro propósito do que o indicado por aqueles autores. Mas se avançarmos na data, para o ano de 1449, ha um desembarque na Terceira, na Ribeira de Fr. João, referido pelos cronistas, que pode acertar com a referência. A ele nos referiremos mais adiante.

Do que se teria passado com o flamengo Jossué Van den Bergue, nada ficou na crónica dos descobrimentos e, em especial, no que respeita ao povoamento da ilha, mas o que é certo, é que, em 1450, Jacomo de Bruges, aparece como capitão-donatário da Terceira.

Se era conhecido como comerciante e navegador, com o seu verdadeiro nome flamengo, do Jacomo de Bruges nada se sabia. Não

era piloto ao serviço de Portugal e nenhuma crónica ou documento, aponta o seu nome, a prestar serviços ao país para tamanha recompensa. É um nome inteiramente desconhecido, mas identificado numa pessoa, que era flamengo de nação.

Sejamos razoáveis, para admitir, que uma outra forte razão justificaria a concessão, e outra não encontramos, que melhor o explique do que a notícia de Guttrie.

Por acaso, ou propositadamente, atirado pela tempestade, ou pela própria vontade, Jossué Van den Bergue, vindo da Flandres para Portugal, desviou-se para ocidente e foi cair sôbre a Terceira, justamente no ponto mais ao norte, onde se aponta o primeiro desembarque, no local que ainda hoje se chama as Quatro Ribeiras.

E não seria de admirar, que o fizesse conscientemente, porque nas relações de comércio que havia entre os dois países, se o não conhecia pela posse de mapas idênticos aos que possuía o Infante, o convívio dos marinheiros portugueses com os flamengos, daria naturalmente notícia do encontro destas ilhas.

Jossué Van den Bergue, caindo sôbre a Terceira e encontrando-a desabitada, considerou-a um achado seu, e é mesmo natural, que se não limitasse a conhecer só esta, e de todas as do grupo central, tivesse logo uma vista imediata. A coisa seria extremamente fácil, dando uma volta à roda da ilha.

Mais por isso, do que pelas tentativas da colonização, se justifica que os Açores figurassem depois com o nome de — *ilhas flandricas* — ou — *flamengas*.

Se o Infante tivesse ocultado o reconhecimento que Gonçalo Velho fizera de todas elas, logo na primeira viagem, teria graves dificuldades para poder justificar o direito de posse de todas as ilhas.

Naturalmente, por razões de grandeza, aspecto exterior, ou mesmo pela sua situação mais ao oriente e ao norte, marcando uma boa rota do seu país para o sul, Jossué Van den Bergue, entre as outras, escolheu a Terceira, e como a encontrou desabitada e sem nome, pôz-lhe um — *a ilha de Jesus Cristo*.

Se tinha relações com o dia em que a abordou, nada ha que o possa afirmar, embora se possa conjecturar, como adeante o deduziremos, mas é de notar, que mais tarde aparece numa das cartas de

Soligo, 1460, junto das ilhas dos Açores, duas outras com os nomes de — *Monte Cristo* e *Sele zilate*.

Esta última era uma ideia do flamengo Fernão Dulmo, quando o vamos encontrar organizando uma viagem para a ir descobrir. A proximidade da outra, pode indicar a mesma origem e uma preferência dos navegadores daquele país pelo nome de Cristo.

A primeira vez que a ilha Terceira tem a designação de — *Jesus Cristo* — é justamente na carta de doação a Jacomo de Bruges, mas os dois nomes acompanham-se sempre, cuidadosamente postos em todos os documentos posteriores que se referem às ilhas, o que parece intencionalmente escrito, para indicar que se tratava só duma e sempre a mesma ilha.

Nas próprias cartas de Christofalo Soligo, até à que tem o n.º 30, o mesmo nome se conserva, e só nesta o perde e volta definitivamente ao primitivo de Terceira.

Estamos em 1486; estava liquidado todo o incidente da investida flamenga nos Açores.

O que se tem de assentar, é que o nome de — *ilha de Jesus* — não tem relação alguma com a Ordem de Cristo. A doação para efeitos espirituais, só vem alguns anos depois.

Porque nunca se encontrou o original da carta de doação a Jacomo de Bruges, que propositadamente não deve ter sido registada, como o não foi a de Jobs de Hutra, é motivo de dúvida, que as cópias transcritas pelo P.^e Cordeiro e Drumond, reproduzam fielmente o documento.

É realmente para pôr de remissa, que havendo a lei mental de 1434, promulgada por D. Duarte, que privava as mulheres do direito de sucessão nos domínios reais, se abrisse uma excepção para o estrangeiro Jacomo de Bruges.

O ponto, a discutir sob outro aspecto, no que podia ser adulteração para as pretensões do genro e da filha do donatário, não invalida a hipótese deles possuírem uma cópia do original. Jacomo de Bruges teve direitos de capitania; de certeza, devia ter um documento oficial que a concedia e garantia.

O que da carta interessa analisar, quanto à sua concessão, na cópia transcrita existe o bastante.

À intuição histórica de Drumond, não escaparam os seus dizeres e eles sobressaem na sua apreciação e na sua crítica.

Nela se identifica, que Jacomo de Bruges é natural do Condado da Flandres e que veio e disse — *que porquanto desde ab initio, e memoria dos homens, se não sabiam as ilhas dos Açores sob outro aggressor senhorio* — salvo o do Infante — *nem a Ilha de Jesus Cristo, terceira das ditas Ilhas a não souberam povoada de nenhuma gente que atégora fosse no mundo, e ao presente estava erma e inabitada, que me pedia por mercê* — para a povoar, porque ele Infante era senhor das Ilhas, e era da sua real autoridade fazer-lhe essa mercê.

A redacção traduz tamanho cuidado de afirmação dos poderes do doador e minúcias de precisão quanto à situação da ilha, a — *260 léguas do mar oceano, erma e inabitada* — sem outro — *agressor senhorio* — que indica um propósito de eliminar quaisquer dúvidas, quanto aos legítimos direitos do Infante e ao reconhecimento que disso fazia Jacomo de Bruges, ao pedir a capitania.

Quem a lê, colhe a impressão, de que foi cautelosamente redigida, para conceder direitos a duas pessoas que os disputavam.

Não escapara o caso ao senso critico de Drumond. Ao analisar a carta, iguais dúvidas se levantam perante a sua alta intuição histórica, quando conclue: — *talvez a dessem a Jacomo de Bruges para ele não reivindicar a posse por outros meios.*

Quais ?

Os do patrocínio do seu país.

Toda a actuação de Jacomo de Bruges se enreda numa série de factos e incidentes, que se apresentam com algum tanto de misterioso.

Se o seu aparecimento em tão elevada concessão, estrangeiro, sem serviços que lhe indicassem os merecimentos, o seu desaparecimento, é um outro mistério, para o qual se encontrou sempre benévola condolência na credulidade bondosa de todos os cronistas.

Entre o homem bom que eles apresentam, e o tolerado que deve ter sido, interpõe-se a cortina duma conveniência nacional, que ficou oculta, por razões inerentes à mesma conveniência.

O que parece concluir-se, pelo desenrolar dos factos até ao seu desaparecimento, é que a submissão de Jacomo de Bruges, ao rigor da doutrina exposta na Carta de doação, deve ter sido apenas duma aparente aquiescência. O que se passaria no pensamento e na alma do estrangeiro, só os acontecimentos subsequentes, que se passam até ao

inigma da sua morte, nos dão margem a um vasto campo de suposições.

Jacomo de Bruges, ao tocar a Terceira e ao desembarcar nas Quatro Ribeiras os companheiros, Fernão Dulmo e 30 flamengos da equipagem, devia ser o — *aggressor senhorio* — a que se refere a carta de doação.

Por outro modo se não pode explicar ali, a existência daquela incógnita do Dulmo, e as atenções que com este se tem depois, como adiante analizaremos.

Jacomo de Bruges, garantira-se um direito, com o qual teve o Infante de condescender, para não precipitar acontecimentos, que levassem a uma rotura de relações, com o país de que ele era natural.

Mas se este cedeu, é porque o Infante teve possibilidades de provar, que a ilha já fôra encontrada pelos seus navegadores, aliás a teria perdido, com o achado de que aquele se vangloriava, quando ainda era Van den Bergue.

Na sua chancelaria, haveria, por certo, o relato da viagem de Gonçalo Velho. Esse direito de prioridade, é outro argumento para lhe dar essa glória.

O que se vai passar a seguir, traduz a habilidade do Infante, transigindo e destruindo, uma após outra, todas as possibilidades flamengas nas ilhas.

Primeiro, é a carta de D. Afonso V, de 10 de Março de 1449, aparentemente escusada, em face da de 1439, mas necessária, para revalidar os seus direitos sôbre as ilhas que faltava povoar.

Mas, se o documento de 1449 se pode interpretar como referido às 7 ilhas do grupo central e ocidental, o de 1439 nomeava também o mesmo número, o que a maioria dos autores considera como sendo então as do grupo central e oriental — São Miguel e Santa Maria.

Nesta hipótese, as Flores e o Corvo, seriam ainda ignoradas, o que se não coaduna com a representação cartográfica que delas havia, e decerto teriam movido, igualmente, o desejo de também as encontrar.

O mais lógico, é pensar, que na própria chancelaria real, o número das ilhas se prestaria a confusões, se não se conseguir provar, que já em 1439, se exerciam direitos de posse em São Miguel e Santa Maria.

Ha dados que levam a supor, que desde 1432, Gonçalo Velho começou a transportar colonos para estas duas ilhas.

Como alguém, de repente, não é capaz de dizer, quantas ilhas tem o arquipélago de Cabo Verde, pode compreender, que a ignorância naqueles tempos, quanto ao número certo das ilhas dos Açores, tem uma explicação muito natural. Tão natural que ainda hoje sucede.

A redacção também podia ser propositada. Mantinham-se as 7 ilhas, nas duas cartas de povoamento, justamente para não suscitar dúvidas de ilha a mais ou a menos, que Van den Bergue tivesse encontrado.

Que as Flores e o Corvo, já eram conhecidas, não restam hesitações. Assim se explica que o piloto Pedro Velasco, ao serviço de Portugal, para lá navegasse logo em 1452, como adeante faremos referência.

As características especiais, com que nos surge a organização do governo da Terceira, são outro indicativo dos cuidados havidos com a afirmação da soberania portuguesa.

Aqueles — 4 *Joões* — os quatro senadores de Jacomo de Bruges, traduzem a estrutura da interferência do povo na administração local, onde pelos seus representantes, tomava assento e ingerência nas deliberações governativas.

Como chefe do grupo, vem um homem de categoria e de absoluta confiança — Gonçalo Annes d'Afonseca.

Desembarcam todos na Ribeira de Fr. João, Ribeira Seca, para se não reconhecer o — *aggressor senhorio* — que ficara de guarda à ilha, nas Quatro Ribeiras, juntamente com os 30 homens da tripulação, que ali permaneciam com Dulmo.

Na Praia, estabelece-se o donatário, Jacomo de Bruges, e para Drumond, seria em 1456.

A data parece-me muito avançada, primeiro, porque teria pressa de vir logo a seguir, nas dúvidas que deve ter havido para lhe darem a capitania, segundo, iria logo para ali, porque sendo mareante e mercador, surgiria imediatamente ao seu espirito, a evidência daquela ampla baía, como ponto indicado para futuro comércio. Os homens do mar não sabem cavar a terra.

É mais creditavel, que viesse a seguir, em 1450, e se estabelecesse logo na Praia.

Mas Gonçalo Annes d'Afonseca, fica na Ribeira Seca e as — *datas* — dos terrenos dos 4 senadores, estendem-se por ali próximo. João

Coelho, no Porto Judeu; João Leonardes, no Arrabalde de São Sebastião; João da Ponte, no Belo Jardim, em frente à Praia. Do João Bernardes nada se sabe, nem deixa geração.

O grupo é compacto, a formar barreira.

Ficou até na tradição, como o cita o Dr. Alfredo Sampaio, que os senadores se reuniam no local chamado o — *Canto da Camara* — no Porto Martins, a meia distância da Praia, o que a ser certo, seria a formal indicação, de que o faziam por direito próprio, fóra das vistas e interferência do donatário.

Sobre o proceder de Jacomo de Bruges, pouco se sabe, mas ficou na tradição, que surgiram disputas entre ele e os senadores. O seu governo, devia ser apenas de pura tolerância, mais aparente do que real.

A generosidade dos cronistas condeou-se sempre do donatário, sem compreender e sem prescutar, os intuitos dum tal procedimento, da parte dos primeiros colonos. Até verbera, com certo azedume, a atitude desses portugueses da gema.

Só dentro deste conceito se compreende o aparecimento na ilha, quasi logo a seguir, de Diogo de Teive e Alvaro Martins Homem.

O primeiro, vem da Madeira e é pessoa de categoria. O segundo, vem do continente e é de absoluta confiança do Infante D. Fernando, escudeiro da sua casa, que o manda logo a seguir à morte do Infante D. Henrique, quando toma conta do mestrado de Cristo e das ilhas.

Ambos trazem funções determinadas a cumprir. Não são dois intrusos, aliás, Jacomo de Bruges, com os seus poderes de capitão-donatário, facilmente se desembaraçaria deles. Bastava mete-los num navio e po-los a andar.

Diogo de Teive, escudeiro da casa do Infante D. Henrique, vem por ouvidor geral. São funções de fiscal da lei, directamente subordinado ao poder real e só por este podia ser nomeado.

A versão de que fóra o proprio Jacomo de Bruges que o trouxera, vindo pela Madeira, pode ser aceite. Fica-se assim de acordo com a tradição e com a necessidade das funções que vinha exercer.

Para Drumond, veio em 1456, mas ele tão cuidadoso nas suas de-

duções, decerto não pensou, que a ser necessário o cargo, o seria logo de início. Mas também dá a vinda de Jacomo de Bruges nesta data, o que, afinal, seria a mesma justificação.

Porque em 6 de Dezembro de 1452, Diogo de Teive, teve na Madeira uma concessão, para montar um engenho de assucar, nada obsta a que a exploração do negócio fosse feita pelos parentes, que lá tinha, e ele estivesse a exercer as suas funções oficiais na Terceira. Até a concessão, se podia explicar pela sua importância social e ser recompensa aos serviços que lhe pediam.

A crise, que depois houve, em 1460, no negócio dos assucares, também melhor nos explica, que em 1470, ele volte a aparecer na Madeira, figurando como uma pessoa das mais importantes, na reunião do Concelho do Funchal, a que se refere a — *Revista Portuguesa* — daquela cidade, de Agosto de 1941.

Por outro lado, as funções de ouvidor, só lhe poderiam ser concedidas por carta real e não do donatário.

Pessoa de categoria e de confiança dos capitães da Madeira, compreende-se que viria com funções e poder para fiscalizar as atribuições conferidas a Jacomo de Bruges. Trazia consigo, a experiência da colonização daquela ilha e a jurisprudência que a regulava, o que na carta de doação a Jacomo de Bruges se repetia, seria com atribuições idênticas.

Alvaro Martins Homem, desembarca na ilha por volta de 1461, quando o Infante D. Fernando toma conta do mestrado de Cristo. Nesta data recebe terras do Bruges, por ordem do próprio Infante, e acompanha-o um grupo importante de colonos, na maioria parentes muito chegados.

É fidalgo da sua casa, portanto da sua inteira confiança, e vem em plena pujança da vida. Pela data da sua morte, em 1482, para um termo médio de vida de 70 anos, devia andar à roda dos 40 de idade.

Fixa-se em Angra, e como traz ordens para lhe serem dados terrenos, começa a distribui-los entre os que o acompanham.

Entre eles vem por seu lugar-tenente, Afonso Gonçalves Antona, pessoa de merecimento, acompanhado do filho, Pedro Afonso d'Areia, e ambos com indicação, de ser dada uma — *data* — de terreno a cada um.

Com o Antona vem ainda o Castelhana, Antão Gonçalves d'Avila, fugido do seu país por um crime de homicídio, mas de boa tempera para uma decisão.

As atribuições de Alvaro Martins Homem chegam a tanto e a mais; — traz ordem para traçar uma divisão da ilha em duas capitánias, sendo uma para ele — *por quanto a dita ilha não era partida entre o dito Jacomo de Bruges e Alvaro Martins* — diz depois a carta de doação a João Vaz Corte Real; porque — *entre Jacomo de Bruges e Alvaro Martins capitão da sua Ilha Terceira de Jhu Xp.º sempre houve alguns debates por a terra da dita Ilha não terem de todo partido* — diz a carta de capitania a Alvaro Martins Homem.

Não é demais, que se rememore a sua actuação. Homem de confiança e de acção, a par destas condições, imprescindíveis para a missão de que vem encarregado, Alvaro Martins Homem, tem uma larga visão no modo de a conduzir.

Com as ordens do amo, para o Bruges lhe dar concessões de terrenos, impõe-as num plano de verdadeira estratégia, para coartar a expansão de qualquer núcleo patrocinado por Jacomo de Bruges.

Entre o grupo flamengo das Quatro Ribeiras e a Praia, interpõe as colónias do Antona e do filho, das Lagens à Ribeira d'Areia. Mais adiante, na Vila Nova, o primo, Heitor Alveres Homem, e barra a expansão para o norte, pondo o irmão deste, João Alveres Homem, nas Fontinhas.

Neste mesmo local se fixaram também os — *Cardosos* — donde descendia a mulher de Alvaro Martins Homem, chamada Ignês Mis Cardosa.

Os genealogistas dão os — *Cardosos* — que vieram para a Terceira, como filhos de Martim Anes Cardoso, fidalgo da Casa dos Infantes, logo no começo do povoamento, no tempo do primeiro capitão-donatário, Jacomo de Bruges.

São eles Henrique Cardoso e João Vaz Cardoso, irmãos da mulher de Alvaro Martins Homem, mas é mais natural que viessem com o cunhado e para as Fontinhas fossem habitar, no mesmo sentido de colonização genuinamente portuguesa e de segurança, a que ele presidia.

Na Praia, sede do Bruges, coloca um outro seu primo, João Vaz Homem de Valparaizo e os 4 filhos, os — *Vazes da Praia*.

É tudo gente nova e solteira. Os testamentos conhecidos de Heitor Homem, em 1527. e Gonçalo Vaz Homem, em 1520, referidos a 1464,

ano médio entre a vinda de Alvaro Martins e o desaparecimento de Jacomo de Bruges, dão respectivamente 63 e 56 anos. Se viessem com 20, teriam de idade 82 e 75, perfeitamente compatíveis, para cada um, com os sucessos e com a duração provável da vida.

Do João Homem, sabe-se que, em 1527, era já falecido em Lisboa, e que antes daquela data esteve em Çafim, com um sobrinho do mesmo nome, filho do irmão Heitor Alveres Homem.

Sabe-se isto pelas — *provanças* — feitas em Lisboa, a 13 de Julho daquele ano, que se encontram na cópia da — *Fenix Angrence* — de Ernesto do Canto, e num livro do tombo da casa de Heitor Alveres Homem, que possui o snr. José Monjardino.

É o próprio João Homem, que ao regressar de Africa com o sobrinho, o apresenta ao rei D. Manuel, que o faz escudeiro fidalgo da sua Casa, por se ter batido em Çafim e apresentar as cicatrizes duma estocada, que lhe atravessou o braço direito, e duma lançada que lhe furou o peito até à espádua, pondo-o às portas da morte, sobrinho que regressou depois à ilha e se fixou na Agualva, onde ficou conhecido pelo João Homem de Guadalupe.

Decorrem 66 anos entre as datas de 1461, da presumível chegada à Terceira de João Alveres Homem, com o primo, Alvaro Martins Homem, e a de 1527, em que se fazem as — *provanças*. — Está perfeitamente dentro das possibilidades cronológicas, para o considerarmos na missão em que veio.

Guardava a frente norte das Fontinhas, barrando o passo a possíveis investidas dos flamengos das Quatro Ribeiras, e que era homem mais para isso do que para cavar a terra, indica-o as — *provanças* — batendo-se depois contra os mouros em Çafim, quando aqui já não tinha que fazer.

Com o plano desenvolvido por Alvaro Martins Homem, Jacomo de Bruges estava cercado na Praia.

A perigosa concessão que lhe dava a carta de doação, de poder povoar a ilha — *de qualquer gente que lhe a elle aprouver, que seja da Fé Catholica* — não tinha espaço na sua vizinhança. Não podia seduzir compatriotas, com a recompensa ou a promessa de largos tratos de terreno.

Por falta de apoio do seu país, por descrença de compatriotas que se lhe quizessem submeter, atenta a sua qualidade modesta de simples mareante e mercador, ou porque este cêrco lhe tolhera os passos, não se verifica a vinda da — *gente que lhe a elle aprouver*.

Os nomes que ficam na Praia são aqueles; foram portanto os primeiros. A predominância do grupo dos — *Homens* — dá-nos a explicação da missão de Alvaro Martins.

Pelo outro lado da ilha, colocava ele, João Valadão nos Altares, com as suas 7 filhas, os sete pecados mortais e juntamente os genros das que já seriam casadas, impedindo a expansão dos flamengos das Quatro Ribeiras por ali.

Era outro núcleo compacto, que barrava o passo à cubiça de melhores terras, interpondo-lhe o tampão queimado da aridez dos Biscoitos.

Só restava agora aos flamengos, a linha para o centro da ilha, subindo pela Agualva, mas o obstáculo natural dos montes, e o inóspito do planalto central da ilha, não era campo de tentação.

A larga visão de Alvaro Martins Homem, impedia o passo à tentativa duma expansão flamenga. Só a vemos, de facto, nas Quatro Ribeiras e Agualva, de que nos dá conta a carta do ouvidor Vasco Afonso, de 18 de Maio de 1487, de que adeante trataremos, quando analisarmos a actuação de Fernão Dulmo.

Pela liberdade de movimentos que manifesta Alvaro Martins Homem, e pela distância a que opera, depreende-se o poder que tinha para cumprir as determinações que trazia.

A sua situação, sem ser de evidente rebeldia, não é de subordinação a Jacomo de Bruges.

Instala-se em Angra; o valor da baía salta-lhe à vista, e isso é o melhor argumento para se afirmar que conhecia coisas de navegação.

Estabelece um povoado, faz casas e a obra importantíssima dos moinhos, aproveitando a queda da ribeira no alto de São Cristovam.

A sua vista é tão larga, que ao traçar a cidade, deixou os arruamentos no xadrez e largura, em que hoje ainda se encontram. Bastaria isso, como prova da sua formidável intuição futura.

Que outras não houvessem, esta sobeja, para afirmar o valor do homem. Mas indica-nos mais, que o grupo de colonos que o acompanhou e ele dirigia, seria numeroso, aliás se não compreende que tudo

isto podesse fazer e já está feito, quando 13 anos depois, chega João Vaz Corte Real.

Assim se compreende a existência do lado de Angra, logo desde o começo da povoação, como o afirmam os genealogistas, de Gonçalo Mendes de Vasconcelos, o marido da Bartoleza Roiz Columbreira, a que já nos referimos, a qual conhecera só ainda os dois únicos povoados, o deste lado e o da Praia, e aquele outro Alvaro Vaz Meirens, que figura na cópia da — *Penix Angrence* — de Ernesto do Canto, como tendo acompanhado Jacomo de Bruges, recebendo a sua — *data no logar que hoje se diz do Porto das Pipas* — o qual era casado com uma irmã de Gonçalo Velho, capitão de Santa Maria e Comendador de Almourol, nada mais que o próprio navegador que descobriu os Açores.

A existência destes povoadores, desde o início em Angra, só se explica, satisfatoriamente, por terem acompanhado Alvaro Martins Homem, na sua missão de soberania, pois está esclarecido, que este se fixou de começo nesta parte da ilha, quando na Praia, logo de entrada, Jacomo de Bruges estabeleceu a sua capitania e só neste lado exercia os seus precários poderes.

A acção de Alvaro Martins Homem, é um esforço formidável de colonização portuguesa, para assegurar a posse efectiva da ilha, e até penso, que para se estender a todas as outras seis, que ainda estavam por povoar.

As informações de Fr. Diogo das Chagas, sobre a existência de portugueses em São Jorge e Faial, antes da chegada de Joz de Hutra e Guilherme Vandarog, vem confirmar a suposição.

É mais provável, que aquele piloto Pedro Velasco, ao mandado de Diogo de Teive e a descobrir as Flores, andasse navegando entre as ilhas, nessa missão inerente a assegurar a soberania portuguesa.

Na data indicada na carta de D. Afonso V, de 28 de Janeiro de 1474, para que Fernão Teles possa haver as — *ilhas Foreiras* — que adquiriu por contracto com João de Teive, indica-as como — *ilhas que ha pouco que acharam Diogo de Teyve e Johan de Teyve seu filho — a que ficaram per morte do dito seu pay*. Mas, nessa data, Diogo de Teive estaria ainda vivo na Terceira, embora já liquidado o incidente com Jacomo de Bruges, e antes, em 1453, fôra o Corvo,

provavelmente a — *Corvi marini* — dos mapas antigos, a maior, as Flores, doada ao Duque de Bragança.

Tambem nesta altura, é natural que Diogo de Teive já estivesse na ilha em funções de ouvidor.

Em 18 de Agosto de 1475, ainda o vemos no mesmo cargo, porque é esta a data da concessão que faz das — *terras das Contendas* — a João Leonardes.

Não ha nenhum documento, que indique Diogo de Teive como navegador. Sem ser incompatível, não é crível, que o homem da lei, fosse ao mesmo tempo um homem do mar. As suas funções de ouvidor, podem quando muito justificar, que interferisse, como fiscal do rei, nas providências que se tomavam para assegurar o domínio português nas outras ilhas.

Ha que lembrar, que em 1468, Van der Hague, pretendia fixar-se nas Flores, por estar desabitada, pretensão que teve de abandonar. Porque?

Outra hipótese seria a da recompensa ao filho de Diogo de Teive, pelos serviços prestados pelo pai, e os dois se nomeavam, pai e filho, para melhor título duma posse a favorecer a transação.

O facto de Pedro Velasco, ser apresentado como piloto de Diogo de Teive, não invalida que este, como fiscal do poder real na Terceira, o mandasse a exercer direitos de soberania sôbre as Flores. Assim se explica tambem, que Cristovam Colombo, ouvisse aquele piloto na Arrábida, a pedir informações de navegação sôbre os mares, por onde ele andara nessa missão.

Em apoio desta suposição, diz-nos o Barão de Humboldt, no seu — *Examen critique de la geographie du Nouveau Monde* — que Pedro Velasco navegou duas vezes do Faial para oeste, a primeira em 1452, a segunda algum tempo depois.

Não é difficil admitir, que tivesse ido com a indicação especial das Flores, que já fôra tocada por Gonçalo Velho, tanto mais, que tambem se diz, que era piloto ao serviço do rei de Portugal.

Tirar a suposição, de que Diogo de Teive fôra navegador, baseado apenas na carta de doação das — *ilhas Foreiras* — a Fernão Teles, em 28 de Janeiro de 1474, não tem fundamento de peso. Quando muito, teria recebido ordens para lá mandar o piloto, como as recebem as autoridades.

O Prof. Morison, da Universidade de Havard, parece ter carradas de razão, no seu livro — *Portuguese Voyage to America* — quando o contesta.

A ideia da ilha das — *Sete Cidades* — era uma suposição flamenga. As informações referidas nos papeis de Cristovão Colombo, quanto a ela, foram colhidas do — *Fenaldomos* — Fernão Dulmo, segundo o escreveu o filho — *Le Historie della Vita e dei Fatti de Cristoforo Colombo* — e não de Pedro Velasco.

Como este era espanhol, não admira que o compatriota, António Herrera, puxasse para o seu país, a primeira mão da noticia, ainda com este favoravel remate; Pedro Velasco não encontrando as — *Sete Cidades* — ao voltar para traz, deu de cara com as Flores.

O que se não pode acreditar, é que conhecido o Corvo, já em 1453, as Flores o não fôsem igualmente.

Demais, penso que ao Duque de Bragança, não seria doado o ilheu do Corvo, quando ali à vista estavam as Flores, muito maior e sem dono.

Como já o frizamos, o engano deve-se ir colher, à designação cartográfica porque eram conhecidas: a — *Corvi marini* — a maior, é a que deve corresponder às Flores; a — *Conigi* — ao Corvo.

O erro foi de figuração nessas cartas primitivas, quanto ao tamanho e posição das duas ilhas, postas às avessas, porque não é crível, que uma mingasse e a outra crescesse.

A hipótese Diogo de Teive, como descobridor das Flores, não encontra o mínimo apoio favoravel, em qualquer suposição que se tome.

Como já o referimos, encontramos um escudeiro com este nome, em 1470, numa reunião do senado da Madeira, a figurar como indivíduo de categoria.

Duas pessoas importantes, com o mesmo nome e na mesma época, é duvidoso. É mais natural que fosse o mesmo de visita à sua ilha, chamado pela crise da indústria dos assucares, e a data avizinha-se tanto do — *pouco ha que acharem as ilhas Foreiras* — que é admissivel, por essa época, num prolongamento da viagem até Lisboa, recebesse a promessa daquela recompensa pelos seus serviços.

Em 1474, o filho Joham, provavelmente em Lisboa, insistia pela dádiva das ilhas, perdida a esperança duma das capitánias da Terceira, já então prometidas. A morte de Diogo de Teive, a que se refere a

carta de 28 de Janeiro daquela data, pode não significar mais do que uma confusão com a de Jacomo de Bruges, dois anos antes.

Os dois nomes andariam de tal modo ligados, no segredo da chancelaria, sobre os sucessos da Terceira, que um engano é de aceitar.

Que as — *ilhas Foreiras* — eram conhecidas como habitadas, depreende-se também da aclaração a esse documento, de 10 de Novembro de 1475. São quasi dois anos.

Era tal a distância e tantos os nomes em jogo, que não é de regeitar uma confusão. A dádiva fôra concedida num embróglio de todos eles. Por outro lado, a própria redacção dos documentos, parece ocultar propósitos de aclaração, para que de novo se podesse tornar ao esclarecimento.

Do que não pode restar dúvidas, é que Diogo de Teive e Alvaro Martins Homem, exerciam funções, que colidiam com as atribuições que de direito e exclusivamente, deviam pertencer a Jacomo de Bruges.

As crónicas da ilha, dão conta de frequentes conflitos entre o Bruges e os dois; as cartas de doação já citadas, o dizem também. Os direitos de cada um, eram tais, que subsistiam as decisões até resolução da justiça real.

O mais lógico, é admitir, que sentindo-se Jacomo de Bruges, tão diminuído nas suas atribuições, se resolvesse a ir reclamar os seus direitos, partindo para Lisboa.

Aquela versão, de que Diogo de Teive, é que recebeu a carta que o chamava à Flandres, para receber a herança, é uma fantasia de conto infantil. Qualquer carta que viesse, teria naturalmente sido entregue ao próprio, à autoridade máxima da ilha, que era o interessado.

Se já em 1456, a Praia era um povoado de tal importância, que obrigava à fundação da sua Matriz, como se deduz da pedra encontrada com aquela data, não é admissível, que se ignorasse a existência do Capitão-donatário, pelo menos na mira duma recompensa pela notícia.

Por outro lado, não seria este tão ingênuo, que não desconfiasse da missiva, entregue por quem tanto o inquietava.

De resto, bem sabia que não tinha nenhum condado na Flândres,

como o inventaram os genealogistas, para agrado posterior da família, nem tão pouco negócios a liquidar, porque devia ter empenhado tudo que tinha, nos preparativos da sua instalação na ilha.

Tambem se não pode admitir, que o assassinio de Jacomo de Bruges, fosse feito — *in loco* — como alguns pretendem, podesse ficar occulto, e dele não houvesse logo noticia, como logicamente o deduz Ernesto do Canto.

O mais aceitavel, é que ele embarcasse para Lisboa, a reclamar dos seus direitos de capitão-donatário, especificados no documento official que devia possuir.

Aquella versão que corre, de ele ir a Flandres, liquidar a herança do parente, será certa, mas deve ser considerada como uma razão por ele alegada, para justificar a ida ao seu país, no intuito de demandar auxilio e protecção, se em Lisboa o não atendessem, o que não seria outra coisa, a efectivar-se, do que uma outra imposição.

Pouco antes, como veremos no capitulo seguinte, Jobs Van Huerter, tinha entrado no Faial, com manifesta violência, sem ter ainda carta de doação. Para Jacomo de Bruges, o facto seria um indicativo, de que o seu país ponha em campo atitudes mais decisivas, para tomar posse das ilhas. É natural que isso lhe agradasse, porque vinha beneficiar a situação precária em que se encontrava.

Todos os cronistas se mostram muito condoídos com o estrangeiro e pouco condescendentes com o grupo português que lhe fazia frente. Os designios da história, ficam sempre impenetraveis, quando jogam com os sentimentos dos homens.

O que se sabe, é que o navio em que partiu chegou ao seu destino, a Lisboa, e dele não houve mais novas.

Numa noite escura, passeando na tolda, sem que ninguém disso se apercebesse, é natural supor que tivesse ido pela borda fóra, levando consigo a sua carta de doação.

Com o seu desaparecimento, desaparece tambem, durante 3 séculos, o apelido — *Bruges* — na ilha, que só volta a ser adoptado, segundo Carcavelos — *Nobiliário da Ilha Terceira* — pelo avô do 1.º Conde da Praia da Victoria, Theotónio de Ornelas Bruges Paim da Camara, nascido em 1760, que substitui o — *Borges* — da sua bisavó paterna, pelo — *Bruges* — do seu 8.º avô materno, Jacomo de Bruges. o 1.º Capitão-donatário.

Para outros, seria o próprio Conde, o primeiro que o fez reviver. Ao intemerato paladino da causa liberal, nascido em 1807, ficava a propósito, o nome modesto do progenitor da família, que a ele fôra dado como apelido da sua terra de origem e não vemos que figure no — *Brasonário de Portugal*.

Os factos relatados passam-se por alturas de 1472, segundo se depreende da carta de capitania a João Vaz Corte Real, que diz: se esperou — *um anno e depois mais* — sem Jacomo de Bruges aparecer.

A data attribuida por quasi todos, à roda de 1466, daria 8 anos de demora para a nomeação dos novos donatários, o que é muito, se atendermos, que a situação da ilha devia exigir uma solução immediata.

Terminava assim em tragédia, o primeiro acto da pretensão flamenga.

Outro acontecimento trágico se lhe ia seguir dentro em pouco.

Diogo de Teive, julgava-se em campo aberto, senhor das attribuições de donatário, e elas valem de facto, como se verifica depois, na demanda das — *terras das Contendas* — em que é dada a sentença a favor dos descendentes de João Leonardes, contra a prepotência de João Vaz Corte Real, que as queria usurpar, com o fundamento, de não ser válida a sesmaria concedida por Diogo de Teive.

Mas ha que ver, que o proceder, tem ligação com a missão que lhe consideramos attribuida.

Diogo de Teive, ao apossar-se da serra de São Tiago, ainda cumpria as instruções que trazia, para coartar direitos a Jacomo de Bruges.

A sesmaria dada a João Leonardes, estava em terrenos da capitania de Angra, que João Vaz ainda não occupara. Usava dum direito que exercia, e quem sabe se esperava, que a capitania lhe fôsse dada.

João Leonardes, fôra um dos pioneiros à guarda portuguesa da ilha. Mereciam, um e outro, iguais condescendências, e a — *data* — das terras ficou válida.

João Vaz Corte Real, que não vivera essa época difficil e vinha usufruir, de mão beijada, os beneficios dum tal esforço, não podia compreender aquella unidade de sentimentos dos primeiros colonos.

Se o serviço de Diogo de Teive, como fiscal do rei, fôra importante, é natural que pretendesse a recompensa, mas das duas capitanias em que a ilha ia ser dividida, nenhuma lhe era attribuida.

Ainda em Agosto de 1475, está na Terceira. A data das duas capitánias, a Alvaro Martins e João Vaz, são de 1474. Não podia ser chamado a Lisboa para dar conta de Jacomo de Bruges. O caso estava resolvido.

É lógico supor, que ali fosse reclamar também os seus direitos, e que se tenha excedido de tal modo, que fôsse parar à prisão, — *por certas culpas na corte* — segundo dizem os cronistas, onde, 6 dias depois, morria silenciosamente enforcado.

O mistério desta morte violenta, fica também occulto no segredo da história, ou do impenetravel dos sentimentos humanos.

Diogo de Teive, afigura-se-me, que foi mais um funcionário zeloso, do que um carrasco velho.

Se os seus serviços foram grandes, na fiscalização dos direitos reais, no que respeitava a coartar atitudes do primeiro capitão-donatário, que os podessem lesar, não foi menor a sua incompreensão, quanto à finalidade da sua acção, que as conveniências de momento, aconselhariam terminasse, estando ainda em agitação o problema flamengo.

É de aceitar, que fôsse essa a razão, porque lhe não foi dada uma das capitánias da ilha. Então como hoje, ha cargos que queimam os homens que os servem.

Razões de conveniência diplomática, obrigariam o poder real a tomar resoluções de character tão superior, para que não parecesse que se recompensavam pessoas, que tão ostensivamente, tinham trazido prejuizo de terceiros.

A divisão da ilha em duas capitánias, só pode encontrar explicação, na necessidade que havia de manter uma decisão, que já anteriormente se pensava estabelecer.

Nenhuma das outras ilhas o tivera. Até na mesma mão se acumulavam capitánias de duas ilhas, e esta, pelo seu tamanho, não o justificaria mais do que se podia pensar para a maior de todas, a ilha de São Miguel, que sempre tivera e tinha, um só capitão-donatário, que ainda acumulava com a de Santa Maria.

É provavel que Alvaro Martins Homem, não recebesse pelos seus serviços, a recompensa da capitania de toda a ilha, justamente, pela

conveniência de manter uma decisão, que se começara a pôr em execução no tempo de Jacomo de Bruges e que era necessário manter, para guardar as aparências.

A disciplina com que o aceita, a obediência que mostra, a compreensão que revela no seu procedimento futuro, ainda nos mostra o homem superior que ele era, e a intuição completa e devota da missão que cumpria.

É certo, que na data da nomeação dos dois capitães, já era falecido o Infante D. Fernando, e era a viúva, D. Beatriz, quem deliberava em nome do filho, menor.

Não deixa de parecer protecção pessoal, aquela concessão dada a João Vaz, de escolher a preferência da sua capitania, mas aquela razão invocada dos desacordos havidos entre Jacomo de Bruges e Alvaro Martins, para justificar a vinda dum outro donatário, traduz bem a razão que era preciso fazer reviver, para justificar o critério, que anteriormente se seguira, com a vinda deste último.

O que fôra um plano de divisão da ilha, para que ela não ficasse só nas mãos dum estrangeiro, subsistia para o novo protegido, João Vaz, deturpando-se o mesmo intuito — *conformandome com huma pintura que della foy trazida ao dito meu senhor e em a qual elle* (Alvaro Martins) *tinha começado a riscar a partilha*.

A larga visão de Alvaro Martins Homem, localizando em Angra, o futuro centro do governo da ilha, passava a aproveitar ao protegido da Infanta, que na sua preferência de escolha, comodamente se livrava das inquietações, que os direitos do falecido capitão Bruges podessem levantar e se levantaram de facto.

Nenhuma das duas cartas, fala na — *terra do Bacalhao* — a que se refere Gaspar Frutuoso. A de Alvaro Martins é passada primeiro, cêrca de dois meses, mas a injustiça que lhe faziam, já vinha no propósito da — *Infanta D. Briatriz* — e é nela mencionada.

A tão pouco tempo de distância, só se lembrava — *quanta despesa tem feito na dita ilha e pelo serviço que tem feito ao dito meu senhor* — mas o João Vaz, o indemnizaria disso.

O homem que dera ao marido a garantia portuguesa da Terceira, passava assim a segundo plano.

Os tempos já eram outros, os governantes também. O que fôra o

esforço desses primeiros pioneiros da colonização da ilha, por gente da Nação, começava já a esquecer.

Quando se usufrue as vantagens dum movimento, ninguém recorda a força que o origina.

João Vaz Corte Real, que nada participara, interferira, ou possivelmente conhecera, das dificuldades vencidas à custa da permanência na ilha, daquele grupo decidido de portugueses, não o podia compreender.

Assim se explica, que manifeste a sua acção por arbitrariedades, violências e sentimentos egoístas, de quem tem um poder na mão e não sabe compreender a casualidade que lh'o entregou.

Dai, aquella série de lamentáveis conflitos, com todos os que lhe haviam guardado a terra, que agora governava. São as expoliações feitas a João Leonardes e João Coelho; são ainda as lutas, à mão armada, com o veneravel ancião dessa campanha, Gonçalo Annes d'Afonseca, como nos relata Drumond, que chegaram a levar este velho pioneiro da colonização da ilha, a estar preso, durante 8 anos, no Castelo dos Moinhos, até que a condescendência real, já noutras mãos, esquecidas dos seus serviços, deles se lembrou, para o mandar soltar e regressar à sua casa.

O decorrer dos tempos e o egoismo dos homens, tudo esquecera. Os que vieram depois e se pozeram a analisar estes sucessos, mais confusos os deixaram ainda.

Para todos, em geral, o problema da colonização da ilha, caiu no campo do sentimentalismo. Os intuitos daqueles homens foram apreciados conforme o sucedido, — de pureza virginal para uns, de degradante facinora para os outros.

Os direitos atribuídos àqueles e contundidos por estes, tem sido apreciados, por todos, num campo tão inviolavel, que os apresentam de privilégio absoluto, sem atenderem, que a eles se sobreponham, os direitos da Nação e a sua defesa.

Apenas Drumond se afasta, e nele se descortina um principio de dúvida, levantando de leve a ponta da cortina, que encobria o mistério.

Os parentescos dos cronistas, o receio de contender a memória dos seus antepassados, perseguições previstas, seriam possivelmente motivos, para se não abrir caminho de luz na confusão do assunto. O que nos deixaram contado, não satisfaz; em tempo algum, poderia ser aceite na interpretação em que foi posta.

Colocar os direitos dos capitães-donatários, no mesmo pé de igualdade com os da propriedade privada, é uma ideia sem realidade, em tempo algum. Os do soberano e da Nação, estariam sempre acima, dos que podessem ter os governantes e os funcionários.

Só neste campo se podem compreender os sucessos passados na ilha, e é mais aceitável que assim fôsse.

No dobar dos anos, as próprias animosidades esqueceram também. A pequenez da ilha, fundira na mesma nacionalidade, os filhos duns com os outros.

A nuvem passara. O sol doutra juventude, entrara a iluminar o campo das desavenças dos pais.

Até nas casas do Bruges e do Teive, onde entrara a mesma desgraça, um novo sentido de comunidade aparecia.

Assim se pode explicar, o que nos deixaram os cronistas, sobre aquela amizade entre os netos dos dois, que na mesma casa dormiam e à mesma mesa comiam, quando em Lisboa, ambos pleiteavam a causa da partilha da Serra de São Tiago, de que Diogo de Teive se assenhoreara ao desaparecer Jacomo de Bruges.

Uma tal amizade, em face dum processo tão volumoso, que precisava dum jumento para o conduzir ao desembargo do Paço, segundo a crônica de Fr. Diogo das Chagas, era tudo que havia de mais incompreensível. Por isso tivera o desfecho daquela sábia sentença do rei: — se são amigos, deixem-se de questionar; um faz a divisão da terra em dois quinhões e o outro escolhe a parte que lhe convier.

Ao incidente, se foi verdadeiro, sobreponha-se depois a ligação conjugal entre a mocidade dos dois lados, o que nos diz, que na descendência de Jacomo de Bruges, não ficára qualquer ressentimento sobre a conduta de Diogo de Teive.

O que não souberam interpretar os cronistas, muitos anos depois, tinham eles compreendido ou possivelmente conhecido.

Correlativo com o desaparecimento de Jacomo de Bruges, aproximadamente pela mesma data, succede na Graciosa um episódio análogo.

Duarte Barreto, que para ali fôra como pretense capitão, à roda

de 1465, desaparece também misteriosamente, raptado por um navio de castelhanos, depois dum combate entre gente dos dois lados.

O que ele fazia na ilha, não se sabe ao certo. Apontam-no os cronistas, como cunhado dum Vasco Gil Sodré, que para ali fôra, partindo da Terceira, alguns anos antes, mas também referem, que foi por gente das Quatro Ribeiras, que a ilha foi primeiro abordada.

Os nomes são caracterizadamente portugueses, e os genealogistas, apresentam os dois como naturais de Montemor, junto a Coimbra, e boa gente.

Seriam tentativas de Alvaro Martins Homem para penetrar na Graciosa? Seria o rapto de Duarte Barreto uma reacção flamenga para manter direitos à ilha?

Sobre ela, diz Fr. Diogo das Chagas, que — *foi descoberta juntamente com as demais e começada a povoar apoz a 3.º porq. acho fallarse nella já no anno de 1474 tempo em q. a de S. Jorge e Pico ainda não estavão povoadas nem o Fayal tam pouco.*

A afirmação do cronista, quanto à descoberta desta ilha — *juntamente com as demais* — sempre na mesma insistência de o terem sido, todas, na mesma assentada, sabendo — *quando e por quem* — como já o mencionamos, só nesta altura da impressão, conseguimos tomar dela inteiro conhecimento, pela publicação de Antonio Ferreira de Serpa, na revista — *O Instituto* — Coimbra, 1919 a 1920 — *Dois inéditos acêrca das Ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo.*

Trata-se da reprodução das — *Saudades da Terra* — e do — *Espelho Cristalino* — referente às quatro ilhas, e por este último ficamos sabendo, que a — *fl.* — que mencionava o nome dos descobridores, destas e das outras, era a — 102 — e que estes tinham sido, Nuno Tristão e Alvaro Fernandes da Camara, no ano de 1441.

Segundo o índice do manuscrito, publicado por Ernesto do Canto, a — *fl.* 102 — está no capitulo VIII — *Das conquistas dos Reis de Portugal e seus descobrimentos por quem e em que tempo foram feitos.*

Aquella afirmação, que parece não vem convenientemente fundamentada, segundo melhor o poudes verificar o autor da transcrição do inédito, que conheceu o original, só serve, afinal, para nos dar mais uma preciosa elucidação, e é ella, que naquele ano, corroborando as

nossas suposições, já navegadores portugueses se dirigiam para os Açores, sobejamente conhecidos, pelo que nos indica a carta de povoamento de 2 de Julho de 1439.

Se o Infante, de Sagres, dirigia as navegações e se por aqui passavam os seus navegadores, ou vinham de propósito, pelo menos seriam direitos de soberania portuguesa, que se executavam, se outra missão aqui os não conduzia.

O curioso também, é que Fr. Diogo das Chagas, dá o descobrimento das Flores, como efectuado na mesma ocasião que as outras ilhas e assim o diz ao tratar dela — *acêrca do descobrimento da Ilha das Flores, tenho a mesma opinião, que das outras* — não obstante a informação da sua avó — *que era mulher muito pratica* — lhe dizer, que aquelas furnas, parecendo salas, que vira sendo rapaz — *foram cazas em que moravam os framengos quando descobriram a Ilha.*

Mas voltando à Graciosa.

Sôbre o episódio passado com Duarte Barreto, Fr. Diogo conta também o caso, com idênticos promenores, e a data em que refere — *falarse nella* — indica a proximidade do ano daquele successo.

Mas, quanto às referências às outras ilhas, que no texto vem mencionadas, a sua informação está em desacordo com dados por ele próprio referidos, que se conjugam e se consideram averiguados, para as encontrar com povoadores, já em data anterior, bem como a própria Graciosa.

Quando Gonçalo Mendes de Vasconcelos, o marido da já referida Bartoleza Roiz Columbreiro, vem para Angra, no tempo de Alvaro Martins Homem, dizem os genealogistas, que veio com ele da Madeira, um seu parente, Heitor Mendes de Vasconcelos, e que ambos foram para a Graciosa, onde só este último se fixou, retirando o primeiro para Angra.

É de frisar, que a referência vem em apoio da hipótese que formulamos, quanto à missão e actuação de Alvaro Martins Homem.

O que é de notar, é que, se na carta do Infante D. Henrique, de 18 de Setembro de 1460, só à ilha de Jesus e à Graciosa se refere, quando doa a sua espiritualidade à Ordem de Cristo, na carta com a mesma data, em que faz a doação da temporalidade de todas as outras

ilhas do grupo central, as Flores e o Corvo, ao rei D. Afonso V, aquelas não vem mencionadas.

Não será difícil deduzir, que as duas ilhas, Terceira e Graciosa, pela sua razão de proximidade, estariam no mesmo âmbito de disputa e ameaça flamenga, e torna-se aceitável, que o núcleo das Quatro Ribeiras, irradiando para a Graciosa, exercia sobre esta ilha alguns direitos de posse.

O que é certo, é que o episódio ficou na tradição da Graciosa, contado até como vingança dum frade, contra uma reprimenda, que lhe dera Duarte Barreto.

Este entra na ilha, no período mais intenso da disputa com os flamengos; ha um combate entre os que a defendem e os que a investem, e ele com alguns dos seus, só cai nas mãos dos supostos castelhanos, por um ardil do frade, que se não era flamengo, seria um péssimo frade.

Pedro Correa da Cunha, o primeiro capitão-donatário, só aparece na Graciosa em 1485; vem do Porto Santo, casado com uma filha de Bartolomeu Perestrelo, capitão desta ilha, mas também nunca se encontrou o registo da sua carta de doação.

O que se verifica, é que nas ilhas onde existiram, ou se suspeitam, influências flamengas, as cartas de capitania não se encontram registadas na chancelaria real.

Em relação à data attribuida, da vinda de Duarte Barreto, vão passados 20 anos; relativamente ao desaparecimento de Jacomo de Bruges, 13 anos de distância.

Não seria uma represália dos flamengos, motivada por este facto?

A agressão dos castelhanos, com quem se não estava em guerra ostensiva, não se justificaria. Não se vê o seu interesse nesta disputa, mas o dos flamengos seria aceitável.

Também não é de rejeitar, que o caso ficasse com aquele rótulo, pela mesma conveniência, de se não complicarem negociações em curso, sobre os direitos da posse portuguesa.

A CAPITANIA DO FAIAL

Não obstante o que se passava na Terceira, e a existência de todos aqueles documentos, que pareciam traduzir um grande esforço e tenacidade, pela posse dos Açores, pouco antes do desaparecimento de Jacomo de Bruges, a doação da capitania do Faial, ao flamengo Jobs Van Huerter — Joz de Hutra — em 1468, aparece como uma concessão desconcertante, para o juízo que vimos formando.

Até que ponto se possam filiar estes acontecimentos, é campo de conjectura, à falta de documentos que o digam. Mas a coincidência de datas, dá origem a essa presunção.

Jobs Van Huerter, é como lhe chama o genro, Martim Behaim, e diz, que o sogro veio em 1466. Vem portanto dois anos antes da carta de doação, como depois se soube ser em 1468, o que muito agrava a questão, dando-lhe um aspecto de violência, em completo apoio da nossa suposição.

Para Valentim Fernandes, informado também por outro flamengo do Faial, Guilherme Busmacher, a data seria 1464. Em qualquer dos casos, sem carta, violentamente.

Na informação de Fr. Diogo das Chagas, teria vindo em 1490, mas compreende-se que só toma conhecimento da actuação de Joz de Hutra, depois do seu regresso de Lisboa, casado com Beatriz de Macedo, onde foi por motivo da revolta dos compatriotas contra ele, ocorrida antes, estando já no Faial.

Com Jobs Van Huerter, vem um outro flamengo, Willem Van der Hague, — Guilherme Vandarago — que também dá que falar. Parece pessoa importante e tem iguais pretensões à capitania duma ilha.

Sem favores da parte de Joz de Hutra, dizem os cronistas, anda cerca de 15 anos, de ilha em ilha, no Faial, nas Flores, nas Quatro Ribeiras da Terceira, e por fim, em 1483, acomoda-se no Topo, em São Jorge, como simples colono, onde faleceu em 1510. Esta ilha está, então, já sob a vigilância segura de João Vaz Corte Real, que acumulava com a capitania de Angra.

A sua primeira tentativa parece ter sido as Flores, e isso faz-nos pôr em dúvida o desacordo, que se diz haver com Joz de Hutra. O que se vai seguir, leva a supor, que para ali foi para ter a capitania. Segundo o Prof. Jules Mees, teria ido a Lisboa, onde D. Maria de Vilhena, viúva de Fernão Teles, lhe cedera a ilha, mas a afirmação não tem grande sustentáculo.

É possível que o tivesse tentado, porque consta ter ido àquella cidade, mas o que se sabe, é que as duas ilhas, Flores e Corvo, em data que se não precisa, foram vendidas a João d'Afonseca, pela mãe e filho, Ruy Teles, o que foi confirmado depois por carta de D. Manuel, de 1 de Março de 1504.

Mas se o intento é possível e pode jogar com as datas, que se prezumem, da sua chegada com Joz de Hutra, em 1466, e da sua permanência nas Flores, durante alguns anos, só depois de 1475, o poderia tentar, porque nesta data Fernão Teles ainda é vivo.

A recusa da venda, é que serve para explicar o abandono das Flores por ele, e se conjuga na data, com os dizeres de Fr. Diogo das Chagas, como encontro no livro da casa do morgado Barcelos e na transcrição de António Ferreira de Serpa: viveu ali — *nas furnas que fez na rocha, que é aquella parte de tufo, a modo de salas e casas muito grandes, aonde habitou passante 10 anos. Estas casas vi eu sendo rapaz* — diz-nos ainda o mesmo cronista.

Em relação com o facto, deve estar aquella indicação de — *porto dos framengos* — que Valentim Fernandes põe na sua carta da — *ilha das frores* — em 1507, embora diga que não estão povoadas. O próprio nome deve ser de origem flamenga, provavelmente o que lhe deu Van der Hague, donde depois veio o português de Flores.

Qualquer direito, que este pertendesse invocar, pelo facto da ilha estar desabitada, colidia com a carta de doação de 20 de Janeiro de 1453, em que D. Afonso V, doara a seu tio, o Duque de Bragança, a ilha do Corvo, as Flores, segundo a nossa interpretação, pela razão cartográfica de assim se designar a maior — a *Corvi marini*. — E que assim seria, parece depreender-se da versão do Prof. Mees, que dá o próprio Van der Hague, a ir pedi-la à viúva de Fernão Teles.

O que se não pode aceitar, é que conhecida uma, a outra o não fôsse também. Se uma era portuguesa, a outra o seria igualmente.

Os próprios documentos, que se referem a estas duas ilhas, são

algo confusos; se dão a nota do conhecimento que delas havia, são ainda imprecisos quanto ao povoamento.

Em 28 de Janeiro de 1474, como já o referimos, surge um diploma real, permitindo a Fernão Teles adquirir por contrato, com João de Teive, as duas ilhas. Se Van der Hague, a partir de 1466, esteve 10 anos nas Flores, ainda em 1474 ali estava. Não respeitaria portanto a descoberta dos Teives, nem o contrato com o Teles. Somente a doação ao duque de Bragança, em 1453, seria motivo para desistir da ilha, o que se harmoniza com a nossa interpretação, quanto ao primitivo nome de Corvo dado às Flores.

Por outro lado, a descoberta pelos Teives, pai e filho, torna-se impossível, segundo a dedução já feita.

A permissão real ao Teles, tem antes o character dum documento, de recompensa e de garantia, para a posse portuguesa de outras ilhas, que ainda houvesse por descobrir, porque permitindo o contracto, faz conjuntamente doação das que ele achar, o que vem depois esclarecer a outra carta, de 10 de Novembro de 1475, com dizeres que indicam, que alguma coisa se passava e ameaçava esse direito de posse: — *quero, mando e defendo a todollos ditos meus naturais e sobditos, e a todollos outros de quaisquer rregnos que sejam, que ssem licença, autoridade e mandado do dito Fernam Telles nom vão nem entrem em quaesquer ylhas povoadas.*

Seria, afinal, a velha ideia flamenga das ilhas de — *Monte Cristo e Sete Cidades* — que ainda se não tinham encontrado.

Todos concordam que as — *ilhas Foreyras* — seriam as Flores e o Corvo — *Froreiras, de Frores, Flores* — segundo a interpretação do Dr. Velho Arruda, provavelmente guiado pelo nome que escreve Valentim Fernandes na sua carta — *Ilha das frores* — mas o que é facto, é que na doação do Corvo ao Duque de Bragança, se diz com — *todas as suas rendas e direitos reaes, foros e tributos — assim despovoada como ella ora é, ou vindo a ser povoada — quando a Deus aprouver que se povoe.*

Não seriam antes — *foreyras* — por serem do foral do Duque?

Tambem a Fernão Teles, é concedido o direito de — *dar foral aos que a ellas forem morar e aproveitar, o qual foral que elle ou os ditos seus herdeiros assim der, queremos que seja firme e valha como por nós lhe for dado e autorizado* — direitos

que confere com todos os privilégios — *com que lhe damos estas* — e são as que descobrir.

Com todos estes cuidados, levanta-se a suspeita, que se acatavam direitos de posse, que andavam ameaçados por outrem.

Que as duas ilhas já estavam povoadas, parece também não haver dúvidas, porque o Infante D. Henrique, no seu testamento, em 1460, mencionava as igrejas de S. Tomaz e S.^{ta} Iria, que assim se nomeavam as Flores e o Corvo.

Não façamos ao Infante, a injúria de o considerar mentiroso à hora da morte e da confissão. Pelo menos teria mandado construir as duas igrejas, o que denota que conhecia aquelas ilhas e as tinha por habitadas. Ele não as iria inventar, para as incluir em tão séria disposição das suas últimas vontades.

Mas alguma coisa especial devia constar quanto às duas ilhas, porque não só a bula do Papa Xisto IV, de 21 de Junho de 1481, na sua confirmação da doação à Ordem de Cristo, as mencionava em especial — *as ilhas dos Açores e das Flores* — como no contracto celebrado a 6 de Março de 1480, entre os reis de Portugal, D. Afonso V e o Príncipe D. João, seu filho, por um lado, e os reis de Castela e Aragão, Fernando e Izabel, pelo outro, se especifica — *qualesquier otras Yslas, costas, tierras descubiertas & por descubrir; falladas e por fallar, Yslas de la Madeira, Puerto Santo & Desiertas, e las Yslas de los Açores & yslas de las Flores*.

Se não eram pretensões às duas ilhas, que a insistência e a demora de Willem Van der Hague, ali vivendo 10 anos, leva a suspeitar, seria uma segurança de referência, para que o seu afastamento do grupo central, não fôsse motivo, para serem consideradas fóra do domínio português.

Mas a primeira razão é mais plausível. Justamente a seguir, reconhecido o direito português às duas ilhas, por essa razão ou outra, Van der Hague deixa as Flores e passa pelas Quatro Ribeiras, onde pouco se demora. A colher informações? A tentar possibilidades?

Uma coisa é de admirar; é não ir para a Graciosa, que ainda não tinha donatário, e por esse tempo, aproximadamente, se devia ter passado o episódio com Duarte Barreto.

Dali parte para o Topo, extremo desabitado da ilha de São Jorge, onde se fixa definitivamente e muda de nome, numa mais proveitosa

nacionalização. É o Guilherme Vandarago, de que falam todos os cronistas, que depois se transformou no Guilherme da Silveira, tronco originário donde descendem todos os Silveiras das ilhas.

Mas que trazia outras intenções, ou pretensões, para se instalar em melhor situação, deve deduzir-se do que deponha o neto, António da Silveira Pereira, numa sentença de 20 de Dezembro de 1578, em que nomeia o avô por Guilherme Vandarago da Silveira e diz, que ele — *veio ter à Ilha do Fayal com sua mulher e caza e familia e duas urcas carregadas de gente e fazenda com a qual veio a povoar a dita ilha e trouxera consigo officiaes mecanicos de todos os officios com suas mulheres e n'ella viveram e assim na Ilha de São George que no reino d'Alemanha são os principaes fidalgos.*

Para aqueles lados, no Faial, fica apenas Joz de Hutra com a distinção honorífica da capitania do Faial, flamengo de nascença, estrangeiro de categoria, quando parecia liquidado o perigo inicial, que surgiu com a vinda de Jacomo de Bruges.

Era de admirar, que o governo português, continuasse a convidar os flamengos para colonizar as ilhas. Em qualquer época, seria sempre um perigo, tanto maior, tratando-se também dum povo navegador.

É tão intuitivo, que o próprio Prof. Jules Mees disse se admira.

Por estranho que pareça, assim foi, mas justamente por esse incompreensível, é lógico pensar, que razões poderosas, aconselhariam a aceitá-lo.

Eu penso, que na disputa acesa com o desembarque dos flamengos na Terceira, se deve à princesa portuguesa D. Isabel, mulher de Filipe o Bom, Conde da Flandres e Duque de Borgonha, uma particular interferência na defesa dos direitos dos seus irmãos e sobrinhos.

A concessão da capitania do Faial, a um flamengo, deve ter sido uma transigência habilidosa, um acto de boa política, para conciliar o debate. Sucedia, que nessa data, a Flandres começava a dar sintomas de decadência. Com este sentido e apropriadas providências futuras, um melhor resultado era de prever.

Quando Martim Behaim nos diz, que o sogro fôra nomeado pela

Condessa, a quem o rei de Portugal, deu a ilha do Faial, depois de muita insistência, deve traduzir algum tanto de verdade.

A sua afirmação, de que o sogro viera em 1466, dois anos antes da doação, traduz realmente uma nova intromissão dos flamengos nos Açores, e agora violentamente.

É de aceitar, que a ilha passaria a ser tida como pertencente à princesa portuguesa, justamente para solucionar, habilidosamente, aquela violência.

Joz de Hutra, foi aceite à força, mas patrocinado por ela, era uma garantia para os sobrinhos e para a Nação. E foi-o.

Mas, se havia violência, o que hoje em casos análogos se chama — política de factos consumados — e já então se procedia identicamente, havia também gentilezas, ou sejam as habilidades diplomáticas.

Dos dois lados, impunham-se pontos de vista diferentes, mas trocavam-se impressões.

Embora Joz de Hutra, entrasse no Faial violentamente, do lado da Flandres devia-se reconhecer, que a sua situação só estaria convenientemente assegurada, quando lhe fôsse passada a carta de capitania pelo donatário das ilhas.

A Ordem de Cristo tinham sido doadas, e isso representava um obstáculo formidável, para a necessária sanção favorável do Papa, quanto ao direito de posse. Esperariam, por certo, que a colonização flamenga fizesse o resto — a absorpção da ilha.

E a deligência veio ainda por intermédio da princesa portuguesa, recomendando Joz de Hutra, como nos informa Fr. Diogo das Chagas ter visto — *por um papel feito em 4 de Julho de 1467 pela Senhora Duquesa Isabel, Infanta de Portugal, constava estar elle em sua casa, em seu serviço, no officio de Panadeiro que é o mesmo de Veador e que vindosse p.^a Portugal lhe deu cartas p.^a seu sobrinho ElRey D. João 2.^o recomendandolhe e dizendolhe q.^m elle era.*

A Duquesa de Borgonha, faleceu em 1471; nesta data, D. João II, ainda não era rei. A recomendação, se serviu para lhe ser concedida a capitania no ano seguinte, a 21 de Fevereiro de 1468, nem para o fôro de fidalgo português lhe valeu, porque só é feito — *cavaleiro da casa do senhor Duque* — por alvará de 15 de Outubro de 1484, 16

anos depois, quando já tinha dado boas provas da sua fidelidade a Portugal. E de boa linhagem era ele no seu país, para mais cedo o poder ser.

O Prof. Jules Mees — *accêta que ela exerceu a sua parte de influência na colonização do Faial e não nos surpreendia que ela tivesse tomado ela mesmo a iniciativa a convite de D. Fernando.* — Está de acordo com a afirmação de Martim Behaim — *esta ilha tinha-lhe sido dada (ao sogro), para elle e para a sua posteridade pela referida Duquesa de Borgonha.*

Contudo, J. Mees declara, que nada encontrou nos arquivos da Flandres, relativo ao povoamento dos Açores pelos flamengos.

Essa falta é tão estranha, como a que verificamos nos nossos. Mas o que concluiu o Dr. Jaime Cortezão, para a mutilação propositada da crônica de Azurara, no que respeita à colonização das ilhas, não se poderia, igualmente, ter realizado na Flandres?

Não teria o sangue português da Duquesa de Borgonha, em mútuo acordo com os príncipes da casa real, de que era originária, e seus parentes em primeiro grau, favorecido ou determinado o mesmo?

O silêncio dos dois lados, esconderia o incidente à posteridade. Nenhum dos países teria que acusar ao outro.

Sabe-se, pela sua biografia, que ela revelou extraordinárias qualidades de inteligência e ponderação, quer junto do marido, quer nas suas ausências, em que tinha de reger os Estados da Borgonha e da Holanda. Foi notavel a sua acção, em difíceis negociações, com as potências da Europa.

Com esse ascendente, não o mandaria fazer?

De 1429, data em que casou com Filipe o Bom, até 1471, em que morre, vive todos os episódios agudos da intromissão flamenga nos Açores. Não se deverá à sua memória e à sua interferência, a gratidão dos seus esforços e das suas resoluções, para a posse portuguesa das ilhas?

Sem o insinuar, não deixava o Barão de Haulleville, em 1898, de verberar a perda dos Açores, pela visão errada de Filipe o Bom, preferindo em vez do mar, a expansão para o Continente, onde veio a acabar em 1477, em lutas desastrosas defronte de Nancy.

Quando Martim Behaim, no seu — *Globo* — chama à ilha do Faial a — *New Flandern* — a — *Nova Flandres* — dá-nos a indicação de que fôra sôbre essas bases, que Joz de Hutra era in-

dicado. Este aparece-nos assim, como uma pessoa da confiança da Duquesa de Borgonha e com uma missão especial a cumprir. A aceitação que merece depois do rei português, é a confirmação da lealdade com que procedeu.

A sua carta de doação nunca foi registada na chancelaria, e se o foi, desapareceu no propósito, que Jaime Cortezão nos sugere. Julgou-se sempre perdida até 27 de Janeiro de 1927, data em que o investigador faialense, António Ferreira de Serpa, nos dá conta do seu conteúdo, no seu livro — *Os flamengos na ilha do Faial* — 1929.

O documento foi conhecido, pelo traslado que existia num lote de papeis, leiloados naquela data em Lisboa, e referentes a Luís Dulcra Corte Real, quando veio da Índia ao Reino, tratar dos negócios do seu morgado, entre 1630 e 1650.

Diz o autor, que o original se encontrava nos autos da causa intitulada — *Feito civil de Jerónimo de Utra Corte Real contra o Procurador da Coroa* — quando este tratou da sua habilitação à capitania, e que nele existia, escrita em pergaminho, essa primeira carta de doação, do Infante D. Fernando a Joz de Hutra, com data de 21 de Fevereiro de 1468, mas segundo o certifica a 4 de Agosto de 1646, o escrivão dos feitos da Coroa, Pedro Lamirante — *por estar gastada do tempo e rôta em muitas partes se não trasladou mais que aquilo que se pode ler da dita carta*.

É lógico concluir, que o documento seria pertença familiar, transmitida de pais a filhos, a garantir os seus direitos, e dele, afinal, só por traslado se tem conhecimento, porque o aludido processo, donde é transcrita, também desapareceu.

Mas o facto interessa, porque é de concluir, que o mesmo se passasse com Jacomo de Bruges. O traslado existente nos livros da Câmara da Praia, merece igual crédito e aceitação. Um e outro, são traslados autenticados pelos respectivos escrivães.

Mais tarde, a pedido do filho, com o mesmo nome, segundo capitão-donatário da ilha, por carta de D. João III, de 22 de Outubro de 1528, é dada a confirmação, que de facto lhe fôra doada a capitania, em 21 de Fevereiro de 1468, e este mesmo rei a concede ao neto, Manuel de Hutra Corte Real, em 15 de Julho de 1550.

Na sua petição, invocava os serviços prestados pelo pai, e exponha, que lhe parecia merecer, que, — *em sua doação de declarar par-*

ticamente as cousas que por ellas hade aver, pedindonos por merce que lhe mandassemos daar dello nossa carta, com decraração de todallas cousas que aos ditas capitánias pertencem.

Tinham passado 37 anos de permanência na ilha. Joz de Hutra tivera um governo tão limitado, que até teve de fugir para Lisboa, ao findar o primeiro ano, por ter havido uma sublevação dos seus patricios, logo que se exgotaram as provisões trazidas para o começo da instalação. Depreende-se que vinham mais com promessas do que com alma de colonos.

Mas se a revolta lhe deu esse desgosto, como chefe da primeira leva flamenga, trouxe-lhe, em contra-partida, uma vantagem. A carta de recomendação da princesa portuguesa, Duquesa de Borgonha, a que se refere Fr. Diogo das Chagas, e a larga visão do Infante D. Fernando, senhor das ilhas, aproveita o homem de categoria, que ele era, para o prestigiar.

Joz de Hutra nunca mais o esqueceu; a sua gratidão torna-se patente no seu procedimento futuro. É então que lhe é passada a carta de capitania, de 21 de Fevereiro de 1468, e o fundamento é patente — *parecendo-me haver aso de sua boa paz e concordia* — para que os — *framengos tenham o mando e governança de Jos dutra — e proveito de meus direitos e boa governança da terra da Ilha e uso dos moradores* — faz-lhe graça e mercê, e dá-o — *por capitão da dita minha Ilha do Fayal* — sendo ele — *verdadeiro vaçalo del Rei, meu senhor e meu* — com tanto que deve viver ali continuamente — *como vivem e estão nas outras minhas ilhas os outros meus capitães.*

E a rematar a dádiva, numa prudente consideração de influência caseira portuguesa, casou-o com uma dama de companhia da sua própria mulher, a decidida Beatriz de Macedo, segundo o relatam os cronistas, perante as hesitações que outras mostraram em o acompanhar para a ilha.

A decisão do Infante D. Fernando, fôra magnifica. Joz de Hutra, que mais não fôsse, era um esplendido colonizador. Do seu casamento com a dama portuguesa, nasceram 3 filhos e 7 filhas, que deram depois a numerosa descendência dos Dutras, que se espalhou também por todas as outras ilhas.

Quando volta de novo, ao Faial, traz a protecção do rei de Portugal e entra com lealdade para a comunidade nacional. Ao morrer, em 1494, estava completamente integrado na alma portuguesa. As informações que dá ao genro, Martim Behaim, assim o confirmam.

A Flandres estava então em plena decadência, enfraquecida por lutas intestinas e guerras com os vizinhos. Seria, possivelmente, outro motivo para o desligar da sua pátria anterior.

A transigência oportuna e a habilidade diplomática, confiando na afirmação de direitos e na persistência da sua defesa, conseguira conservar para Portugal, a posse integral de todas as ilhas.

Qual o volume da leva flamenga, que acompanhou Joz de Hutra, não ha elementos seguros para o afirmar.

Martim Behaim, diz que vieram 2.000; Valentim Fernandes, apenas 15, especializados em vários officios.

As razões de parentesco, do primeiro, com Joz de Hutra, e a sua estadia na Faial, durante alguns anos, a partir de 1486, dá à sua informação apreciavel valor. Mas Valentim Fernandes, tivera tambem contacto directo, em sua casa, com um outro flamengo daquela ilha, Willem Bersmacher, e por isso merece crédito idêntico.

O primeiro número parece exagerado, quanto o segundo é escasso.

O que indica Valentim Fernandes, seria, provavelmente, os que vieram primeiro, para edificar habitações, preparando a instalação. Outros teriam vindo depois, mas não em tão grande quantidade, porque em 1490, no Faial e no Pico, havia quando muito, 1500 pessoas, segundo a estimativa dum médico em Nuremberg desde 1478, Jeronimo Munzer, que esteve em Portugal em 1494, e escreveu tambem sobre o episódio flamengo nos Açores.

Munzer ou Monetarius, são a mesma pessoa, intimo amigo e admirador de Martim Behaim, como o indica na carta que escreveu a D. João II, a 14 de Julho de 1493, recomendando-o como o único capaz do empreendimento para o ocidente.

Diz-se tambem, que no número dos flamengos do Faial, haveria condenados, o que se atribue a deligências de clemência da princesa portuguesa, junto do marido, para que os sentenciados à morte, fôssem

levados para aquela ilha, o que deve ser certo, porque as colonizações são sempre feitas, em grande parte, com estes indesejáveis.

O que se sabe, é que logo nos começos da capitania de Joz de Hutra, houve uma revolta dos seus próprios companheiros, até com ameaças de morte. Aquela sua ida a Lisboa, logo a seguir, com ares de fugido, parece indicar, que mais contava com a protecção do rei português, do que com a do seu próprio país, o que dá motivo a conjecturar, que o agrado dos seus não seria grande, ou o teria perdido, por atitudes mais favoráveis a Portugal que à Flandres.

Mas também se conclue, pelo relato de Fr. Diogo das Chagas, que já antes da sua vinda, haviam partido para o Faial e para São Jorge, alguns povoadores da Terceira.

Admite-o ainda o Prof. Jules Mees, baseado no testamento do Infante D. Henrique, em 1460, em número tal, que já era bastante para ter uma igreja.

Gaspar Frutuoso fala num ermitão, que existia no Faial, e vagamente em comunicações, por meio de barcos, com a Terceira.

Valentim Fernandes, fixa a revolta, logo um ano depois da chegada, esgotadas as provisões e verificado, que a ilha não tinha minérios a explorar, muita prata e estanho, como Joz de Hutra prometera, ou propalara o tal problemático clérigo flamengo, capelão do Infante, como confusamente narra Gaspar Frutuoso.

Este mesmo, conta um episódio com um corregedor de Angra, que ali fôra em serviço do rei e foi corrido violentamente pelos flamengos.

A existência deste corregedor, os promenores com que Gaspar Frutuoso descreve o incidente, a própria autoridade que o capitão Joz de Hutra manifesta na repressão, são indicativos de se tratar duma segunda insubordinação dos flamengos, já num período mais avançado do seu governo.

Com ela, é de presumir, se relacionasse a sua segunda ida a Lisboa, onde o Dr. Monetarius o encontra, com ele convive e nos dá conta, no seu — *Itinerarium* — escrito em 1494, época aproximada em que ali esteve.

Vai com a mulher, e não será desacertado conjecturar, que fôsse com o sentido de proteger os seus compatriotas, mandados recolher à capital para efeitos de sanção. E que a sua actuação teria sido pro-

veitosa para os insurrectos flamengos, segundo a tradição recolhida por Gaspar Frutuoso, é legítimo concluí-lo, porque as culpas foram perdoadas e mandados recolher às suas casas.

Se Joz de Hutra, na sua primeira ida a Lisboa, fugido às ameaças de morte dos companheiros, viera de lá prestigiado com a sua carta de capitania, nesta segunda viagem, recebia plenas provas da consideração em que era tido, sendo instalado no Paço dos Estaos, no Rocio, onde se hospedavam os embaixadores estrangeiros, notícia que nos dá o Dr. Monetarius e tomamos conhecimento pela transcrição de Ferreira de Serpa:

Estavamos hospedados numa grandiosa e notável casa régia habitação do sogro do senhor Martinho Boémio, o senhor Jodocus de Hurder, chamado de Bruges, fidalgo e capitão na Ilha do Faial e do Pico. E tinha por esposa uma senhora nobre, sábia e perita em tudo, que nos deu de presente âmforas de musgo de urzela e nos tratou com a maior distinção.

Esta casa está na praça principal e num campo espaçossissimo, junto do Mosteiro de S. Domingos, onde fomos excelentemente tratados.

Dava-lhe tão elevada consideração, o rei D. João II, e ela proviria, decerto, em tão rígido soberano, mais pela lealdade do seu proceder e serviços prestados na capitania, do que pela categoria nobiliárquica que possuía na Flandres.

Mas aquela revolta, a existência do corregedor, ido da Terceira, a facilidade com que foi dominada, sugere-nos a conclusão, que a rebeldia dos flamengos seria espicaçada por outras causas.

O próprio Gaspar Frutuoso, ao narrar o episódio, colheu na tradição as frases invectivantes dos flamengos ao Corregedor — *não te queremos cá — bicha mala fóra de nossas terras*.

O domínio português na ilha, ia-se acentuando cada vez mais, com a entrada dos nossos colonos, e seria contra essa preponderância, que os flamengos, julgando-se donos da terra, entravam a protestar. É tudo quanto possa haver de mais natural.

Entre outros, já lá deviam estar os dois valorosos, João García Pereira e Jorge Peixoto de Carvalho, que figuram como primeiros po-

voadores portugueses, homens de génio arrebatado, que por qualquer — *diferença* — resolviam a contenda, mandando o adversário para o outro mundo.

Motivara a sua vinda, para cada um, um crime de homicídio, e o perdão da culpa, pagava-se com a guarda do património português nas ilhas. Também a nossa colonização, participava do mesmo princípio, trocando a condenação pelo trabalho, o que, no caso, era um serviço honroso.

Eu penso, que seria a acção de Alvaro Martins Homem, já então na Terceira, desde 1461, em missão muito especial e fóra das influências de Jacomo de Bruges, quem dirigia e movia esse começo de colonização por portugueses, logo a seguir à primeira investida dos flamengos nesta ilha.

O que admira, é o retardo havido com o Faial e as outras ilhas, na nomeação de capitães-donatários portugueses.

O que se conclue, é que a colonização flamenga, não foi tão intensa como Martim Behaim o afirma. A par dela, fazia-se a portuguesa e segundo Valentim Fernandes, em 1507, já a língua flamenga tinha desaparecido do Faial.

Em 40 anos, os flamengos tinham perdido as suas características nacionais, completamente absorvidos pela emigração portuguesa, e para que isso se podesse realizar, seria preciso que ela fôsse em maior volume.

Contudo, à roda de 1480, ainda alguma coisa havia a recear, porque a capitania do Pico, foi dada a Alvaro de Ornelas. Joz de Hutra também a pretendia, mas só a 28 de Março de 1481, por alvará da Infanta D. Brites, tutora do — *senhor Duque* — por morte do marido, ela lhe é prometida, se Alvaro de Ornelas a não vier povoar até o — *Mez de Setembro* — o que se não realiza, e lhe é confirmada por carta de 29 de Dezembro de 1482, ficando capitão das duas ilhas, do Faial e Pico, e o mesmo direito garantido para os seus sucessores.

Nas côrtes de Evora, em 1481, havia também reclamações âcêrca dos negócios e conduta de estrangeiros nas ilhas, e pediam-se providências contra eles. Logo a seguir, a 4 de Maio de 1483, a capitania de São Jorge, é confiada a João Vaz Corte Real.

Estas disposições, parecem indicar, que ainda subsistiam razões para uma aturada vigilância e uma insistente defesa. É que, no Faial,

ficara um grupo importante de flamengos, que só mais tarde se nacionalizaram.

Eram eles os Van Aard, Bruyn, Groot, Pitre, Darosa, Gularte, Bulscam, que deram, respectivamente, os de apelido Terras, Bruns, Grotas, Pitas, da Rosa, Goulartes, Bulções, e tantos outros.

Segundo Martim Behaim — *em 1490, havia ainda no Faial muitos milhares de pessoas, tanto alemães como flamengos* — talvez exagero, mas a justificar aquelas cautelosas providências régias.

Valentim Fernandes, que era alemão, o que justifica o seu particular interesse por esta ilha, em 1507, diz que — *a lingua framenga he nella perdida*.

Jean Hugues, de Linschot, natural daqueles lados, ao andar pelas ilhas, de 1589 a 1591, ainda escreve na sua — *Histoire de la Navigation*, — que — *elas são chamadas Flamengas ou ilhas da Flandres, porque foram os flamengos os primeiros que habitaram a ilha do Faial e ainda hoje existem famílias onde as pessoas conservam o cabelo e os costumes dos flamengos*.

E mais adiante: — *Muitos de raça flamenga ainda ali habitam, os quais por fim adoptaram a linguagem dos portugueses, porque os naturais flamengos já não existiam. Apreciam muito os daquela nacionalidade e recebem-nos sempre com muito agrado, como compatriotas dos seus antepassados*.

A 97 anos de distância da morte de Joz de Hutra, Jean Hugues assim o notava, e quem sabe se a sua vinda a estas ilhas, não ocultaria ainda qualquer pretensão, porque por esses tempos, até 1590, nos arquivos da Flandres, segundo o Prof. Jules Mees, os Açores tinham figurado sempre, com a designação de — *Ilhas Flamengas*.

Mas o que referia Jean Hugues, naquela data, era, como hoje, apenas sentimento de delicadeza, característico dos moradores, porque toda a ilha e os seus habitantes, estavam já completamente nacionalizados.

OUTRAS INFORMAÇÕES A CONSIDERAR

O aparecimento dos flamengos nos Açores, é problema que se não encontra suficientemente esclarecido. Por isso o abordamos de novo.

O estudo que se apresenta, se não abre luz sôbre o assunto, muito menos o ilumina, o que outros até hoje tem escrito sôbre o caso.

Ao aborda-lo e ao rever tudo que nos deixaram os velhos cronistas e os mais recentes investigadores, nada se rejeitou. Sentimos, que não ha o direito de apreciar os relatos dos antepassados, sob o impulso dos nossos sentimentos.

Ao avançar-se para uma averiguação histórica, não está certo que se vá já com uma opinião formada. Ela deve surgir como consequência da pesquisa, e se esta o não diz claramente, justifica-se uma dedução. Assim o fizemos.

Rejeitar as informações, que não apoiam o ponto de vista de que se partiu, alcinhar de falsários ou mal intencionados, os homens que as deram e nós não conhecemos, é processo que nada esclarece e muito menos frutifica.

Menos se justifica, que sejam rejeitadas as informações dos que participaram e viveram esses acontecimentos, justamente porque não condizem com as conclusões que se pretendem tirar.

A cinco séculos de distância, dispersos os arquivos e perdidos os documentos, tudo que resta tem um valor apreciavel. Procurar-lhes a seriação, interpreta-los na sua sequência, conjugá-los com as datas que se averiguam certas, parece-nos deva ser, o bom caminho a seguir.

Negar o que Gaspar Frutuoso colheu na tradição popular, porque é fantasioso e ingênuo, não aceitar o que diz Fr. Diogo das Chagas, afirmando que foi mal informado, repudiar o que Martin Behaim revela, porque não convem o que ele diz, ou ainda o que o Dr. Monetarius viu e transmitiu, porque não estava no seu país quando lá

houve uma epidemia, e se quer concluir, que fugia com medo das doenças, é conceito que se não justifica.

Pretender que os factos se tenham passado, ao modo que mais nos convem, é parecer de presunção.

No que esta opinião possa atingir, sôbre as afirmações dos que ao assunto se tem dedicado, igualmente se applica ao estudo que se apresenta, mas com uma ressalva: -- não se pretende impôr as deducções que se fizeram, e sômente se procurou interpretar datas que se reconhecem certas e factos de que ficou noticia, no relativo do que umas e outros afirmam e aproveitam.

De tudo que nos ficou referente ao assunto e tomamos conhecimento, nada se rejeitou por não convir.

A explicação da vinda dos flamengos para os Açores, dada com o espírito de candura, que a totalidade dos cronistas e investigadores lhes tem attribuido, não encontra fundamento, nem no sentimento humano, não tão pouco no conceito das nacionalidades.

É mais razoavel pensar, que a sua vinda fôsse por imposição, e tudo que se encontra e o refere, assim o leva a supor.

Se para Jacomo de Bruges, simples mercador e navegante, a concessão da capitania da Terceira, se pode ainda admitir como uma boa dádiva, para o nobre Jobst Van Huerter, não vejo possibilidade de o justificar. As ilhas, no seu estado primitivo, não seriam tentação apetecida. Ainda hoje o não são, para os que aqui não tem relações familiares ou de haveres. Seriam, sim, campo para árduos trabalhos e desses nunca gostaram muito os fidalgos.

Trocar o castello da sua senhoria de Moerkirchen, pela cabana do povoador, rejeitar o conforto material e espirital da civilização flamenga, pelo primitivo selvagem da ilha do Faial, é suposição que se não pode aceitar, mesmo num espírito de aventura, onde tão pouco havia que aventurar, na quietitude duma ilha tão pequena, sem habitantes a dominar e sem os encantos sugestivos da selva.

De resto, é ponto assente, que ele veio mandado, e que na sua vinda teve larga interferência a princesa portuguesa, Duquesa de Borgonha, em casa de quem servia, no delicado mister de -- *panadeiro* -- ou seja distribuir o pão, que se comia na mesa ducal.

Mas, porque Martin Behaim deixou escrito no seu -- *Globo* -- que as ilhas pertenciam à Duquesa, a quem haviam sido doadas --

-- *depois de muitas instâncias* — pelo rei de Portugal, não ha insulto que lhe não atirem.

Sempre se me afigurou, que o escrito de Behaim, não tinha a importância que lhe dão, nem o intuito que depois lhe atribuíram. Martim Behaim, tem apanhado tão duras vergastadas, menos pelo pouco que disse, do que pelo muito que depois se propalou, fundamentado nas suas afirmações.

Quando ele escreve sobre o seu — *Globo* — em 1492, a legenda tão duramente incriminada, já a preponderância portuguesa na ilha era manifesta, e já o sogro, Joz de Utra, tinha a confiança e a consideração do rei português, que era, nem mais nem menos, que o próprio D. João II, tão cioso dos seus poderes reais.

Martim Behaim, devia saber alguma coisa do que se tinha passado, mas não conheceria, decerto, os promenores secretos da questão flamenga. Talvez mesmo o proprio sogro o ignorasse. O que deduziu, a conclusão que tirou, para qualquer outro seria concludentemente lógica, porque, — o sogro viera para a ilha por mandado da Duquesa, a quem servia e obedecia.

Aquela extravagante vaidade, de colocar as suas armas, sobre as ilhas do Faial e Pico, não devia passar dum regosijo pessoal, marcando para a posteridade a sua passagem por ali. Não parece infracção de maior; seria, quando muito, o seu — *ex libris* — porque ele bem sabia, que naquela data, já preponderava o domínio português sobre a ilha.

Com o sogro vivera Martim Behaim, conhecia o que se passava, e o seu intuito vem manifesto na própria legenda: deixa o — *Globo* — à cidade natal de Nuremberg — *antes de voltar para a companhia de sua mulher, que habita em uma Ilha na distância de 700 léguas, aonde ele fixou residência e aonde se propõe acabar seus dias.*

Nessa data, sabia bem, que a ilha era terra portuguesa e que o sogro era um fiel vassalo do rei de Portugal. O intuito que lhe atribuem, não teve o fundamento, que outros, muito recentemente, pretenderam explorar.

De resto, Martim Behaim, não se apresenta como uma pessoa contudente, nos nossos empreendimentos. Pelo contrário, colabora neles.

Se não era profundo em conhecimentos astronómicos, o seu entusiasmo por eles e pelas coisas de navegação, juntamente com um forte poder inventivo, deviam dar que falar. Ele próprio se — *vangloriava de ser discípulo de Joane de Monte Regis* — Rigiomontano.

Compreende-se que naqueles tempos, todos que manifestassem tais conhecimentos, seriam aprovitados. Fosse por convite, ou espontaneamente, porque as nossas navegações a isso o entusiasmassem, vem para Portugal e é aceite com manifestas provas de grande consideração. Figura na — *Junta do Astrolábio* — de 1480 a 1484.

O conceito em que é tido, deve ser grande, e bons serviços deve ter prestado, porque a 18 de Fevereiro de 1486, é armado cavaleiro, sendo o próprio D. João II o seu padrinho e o Duque de Beja, D. Manuel, quem lhe calçou a espora direita. Duas pessoas reais, na imposição das insígnias, é formidável consideração.

Por muito que se queira dizer, ser maior a sua audácia, do que os seus conhecimentos em coisas de navegação, esta distinção é-lhe concedida numa data bem próxima do regresso da viagem, que fizera com Diogo Cão, ao Zaire e ao Congo, justamente para demonstrações do emprego dos seus processos de orientação. A viagem tinha durado 19 meses e começara em 1484.

Naquele ano de 1486, casou com a filha do donatário, Joz de Hutra, no Faial, para onde tinha ido algum tempo antes. Para outros, o casamento teria sido em 1488, o que parece mais de harmonia com a referência de residir antes, dois anos, naquela ilha.

Seria a entrada dos flamengos no Faial, que o seduziu a ir para ali?

A ilha surgiria ao seu espírito inventivo, como campo apropriado para novos estudos e concepções, em face do que alguns afirmam, ter de insucesso nos seus cálculos, a viagem que fez com Diogo Cão?

Neste sentido, seria já a previsão, a tão distanciado tempo, da excelência da posição da ilha para observações respeitantes à navegação, como hoje é aproveitada.

Teria antes ido para o Faial, em missão do próprio rei D. João II?

Aquela recompensa real, em 1486, é um indicativo formal de grande consideração por serviços prestados. Penso, que das duas últimas hipóteses, participaria a sua estadia na ilha, onde permanece até 1490, indo a seguir, sósinho, à sua cidade natal, Nuremberg, onde permanece até à conclusão do seu — *Globo* — o que leva a presumir, que a sua

concepção tomara vulto e se completara, durante a sua permanência no Faial.

Mas que a confiança nele depositada, por D. João II, era grande, atesta-o a missão especial de que este rei o encarrega, em 1494, junto do imperador Maximiliano, que não poudo realizar, por ser preso por piratas e ficar às portas da morte, com uma gravíssima doença que lhe sobreveiu.

Só em 1495, pode regressar a Lisboa, mas neste ano falecia D. João II e com esta morte desaparecia a protecção real. Não se fala mais nele.

A 27 de Julho de 1507, falecia também, na capital — *muito pobre, num hospital*.

Em 1492, executara o seu — *Globo* — afirmação máxima do seu espirito inventivo e das suas concepções cosmográficas. O que nele tinha escrito, não obsteu a que D. João II, o enviasse naquela missão de confiança dois anos depois.

Era uma ideia nova sôbre a configuração e representação da terra, que ainda por muito tempo, outros competidores não quizeram aceitar. Ideias novas, originam sempre grandes animosidades e elas caíram em malefícios sôbre o infelizmente Martin Behaim, sem ambiente favorável no seu próprio país e sem a protecção real no nosso.

A consagração do seu nome, só muito mais tarde, quasi em nossos dias, teve vulto e lembrança para a fama que dele ficou.

O próprio — *Globo* — feito com o intuito de pertencer à cidade natal, durante muito tempo foi pertença da família. A verdade geográfica que ele traduzia, não fôra compreendida. Depois ficou esquecido por largos anos.

É de pensar, que o famoso — *Globo* — fôsse hoje reliquia nacional, se D. João II não falecesse tão cedo.

Quando regressou a Portugal, em 1493, trazia a carta do seu grande amigo, o Dr. Jerónimo Monetarius ou Münzer, datada de 14 de Julho daquele ano, que não pode ser interpretada como uma recomendação para o rei, que bem o conhecia e estimava, mas sim como apoio de opinião, de um outro homem de ciência, que tinha a larga visão de aceitar as suas novas concepções.

A carta expõe a doutrina de Behaim, que as costas orientais da China, estariam do outro lado do oceano, que banhava as costas

orientais da Europa, como o provava — *as canas que a tormenta lãça da praya do oriente as prayas das ilhas dos açores.*

Insistia sôbre a doutrina que Colombo expuzera e que fôra rejeitada em Lisboa, e pretendia estimular e fazer reviver a ideia do empreendimento, sendo — *ho senhor martinho boemio* — indicado — *singularmente pera esto acabar e outros muytos marinheyros sabedores que navegaram ha largura do mar tomando caminho das ylhas dos açores per sua industria per quadrantes, chilindro e astrolabio e outros ingenhos onde nem frio nem calma os anojara.*

Deve ter sido o interesse desta empresa, que trouxe o Dr. Monetarius a Lisboa, de que nos dá conta em 1494, mas no ano anterior, Colombo, rejeitado por D. João II, regressara triunfante com o empreendimento realizado. A doutrina de Behaim a ser aceite e favorecida, teria juntado mais uma glória aos nossos empreendimentos marítimos.

Desde então, cessa toda a sua actividade marítima; e são estas as grandes culpas de que o accusam.

No seu tempo, Martim Behaim, devia ser, como hoje se diz, um espírito extraordinariamente interessante.

Referindo-se a ele, Gaspar Frutuoso, quando trata, na descendência de Joz de Utra, da filha que com ele casou, diz o seguinte:

uma delas com um estrangeiro alemão, que diziam ser grande fidalgo, astrologo e matematico, e dizem alguns que era nigromantico, chamado Martim de Bohemia, do qual El-Rei de Portugal fazia grande conta, e tendo-o em muita estima, por sua nobreza e saber; sendo assim casado, por informações e instruções que El-Rei dele tinha, mandou certos homens (segundo dizem) descobrir as Antilhas, dando regimento, por onde ele os encaminhava: e porque as cousas do mar não succedem muitas vezes como os navegantes querem, e cuidam, enfadando-se da viagem, fizeram volta caminho do Reino, e por não quererem ir avante, não chegaram à terra que buscavam, dizendo que Martim de Bohemia advinhou no Reino, onde estava, o dia que os navios arribaram e que por certo erraram as Antilhas: entre muitas cousas dizem que dizia advinhava, as quais os antigos da Ilha do Fayal, onde ele residia, acharam depois ser assim.

E a seguir refere alguns dos dizeres deste homem de ideias extravagantes, que ainda perduravam na recordação dos habitantes da ilha, a pouco mais de meio século da sua passagem por ali, tempo em que Gaspar Frutuoso deve ter colhido elementos para as suas — *Saudades da Terra* — na parte respeitante ao Faial, que António Ferreira de Serpa reproduziu em — *O Instituto*.

Behaim era um daqueles astrólogos, com feição de adivinho, que procuram ler nos signos planetários, influências sobre os indivíduos e os sucessos. Nas estrelas buscava a interpretação do que elas lhe indicavam, com o forte poder de imaginação, que lhe sugeriam as narrativas, já então conhecidas, dos que tinham caminhado para o Oriente e começavam a desvendar o mistério dessas regiões. Ainda hoje ha continuadores dessa escola na leitura dos horoscopos.

Para ele, tudo são previsões e visões grandiosas: — *uma estrela grande que ali aparecia a sudoeste, era um planeta que dominava sobre uma provincia, que tudo o que com que se serviam os moradores dela eram vasos de ouro e prata.*

Referia-se às Indias Ocidentais, muito antes de serem conhecidas: — *e nao tardou muito que as naus do Peru não viessem carregadas de pranchas de prata e muitos vasos e muito ouro e perolas, que descarregaram em terra, em carros* — diz a seguir Gaspar Frutuoso.

Behaim previra, soubera. É compreensível, que tão forte imaginação, criasse créditos de adivinho, tornando-o apreciado

Para ele, para o ocidente dos Açores, havia novas ilhas, razão que deve explicar porque se repetem navegações pára esses lados, partidas da Terceira e do reino, todas com o apoio ou por ordem régia, como, entre outras, as que adiante referiremos de Pero de Barcelos com João Fernandes Lavrador e a de Fernão Dulmo.

Segundo o que colheu Gaspar Frutuoso, Behaim tinha o privilégio de predizer os sucessos das viagens. Quando Gaspar Gonçalves, da Ribeira Sêca, da Ilha Terceira, vai à procura da — *Ilha Nova* — previu o que estava sucedendo: — *agora arriba Gaspar Gonçalves da sua Ilha e nunca mais a acharão, e lhe caiu um homem ao mar* — e assim foi, diz o cronista.

O que Gaspar Frutuoso ainda pode colher na tradição popular, nestas referências a Martim Behaim, dão-nos um forte apoio para

ajuizar da conduta e das concepções deste homem verdadeiramente curioso, tão convincente nas suas ideias e afirmações, que lhe não faltou a estima e o amparo desse outro grande espírito, que era o rei D. João II.

O resto são pequenas vaidades duma pessoa que se julgava com merecimentos, e tantos se verificou que tivera, que a cidade natal os consagrou, erigindo-lhe uma estátua.

Mas tudo esquecera já, quando, nos fins do século passado, se começaram a agitar os grandes problemas coloniais. Á falta de feitos justificativos para legitimarem direitos de posse, foi-se buscar o valor de Behaim como apoio científico das novas aspirações.

Aproveitando o degrau que João de Barros, nas suas — *Decadas* — atribuía a Behaim, nas origens dos conhecimentos nauticos portugueses, Garção Stockler no — *Ensaio histórico* — e sobretudo Humboldt — *Examen critique* — espalharam a versão e quasi a faziam acreditar, que fôra ele, quem introduzira em Portugal o cálculo da latitude pela altura do Sol, ponto essencial para a orientação da navegação, se Joaquim Bensaúde, saindo à estacada, com a sua — *L'Astronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes* — Berna, 1912, não destruisse completamente essa investida.

E não estava só, porque Peschel, compatriota do cosmógrafo, não deixava omitir que o — *Globo* — tinha erros de latitude, em lugares das costas que Behaim visitara, que iam até 16.º, quando os portugueses e espanhois, do seu tempo, raramente excediam 1 grau.

Mas, se o pleito científico, o liquidara Joaquim Bensaúde, o de natureza politica ainda se manteve alguns anos, e dele nos dá noticia Ferreira de Serpa, transcrevendo aquelas insistências, em conferências e publicações, que se podem ler no seu livro — *Os flamengos na ilha do Faial* — alem dos que já mencionamos em outras páginas anteriores.

Delas, só importaria colher as bases documentais de certas afirmações, que muito interessaria conhecer, para esclarecimento do problema flamengo nas ilhas. Mas, por desfortuna, a carência dos arquivos onde procuraram, deve ser ainda maior do que a dos nossos, porque os não vemos mencionados, nem transcritos, como apoio, para o que pretendiam as suas afirmações.

ULTIMAS NOTÍCIAS DE FLAMENGOS NA TERCEIRA

O problema da sucessão da capitania da Terceira, pelo desaparecimento de Jacomo de Bruges, dá margem a várias conjecturas.

Na cópia da carta de doação, que o P.^e Cordeiro e Drumond transcrevem, vem a clausula, de não tendo filho varão, serem as filhas ou seus descendentes, quem herdariam a capitania.

A clausula, é de estranhar, porque existia a lei mental de D. Duarte, de 1434, que vedava às mulheres herdar cargos de soberania.

Dahi o condoimento de quasi todos os cronistas, porque a filha, Antónia Dias d'Arce, casada com Duarte Paim, foi negado esse direito, e a vergastada que apanham os dois novos donatários, João Vaz Corte Real e Alvaro Martins Homem, sobretudo este, porque injustamente lhe coube o lado da Praia, onde Jacomo de Bruges, exercera os seus direitos de capitania de toda a ilha.

Seria preciso esquecer, que se a concessão a este último, fôra uma condescendência, por conveniência de momento, o perigo que se afastava com o seu desaparecimento, se não iria renovar, outra vez, dando a capitania à filha, casada ainda por cima com um outro estrangeiro, filho de um inglês.

Na apreciação jurídica da pretensão de Duarte Paim, foi justamente negado o direito de sucessão, porque Jacomo de Bruges não deixara filho varão, razão que já se recordava na carta de doação a Alvaro Martins Homem — *por elle não ter filho lidimo barão segundo forma da sua carta.*

Mas o motivo essencial devia ser aquelle outro.

Filhos varões tinha ele dois, Pero Gonçalves e Gabriel de Bruges.

Este último, supõe-se que veio com ele para a Terceira, porque aparece no Faial, casado com Isabel Pereira Sarmento. Dele se tem

conhecimento, por uma justificação de nobreza, na vila da Horta, em Setembro de 1542, a requerimento dum neto da viúva do Gabriel.

Do outro filho, Pero Gonçalves, tem-se noticia pela demanda com Antão Martins Homem, segundo capitão da Praia, quando reclama a capitania, com o fundamento de que o pai, Jacomo de Bruges, vivera no Porto, durante 20 anos e — *fôra casado com Ignês Gonçalves sua mulher por palavras de presente segundo mandamento da santa igreja de Roma, dentro da cidade de Ourense e viveram ambos em casa mantheudos em vóz e fama de marido e mulher.*

Mas é-lhe negado o direito, por sentença de 17 de Março de 1483, justamente com o fundamento, de que não era filho legítimo, razão que se indicava na carta de capitania acima citada.

A demanda movida contra o filho e sucessor de Alvaro Martins, é tão tardia e despropositada, que não pode arredar a suspeita de ser motivada, por uma nova tentativa flamenga, suggerida ao filho de Jacomo de Bruges. Coincidia, justamente, com uma consentida estabilização de povoadores da Flandres, no Faial e no Pico.

O que está averiguado, é que vivendo Jacomo de Bruges na ilha, mais de 20 anos, nunca trouxe a mulher consigo, e se a que lhe é dada pelos genealogistas, Sancha Rodrigues, é esta mesma Ignês, nada de concreto se pode afirmar. É uma incógnita, pouco favoravel a Jacomo de Bruges.

Aquele nome de Sancha, tem certo sabor galego, e de lá era também a Ignês, segundo a petição do filho. O que se pode concluir, é que a sua vida conjugal não seria muito regular e daí alguns o considerarem como bigamo.

Segundo os cronistas, a filha, Antonia Dias d'Arce, casou no continente com Duarte Paim, já depois da morte do pai, que aparece então na Terceira a reclamar os seus direitos.

Por outro lado, é de presumir, que os Pains residissem no Porto. Tolami Paim, o primeiro que veio para Portugal, estava enterrado na Sé daquela cidade, e como bons ingleses, não admira que fôsem também gentes de negócio. É uma razão que pode valer. Por afinidade de profissão, o filho do inglês, casava com a filha do flamengo, que também fôra negociante.

Com a saída de Jacomo de Bruges para Lisboa, o govêrno da

ilha deve ter sofrido certa perturbação, na invasão de atribuições dos que ficaram mandando.

O que parece mais concludente, é que Jacomo de Bruges, tenha delegado os seus poderes no seu lugar-tenente, Gonçalo Anes d'Afonseca, que — *enxergava-se mais que todos* — e — *teve dúvidas muito intrincadas* — segundo os dizeres de Antonio Correa da Fonseca, seu descendente, porque Diogo de Teive, nas suas atribuições de ouvidor, lhe não obedecia.

Por direito inerente ao seu cargo, ou exorbitando, o que é certo, é que foi dispondo da divisão das terras, dando concessões, como a do — *Pico das Contendas* — a João Leonardes, e entrando mesmo em seu proveito nas do próprio Jacomo de Bruges, sitas na — *serra de S. Tiago* — originando a demanda com os Pains, a que acima fizemos referência.

Por outro lado, Alvaro Martins Homem, forte por si e pelos poderes de que estava investido, imponha o seu loco-tenente, Afonso Alvares Antona, o célebre — *velho de S. Francisco* — o que parece não teve grande aceitação.

Conclue-se da divergência dos cronistas, que o conflito deve ter sido maior entre Diogo de Teive e Gonçalo Anes d'Afonseca. O Antona, seria provavelmente uma solução tentada por Alvaro Martins Homem, para apaziguar os ânimos e estabelecer concórdia.

Mas, seja como fôr, é a partir do desaparecimento de Jacomo de Bruges e da liquidação da ameaça flamenga, que a colonização de todas as ilhas sofre uma forte remodelação. Pela data de 1474, todas as capitanias são providas de novo.

Para São Miguel, vem com Ruy Gonçalves da Camara, a experiência frutificante dos capitães da Madeira; para a Terceira, o pulso forte de Alvaro Martins Homem e João Vaz Corte Real; para a Graciosa, Pedro Correa da Cunha, ligado à gema nacional dos Perestrelos do Porto Santo.

Toda esta mudança coincide com a chegada dos navegadores ao Golfo da Guiné. A posse integral das ilhas e o seu apoio à navegação, era cada vez mais importante para a segurança das naus, que tinham de vir por estas alturas, tomar os ventos do regresso à metrópole.

O valor das ilhas afirmava-se imperiosamente nas exigências das nossas navegações, que estavam então em pleno apogeu.

Como o escrevia o nosso sábio cosmógrafo, Pedro Nunes — *estes descobrimentos de costas, ilhas e terras firmes, não se fizeram indo a acertar: mas partiram os nossos mareantes mui ensinados e providos de instrumentos e regras de astrologia e geografia.*

A rota dos Açores, tornara-se ponto essencial, como necessidade imposta pela ciência de navegar.

Por outro lado, o poder real firmava-se definitivamente em todas as ilhas. Delegados directos do rei vinham agora governar e intensificar, o que os primeiros pioneiros da colonização tinham conseguido segurar, como parcela do território nacional.

Do que succedeu ao núcleo flamengo de Van den Olm, — Fernão Dulmo, situado nas Quatro Ribeiras, e sôbre a conduta deste na ilha, não ficou na crónica insular qualquer referência que nos informe.

Consta que ali desembarcara com 30 homens, que no povoado se construiu a primeira igreja e que os flamengos que ali ficaram, foram depois transferidos para a Ribeirinha, onde se julga encontrar na pronúncia desta freguesia, remeniscências da sua vocalização. Ha um documento de 1486, que fala num Dioguo Flamengo. Outros, por certo, teriam ficado também.

Não seria um deles, aquele Gonçalo de Galhegos, que os genealogistas tão mal nos identificam, muito rico, residindo nas Fontinhas — *onde tinha a sua data e se tratava com fausto de fidalgia?*

Para alguns, seria o filho, João de Galhegos, quem casou com a filha do capitão-donatário, Alvaro Martins Homem. Mas outra dúvida se levanta, porque Drumond dá-o como vindo com mercadorias, em 1525, e nesta data, Ines Martins Cardosa, por muito que se lhe avance o nascimento, teria já mais de 50 anos.

O episódio deste casamento, aparece logo nos começos da colonização e o Galhego aparece nas Fontinhas sem se saber como. Não seria um dos companheiros de Jacomo de Bruges?

Os genealogistas dão os Galhegos, como vindos do reino, da pro-

víncia do Alemtejo, mas não obstante a riqueza que lhe atribuem, Alvaro Martins Homem, que se revela tão sensato em toda a sua actuação, tomou tanto a peito o casamento, que nunca mais quiz ver a filha, segundo escreve Fr. Diogo das Chagas, informado pela beata do Recolhimento das Chagas, Isabel de Ornelas da Camara.

O que é facto, é que existiram outros Galhegos na ilha. Segundo Drumond, o primeiro official da Alfandega, no tempo de João Vaz Corte Real, foi o almoxarife João de Galhegos, irmão da capitão da Praia, Ignes Martins Cardosa, (?) e em nota ao texto diz o seguinte :— «Consta por uma participação de nobreza dada no anno de 1660 a requerimento de Gonçalo do Rego de Souza.»

Mas o parentesco a existir, peor explica a attitude do capitão da Praia para com a filha.

Num registo de baptismo, na Sé, em 29 de Setembro de 1552, na descendência dos Chamas, figura como padrinho um Diogo de Galhegos. Mas o que é facto, é que o apelido desaparece completamente da ilha, e dos próprios filhos de Ines Martins Cardosa, nenhum o adopta.

Se se podem levantar dúvidas sobre a nacionalidade de Gonçalo de Galhegos, o que é incontestavel, é que Fernão Dulmo existiu, era flamengo e vamos encontra-lo depois em diplomas officiaes, dando-lhe até a categoria de — *cavalleiro da casa delRey* — e — *Capitam na ylha Terceira* — com certo apreço do rei.

Na carta da Terceira, de Valentim Fernandes, onde apenas indica a — *serra de jando tebe* — a — *praia, angra* — e o — *brassill* — lá está também — *Quatro Ribeiras* — a indicar que o local era conhecido entre os navegantes.

Mas quanto à designação de — *Ribeira dos Flamengos* — à que corre na freguesia, o nome desapareceu completamente na tradição da população do local.

O nome de Fernão Dulmo, que não figura em nenhum dos accidentes passados na Terceira, durante a capitania de Jacomo de Bruges, volta depois a apparecer como homem do mar. Mas que fôra pessoa da confiança do primeiro donatário, parece não restar dúvidas.

O já citado autor, Wanwermans, diz-nos que Fernão Dulmo, estava ligado à casa de Josse Van den Bergue, conhecido em Portugal por Jacomo de Bruges. É de concluir, que ele o acompanhasse na viagem em que este tocou na Terceira e ali ficasse, como garantia

de posse, mas com a vinda definitiva de Jacomo de Bruges, não se fala mais dele.

O que é natural pensar, é que, como homem do mar, tivesse pouco apego à terra e muito pouca queda para povoador.

Garantida a ilha ao patrão e amigo, Fernão Dulmo, farto daquela estadia de imobilização nas Quatro Ribeiras, saudoso da sua vida de mareante, parte outra vez a retoma-la.

Mas que conservava direitos sôbre o local, não resta também dúvida, porque em 18 de Maio de 1487, o ouvidor e corregedor Vasco Afonso, envia uma carta a Pedro Alvares da Camara, na interinidade da capitania da Praia, em que diz, que Sua Alteza o Duque, manda que os capitães repartam as terras e as deem aos moradores — *e porquanto na parte das Quatro Ribeiras se ora não dessem as ditas terras por bem de uma demanda que ora é movida perante mim antre Fernão Dulmo e o dito Capitam, e ora Sua Alteza manda que se bem o dito Fernão Dulmo se vae desta Ilha a Portugal* — ordena que se deem as terras — *não prejudicando em cousa alguma a todo o direito que o dito Fernão Dulmo tiver na dita capitania das Quatro Ribeiras.*

A doutrina é a mesma, que se encontra depois no foral dado à Ilha Terceira, para o almoxarife Fernão Vaz executar, que Drumond reproduz no Vol. I dos seus — *Annaes* — Documento C, extraído do P.^e Maldonado, a que já fizemos referência ao tratar da informação de Martim Behaim, sôbre a vinda dos 16 navios, a distribuir gados por todas as ilhas, o que parece melhor explica, para a considerar verídica, a abundância de gados de toda a espécie que havia em todas elas, quando chegaram os primeiros povoadores.

O foral, afinal, era o mesmo que fôra dado para a Madeira, a 2 de Julho de 1437, mas com as alterações que interessavam à Terceira, o qual se reproduzia com data de 4 de Julho de 1499.

O último número das suas clausulas determinativas, o 32, é o que se refere à distribuição das terras das — *Quatro Ribeiras d'Agoalva* — que vimos de transcrever. Na reprodução que dele faz Urbano de Mendonça Dias, no Vol. II — *A Vida de Nossos Avós* — extraído do — *Livro dos Forais da Camara da Vila-franca* — a clausula citada vem sob o n.º 29, mas trata-se então duma nova aplicação da doutrina do foral, a todas as outras ilhas dos Açores.

Com esta divisão dos terrenos das Quatro Ribeiras, se devem ligar os que foram dados neste sítio a Pero de Barcelos, em 1490, e a João Valadão, em 1495, do que resultou uma demanda, porque este último se foi apossando do que era do primeiro, enquanto ele andou a — *descobryr* — por espaço de 3 anos e por — *huu mandado dellRey* — *com huu Johã ferz llaurador*.

Ao assunto se referem os documentos transcritos no Vol. XII do — *Arquivo dos Açores* — e ao dar com eles no processo em seu poder, que existia nos papéis da casa dos Cantos da Terceira, é bem legítima a satisfação de Ernesto do Canto, ao descobrir a referência que o próprio Pero de Barcelos faz às suas navegações, para escrever à margem esta nota do seu punho — *mal podia Pedro Annes do Canto imaginar, ao copiar estes autos, que fazia a felecidade de um seu nono neto, ao encontrar aqui os elementos para, com algum fundamento, attribuir a descoberta da Terra do Lavrador ao terceirense João Fernandes lavrador. Foi no dia 7 de dezembro deste anno de 1893 que encontrei na folha 9 a precisa declaração de Pedro de Barcellos*.

Contudo, em 1520, a divisão das terras devia ainda estar pendente, porque Drumond, transcreve do P.^e Maldonado, dizeres dum fragmento de foral, por este encontrado, com data de 23 de Abril daquele ano, que manda dar as terras das Quatro Ribeiras e Agualva, por não saberem — *a quem pertencia de as dar*.

Dos direitos de Fernão Dulmo, na ilha, nada mais é conhecido, mas do seu crédito de navegador, havia fama.

Com data de 24 de Junho de 1486, aparece a curiosíssima carta de D. João II, a confirmar o contracto que Dulmo faz com João Afonso do Estreito, para ir descobrir a — *Ilha das Sete Cidades* — e nela o designa por — *Capitam na hylha Terceira por o duque dom Manoel meu muyto perçado e amado primo*.

Vão passados 37 anos sôbre a data presumível da sua entrada nas Quatro Ribeiras, e 20 sôbre o desaparecimento de Bruges.

Subsistia este flamengo, que parecia sumido e ainda dava que falar, com tais requintes de atenção, que o apresentam como uma pessoa importante.

Na carta de D. João II, tudo são facilidades. É por mandado régio, que ele vai a descobrir a — *Ilha das Sete Cidades* — mas este é

magnânimo. Promete que mandaria com Dulmo *gentes e armadas de navios com nosso poder para segregar as ditas ilhas* — e mais, que ele — *gra sempre por capitam moor das ditas armadas, e este reconhecendo a nos sempre por seu rey como vassallo.*

O rei português, tão cioso dos seus privilégios reais, aceita tudo que Fernão Dulmo contracta com João Afonso do Estreito, madeirense, que é quem financia a empresa.

Metade das terras serão para este, e mais, por nova carta de 4 de Agosto de 1486, não só a posse das ilhas que descobrir dentro de 40 dias, passados os seis meses da expedição, como requeria o João do Estreito, mas até as que conseguisse encontrar passados dois anos. Era uma generosa e pouco vulgar concessão.

Desejo natural do rei, para ampliar os seus domínios a ocidente dos Açores ?

Pode ser, e até nesse sentido se conclue, porque por seu mandado e pelos anos de 1492 a 1495, Pero de Barcelos e João Fernandes, tem o encargo de navegar nessa direcção, segundo o achado de E. do Canto.

Mas tambem se não comprehende, que tivesse encarregado da empresa estes dois, se considerasse para pôr inteiramente de parte a iniciativa de Fernão Dulmo, que se não sabe ao certo se se realizou ou não.

Que descobriram os dois açoreanos, Pero de Barcelos e João Fernandes, não está bem esclarecido; tambem se não percebe, que D. João II tivesse rejeitado as propostas de Colombo, que pouco antes, a 12 de Outubro de 1492, atingia a Ilha, que julgou ser a India pelo ocidente, para que logo a seguir mandasse navegar nessa direcção.

Não existia qualquer direito de precedência, em descobertas para aqueles lados; podia muito bem te-lo reservado para si.

Ainda se não firmara o tratado de Tordesilhas, de 7 de Julho de 1494; nada impedia que o fizesse.

Do empreendimento de Dulmo e João do Estreito, não houve mais noticia, nem tão pouco da data em que se realizou. Tambem não ha indicações de que partisse da Terceira para tal empreendimento, como outros o dizem.

Até que ponto a segurança da armada, prometida pelo rei, actuou, tambem se não sabe.

O curioso, é que o filho de Cristóvão Colombo, no livro que escreveu sobre o pai — *Le Historie della Vita e dei Fatti de Cristoforo Colombo* — dá conta, que achou entre os seus escritos, referências ao que afirmava — *Fenaldomos*.

Tudo leva a crer, que se trata do mesmo Fernão Dulmo, e as informações seriam, provavelmente, sobre a convicção que este tinha, da existência de mais ilhas para o ocidente e antes da autorização de D. João II para as procurar.

Assim, ao contrário do que se afirma, pode-se pensar que Cristóvão Colombo tivesse morrido, com a convicção de que descobrira só ilhas.

Fernão Dulmo, a distrair o tédio da sua permanência nas Quatro Ribeiras, ha muito que devia ter voltado à sua vida de navegante.

No convívio com os homens do mar, entrara em conhecimento com Colombo, que andava entre eles à procura de informações para fundamentar o seu empreendimento. O encontro com Pedro Velasco, que navegara para as Flores, assim o indica. Quem sabe mesmo, se estaria sugestionado pela insistente afirmativa do Dulmo, quanto à existência da ilha das — *Sete Cidades*.

Entre a viagem de Colombo e a projectada por Fernão Dulmo, ha só 6 anos de diferença. Homens do mar com a mesma vontade de empreendimentos, é natural que se conhecessem e até se procurassem.

Mas que a ideia de encontrar ilhas ou terras a ocidente dos Açores, não morrera completamente no espírito português, dá-nos disso a prova, a concessão feita por D. Manuel a Gaspar Corte Real, em 12 de Maio de 1500, para explorar terras naquele sentido, onde desaparece, e logo a seguir, em 1501, o irmão, Miguel Corte Real.

Com o desaparecimento de Fernão Dulmo, terminava completamente, a interferência flamenga na Terceira.

Depreende-se, que a morte de Jacomo de Bruges, a não anulava de todo, porque a carta de D. João II, de 1 de Junho de 1489, voltava à insistência, doando ao Duque de Beja, seu futuro sucessor, somente as duas ilhas em foco, a Terceira e a Graciosa.

De toda esta longa exposição, concluímos que nos anos a partir

de 1450, e possivelmente com maior intensidade, à roda de 1460 a 1466, deve ter havido um período crítico para a afirmação da soberania portuguesa nas ilhas do grupo central e ocidental dos Açores.

É dentro deste período, que se passam os episódios mais agudos, incompreensível e confusamente discriminados, sobre a vinda dos flamengos.

A série de diplomas, que aparecem por aquelas datas, traduzem a preocupação constante de assentar direitos e afirmar a posse.

É por essa data que a espiritualidade das ilhas, é confiada à Ordem de Cristo, em cartas sucessivas e especificadas para cada grupo. E ha que notar, que conhecendo-as o Infante desde 1431, só a 7 de Junho de 1454, 4 anos depois do aparecimento dos flamengos na Terceira, é que D. Afonso V faz doação à Ordem e insiste pela bula de aprovação do Papa.

Até ahi, durante os 23 anos que decorrem após o descobrimento por Gonçalo Velho, não se lembrara, ou não precisara daquela sanção papal, que era então um poderoso apoio para garantir direitos.

Diplomas idênticos, multiplicam-se depois, repetindo direitos já estabelecidos, parecendo que havia necessidade de constantemente os reafirmar.

Se a Ordem de Cristo, guardava direitos de natureza religiosa, que visavam naturalmente ao apoio de Roma, as confirmações reais, reivindicavam sempre para o soberano, o direito da posse temporal.

É também a partir dessa data, que se concedem cartas de doação a todos que tentavam novos empreendimentos, concedendo-se mesmo para ilhas novas e ignoradas, cujos nomes vinham já indicados e condiscentes, com os que lhes haviam dado os primeiros cartógrafos, anteriores ao empreendimento do Infante.

Anunciavam-se com antecedência os descobrimentos, para acautelar o que ia sendo um prejuizo para a posse dos Açores.

Em 1460, aparece tal referência à — *Ilha de Jesus Cristo* — e à Graciosa, em diplomas especiais, so para as duas, que denotam um constante cuidado de documentação, para assegurar a sua posse, preocupação essa que vai até D. João II, tão cioso do poder real, para ainda as doar, em 1 de Junho de 1489, ao Duque de Beja, seu futuro sucessor.

Chega-se a depreender, que se forjavam documentos para lembrar

a posse das ilhas, todas elas conhecidas, mas que ainda não fôra possível colonizar.

Para o compreender, outra razão se não pode encontrar, a não ser a das pretensões flamengas.

Ha que atender, que na idade média, os Condes da Flandres, eram mais poderosos e opulentos, que muitos reis europeus.

No tempo de Filipe o Bom, casado com a princesa portuguesa D. Isabel, irmã do Infante D. Henrique, os tapetes e os panos da Flandres, o trabalho em metais e a aplicação da hulha, davam àquele país um comércio florescente.

Os genoveses e venesianos, levavam nos seus navios, para Bruges, todo o comércio do Oriente adquirido nos mercados de Alexandria.

O pavilhão da Flandres, surge no Atlântico, seguindo os nossos primeiros passos. Tanto navegam portugueses para o norte, como partem para o sul, navios dos flamengos.

Surgira uma nova competição de bandeira, como hoje se diz, e se Portugal concedia favores a muitos armadores da Flandres, que entre nós se estabeleciam, Filipe o Bom, por seu lado, concedia também regalias aos nossos.

Afigura-se-me ideia pueril, vêr só os flamengos pelo lado da ingenuidade, condescendentes e desinteressados, no auxilio da colonização das ilhas.

Tambem se não compreende, que gosto teriam em perder uma nacionalidade tão poderosa, para a trocarem pela nossa.

QUANDO FOI POVOADA A TERCEIRA

Posto o problema da descoberta e povoamento, no sentido em que o vimos de expor, alguma coisa é possível acrescentar, às opiniões expandidas até hoje, sobre a data da colonização da Terceira.

Se a dúvida subsiste e subsistirá, à falta dum documento que a afirme com precisão, é possível, dentro do conceito exposto, reduzi-la a datas mais aproximadas, pelo menos, do que as que apontam, em

tamanha diversidade, todos aqueles que sôbre o assunto fizeram conjecturas.

O documento base para ponto de partida e apreciação do caso, é ainda a carta de doação a Jacomo de Bruges, que possivelmente adulterada no registo da Camara da Praia, no que respeitava aos direitos da filha à sucessão, nos restantes dizeres, é natural supor, conservaria o texto original.

Tambem não é crível, que com tanto descaramento se pleiteasse a questão, porque sem registo propositado na chancelaria real, algum documento deveria existir, que desse notícia da concessão. Não se pode acreditar, que os coizas se fizessem assim tanto no ar.

Por outro lado, é de aceitar, que Jacomo de Bruges, justificadamente receoso, passasse uma cópia à familia, como garantia para o que desse e viesse. É natural que estivesse prevenido, porque o original em seu poder, lhe podia ser extorquido ou mesmo perder-se

O que se tem de concluir, é que na vizinhança da data da carta, 1450, chegaram os primeiros povoadores. A lógica e o bom critério, diz-nos, que o povoamento só teria começado nesse ano ou no seguinte.

Mas alguma coisa ficou na tradição popular, quanto à data de 1449, como já o mencionamos.

António Correia da Fonseca, o primeiro que escreve, à roda de 1625, é dessa opinião. Fr. Diogo das Chagas, logo a seguir, 1645, tão cuidadoso na procura de — *papeis antigos* — e na colheita de informações de — *pessoas idosas* — levanta tambem essa suspeita, e só a rejeita com o fundamento da data da doação.

Mas não vai longe; para ele seria em Janeiro de 1450, o que tambem se não compreende, porque a carta de doação é de Março deste ano, o que não é de aceitar, ou só se aceitaria, se nos dissesse, que Jacomo de Bruges tinha desembarcado antes de pedir a doação, criando razões para impor a concessão, como Drumond tão criteriosamente o suspeita.

Seria uma hipótese, mas a diferença de 3 meses, de Janeiro a Março, parece muito pouco para convencer o Infante a conceder-lá a um estrangeiro, e muito menor ainda, para levar o Bruges a ceder e a mostrar-se tão resignado, aceitando a doação da ilha que encontrara — *erma e inhabitada* — portanto sem dono.

Naquela carta de povoamento de D. Afonso V, de 10 de Março de 1449, afigura-se-nos estar a chave da questão.

Parecendo escusada, porque sensivelmente reproduz a de 2 de Julho de 1439, só pode ser interpretada, como motivada pela pretensão do Bruges.

Vinha lembrar, que as ilhas tinham sido encontradas por portugueses e ao soberano competia autorizar o povoamento.

As 7 ilhas nela indicadas, não podem ser outras senão as do grupo central e ocidental, únicas até então despovoadas, porque já o estavam naquela data São Miguel e Santa Maria.

Jacomo de Bruges, dera com a ilha em Janeiro de 1449, e ao chegar a Lisboa, gabando-se do achado, provocou o aparecimento do documento, logo a seguir, em Março, que revelava ao mundo o direito português à posse e povoamento de todas as ilhas. Mas já vinha um pouco tarde.

As disputas com os flamengos, a competição de direitos que se levantaram, explicam que se passasse mais um ano, acalmando-se por fim as divergências, dando a capitania a Jacomo de Bruges, mas com as reservas de soberania portuguesa, que a carta traduz.

Jacomo de Bruges e Fernão Dulmo, são duas realidades no povoamento inicial da Terceira e são dois flamengos, intimamente ligados em negócios de navegação.

O segundo, aparece nas Quatro Ribeiras, com um grupo de flamengos, e guarda os seus direitos de posse, a terras daquela região, até à data do seu empreendimento à descoberta da — *ilha das Sete Cidades* — e mesmo ainda alguns anos depois.

Na crónica da ilha, nada consta sobre este indivíduo, que conserva os seus privilégios e a consideração real de D. João II, até 1487.

Não acompanha Jacomo de Bruges, quando este vem como donatário; não interfere em nenhuma das graves disputas, que ha entre ele, Diogo de Teive e Alvaro Martins Homem.

Parece não estar na ilha, e de facto não está, como ficou na tradição, por não saber cultivar as terras.

Vamos encontra-lo depois, dando noticias a Cristóvão Colombo e na organização da empresa para descobrir a — *ilha das Sete Cidades*. — É essencialmente um homem do mar.

Na Terceira, só se refere a sua existência nas Quatro Ribeiras

Este local, é um ponto favorável de abordagem, para quem navega do norte para o sul.

Não será desrazoável conjecturar, que ele pertencia às equipagens de Jossué Van den Bergue e ali desembarcasse, ficando de guarda à ilha, a justificar a sua posse, enquanto este alardeava em Lisboa a primazia da sua descoberta, como o relata Guttrie.

Era o — *agressivo possuidor* — de que fala a carta de doação, em nome do navegador flamengo, transmutado depois em Jacomo de Bruges, que o recompensa quando donatário, com as terras que se estendiam das Quatro Ribeiras à Aqualva, e cuja posse lhe estava garantida e reconhecida, pelos documentos que atrás citamos.

A data desse desembarque, é natural que esteja em íntima relação, com o nome de — *Ilha de Jesus Christo* — que figura na carta de doação.

Jossué Van den Bergue, ao abordar a ilha — *erma e inabitada* — dava-lhe um nome para a fazer valer como descoberta sua, mas para que não houvesse dúvidas, que aquele nome se referia à — *terceira das ditas ilhas* — isto se diz na carta de doação e se repete sempre depois, juntando os dois nomes, quando à ilha se faz referência, para afirmar que é só uma e a mesma. Passado o perigo flamengo, a ilha perde o nome de Jesus Cristo e volta a ser designada, unicamente, por Terceira.

O dia de Jesus, é o dia 1 de Janeiro. Segundo a prescrição de Moisés, no dia da circuncisão, oito dias depois do nascimento, era dado o nome aos recém-nascidos. No ciclo litúrgico da Igreja, o dia 1 de Janeiro, é o dia do nome de Jesus.

Naquele tempo, já estava nas festividades da Igreja, a consagração anual, naquele dia, ao nome de Jesus, porque a festa da circuncisão existe desde o século VI, e foi estabelecida, definitivamente, no século IX.

É tudo quanto há de mais verosímil, que o navegador flamengo desse à ilha o nome de — *Jesus Cristo* — por ser a 1 de Janeiro que a tivesse encontrado e nela desembarcado aquele troço de tripulantes.

Para alguns dos cronistas, com medo às irregularidades do mar, no inverno, a data seria correspondente, ou à quinta-feira Santa, ou ao dia de Corpo de Deus, por ser época de melhor tempo.

É fugir duma suposição, para outra ainda peor. Nem estes dias, em pura liturgia, são consagrados ao nome de Jesus, mas sim aos episódios do seu martírio e glória, nem sempre o inverno é mau tempo e a primavera bom mar.

Até se verifica, que a primavera, é o tempo mais irregular dos Açores, e disso tinham já conhecimento os navegadores.

Cristóvão Colombo, quando atravessa estes mares, a caminho do ocidente, parte nas vizinhanças do outono e conta, decerto, regressar em pleno inverno.

Os homens do mar só escolhem bom tempo para pescar. Em toda a história da navegação se verifica, que em qualquer época do ano, os mareantes cruzavam os mares.

Tudo leva a conjecturar, que a data do desembarque fôsse a 1 de Janeiro de 1449.

O nome de Jesus, como homenagem à Ordem de Cristo, segundo outros autores, também não tem consistência.

Não se compreenderia a preferência por esta ilha em vez de qualquer das outras, e muito menos, se atendermos, que os cronistas que o dizem, a colocam como descoberta em terceiro lugar e muito depois das do grupo oriental — Santa Maria e S. Miguel.

Nem nesse tempo estava concedida a doação à Ordem. Embora na carta de capitania a Jacomo de Bruges, se fale no — *proveito da dita Ordem* — e no pagamento ao donatário da — *dizima, do dizimo, que a dita Ordem na dita Ilha houver* — o que é facto, é que só em 1454, se faz essa doação à espiritualidade da Ordem de Cristo. Seria, quando muito, uma ideia que nascia.

A tradição que os cronistas recolheram, o nome que se dá à ilha, as demoras havidas na concessão, tão justificadas pela relutância de a dar, logo a seguir, a um estrangeiro, sem serviços prestados ao país, tudo se conjuga para estabelecer uma tal data. Até serve para interpretar, com melhor lógica, o que se passa com a chegada dos povoadores portugueses.

Foi sempre motivo de confusão a existência de dois núcleos de população, desde o início da colonização da ilha Terceira, — o das

Quatro Ribeiras e o da Ribeira de Fr. João, próximo do local, que é hoje a freguesia de São Sebastião. Para uns, seria este o primeiro; para outros, o das Quatro Ribeiras.

Que os dois existiram, logo de entrada, parece não haver dúvidas, e a explicação do facto, vem confirmar a nossa suposição.

Nas Quatro Ribeiras, estava já o grupo flamengo, quando o núcleo português desembarcou na Ribeira de Fr. João. É mesmo possível que tivesse desembarcado ali à pressa, antes da vinda de Jacomo de Bruges como capitão-donatário.

É lógico concluir, que assim procedesse o Infante, para se assegurar a posse imediata da ilha, e isso condiz com aquela versão de Guttrie, já citada, de que partiram imediatamente duas naus, a tomar conta da Terceira.

Com isso também concorda a submissão e aportuguesamento do nome de Jossué Van den Bergue, para lhe permitir a posse da capitania.

Com esse desembarque, aparecia a carta de povoamento de 1449, repetindo o direito já estabelecido pela de 1439.

Aquela fixação de Gonçalo Anes d'Afonseca, na Ribeira Sêca, e os 4 — *Joões* — pelas imediações, são incontestável indício, de que por ali se começou a desbravar a terra e o estabelecimento dos portugueses. Até o recuo para o alto de Sant'Ana, é um indicativo de precauções de segurança, que tanto podia ser contra os piratas, como contra o receio duma maior investida flamenga.

O que é certo, é que Jacomo de Bruges se instala na Praia, entre os dois grupos, e o seu lugar-tenente fica afastado, junto ao núcleo português. No próprio Fr. Diogo das Chagas, colhe-se a impressão, que esse desembarque foi feito em época anterior à vinda de Jacomo de Bruges.

É natural, que este não fôsse tão inábil, que não procurasse todos os pretextos para conciliar os dois núcleos, e assim se compreende, o que ficou na tradição, de que o primeiro homem nascido na ilha, filho de Gonçalo Anes d'Afonseca, fôsse batizado nas Quatro Ribeiras, notícia que colho no livro da casa do morgado Barcelos, proveniente, provavelmente, de António Correia da Fonseca, que dele descendia.

A permanência ali dos flamengos, dando margem a ter já uma igreja, que segundo Fr. Diogo das Chagas — *anda em tradição dos mais antigos* — ser a primeira existente na ilha, é uma outra razão

que nos diz, que ali estavam havia certo tempo. E o mesmo nos diz também, que nos primeiros meses, os habitantes da Praia iam ouvir missa àquela igreja, a uma distância de 3 léguas.

Na incompreensão da possibilidade, de logo de entrada, haver dois povoados a uma tal distância, alguns dos que só tem apreciado unilateralmente o assunto, arranjaram uma explicação habilidosa: — as Quatro Ribeiras, seriam os 4 cursos de água, que se tinham de passar da Praia até Sant'Ana, onde outra ermida foi construída para o núcleo português.

Só faltava conciliar a explicação com o batisado do filho de Gonçalo Anes d'Afonseca, porque da Ribeira Sêca até lá, nenhuma havia que transpor.

De resto, se a sua mulher, Mecia d'Andrade Machado, vinha já grávida de Lisboa, também se não compreenderia, que até ao fim da gestação, houvesse tempo para desbravar os campos até ao local de — *Portalegre* — a Sant'Ana, instalar o povoado e construir a ermida.

Mas, mesmo que a Mecia tivesse vindo mais tarde, o que é provável, e a ermida de Sant'Ana já existisse, uma habilidosa política de conciliação, da parte de Jacomo de Bruges, pode melhor explicar o caso.

Só um óbice se nos apresenta, para nos inclinarmos abertamente nesse sentido. O filho, Gaspar Gonçalves Machado, fez testamento a 19 de Fevereiro de 1545, ou sejam 95 anos a partir de 1450, o que se nos apresenta, em relação às datas destes sucessos, com uma demasiada longevidade. Mas ha que notar, a possibilidade da mãe só mais tarde ter vindo para a ilha, como o referem todos os cronistas, e a concordância melhor se encontra.

A confirmar a suposição, parece provado que Gonçalo Anes d'Afonseca, depois de algum tempo de estadia na ilha, foi a Lisboa buscar a mulher e gente para a sua lavoura. Que mais não fôsse, que um período de 5 anos, já a data do testamento do filho, primeiro homem que nasceu na Terceira, faz diminuir de igual número a sua idade, o que melhor harmonisa as possibilidades da sua existência, sem longevidade exagerada, com a actuação do pai, vindo logo em 1449 e desembarcando na Ribeira Sêca.

De resto, na leitura das datas, nos documentos antigos, precisa-se

guardar sempre uma latitude de pequenos erros, quer pelo próprio algarismo, que se pode ler mal, quer pela confusão inicial de quem primeiro o escreveu.

Nas disposições testamentárias, deste primeiro homem nascido na ilha, encontra-se o desejo, de que todos os seus descendentes, se intituem da Ribeira Sêca, quem sabe se a perpetuar o nome do local, onde o esforço e o denodo do pai, chefiara o núcleo português, que se oponha à intromissão flamenga na Terceira.

A data de 1 de Janeiro de 1449, é a que mais se harmoniza com os factos apontados, para a considerarmos como início do povoamento desta ilha, mas a conceder, lamentavelmente, ao grupo dos flamengos das Quatro Ribeiras.

Todas estas referências se encontram autenticadas no que respeita às pessoas e aos documentos.

Os elementos apresentados, foram colhidos nas obras que se citaram, nos manuscritos dos cronistas açoreanos ainda não publicados, e nessa monumental obra de investigação, que Ernesto do Canto, pacientemente colecionou e nos legou, no seu — *Arquivo dos Açores*.

Todas as datas citadas, se encontram nuns e noutros; todas as referências a documentos, são dos que se acham também transcritos. As suas repetições, a que os diversos capítulos obrigaram, foram motivadas pela necessidade de confronto e esclarecimento, para pontos em dúvida, o que pode servir para desculpar, o que tenha de fastidioso.

Nenhum se omitiu, ou rejeitou, por não convir. As datas tão pouco.

Dos autores estrangeiros citados, que não foi possível consultar, aceitaram-se as opiniões, tal qual outros as transcreveram.

Nada se alterou ou se pôs em dúvida. Com todos se jogou, — documentos, tradições, pessoas e factos relatados.

Em todo esse conjunto, encontrou-se uma harmonia e uma interdependência, que levaram a estas conclusões.

No assunto, entrou-se apenas com uma novidade, com que outros não contaram: — a apreciação dos factos em íntima ligação com os sentimentos dos homens, com os movimentos dos povos, e com um sentido de realidades, que surgem hoje, como surgiram então.

Só a interpretação difere, só o conceito é outro.

Se não estiver certo, que sirva, pelo menos, para despertar o interesse de melhor dedução.

Se a dúvida traduz sempre a insuficiência de conhecimentos, o seu esclarecimento, tem de ser obra do pensamento humano.

Negar por se ignorar, é uma preguiça do espírito.

*Estudo a que se refere a
deliberação da sessão de 28
de Outubro de 1946, do Insti-
tuto Histórico da Ilha Ter-
ceira.*

NOTA BIBLIOGRÁFICA

Espelho Cristalino, por Fr. Diogo das Chagas, cópia manuscrita da parte referente à Ilha Terceira, existente na casa dos Coelhos Borges.

Libro genealógico, manuscrito de autor ignorado, existente na casa do morgado Barcelos, que traz a indicação de seguir o texto de António Correa da Fonseca.

Fenix Angrence, pelo P.^e Manuel Luís Maldonado, manuscrito original, em poder do snr. João Carvalhal do Canto Brum.

Fenix Angrence, cópia existente na Biblioteca Pública de Ponta Delgada, extraída do manuscrito possuído pelos Cantos da Terceira.

Libro genealógico, por Francisco Coelho Machado, manuscrito original em poder do snr. João Carvalhal do Canto Brum.

Libro genealógico, cópia do anterior, em formato reduzido, existente, em poder da Ex.^{ma} Snr.^a D. Maria Isabel de Barcelos Coelho Borges.

Libro Tombo da casa de Heitor Alvares Homem, manuscrito em poder do snr. José Monjardino.

Topografia da Ilha Terceira, 1843, pelo P.^e Jerónimo Emiliano de Andrade.

Annaes da Ilha Terceira, 1850, por Francisco Ferreira Drumond.

Epocas Memoraveis da Ilha Terceira, 1890, por José Joaquim Pinheiro.

Memória da visita régia à Ilha Terceira, 1903, por Alfredo Luís Campos.

Memória sobre a Ilha Terceira, 1904, pelo Dr. Alfredo da Silva Sampaio.

Terceira a Ilha de Jesus, 1932, por Gervásio Lima.

Nobiliário da Ilha Terceira, 1944, pelo Dr. Eduardo de Campos (Carcavelos).

Dois açoreanos no governo interino, 1918, por António Ferreira de Serpa.

Influência das sesmarias no povoamento da Terceira, pelo Dr. Luís da Silva Ribeiro, «Açoreana», revista, 1946.

Achados Arqueológicos nos Açores, pelo tenente-coronel José Agostinho, «Açoreana», revista, 1946.

Memorial da muito notável Vila da Praia da Vitória, 1929, pelo Prof. Dr. Victorino Nemésio.

Plano dos descobrimentos, 1932, por Theotónio Paim.

O descobrimento do Arquipélago dos Açores, 1935, por António Ferreira de Serpa.

Ilha de S. Jorge, 1902, por José Candido da Silveira Avelar.

Ilha Graciosa, 1883, por António Borges do Canto Moniz.

Saudades da Terra, por Gaspar Frutuoso, edição comemorativa do IV centenario do nascimento do autor.

História Insulana, 1717, pelo P.^e António Cordeiro.

História da descoberta das ilhas, 1926, pelo Marquês de Jacomo Correia.

Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores, 1932, pelo Dr. Manuel Monteiro Velho Arruda.

História dos Açores, 1942, por Urbano de Mendonça Dias.

A vida de nossos avós, colecção, por Urbano de Mendonça Dias.

Histoire de la decouverte des Açores e de l'origine de leur denomination d'Iles Flamandes, pelo Prof. Jules Mees, tradução, «Revista Michaelense», n.ºs 2 e 3 de 1919.

Famílias Faialenses, 1922, por Marcelino Lima.

Os Flamengos na Ilha do Faial, 1929, por António Ferreira de Serpa.

Anais do Municipio da Horta, 1943, por Marcelino Lima.

Dois inéditos acerca das Ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo
por António Ferreira de Serpa, publicado em «O Instituto»,
Coimbra, de 1818 a 1921.

Historia das quatro ilhas que formam o distrito da Horta, por
António Lourenço da Silveira Macedo.

Histoire de la Navigation de Jean Hugues de Linschot Hollandois aux Indes Orientales, Amsterdam, 2.^a edição, 1619.

O Manuscrito «Valentim Fernandes», Lisboa, 1940.

Américo Vespúcio, 1942, por Stefan Zweig.

Arquivo dos Açores, colecção.

Expansão Portuguesa no Mundo, Editorial Atica, 1937.

História de Portugal, Portucalense Editora.

Grande enciclopédia portuguesa e brasileira.

Arcaísmos portugueses na linguagem popular do Rio Grande do Sul

por WALTER SPALDING

«A língua portuguesa entre as mais é a que em menos palavras descobre maiores conceitos, e a que com menos rodeios e mais graves têrmos, dá no ponto da verdade. Mas tem filhos tão ingratos que a modo de venenosas víboras, lhe rasgam a reputação e crédito devido.

BERNARDO DE BRITO, in MONARQUIA LUSITANA, — 1597. (Conf. Ari Maurell Lobo: *Cânones Gramaticais e Estilísticos para bem escrever a lingua nacional*. — Tip. Leuzinger — Rio de Janeiro) — 1939.

PROLEGÓMENOS

Rui Barbosa, em 1902, na sua famosa Réplica, entre outros conceitos no mesmo sentido, escreveu :

«Depois que se inventou, apadrinhado com o nome insigne de Alencar e outros menores, o «dialecto Brasileiro», todas as mazelas e corruptelas do idioma que nossos pais nos herdaram, cabem na indulgência plenária dessa forma de relaxação e do desprezo da gramática e do gôsto».

Rui, agredindo por essa forma o que se pretendia, — e pretende ainda, apresentar como *língua brasileira*, não se referia à formação de vocábulos e à linguagem típica de regiões brasileiras, mas à relaxação gramatical e ao mau gôsto, — abusivo no geral, — de for-

mações estrangeiras e deturpações gráficas e vocálicas de certas palavras, só pelo gosto de deturpar.

Em todos os países, e em todo o mundo, há variações dialéticas absolutamente necessárias.

Que interesse poderá ter o pescador pelos modismos peculiares à vida rural, e vice-versa? Cada um desses dois tipos, bem, como o agricultor, o marinheiro, o ferreiro, etc., tem seus modos de falar, de dizer as cousas suas e que, quasi sempre, o outro ignora.

É por isso que, no geral, nos países de grande extensão territorial, cada região tem seu linguajar a que se convencionou denominar «regionalismo».

Afora a formação de novos vocábulos, próprios da região, no Rio Grande do Sul tem a linguagem mais duas características: 1.^a — mudança de significado de palavras do português clássico; 2.^a — converva, em seu modo de falar, palavras obsoletas, trazidas do Continente e das ilhas pelos primeiros povoadores.

Muitas destas últimas expressões que são as que pretendemos examinar tanto quanto possível, vieram-nos através os açorianos que, ainda hoje, falam, popularmente, a língua arcaica e clássica, usada por Alciati, Francisco Manoel de Melo, Fernão Mendes Pinto, Garcia de Rezende, Gil Vicente, Duarte Nunes de Leão, o escritor, compilador ou tradutor do Santo Graal e entre dezenas de outros anteriores, o velho e sempre novo Luiz de Camões.

Inutil seria justificar a permanência entre o povo, nas campinas gaúchas, de palavras arcaicas, desconhecidas, hoje, no próprio Portugal, cujos vocabularistas e dicionaristas modernos ou as ignoram ou, como quasi todos os gramáticos, as consideram deturpações gráficas, erros dialetais, linguagem cassange, etc., etc.

Inutil, dizemos, porque todos sabemos que o Rio Grande do Sul teve seu início de povoamento luzitano somente em 1737, embora já desde 1635 incursões bandeirantes se faziam pelo *hinterland* da despovoada e desconhecida «Capitania d'El Rei» que os jesuitas espanhóis já haviam visitado e estavam catequizando desde 1626 e denominavam «adjacências do Paraguai».

Mas, na realidade, oficialmente, só em 1737 a Capitania d'El Rei deixou de ser *reiuna*, isto é: terra de ninguém.

Com Silva Pais entraram a Barra do Rio Grande contingentes os

mais variados, portugueses continentais e ilheus e brasileiros do Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo...

Logo depois colonos açorianos e, oficialmente, entre 1749 e 1752, «Casais de número» das diversas ilhas do arquipélago dos Açores, vieram engrossar o que já havia e, pelo número, — cerca de 2.300 pessoas para o total, incluindo estes, de 3.400 almas, mais ou menos, — influir enormemente (*), na vida, nos usos, nos costumes, no linguajar.

Luiz da Silva Ribeiro, em precioso trabalho — *Arcaísmos na linguagem popular da Ilha Terceira*, — (Angra do Heroísmo), demonstra que o ilheu nunca abandonou de todo o velho e já hoje obsoleto linguajar do Continente. Ora, transportado para o Rio Grande do Sul, continuou aqui a mesma língua e, por necessidades ambientes e meios e modos de vida, modificou, por analogia ou necessidade de criar termos, o sentido de muitas palavras, conservando, porém, no geral, seu modo arcaico de falar e expressar-se.

Dessarte, confrontando o actual linguajar gaúcho com o velho e ainda atual linguajar açoriano e o dos escritores portugueses de 1400 a 1800, veremos que nós, na gleba gaúcha, não sofremos, como é habito afirmarem, influência castelhana digna de nota, mas conservamos, intacto por assim dizer, o linguajar açoriano.

Muito espanholismo que existe na língua popular sulrigrandense não foi, propriamente, introduzida pelo gaúcho, mas tem sua origem na triste época do domínio espanhol em Portugal (1580 - 1640), época em que até certos escritores para serem agradáveis aos reis de Castela escreviam em língua castelhana.

Exame detido de nosso vocabulário nos provará isso à saciedade.

Além do mais, precisamos ter em mente o analfabetismo da época, especialmente dos que maior contato tinham com os platinos: contrabandistas, tropeiros, piões e estancieiros.

Ora, assim sendo, as palavras castelhanas deveriam ter vindo para o Rio Grande do Sul por via oral e não escrita. A pronúncia, entretanto, que deveria ser a base das palavras castelhanas usadas, não existe. Nós por exemplo, não dizemos *tocajo*, (grafia espanhola: to-

(*) Veja-se: Aurélio Pôrto: *Os Casais Açorianos* — in «Boletim Municipal», n.º 23 — Pôrto Alegre, Jan.º - Março de 1946.

cayo) e sim *tocaio*; não dizemos *tropija*, (em espanhol grafado *tropilla*), e assim por diante. Seria admissível essa influência se tivesse sido cultural em vez de popular, como somente poderia ter sido, na época. Nós, isso, sim, é que influímos no linguajar do Prata porque nosso *lh* corresponde aos dois éles (ll) espanhóis, deturpados, na pronúncia popular para *j* (quasi gultural ou com som de *g*) que os mais cultos, lá apanharam integral, pois é inegável que no Prata havia mais cultura do que no Rio Grande do Sul.

Diz Roque Callage (*Vocabulário e No Fogão do Gaúcho*) que 60% dos termos regionais usados no Rio Grande do Sul são de origem platina e espanhola. Dí-lo influenciado especialmente, por Romaguera Corrêa (*Vocabulário*) que a mais clássica palavra portuguesa declara de origem platina só porque *tambem* é usada no Uruguai ou na Argentina. Essa teoria, filha de precipitações e falta de exame, muito mal nos tem feito.

Paulo Prado, in «Retrato do Brasil» (ensáio sôbre a tristeza brasileira — IV.^a edição — F. Briguiete & C.^o — Rio de Janeiro — 1931), dizendo que o «véo da tristeza se estende» por todo o Brasil, excetua o Rio Grande do Sul e o povo Carioca:

«Destacam-se somente nesse fundo de grisalha melancolia o Gaúcho fronterício, *mais espanholado*, com um folclere cavalheiresco levemente nuançado de saudade que o acompanha nas correrias revolucionárias — e o Carioca, já produto de cidade grande e marítima»...

É a continuação da *lenda do espanholismo* que o estudo superficial de nossa vida e de nosso linguajar, impingiu ao resto do Brasil como *cousa feita*, isto é: questão decidida.

Já antes dissêra Amadeu Amaral, conforme o afirma Joaquim Ribeiro (*Folclore dos Bandeirantes* — Livraria José Olímpio — Rio de Janeiro, 1946), que os espanholismos do linguajar bandeirante eram influência sul-riograndense. O autor do *Folclore dos Bandeirantes*, entretanto, não acredita, e com razão, na afirmativa de Amadeu Amaral, e diz:

«Já João Ribeiro, com a dupla visão de linguista e historiador, salientava a *colonização espanhola* em São Paulo, desde o século XVI».

Na realidade, São Paulo teve colonização espanhola ao passo que o Rio Grande do Sul não teve depois de povoado pelos portugueses

(1737) e o que fizeram os jesuitas espanhóis, embora monumental, não influenciou em nada no linguajar português, mas apenas no indígena, o tupi-guarani.

A razão de João Ribeiro é comprovada com detido estudo e nós, em ensaio rápido ou melhor, notas à «*Colecção de Vocábulos e Frases usadas na Província de São Pedro do Sul*», demonstramos que muitos *chamados* espanholismos, são palavras obsoletas no linguajar português, como o são as que neste ensaio relacionamos, tidas, no geral, por deturpações apenas.

Não negamos, entretanto, que na linguagem comum do riograndense do sul haja enorme quantidade de autênticos e injustificáveis espanholismos. Mas estes, é preciso que se note, fazem vida especialmente na zona fronteira e são, em sua grande maioria, novas, introduzidas pelo pedantismo de estancieiros ricos que costumam copiar e, para *arrostar grandeza* e mostrar que são viajados, empregam a torto e a direito o que por lá ouviram.

E assim surgiram as *cabañas*, o *despilchado*, *arreglo*, *buenas*, *buenacho*, *pulperia*, *pulpero*, *hay* (verbo haver, por há), *muchacho* (rapaz; para espanholar termo português chegaram ao cúmulo de deturpar o velho *mochado*, em *muchacho*!...), *malo*, *durazoal*, *culo* e *suerte* (no jogo de osso) e, entre outras, frases completas andam de boca em boca, às vezes tão deturpadas que nem se atina com o significado.

E, assim como, injustamente nos acusam de espanholizados, também nos acusam de deturpadores da língua. É isso que, com o presente ensaio, pretendemos desmentir.

Aliás, grande número das palavras que aqui figuram são usadas em outros pontos do país e algumas em todo o Brasil.

A estas, essa universalidade dá ainda mais força e valor.

*

*

Diz Pereira Fortes no Vocabulário apenso a seu poema «A Marcação» que «os prefixos são usados como particulares de realce». — Em verdade, assim parece ser embora, às vezes, a partícula desa-

pareça em outros. — Se muitas palavras dessas tem exemplos no antigo português, outras são autênticas formações sulriograndenses.

Dentre as primeiras, abonadas por clássicos, citaremos, como exemplo :— Abastente, arrapiar e bastecer. Entre outras da forma clássica também usadas no Rio Grande do Sul, mencionaremos: acodir, apretar, afregir, comissairo, concruir, contraíro, crara (clara), decrarar, defamada, detreminar, devação, devinhar, dovidoso, envenção, escreitura, esprito, fantasia, fegura, gasalhar, grórea, julgar, menistro, men-goado, profundo, perdedinha, perguiça, presioneiro, repicar, rosairo, santeficado, sengelo, simpres, simpreza, socesso, sojeito, sospirar, sospiro, travisseiro, tromenta, ventagem

De todas estas palavras encontramos o uso em Resende (Cancioneiro e Miscelanea), Vasconcellos, Andrada, Castelbranco, Remédios, (diversos autores), Bluteau, Natividade, Guedes, Toscano, Rodrigues, Camões, Castelo Branco (Soropita), Brunswick, Ribeiro, Silva, Magne, etc.

CONCLUINDO:

Ai ficam relacionadas no vocabulário a seguir, alfabeticamente, todas as palavras do antigo linguajar português usadas ainda hoje, com o mesmo significado, na linguagem popular do gaúcho.

Além destas comprovadas com clássicos portugueses outras muitas existem, portuguesas autênticas, amplificadas apenas no sentido, quasi sempre por acrescimo de letra ou pela transformação de substantivo em verbo.

A respeito diz o dr. Manuel Duarte (*No Planalto*):

«A provar de como o vérbo inventado, ou adaptado, a pról, rézúme, pela vigorosa desteridade da imagem, o período, ou situação, que se tem em fito expressar, ou representar, illustam alguns exemplos, tirados ao vocabulismo opulento do Planalto.»

Estão perfeitamente enquadradas na lição acima, entre outras e sem contar as citadas pelo dr. M. Duarte, as seguintes que colhemos

nos escritores regionais citadas, — formas verbais (*) que tudo dizem, algumas, — outras, expressões que a mudança de letra, ou transplantação deu nova vida e novo sentido: arrecusar (Maya), arrearpar (Maya), amolestar (Callage), arreferir (Maya), arresestir (Callage), arrodeiar (Lopes — Cancioneiro), achar (Callage, Maya), apertencer (Maya), arresponder (Fortes), assuceder (Juvenal, Maya, Fortes) aperciar (Fortes), alumiar (S.), adominar (S.), arresolver (Callage, Fortes), arreter (Callage), arreceber (Aquino), arrededir (Correa), alevianar (Maya), apestear (Maya), chalaçar (Acauan), embretar (Acauan), matear, mosquear, frentear, graxear, verdear (Laf), e centenas de outros dos quais a maioria figura na relação do dr. Manuel Duarte, e alguns em Laytano (*Notas de linguagem*).

*

* *

A maleabilidade da língua portuguesa parece propícia a deturpações que, entretanto, encontramos, no geral entre os grandes clássicos e, muitos deles, em uso até os albores do século XIX. Basta passar os olhos pelos documentos oficiais da época (1740 a 1830) e encontraremos, a todo o passo, — tabalião, percisar, sastifação, percurar, preferencia, ermão, rezão, fermosa, ofecial, detreminar, admenistração, rematação, destrito, almario, milhor, proguntar, desestir, vertude, precurador e percurador, etc., etc.

Ricas são, nesse particular, as vereanças das Camaras Municipais do Rio Grande do Sul, bem como a correspondência oficial e as informações de engenheiros e militares sôbre sesmarias, terras e movimentos de fôrças.

Tudo isso comprova o uso, ainda hoje, de arcaísmos portugueses no linguajar do povo gaúcho.

Esse linguajar, aliás, é, *mutatis mutandis*, comum a todo o in-

(*) — Aliás, em Soropita encontramos a formação verbal — fatia — «que me fatia» —, que Camilo Castelo Branco, em nota, explica: — «Fatiar — cortar em fatias».

terior brasílico, onde a chamada civilização, com seus estrangeirismos, ainda não chegou.

Aos estudiosos de nossa terra — do nosso Brasil — apresentamos o presente ensaio. Não nos move intuito outro que o de cooperar, ainda que insignificadamente, para a grandesa e harmonia da grande pátria comum.

BIBLIOGRAFIA

Para abonar os velhos termos portugueses usados em nosso linguajar, consultamos as obras a seguir que, em exame mais detido maior número de palavras nos forneceria, pois é enorme a riqueza vocabular obsoleta nelas contida.

Alciati — Emblemas de Alciati — Porto, 1917. (Citado pelo dr. Luiz da Silva Ribeiro in *Arcaismos*).

Andrada — Vida de D. João de Castro IV Viso-Rey da India. — Escrita por Jacinto Freyre de Andrada. — Lisboa — Na Officina de Domingos Rodrigues — Anno de M.DCC.XLVII.

Assumpçam: — Vida da Fenis da Penitencia St.^a Maria Magdalena Assombro dos desertos, etc. — Seu author Fr. Antonio de Assumpçam da Sagrada Ordem dos Pregadores. — Lisboa: Na Offic de Domingos Rodrigues, Anjos. — Anno M.DCC.LI.

Bluteau — Oraçam: — Oraçam Funebre nas Exequias Reaes da Serenissima Rainha de Portugal, D. Maria, Francisca, Isabel de Saboya, Celebradas na Santa Casa da Misericordia de Lisboa, aos 27 de Janeiro de 1684, Clerigo Regular Teatino da Divina Providencia, etc. — Lisboa — Na Officina de Miguel Deslandes — M.DC.LXXXIV.

- Bluteau* — *Sermam*: — Sermam no Sexto dia do Outavario da Festa de S. Francisco — Pregado pello P. D. Rafael Bluteau, — Clerigo Regular Theatino da Divina Providencia no Mosteiro da Esperança desta Cidade de Lisboa — Em Lisboa — Na Officina de Ioam da Costa. — M.D.C.LXXIII.
- Brunswick* — Dicionario da Antiga Linguagem Portugueza — Inter-calado com grande número de vocábulos hodiernos de obscura significação. — Coordenado por H Brunswick. — Empreza Lusitana Editora. — Lisboa — s/d. (1911 ?)
- Camões* — *Os Lusíadas* de Luiz de Camões. — Edição in «Terra de Sol», vol. IV — 1924 — 1.^a edição. — Edição do Anuario do Brasil — Rio de Janeiro.
- Castelbranco* — *O Heroe Portuguez* — Vida, Proezas, Victorias, Virtude Morte do Excellentissimo Senhor D. Nuno Alvares Pereira, Condestavel de Portugal — etc. — Escrito pelo P. Fr. Antonio de Escobar... — E novamente traduzido da lingua Castelhana no Idioma Portuguez por Bernardo Jozé Lemos Castelbranco, etc. — Lisboa — Na Officina de Pedro Ferreira, Impressor da Augustissima Rainha N. S. e impressor a sua custa — 1744.
- Condestabre* — *Cronica do Condestabre de Portugal*. — Coimbra, 1911. — (Citada pelo dr. Luiz da Silva Ribeiro — *Arcaismos*...)
- Freire* — Vida Admiravel e Morte Precioza da Bemaventurada Santa Roza de Santa Maria, natural da cidade de Lima, Religiosa da Terceira Ordem de N. P. S. Domingos. — Recopilada em lingua latina pello Mt.^o Rd.^o Pe. Mestre Frei Leonardo Hansen, etc. — Tradusida em Portuguez pello R. P. Mestre Fr. Domingos Freire, Deputado na Inquisição de Coimbra — Em Lisboa. — Na Officina de Joam da Costa. — M.DC.LXXIX.
- Guedes* — Breve Epitome da mais dilatada vida — etc. — São Joam de Deos. Traduzido do Castelhana em Portuguez,

Pello P. Balthezar Guedes, Clerigo do Habito de São Pedro, etc. — Em Coimbra — Por — Joseph Ferreyta Impressor da Universidade — Anno 1692.

Magne — Augusto Magne — *A Demanda do Santo Graal* — Vol. I — Vol. II — Vol. III Glossário — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1944. — (Ministério de Educação e Saúde — Inst. Nacional do Livro).

Melo — *Fidalgo Aprendiz de D. Francisco Manuel de Melo* — Coimbra. — (Citado pelo dr. Luiz da Silva Ribeiro — *Arcaísmos*).

Natividade — Sermam, que pregou o Padre Mestre Frei Antonio da Natividade da Ordem de S. Agostinho, nas exequias, que os Religiosos, da mesme Ordem fizeram na Sé de Lisboa — pelo Illustr.^{mo} e Rever.^{mo} Senhor Dom Rodrigo da Cunha, Arcebispo da mesma cidade, etc. — Anno de 1643 — Em Lisboa por Antonio Aluarez Impressor Del Rey N. S.

Pinto — *Peregrinação de Fernão Mendes Pinto*. — Gaia — 1930. — (Citado pelo dr. Luiz da Silva Ribeiro — *Arcaísmos*).

Remédios — Mendes dos Remédios — História da Literatura Portuguesa — Desde as origens até a actualidade. — Terceira Edição Refundida. — Coimbra — F. França Amado, Editor. 1908. — Nota: Os nomes que figuram após o do autor, nas citações, são os dos trabalhos transcritos por M. dos Remédios na parte antológica.

Resende — *Cancioneiro* : — Cancioneiro Geral de Garcia de Resende — Nova edição preparada pelo dr. A. J. Gonçalves Guimarães — 5 tomos. — Coimbra — Imprensa da Universidade. — M.DCCCC.X a M.DCCCC.XVII. — *Nota* : — Os nomes que se seguirem, nas citações à palavra «Cancioneiro» são os dos poetas nele incluídos por Garcia de Resende.

Resende — *Miscelanea* : — Garcia de Resende — Miscelanea e Va-

riedade de Histórias, Costumes, Casos e Cousas que em seu tempo aconteceram. — Com prefácio e notas de Mendes dos Remédios. — Coimbra — França Amado, Editor — 1917.

Ribeiro — *Arcaismos*: Luiz da Silva Ribeiro — Arcaismos na linguagem popular da Ilha Terceira. — Separata do n.º 1 do «Boletim do Inst. Hist. da Ilha Terceira». — Angra do Heroísmo — s/d.

Ribeiro — *Formação*: — Luiz da Silva Ribeiro. — Formação Histórica do Povo dos Açores. — Subsídios para o seu estudo. — Separata de «Açoreana» — Boletim da Sociedade Afonso Chaves. — Tip. Andrade Ltda. Angra do Heroísmo — s/d.

Rodrigues — *Relação da Aclamação* que se fez na Capitania do Rio de Janeiro Estado do Brasil, etc. — Em Lisboa. — Por Jorge Rodrigues — Anno 1641. — Reedição «sob os auspícios da Delegação Oficial do Brasil às Comemorações de 1940. — (Tip. da Atlantida — Coimbra).

Silva — *DICCIONARIO DA LINGUA PORTUGUESA* composto por Antonio de Moraes Silva — Natural do Rio de Janeiro. — Quarta edição, Reformada, Emendada, e muito acrescentada pelo mesmo autor; Posta em Ordem, correcta e enriquecida de grande número de artigos novos e dos synonymos por Theotonio José de Oliveira Velho — 2 tomos. — Lisboa. — Na Impressão Regia. Ano 1831.

Soropita — *Poesias e prosas inéditas de Fernão Rodrigues Lobo Soropita*. — Com uma prefacção e notas de Camillo Castello Branco. — Pôrto — Typografia Lusitana. — 1868.

Souza — *VIDA DE D. FREI BARTOLOMEU DOS MARTYRES*, por Frei Luis de Sousa. — Lisboa — 1818. — (Citado por Luiz da Silva Ribeiro — *Arcaismos*).

Toscano — *Parallos de Principes, e Varoens Illustres*, etc. Por Francisco Soares Toscano — Natural da Cidade de Evora.

— Agora novamente acrescentados, etc. Lisboa Occidental. Na oficina Ferreiriana. — M.DCC.XXXIII.

Vasconcellos — Memorial das Proezas da Segunda Tavola Redonda por Jorge Ferreira de Vasconcellos. — Ao Muyto Alto e Muyto Poderoso Rey Dom Sebastião Prymeiro deste Nome em Portugal, Nosso Senhor. — Impressa pela primeira vez em 1567. — 2.^a edição. — Lisboa — Typ. do Panorama. — M.DCCC.LXVII.

* *

Dentre os escritores e regionalistas gaúchos, foram consultados os seguintes :

Acauan — *Ronda Charrúa* — por Manoel Acauan — Centro da Boa Imprensa — Pôrto Alegre — 1931.

Aquino — Eurico Aquino — *Gaúchos* — Contos Regionais — Livraria do Globo — Pôrto Alegre — 1935.

Azambuja — Darcy Azambuja — *No Galpão* — (Contos Gauchescos) — Livraria do Globo — Pôrto Alegre — 1925. (Existem novas edições).

Callage — Roque Callage — *Vocabulário Gaúcho*, contendo mais de 2.000 termos usados no linguajar riograndense. — Livraria do Globo — Pôrto Alegre — 1926 (Existe 2.^a edição).

Callage — Roque Callage — *Terra Gaúcha* — Scenas da Vida Riograndense. Brasil — Rio Grande do Sul — 1914.

Callage — Roque Callage — *Quéro-quéro* — Scenas Crioulas — Livraria do Globo — Pôrto Alegre — 1927.

Callage — Roque Callage — *Rincão* — (Scenas da Vida Gaúcha) — 2.^a edição refundida e aumentada. — Livraria do Globo — Pôrto Alegre — 1924.

Callage — Roque Callage — *No Fogão do Gaúcho* — Livraria do Globo — Pôrto Alegre, 1929.

Corrêa — M. Faria Corrêa — *Rumo aos Pagos*. — Poemento Regionalista. Livraria do Globo — Pôrto Alegre — 1925.

Duarte — Manoel Duarte — *No Palanalto* — (Epizódios e Paisagens sôbre o Nordeste Riograndense) — Prefácio do dr. Affonso de E. Taunay — Oficinas Gráficas da Livraria do Globo — Pôrto Alegre — 1930.

Fontoura — João Fontoura — *Umbú* — Contos Gaúchos — 2.^a série — Rio de Janeiro — Tip. do «Jornal do Comércio» — 1929.

Fontoura — João Fontoura — *Rancho Grande* — Contos Sulriograndenses — 3.^a série. — Rio de Janeiro — «Jornal do Comércio» — Rodrigues & C.^a — 1939.

Fortes — M. Pereira Fortes — *A Marcação* — Poema Gaúcho — Livraria Acadêmica — São Paulo — 1940.

Jaques — *Assuntos do Rio Grande do Sul* — pelo Major João Cezimbra Jacques. — Pôrto Alegre, Of. Graf. da Escola de Engenharia — 1912.

Juvenal — *Antonio Chimango* — Poema campestre por Amaro Juvenal. — Pôrto Alegre, 1915. (Ha 2.^a edição de 1922 que reproduz a capa com a data de 1915. Nenhuma trás editor).

Laf — Laf (Luiz Araujo Filho) — *Recordações Gaúchas* — 2.^a edição — Tip. de Echenique Irmãos & C.^a — Pôrto Alegre — 1905.

Laytano — Vocabulário dos Pescadores do Rio Grande do Sul. — Etimologia dos termos praiheiros usados na costa do Nordeste, por Dante de Laytano, — In «Anais do II Congresso de História e Geografia Sulriograndense. — Inst. Hist. e Geogr. do Rio Grande do Sul — 3.^o vol. — pág. 237 — Pôrto Alegre — Livraria do Globo — 1937.

- Laytano* — *Notas de linguagem Sulriograndense* — Dante de Laytano — In «Anais do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada — Julho de 1937 — Departamento de Cultura — São Paulo — 1938.
- Lopes* — J. Simões Lopes Netto — *Contos Gauchescos* — Folk-Lore Regional — Echenique & C.^a, Editores — Pelotas — 1912.
- Lopes* — J. Simões Lopes Netto — *Populário* — Lendas do Sul — Echenique & C.^a, Editores — Pelotas — 1913.
- Lopes* — J. Simões Lopes Netto — *Cancioneiro Guasca* — 2.^a edição — Echenique & C.^a — Pelotas — 1917.
- Martins* — Cyro Martins — *Campo Fora* — Livraria do Globo — Pôrto Alegre — 1934.
- Maya* — Alcides Maya — *Tapera* — (Scenários Gaúchos). — H. Garnier, Livreiro Editor — Rio de Janeiro — 1911.
- Maya* — Alcides Maya — *Alma Barbara* — Rio de Janeiro — Pimenta de Melo, editor — 1923.
- Moraes* — Luiz Carlos de Moraes — Vocabulário Sulriograndense — Livraria do Globo — Pôrto Alegre — 1935.
- Romaguera* — Vocabulário Sulriograndense, pelo Dr. J. Romaguera Corrêa. — Echenique & Irmãos, Editores—Pelotas — 1898.
- S.* — Apontamentos e frases colhidas pelo autor na campanha. Alguns exemplos pertencem a contos que publicou em jornais e revistas do Estado e do Rio de Janeiro, entre 1920 e 1926.

NOTA: — Para o estudo da fonologia, convém ler «Aspectos da Fonética Sulriograndense», do dr. Elpidio Ferreira Pais, in «Anais do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada. — Julho de 1937 — Departamento de Cultura — São Paulo — 1938.

ARCAISMOS DA LINGUAGEM POPULAR GAUCHA

— A —

- Abaxar* — abaixar (Brunswick). — «Volvendo, ora se abaxe, agora se erga. Nunca se ergue, ou se abaxa» (Camões). — Silva traz : «*abaxar* : v. at. abaixar é melhor ortografia», diz. — É de uso comum no Rio Grande do Sul, embora seja preferido no mesmo sentido, agachar-se: «Antes morrer de que abaxar-me praquele cuera» (S).
- Abrasiado* — vermelho, ruborizado (Ribeiro) — «E foi a doidice abraseada» (Soropita). — «Oh vergonha de mi, / como vou abrasiada» — (Gil Vicente: Auto das Fadas). — Silva diz: «feito em brasa, cheio de rubor e calor». — No Rio do Sul emprega-se, geralmente, para significar que a pessoa está com febre: «Estava abrasiado e não conhecia ninguém» (S).
- Abusão* — êrro, ilusão, engano. — Abuso. — Patranha (Brunswick). No Rio Grande do Sul, também fantasma. — Figura, atualmente, em todos os dicionários da língua portuguesa falada no Brasil.
- Achegamento* — união; resultado de duas ou mais cousas que se chegam, umas às outras (Brunswick). — Usa-se no Rio Grande do Sul também com o significado de namoro: «Aquele achegamento não vai acabá bem» (S).

Achegar — chegar, reunir, aproximar (Ribeiro). — «E chegar a huê lugar a que chamã Vila Nova da Raynha» — (Crónica do Condestabre de Portugal). — «Vão-se achegando no mais moçada guapa» (Callage — *Terra Gaúcha*).

Açucrer — açucar (Brunswick). — É de uso comum em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Entretanto ninguém o registou, como aliás, muitos outros termos jamais foram apanhados: «Café com açucrer»; «Rapadura açucra é».

Acupar — ocupar (Ribeiro também Silva). «Em esmolos acupados» (Resende — *Miscellanea*). «Se os escritores se quisessem acupar» (Resende — *Cancioneiro* Prologo de Garcia Resende) «Que macupa a fantasia» (Resende — *Cancioneiro* — Joam Rrois de Saa). — «Por verdes se macupey» (Resende — *Cancioneiro* — Álvaro Barreto) — No Rio Grande do Sul: «Não se acupe da vida aleia (alheia)» (S).

Adivinhança — adivinhação (Brunswick). E, também, o verbo: adivinhar (Ribeiro), adivinhado (Magne) e o substantivo — *adivinhador*: «o grande adivinhador Oedipo» (Alciati). — «Esto assi me aveo como me foi adivinhado» (Santo Graal) — «Não se adivinha as cousas». — «Nas adivinhança de São João» (S).

Adivinhar — Adivinhar (Silva que também traz adivinhação e adivinhador). «Bem deveys adivinhar» (Resende — *Cancioneiro* — Ruy Gonçalves de Castelbranco). — «Adivinhar, só Deus que tudo sabe» (S.) — Veja-se: adivinhança.

Afloxar — afrouxar (Brunswick) — Também Silva (citando a Crónica de Cister). — «Afloxar o garrão» — (Frases feitas sul-riograndense, que significa: cansar, perder a coragem; morrer).

Agachar-se — acocorar-se; render-se, abaixar-se, sujeitar-se. «Sabem que nam sagacha a Troylos ou a Eytor» (Resende — *Cancioneiro* — Álvaro Barreto). No Rio Grande do Sul: «A honra, para o gaúcho, é cousa que não se agacha» (Corrêa). — «Ele se agachou num canto» (Acauan).

— «Esperaram a ganhada do moço» (Fontoura — *Umbú*).
 «O potro escondeu a cabeça, agachou-se» (Fontoura — *Umbú*).

Agardecer — agradecer (Magne). — «El lho agardeceu muito» (Santo Graal, — «Soys muy desaguardecido» Resende — Cancioneiro — Conde de Vymyoso). No Rio Grande do Sul: «Obrigação não se agardece» (S.) — É de uso comum no linguajar do povo: «Agardecido, moço» (S.)

Alembrar — lembrar, recordar: Silva traz: *Alembrar - alembrar*. «Nas cousas passadas que lhe alembrou» (Resende — Cancioneiro — O Cuydar, e Sospitar). No Rio Grande do Sul: «Não tinha nem tempo de se alembra» (Fortes). «Alembra-se de mim, seu dotoréco?» (Aquino). «Ninguém mais no rincão se alembrava» (Acauan). «Não me alembro do sucedido» (Callage — *Quero-Quero*) — «Quando me alembro do amargo» (Maya — *Alma*). — «Vance de certo não se alembra» (Fontoura — *Umbú*).

Alambre — pessoa esperta. — Arame (Brunswick). Daí *alambrado*: cerca de arame, terras cercadas com arame. No Rio Grande do Sul: «Arrombando alambrados, alvejando às vezes a arma» (Callage — *Terra Gaúcha*). «Não havia alambradas» (Fontoura — *Umbú*). — «Na costa de um alambrado» (Juvenal).

Alevantar — levantar, erguer (Silva): «Que outro poder mais alto se alevanta» (Camões). — «Um padrão nesta terra alevantamos» (Camões). — É de uso geral no Rio Grande do Sul: «Alevanta, malandro!» (S.)

Alimá — animal. — Rez (Brunswick). Talvez de alimária. — No Rio Grande do Sul usa-se indistintamente: alimá e alimal: «O alimal estava enterrado na restinga» (Callage — *Quero-Quero*) — «Fosse cristão, alimal ou judeu» (Maya — *Alma*). «O alimal, às vezes sai a correr» (Fontoura — *Umbú*).

Alimpar — limpar (Brunswick — Silva refere com muitos exemplos). «Apretandolhe a cabeça, alimpoulhe ho sangue» (Vascon-

cellos). «Se os bem nam alimparem» Rezende — Cancioneiro — Álvaro de Brito). — No Rio Grande do Sul: «Que alimpavam a ossada do morto» (Acauan). — «Alimpava os olhos seus» (Fortes).

Almário também *Almáiro* — armário (Ribeiro). — «E o cales achará / no almareo de cá» (Gil Vicente: *Clérigo da Beira*). — Silva diz: «Almário trazem os bons autores, e por uso dizemos armário». — No Rio Grande do Sul é comum a voz — almário —, especialmente na linguagem familiar.

Alumiar — Iluminar, fazer luz; compreender; bilhar (Silva). — «A memória alummyay» (Resende — Cancioneiro — Duarte de Brito). — «Que a alumeava com o esplendor de suas virtudes» (Bluteau — *Oraçam*). «Dando cargo à Irmã que alumiasse» (Camões). — Rio Grande do Sul: «Cada talho que saia alumiano» (Azambuja). — «O branco dos olhos alumiano o perfume da cara» (Acauan). — «Pode esse sol que alumia» (Lopes — Cancioneiro) — «Por esta luz que me alumeia» (Callage — *Quero-Quero*).

Amenhã — amanhã (Ribeiro). — «Cras que quer dizer amenhã» (Alciati). Veja-se: menhã. — É usado indistintamente e com o mesmo sentido de «menhã» ou «minhã», como despedida: «até amenhã» ou «até menhã». Também para indicar o proximo dia: «amenhã cedo».

Ametade — metade (Ribeiro, que diz ser ainda de uso geral em Portugal. — Silva refere-a com grande número de exemplos clássicos. O emprego de *ametade*, por metade, meia parte, é comum no Rio Grande do Sul; mas geralmente confunde-se com o artigo *a*: *a ametade* deste campo é de Fulano (S.)

Amor — *Por amor de*: por causa de (Magne) que deu nosso *pramóde* ou *promóde*. — «Por amor de o alcançar» (Santo Graal). — *Amóde*, usa-se também no Rio Grande do Sul, a par de *pramode* ou *prómode*: «Retrovim só promode» (Acauan). — «Amóde que tem de cór» (Fortes). «Pra mode não perdê de vista» (Aquino).

Amostrar — mostrar (Magne). — «Entom veríades como lhe amostavam o verdadeiro amor» (Santo Graal). — «E o pae quanto ter possa / me amostres a medyda» (Resende — Cancioneiro — Anrique Dalmeida). «Por ela lhe amostrarey» — (Id. — Id. — Francisco da Silveyra). No Rio Grande do Sul: «Só pra amostrá préla» (para ela) (Aquino). — «Só aquerdito si me amostra» — «Amostrei praqueles cuéras o que é pontaria» (S).

Antão — *Antãooces* — Veja-se: Entoncês.

Apeiro — conjunto de instrumentos e objectos próprios para caçar, antes do uso da pólvora (Brunswick). Silva refere a palavra com diversos significados e exemplos e adágios populares. — No Rio Grande do Sul: Parte dos arreios que serve para o governo, segurança e ornamento do cavalo (Callage — Vocabulário; Romaguera, Jacques, Moraes).

Arreçar — Recear, receiar (Silva). — «E porque a não perdesse fazia que arrecesse» (Remédios — Bernardim Ribeiro). Comum no Rio Grande do Sul: «Não arreceo, moçada, torito deste rincão. Cué pucha! barbaridade! Oie (olhe) o trago seu Chicão!» (Trova popular gaúcha).

Arreceo — receio (Ribeiro). Também *arreceiar*. «Com bem grãde arreceyo» (Pinto). Silva refere ambas as palavras também com exemplos clássicos. — No Rio Grande do Sul são de uso comum: «Não arreceo, moçada» (S). — «Vivendo com arreceios» (Jacques). — «Não se arreceiava de almas» (Lopes — *Contos*).

Arriba — acima — Para cima. — Veja-se também «Riba». «Lançou a corre ho melhor que pode costa arriba» (Vasconcellos). No Rio Grande do Sul: «E se largou a galope cerro abaixo e cerro arriba, por aqueles sertanados» (Acauan).

Arrincar — arrancar, diz o dr. Luiz da Silva Ribeiro. Quer, entretanto, parecer-nos que significa — parar, estacionar. O exemplo de Gil Vicente, no Juiz da Beira, que o próprio Ribeiro cita, parece decisivo para o sentido que nós lhe

damos: «Porém sacudi-lhe o pó, / como soio quando arrinco», isto é: sacudi-lhe o pó, como costume, tenho o habito (verbo *soer*, segundo Magne) de fazer quando *pa-ro, estaciono*. — A ser assim, daí nasceram: *rincão*, lugar, recanto, paragem, e o verbo *arrinconar* que seria nova forma de *arrincar*.

Assentar — sentar (Ribeiro). — Parar; parar repentinamente. Silva traz *assentar* com diversos significados, inclusive os ainda usados pelo gaúcho: «O baio assentou de sopetão» (Lopes — Lendas do Sul). — «Onde o patrão assentado» (Fortes).

Assessegarr — socegar (Ribeiro). — (Brunswick). — No Rio Grande do Sul usa-se especialmente *Assossegar*. — «Partirom logo com grãde assessego» (Crónica do Condestabre). — Citando o verbo e derivados, diz Silva: antiquado. «Nenhũu assesseguro tem minha triste fantasia» (Resende — Cancioneiro — Ruy Gonçalves de Castelbranco). «E que a agoa assossejou» (Remédios — Bernardin Ribeiro) «Não achais nele asossego» (Remédios — Sá de Miranda). — No Rio Grande do Sul: «Estão bem seguros, bem assocegados» (Acauan).

Assigurar — assegurar — «Ora cuydar me asygura» (Resende — Cancioneiro — Dr. Francisco de Saa) — É geral o uso no Rio Grande do Sul: «O gurisote ia malito, se assegurando no Santo António» (S.) — «Santo António», no caso, são as crinas do cavalo a que o mau cavaleiro se segura para não cair.

Auga - Augua — água (Brunswick, Ribeiro, Silva) — «Item capa augoadeyra, e gybam de çatym rraso» (Resende — Cancioneiro — Anrique Dalmeida). «E veendo a soombra, deytou-se na augua» (Remédios — O Livro de Esopo). «Bebeu, bebeu, pensando qua canha era augua e foi aquele estrupício despois» (S.)

Avantagem — vantagem (Ribeiro). — «Outra dama irá também, / de carmezim d'avantagem» (Gil Vicente: *Côrtés de Jupiter*). — No Rio Grande do Sul usa-se também *avantage*, como

na ilha Terceira segundo Ribeiro. — Silva menciona a velha palavra com vários exemplos clássicos — «Nem sei que vantagem vai tê» (S.) «Vende? — só com vantagem» (S.).

— B —

Badana — Carneiras. Diz Silva que talvez derive do Vasconso *badana*, coisa froixa e pendente. — «Com cuberta de badana» (Resende — Cancioneiro — Anrryque Dalmeida) — Pele ou outro qualquer couro, curtido, macio, que se coloca sôbre os pelegos ou sôbre o coxinilho (Callage, Moraes, Romaguera).

Bailo — baile, bailado popular (Ribeiro) — «Que sabe os bailos da Beira» (Gil Vicente: *Auto pastoril*) — «Meu amor está no bailo mamãe não me quer levar; eu já tenho 20 anos, mamãe eu quero cazar» (Quadra popular do Rio Grande do Sul).

Bautizar — **Bautismo** — Batizar (Silva) — «E como foi bautizado» (Toscano). «Receber a agoa do sagrado Bautismo» (Freire). Moraes refere: bautizar (cast.) batizar. Refere também: bautismo e bautistério. Porque castelhanismo, se o português clássico abona o seu uso no Rio Grande do Sul... e em outros pontos do Brasil?

Bombachas — calções largos e compridos que se atavam por baixo dos joelhos: eram de seda e se encorpavam com tufos ou garambazes (Brunswick). No Rio Grande do Sul: calças largas nas pernas, abotoadas ou apresilhadas na altura do tornozelo: «Quem não aguenta repucho não pode enfiar bombacha» (Corrêa). — «Amplas bombachas de merino» (Laf.)

Brabo — bravio, bravo, violento. Silva traz *brabosidade*, e *braba* — mulher de condição aspera. — «Desenvolvesse qualquer cavallo por brabo, e indomite que fosse» (Toscano). — Rio Grande do Sul: «Inverno brabo de geada que branqueava»

(Azambuja). — «A pechada foi braba» (Acauan). — «Homem brabo como um namangava» (Maya). «Aí então é que a luta foi braba» (Callage).

Brete — armadilha para pássaros (Brunswick). — Cerca formando corredor, geralmente de táboas, que comunica com o curtal ou mangueira e que serve para castrar, marcar ou conduzir os animais de um a um para o matadouro (Jaques, Callage, Romaguera, Moraes). — «Apertado ali no canto como novinho embretado» (Acauan). — «O brete monotonisara as agitadas marcações» (Azambuja). — «Longe do embretamento das mangueiras» (Callage — *Terra Gaucha*).

— C —

Cangar — pôr canga nos telhados (Brunswick). — Jungir (Ribeiro). Jungir com a canga os brios (Silva). — No Rio Grande do Sul é usado mais entre carreteiros, ou então em sentido figurado: deixar-se enganar. — «Possidónio cangou a boiada» (Fontoura).

Cargar — carregar, que carrega; que dá trabalho: «Cargou um feixe de lenha às suas costas» (Guedes). — No Rio Grande do Sul: «Menino cargoso como uma mosca» (Lopes — *Lenhas do Sul*).

Carreta - Carreteiro — São termos já registados. Entretanto, no Rio Grande do Sul só designa o carro puxado por bois e o segundo o condutor dessas carretas. No Norte dão ao carreteiro o nome de carreiro. — «E em meyo delles por carreteyro huma ninfa de estremada fermosura... e descendo junto donde Artur jazia desacordado, sayram de dentro dous estranhos salvages ardendo, que ho tomaram assi como estava em figura de morto, e o meteram na carreta» (Vasconcelos) — «Como leays vassallos, traziam seu corpo à carreta» (Vasconcelos). — «Quedo sob as carretas move e guia» (Camões) — Rio Grande do

Sul: «Era o pouso dos carreteiros» — «Ao lado do matungo lerdo, vai o carreteiro com a aguilhada de taquara; atrás da carreta, vai o cachorro grande ou guaiepeca» (Azambuja).

Cata - catar — procura. — Ver; examinar, inquirir, procurar (Brunswick). «Ela começou a catar de hũa parte e da outra pello paaço» (Remédios — *História dos Cavaleiros*). — É de uso comum, tanto no linguajar do povo, como familiar: «Catar lenha (procurar lenha); «catar feijão» (limpa-lo); «catar piolhos»...

Cola atada — Costume campeiro que, como se vê, veio do velho Portugal: «Leve alto o rabo atado» (Garcia — Cancioneiro — Fernão Silveira). «Se o rrabo for comprido / desmedido / darlhemos hũ par de noos» (Id. — Id.) — Nuno Pereyra). — No Rio Grande do Sul: «Bem tozado a meio cogotilho, e de cola atada» (Lopes — *Contos*). — «Cola atada lá onde canta o bugio» (Fontoura).

Companha — Companhia: Na companhia de (Silva) — «A pastoral companha» A companhia dos pastores (Camões). — *Silva*, faz várias citações no verbete: *Companha*. — Rio Grande do Sul: «E andava na companha do meu padrinho» (Lopes) — *Contos*.

Conduito — conduzido (Ribeiro) — Transporte. Transportador. É pouco usado no Rio Grande do Sul atualmente. Em cartas antigas lemos: «Pelo conduito do capitão»...

Contia — Quantia (Silva traz vários exemplos clássicos). — «Outros contractados / de pouco menos contia» (Resende — *Miscellanea*) — «É termo de uso corrente no Rio Grande do Sul, embora não o tenham registado os vocabularistas. Aliás, das palavras de uso comum, poucas, bem poucas estão registadas nos Vocabulários existentes e nem todas nas obras de nossos regionalistas.

Corno — chifre, corneta feita de chifre (Magne). — (do latim cornu).

— «Ouvir tanger nũ corno (Santo Graal). Grygorio Affonso, criado do bispo de Evora, nos seus «arreneguos», escreveu: «Arreneguo dos cornudos, dos que sabem que ho sam» (Resende — Cancioneiro). Na linguagem plebeia, tida como brasilenismo: marido a quem a mulher é infiel. — Esta acepção é antiga e nasceu de costume romano. Nos Açores, conta-nos o dr. Luiz da Silva Ribeiro, citando o coronel Francisco Afonso Chaves: «Reunem-se, a 25 de abril, os irmãos da confraria, armam dentro de casa um altar tendo no cimo um corno ou uma coroa, de cornos ornamentada. Durante o dia é frequente irem convidar à rua pessoas que passam para vir beijar o sagrado *corno*. . . À noite sai a coroa, levada por um irmão importante, em procissão, debaixo de improvisado pãlio formado por um lençol suspenso por seis varas às quais pegam seis irmãos, indo em frente um com um turíbulo, no qual se queima raspa de corno. . . Com grande vozeria percorrem as ruas da localidade, dando a beijar a corôa aos transeuntes e parando às portas das pessoas que pertencem à irmandade ou daquelas que são julgadas como a ela devendo pertencer por direito de conquista. É, em geral, na frente da casa destas últimas pessoas que se passam os episódios mais divertidos, pois quasi sempre são mulheres da casa que em altos berros, veem defender a honra dos maridos e descompor da janela a irmandade. . . » — Até as religiosas e padres tomavam parte na festa: «Na Horta, até 1870, as freiras do convento da Glória mandavam no dia de São Marcos aos membros da colegiada. . . uma bandeja com uma corôa formada por pequenos cornos de alfenim, tendo ao centro flores artificiais e um corno maior destinado ao Vigário». Esta festa açoriana corresponde á de Saint Eternon, protetor dos maridos atrainçoados, que se celebrava na França, e tem origem flamenga.

— D —

Defensão — *defensar* — defesa; defender (Brunswick). «E o necessário para defensão da fortaleza» (Toscano). «Gastou palavras, riscou muito papel, mas o cuera não tinha defensão; só deu pra embromar» (S.).

Deferença — Diferença. — «Que fazem mil deferenças» (Resende — Cancioneiro — Dom Joam de Meneses). «Quem bem vir a deferença» (Resende — Cancioneiro — Conde de Vymyoso). É raro, entre os homens da campanha, ouvir-se dizer *diferença*. A voz geral é *deferença*. «Tirar as deferenças», por ajustar contas no sentido de consequências.

Dereito — directo (Ribeiro) — direito. «Ordenem precuradores e digam de seu dereyto» (Resende — Cancioneiro — O Cuydar, e Sospirar). «Dereyto a quem o tem» (Resende — Cancioneiro — Francisco da Silveyra). No Rio Grande do Sul: «Fixe-se que não é de direito inticar com quem está assocegado» (Acauan). «Lutando pelo Direito» (Fortes). — Do mesmo modo a grafia do verbo indireitar: endereitar: «Compadre, a gente endereita» (Fortes).

Des — desde (Brunswick, Ribeiro) — desde que, desde, a partir (Magne). — «Leixarão des i falar» (Santo Graal). «Des que passei por Canôas» (Corrêa).

Desparar — Disparar (Silva). «Mandou desparar a artilharia» (Toscano). No Rio Grande do Sul a voz *desparar* é de uso corrente «a tropilha desparou e se botou campo fora» (S.).

Despois — depois (Ribeiro, Brunswick, Magne). — «Filharom-no despois e deitaram-no em prison» (Santo Graal). — «E despois que a sabiduria de Deos» (Natividade). «Mas despoys deu yr cuydando» (Resende — Cancioneiro — Jorge da Silveyra). «Despois do Occaso do Sol, que a alumeava com o esplendor de suas virtudes» (Bluteau — *Oraçam*). «El Rey despois de ouvir tudo» (Toscano). «E despois que governou» (Rodrigues). «Com offertas despois» (Camões).

No Rio Grande do Sul: «Mas despois, no acampamento» (Maya). — Usa-se, tambem, *dispois*: «Dispois, no outro dia cêdo» (Callage — *Quéro-Quéro*).

Desposto — disposto (Ribeiro) «E muyto hem desposto» (Pinto). — «E se faz muyto desposto pera receber» (Remédios — *D. Duarte*). — É de uso comum no Rio Grande do Sul: «Não estou desposto a le aturar» (S.) «Estou desposto a tudo: é só esprementar» (S.).

Devisa — Divisa (Silva). «E na bandeira por insignia, e devisa a Virgem Senhora Nossa» (Toscano). — No Rio Grande do Sul tem não só o significado de destintivo, como o de limite: «Pela devisa logo vi que era inimigo». «Na devisa dos campos, ao pé do arroio» (S.).

Disgraça — Desgraça, infelicidade: «Dá a ignorancia do povo poder a huma disgraça» (Andrada). — No Rio Grande do Sul, usa-se indistintamente — *disgraça*, *desgracia*, e *disgracia*, esta mais comum: «É disgracia na certa» (Callage — *Quéro-Quéro*). «Foi isso que lhe trouxe a desgracia» (Acauan).

Dona — senhora, matrona; viúva; dama de rainha (Brunswick). Mulher. — «Nom posso já de per dona moirer» (Remédios — *D. Pedro*). «E muitas donas mui bem guisadas» (Remédios — *História de Cavaleiros*). No Rio Grande do Sul: «Que a dona é que protegia» (Fortes). «Que voismecê, minha dona» (Corrêa).

Dromir — dormir (Ribeiro). «O qual estava dromindo» (Alciati). Dromir e drumir é comum no linguajar gaúchesco: «Dromir de olho aceso»; «Drumir nas paías (palhas)». Também se usa *durmir*: «dormir nos pelegos». «Isto já é meia noite, quem tem sono vai drumir; eu tenho sono e não drumo somente pra le servir» (Quadra popular).

— E —

Emaginar — Imaginar (Ribeiro). É usado, mas especialmente pelos que querem falar afetadamente: «Emagina que figura». «Êle emaginou que eu queria êle» (S.)

Emborcar — cair de bruços (Magne). «Deu-lhe por cima do elmo hñu tam grã golpe que o fez todo emborcar» (Santo Graal). Silva diz: «Voltar o vaso com a boca para baixo», e cita exemplos. «Cair de borco — Virar o veículo ou a canoa de modo que a parte superior fique para baixo» (Moraes). «Meti-le os encontros e êle emborcou que nem balde no poço» (S.)

Enicio — Início. — «Quem de Deos foy concebyda, dab enicyo escolhyda» (Resende — Cancioneiro — Álvaro de Brito) Não é comum ouvir-se a palavra enício, pois o povo gaúcho prefere, no geral, a palavra «começo»: «De começo a cousa foi mal». Entretanto, registamos esta frase: «Os parelheiros estavam na raia, esperando a partida, quando se deu o estúpicio que teve enicio quando a china velha desfeiteou a filha do coronel» (S.)

Entonce - Entonces — então (Brunswick, Magne). — «Entonces lhes derom vozes» (Santo Graal). «Visorey entonces do Estado» (Rodrigues). «Que nenhuñ por entonce emtendeo» (Remédios — *Fernão Lopes*). «Tanto entonces lhe pesou» (Remédios — *Bernadim Ribeiro*). — Rio Grande do Sul: «E sêbo entonces, como pra dois apêros» (Azambuja). — «Entonces, que tal le foi de suto?» (Lopes — *Contos*). Usa-se também, mas mais raramente, a forma — *Antão-ces*: «Antãoces vacê faz mal pra moça e fica tudo por isso mesmo?» (Aquino). — «Entonces campiei o bichito» (Maya — *Alma*).

Entiremente - Entrementes — Entretanto; nêsse ou nêste meio tempo (Brunswick). Silva menciona-o e cita Bernadim Ri-

beiro e outros clássicos. — É de uso comum no Rio Grande do Sul.

Enveja — Inveja. — «Envejas dos soldados» (Andrada). «Ho que enveja vos ey» (Resende — Cancioneiro — Nuno Pereyra). «Como he dos envejosos» (Resende — Cancioneiro — Dom Joham Manuel). «Agradavel motivo de envejoso» (Remédios — *Soror Violante do Céu*). «As envejas da illustre e alhea história» (Camões). «De pura enveja a mo-rocha fez cara-volta e disse uns desaforos» (S.)

Enxuito — enxuto (Ribeiro). É bastante vulgar no Rio Grande do Sul: «Carreteiro dromir no enxuito no inverno só não trabalhando (trabaiando) (S.)

Escachar — esmagar (Ribeiro). — «Que lhe escachô o bacinete» (Crônica do Condestabre). Silva refere a palavra com exemplos clássicos e dá origem francesa, antiga: escacher. — No Rio Grande do Sul é empregada, mas não se pôde considerá-la popular entre os gaúchos propriamente ditos: «Lo escachou a relho» (S.)

Escarnho — escárneo (Brunswick, Magne, Silva, Ribeiro). — «Qual escarnho lhe ora fez» (Cancioneiro da Ajuda). — «Ante lhe fozerom i muito escarnho» (Santo Graal). — É vulgar o emprego de *escarnho*, por escárneo em todo o Rio Grande do Sul: «Só por escarnho tirou a pinguança mais feia» (S.)

Escutar — escutar (Magne, Ribeiro). — «Cousa que el de grado escutava» (Santo Graal). Também Silva a refere com abonação de clássicos, a par de Escuita e Escuitador. «E em quanto te escuyta» (Resende — Cancioneiro — Joan Rroiz de Saa). — No Rio Grande do Sul: «Escuita, china! Vancês são uns pobretões no meio desta riqueza toda» (Acauan). «Escuita, ermão brasileiro» (Fortes). «Não me condene sem me escutar» (Maya — *Alma*). «Olhe seu, escuite» (Fontoura — *Rancho*).

Esprito — Espirito (Ribeiro — Silva que cita, entre outros, Bernardes). — É comum no Rio Grande do Sul: «Como não ha de dar luz pra um pobre espirito» (Fontoura) — *Umbú*).

Esprementar — Experimentar. — «Que esprementar amyguo» (Resende — Cancioneiro — Dom Joam Manuel). Registamos inúmeras frases, na serra e fronteira com «exprementar»: «Si tu é home, exprementa» «Havera de tê graça exprementar depois de comprá» (S.)

Estamagado — aflito (Ribeiro). É usado ainda, no Rio Grande do Sul com o significado: ofendido. — Diz, o dr. Luiz da Silva Ribeiro que é considerado arcaismo por Teófilo Braga. Silva cita, a par da linguagem familiar: «Estar estamagado» isto e: estar sentido, aborrecido com o que aconteceu, é frase feita.

Estômago — Estômago (Ribeiro). — Vir o estômago fóra (Silva — que cita André de Resende, *Vida do Infante D. Duarte*). Como estamagado, é muito empregado. Também usam dizer «estâmo»: «Meteu-lhe a faca no estâmago»; Virou-lhe o estamo do avesso» (S.)

Estória — História (Brunswick, Silva) — «Antiguas cronicas, e histórias» (Resende — Cancioneiro — Prologo de Garcia de Resende). «Poer em estorea» (Resende — Cancioneiro — Luys Anrriquez). «Ca se o leerem ryjo, e muyto juntamente, como livro destorias» (Remédios — *D. Duarte*). No Rio Grande do Sul: «Isto é estoria de político pra ganhar voto» (S.). É mais usado no sentido de fantasia, patranha, «conversa fiada». Com o significado de história propriamente, também é usada: «O que foi a revolução le dirá a história mais tarde».

Estralar — Estalar (Silva; Brunswick, estralejar). Silva cita ainda *Estralo*. — É usual no Rio Grande do Sul: «Já a maquina velha estralava de traz de um caraguatal» (Azambuja).

Estromento — Instrumento (Ribeiro, Silva). — Dá-me cá êsse estromento» (Gil Vicente: *Quem tem farelos*). «É com todo

hũu estormento» (Resende — Cancioneiro — O Cuydar, e Sospirar). — Rio Grande do Sul: «Estava um paizano tocando viola... atorou os dedos do coitado e o encordoa-mento e afundou o tampo do instrumento» (Lopes — *Contos*). «Dedilhando o instormento» (Fortes).

— F —

Filosomia — Fisionomia — «O conheceo pella filosomia do rosto» (Guedes). — «Nam muda fylosomya por andar espeny-cado» (Resende — Cancioneiro — Álvaro Barreto). É interessante notar-se tal «construção difícil» no Rio Grande do Sul. É raro seu emprego. Entretanto, colhemos a seguinte quadra na zona serrana: «A tua filosomia / pialou meu coração; / eu que era bagual sestroso / fiquei de re-dea no chão.»

Fôlgo — Fôlego (Magne) — «Pedia prazo que podesse tomar fôlgo» (Santo Graal). — Silva, citando Bernardim Ribeiro: «foi-se lhe o fôlgo» (*Menina e Moça*) — «Perder o fôlgo» é frase vulgar na campanha, bem como «fôlgo de gato» para indicar pessoa resistente.

Fremoso — *Fromoso* — *Fremosura* — *Fermosa* — Formoso (Ribeiro, Silva). Fremoso é usual nas ilhas Terceira e São Miguel, segundo o dr. Luiz da Silva Ribeiro. — «Dama de grã fremosura, espelho das outras damas» (Resende — Cancioneiro — Joam Gomez). «Ante tanta fremosura» (Resende — Cancioneiro — Jorge Daguiar) — «Os danos da fremosura» (Resende — Cancioneiro — Dom Joam de Meneses). Fremosa prima dabreu» (Resende — Cancioneiro — Álvaro de Brito) — «Que daria palavras de fermosura» (Natividade). — «Delineamentos feiçoens, e fermosura» (Freire) — «Huma Ninfa de estranha fermosura» (Vasconcelos). — «No mays que fermosa dama» (Resende — Cancioneiro — Garcia Resende). — «De teus fermosos olhos» (Camões).

— No Rio Grande do Sul é comum o emprego de *fermosa*, *fromosa* e *fremosa* e derivados: «Nunca vi tanta *fremosura*!» (S.) — «Oigale chinoca destrocida! Destrocida e *fermosa* que nem ela é» (S.)

Florecer — *Florecer*. «Seguy seguy os amores, poys em vos tanto *florece*m» (Resende — Anrique Dalmeyda) — Colhida em Passo Fundo esta decima, cantada por velho carreteiro justifica a expressão que é, aliás, de uso comum em todo o Estado, a par de *fror* e *fro*, por *flor*: «Quando vancê foi chegando / todas as aves cantava, / todas as frô *froreceram*. . . / Mais meu coração chorava, / chorava porque sabia / que vancê não aquerdita / neste amor que me maltrata / nesta paixão tão mardita / que me dexe inquizilhado / como carreta atolada».

Freito - Fruta — fruto, fruta — (Ribeiro, Silva, Magne). «U nom havia nem frol nem *fruta*» (Santo Graal) — «Quanto mingã nossos *fruytos*» (Resende — Cancioneiro — Álvaro de Brito). «Vi trabalhos sem dar *fruyto*» (Resende — Cancioneiro — Luys da Silveyra) «He o *fruyto* das taes empresas» (Vasconcelos). «De teus annos, colhendo o doce *fruito*» (Camões) «Ali das *fruitas* da terra» (Rc médios — Sá de Miranda). — Usual no Rio Grande do Sul, segundo a grafia clássica, é raro ouvir-se pronunciar *fruto*. Entretanto nunca a registaram nossos regionalistas.

— G —

Gardecer — também *gradecer*: agradecer (Magne). «El disse que lho *gardecia*» (Santo Graal). — «Gradeceu muito a Nosso Senhor» (Santo Graal). — Comum no Rio Grande do Sul. «Nada tem que *gardecer*». «Obrigaçõ não se *gardece*» (S.)

Gorgomilho — garganta (Ribeiro). — «E çarrase-me o *gorgomilho*» (Gil Vicente: *Maria Parda*). — Silva menciona *gorgomilos* abonando-o com Vieira e outros. — É vulgar seu uso em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

— H —

Habelidade — habilidade (Ribeiro). — «As asas que tem en hua mão são engenho e abelidade» (Alciati). — «Ter habelidade» ou «habeledade», bem como «ser habeledoso» ou «habeli-doso», são expressões comuns no Rio Grande do Sul.

Hestória — Veja-se: Estória.

— I —

Inorme — Enorme (Silva). — «Via cousas muy ynormes» (Resende — Cancioneiro — Duarte de Brito). — De uso comum no Rio Grande do Sul embora pouco empregada, pois a *inorme* preferem «mui grande» ou «munto grande»: «Buraco inorme que dava pra enterrá um vivente» (S.)

Insinar — ensinar (Ribeiro). — «E sobre tudo lhes insinatião seus officios» (Remédios — Damião de Goes). — Encontramo-la na seguinte quadra popular gaúcha: «Tico-tico despenado / sapecado por angola / que não sabe lê ainda / mas já qué ensiná na escola».

Isame - *Isaminar* — Exame. — «De justiça tal isame desconforta» (Resende — Cancioneiro — Álvaro de Brito). — É comum o uso da palavra *isame*, principalmente *insame*, no Rio Grande do Sul: «A pulícia isaminou a arma que era dos milicos». — «O isame do corpo do defunto, disse o delegado que provou o crime» (S.)

— J —

Junto a — junto de (Ribeiro). — «Junto aos muros de Tróia» (Alciati). — É expressão comum, que se ouve a todo momento, inclusive entre pessoas de certa cultura.

— L —

Le — *lhe*: «Que acodio logo a defendelo, e manifestarle» (Natividade). Rio Grande do Sul: «Vou le fazer esse favor» (Azambuja). «Que o Mendanha le contara» (Acauan). Que le visse o rompante» (Aquino).

Lecença — licença (Ribeiro). É só como dizem na campanha sulriograndense. Raro é ouvir-se «licença» e assim mesmo, deturpado: «licencia». «Com sua lecença» (S.)

Lerdo — pouco activo, tardio nos movimentos. Bruto, estúpido (Brunswick). Só com os dois primeiros significados em Silva. É de uso corrente e figura nos dicionários. — «Ao lado, he matungo lerdo, vai o carreteiro» (Azambuja).

Luita — luta (Ribeiro). — *Luitar* (luytar): lutar (Brunswick). — Ambos em Silva, com exemplos clássicos. «Pareceys bufo e enbaçado / que luytou em eyra» (Resende — Cancioneiro — Garcia de Resende). «E luytando o arrepeley» (Resende — Cancioneiro — Joam Rroiz de Luçena). É de uso geral no Rio Grande do Sul: «Na luita a ferro branco». — «Luitaram inte a soco, que nem mulhé» (S.)

— M —

Maginar — imaginar (Magne, Ribeiro). — «El calou, quando isto ouviu, cá logo maginou...» (Santo Graal). — «Quantas festas maginar» (Gil Vicente: *Côrtes de Júpiter*). — Com exemplos de Camões e Resende, figura, em Silva, *Maginar* e *Maginação*. — «Maginá não tem sabença», ouvimos na serra.

Mato — variante masculino de mata (Magne — *Glossário*). «Ia por uñ grã mato» (Magne, Santo Graal). Silva menciona-o com muitos exemplos. É, já hoje, vocabulo corrente em todo o Brasil.

Menhá — manha (Magne, Ribeiro, Silva). «Como ao outro dia foi menhá» (Pinto). «O outro dia pela menhá» (Santo Graal). — «Como foy menhã Tiresia lhe disse» (Vasconcelos). Usa-se também, no Rio Grande do Sul, *minhã*. — Veja-se: amenhã. — «Até minhã de noite» (S.).

Mesturar — misturar (Ribeiro). — «Tomou a palha que mesturou» (Vasconcelos). «Tays enganos mesturavam» (Resende — Cancioneiro — Dom Joam de Menezes). — «Entram nysto mays mesturas» (Resende — Cancioneiro — Álvaro de Brito). — No Rio Grande do Sul é voz popular. Além de outros exemplos, encontramos-na na seguinte quadra, citada e coletada por diversos, mas com a palavra grafada com *i* e algo diferente: «Eu vim lá do meu rincão, / de alma triste, abichornada, / pra pedi-le um chimarrão / minha linda mesturada». (A rima cruzada, nesta quadra, deve ter sido acaso).

Milhor — melhor (Ribeiro, Silva). — «Há alguns que lhe fora melhor não serem ricos» (Alciati). «Em caso semelhante he melhor errar com todos, que acertar com o meu» (Rodrigues). «Milhor morto que vivo» (Resende — Cancioneiro — O Cuydar, e Sospirar). «Ouvi já melhor e vi» (Remédios — Sá de Miranda). «Se defendem melhor dos inimigos» (Camões). — *Mithor* — é como pronunciam a palavra, sempre: «mais melhor» é expressão geral. Colhemos a seguinte frase: «Era milhó, bem mais melhor que não tivesse nascido a'quele maula».

Molher — Mulher. — «Que sou a mais aventurada molher do mundo» (Remédios, Fr. Moraes — *Palmerim d'Inglaterra*). «Lagrimas d'ua molher» (Resende — Cancioneiro — Garcia de Resende). «Defender e amparar as fracas molheres» (Vasconcelos). «Que amasse m'ordenou a molher que mays errou» (Resende — Cancioneiro — Dom Joham Manuel). É rara essa pronuncia. Entretanto, encontramos-na na serra, pronunciada por um mulato — claro, moço, filho de velho português: «As molhé da indiada (referia-se aos toldos cain-

ganga de Nanoai) vêvem nuas lá nas maloca e só botam saia pra sai pra fora».

Mui — muito. — «Encontrou-o hũa noite mui chuvoza» (Guedes). — «E muy pouca dos romanos» (Toscano). — É encontrado em quasi todos os clássicos, e no Rio Grande do Sul é de uso comum erudito e popular: «Já esta mui caicuê» (Laf.) — (Caicuê — Caáycué — mate de erva velha, lavada (Laf.) — E abrindo o passo, mui limpinho, mostrou o requeijão (Lopes — *Contos*).

— N —

Noitecer — anoitecer (Magne). — «Quando começava noitecer» (Santo Graal). — Também Silva: «em noitecendo chegarão a elle». — Usa-se no Rio Grande do Sul: «Ansim que noiteceu, o fogão se alumiou na beira da estrada, e a gaita gemeu» (S.)

— O —

Onte — ontem (Ribeiro). — É de uso geral na campanha: «Onte», «antonte», «ont'onte» ouve-se a todo momento. «Isso vi inda ont'onte» (Maya — *Alma*).

— P —

Passo — de vagar (Ribeiro). — «Ante se partio passo e muy de vagar» (Condestabre). No Rio Grande do Sul, precedido de *a* — a passo — significa de vagar. Silva também o refere assim: «Sair a passo», «a passito, no mais» são expressões que se registam em todo o Estado.

Peão — homem de guerra (Brunswick) — piom — peon: pião ou peão: homem que anda a pé. Passou daí a designar servo, empregado, auxiliar (Magne — *Glossário*). — Diz Magne que peão veio de peon e que este veio através do francês *pion, pionnier*, que também deu o *peón* espanhoal. — Igualmente Moraes Silva o refere: «homem a pé, não ca-

valeiro». — No Rio Grande do Sul: «A peonada bateu o campo» (Lopes — *Lendas do Sul*). — «D'algum peão que trazia» (Fortes). — «Perguntou um dos peães» (Fontoura).

Pendença — pendência (Ribeiro). — «Da-la-hei logo sem pendenças» (Gil Vicente — *Farça dos Almocreves*). Silva a refere com significado penitencia e pendencia. — Laytano refere: *Pendenga*, pendencia, rixa que é de uso geral.

Perjuizos — Prejuizo. — «E com menos perjuyzo» (Vasconcellos). — É de uso geral em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Muito ouvido nos «boliches» e «bodegas» e armazens quando os proprietários se queixam: «Nas últimas carreiras só tive perjuizo» (S.)

Pertenção — Pretensão. — (Silva que aconselha também pertender). — «Escarnecidos os mouros de suas pertenções» (Toscano). — É de uso generalizado no Rio Grande do Sul: «Nas inleições as pertenções delles se foram, montadas em pilungo estranzilhado, e de em pelo» (S.)

Pertender — pretender. — «Era pertender emendar a Deos as idéas» (Assumpçam). — Silva também refere esta e mais pertendente e pertenção, que julga melhor ortografia. «Não pertendo fé Ecclesiastica» (Castelbranco). — É, com *pertenção*, vulgarissimo: «Pertendo ir inte São Luiz» (Aquino). — «Pertendo ir na festa da vila, se Deus quizê» (S.)

Piidade — piedade (Ribeiro). — Também em Silva, com abonações várias. «Poys sois da sem piidade» (Resende — Cancioneiro — Dom Joam de Menezes). — Piidade e piadoso são correntes em todo o Estado. Nas proprias igrejas, nas Ladainhas, sobressai o «tende piidade de nós» e é nessas ocasiões que se ouve muito, nos comentários à devoção dos outros a expressão — *piadoso*.

Piadoso — piedoso (Ribeiro). Também em Silva, com abonações. — «E o piadoso Rey sobre todos se dileitava e allegava» (Remédios — *Lenda de Santo Eloy*). «Nam soes nada piadosa» (Resende — Cancioneiro — Dom Joam de Mene-

ses). «Ho morte tam piadosa» (Resende — Cancioneiro — Duarte de Brito). Veja-se: *Piidade*.

Piqueno — Pequeno. «Furiosa tempestade que o piqueno naviozinho» (Guedes). — «E com quanto era Maria piquena, tinha cuidado de guardar milhor» (Remédios — Chistovão Falcão). — «Piqueno erro no princípio, se faz grande no fim» (Remédios — Heitor Pinto). É de uso generalizado, como também o diminutivo carinhoso, às vezes também depreciativo: *piquinítole*: «Quando ele éra piqueno, um tico de gente, já era abusador» (S.)

Pinchar — impelir (Brunswick). — Atirar: Silva traz a palavra e abona-a, dando-lhe o significado de — impelir, empurrar, bater, e fazer cair ou rebentar. — «O dyabo nam achara tal agudeza damores, nê manha com que pinchara tam rijo competidores» (Resende — Cancioneiro — Pedromem). — No Rio Grande do Sul: «E o tordilho negro se pinchou na carreira louca» (Acauan). No linguajar dos pescadores Laytano recolheu *apinchar*, também usado em outras zonas.

Pormeter — prometer (Ribeiro). «De deyxalo pormety» (Resende — Cancioneiro — Diogo Brandão). Também *pormessa*, por promessa, no Rio Grande do Sul: «Não queria quebrar a pormessa» (Callage — Rincão). — «Trato é trato. Quero sê seu marido. Pormeto...» (Callage — Rincão).

Pôs — pois (Ribeiro, Silva) — depois, após. — «E logo aas duas oras pos meio dia» (Remédios — D. Duarte). — «Pos ansim como eu compreendo» (Fortes).

Precurar - *prescurar* — procurar (Ribeiro). — «Precurei e não achei / por toda esta redondeza / cravos, violetas e rosas / que iguaem a tua beleza». (Quadra popular Sulriograndense). Também é usado *percurar*: «percurassem no mais» (Callage — *Quéro-Quéro*)

Preguntar — perguntar (Ribeiro). Forma clássica de perguntar (Magne — *Glossário*). «A rainha preguntou-o outra vez» (Magne — Santo Graal). «Preguntou ao Santo se vendia a

lenha» (Guedes). «Deve d'andar perguntando» (Resende — Cancioneiro — Nuno Pereyra). «Pregunto se faz pecado ou vertude» (Resende — Cancioneiro — Álvaro de Brito). No Rio Grande do Sul: «Sem dizer o nome nem perguntar o do morto» (Acauan). Também se usa proguntar: «Meu pai, progunte à titia» (Fortes.) — «Preguntem aí ao Zeca Pinto» (Acauan).

Premeiro — primeiro. «Que poys premeyro cuydam» (Resende — Cancioneiro — Dom Joam do Meneses). No Rio Grande do Sul: «O premero que se achegar...» (S.). Usa-se também, mas mais raramente, *permero*: «O que espichasse permero a canela» (Callage — *Quéro-Quéro*).

Premeter — Prometer. «Per Deos premetydo» (Resende — Cancioneiro — Luys Anriquez). Veja-se: *Pormeter*. «Quem promete é devedô (S.) — «Promete mesmo, não premeto: si pudé» (S.)

Profeitamente — *prefeitamente* — perfeitamente (Ribeiro). É vulgar ouvir-se «prôfeitamente», mas, no geral entre os de linguajar afetado, isto é, de campeiro que andou pela cidade e quer mostrar sabença.

Próprio — próprio (Ribeiro). No Rio Grande do Sul: «Tão própria de aperciá» (Fortes).

— R —

Raivar — arder em raiva, ira (Silva, que cita Vieira e outros); encher-se de ira (Brunswick); zangar-se, encolorizar-se (Ribeiro). — «Mas raiva que já recebidos semos» (Gil Vicente — *Auto Pastoril*). No Rio Grande do Sul: «E raivando entre dois amargos desesperos» (Lopes — *Lendas do Sul*).

Rasto — rastro (Magne — *Glossário*). «Bem poderia homem veer o rasto despós» (Magne — Santo Graal). Silva abona abundantemente. No Rio Grande do Sul: «seguiu o rasto de

sangue» (S.) — «O rasto de capivara» — «Vai de rastos que nem uma vaquilhona» (Maya — *Alma*).

Reposta — resposta (Magne — *Glossário* — Silva com abonações). — «A resposta de Galaaz lhe fez perder o sem» (Magne — Santo Graal). Usa-se, no Rio Grande do Sul, de modo especial *riposta*, *ripostar*. Mas também registamos reposta: «Si vance fosse home, a reposta tava aqui» (S.)

Rezão — razão (Brunswick, Silva). «Não obstante as rezoens» (Toscano). — «Salvo justiça e rezão» (Remédios — Sá de Miranda). «Nem travar contra irezam» (Resende — Dom Joham Manuel). «Nã presta nem val irezam» (Resende — Cancioneiro — Dom Martinho da Sylveyra). — Forma comum embora nunca registada, *rézão* foi palavra sempre assim grafada e pronunciada. É, aliás, como muitas outras aqui referidas, comum ao Brasil inteiro. «Não tinha rézão: deu de malvado». — «O govêrno sempre ganha, sempre possui rézão» (S.).

Riba — Ribeira, margem (Magne — *Glossário*). — «Em a riba estavam os galgos» (Magne — Santo Graal). É usado, também, no sentido de acima, por serem as ribas quasi sempre altas. Diz Silva: Terra levantada outeirinho: ribeira — praia, margem, antiquado. Veja-se: arriba. «Saltou na raia e se botou pra riba do outro» (Acauan). — «Pra riba deste bagual» (Fortes). «Ninguem te põe os olhos em riba» (Maya — *Alma*).

— S —

Sacreficio — Sacrificio. — «Tam cruel sacreficio» (Vasconcelos). — No Rio Grande do Sul seu uso é generalizado, bem como o do verbo: *sacreficar* e *sacrefecar*. Em Santa Terêsa, Bagé, colhemos estas frases: «O visconde (de Magalhães, antigo proprietário da zona) era muito bom, mas era um sacreficio trabalhar com ele». — «Sacreficava-se aqui perto de 150 bois por somana».

Saluço — soluço (Magne — *Glossário* — Silva, saluço e saluçar). — «Começou a chorar a mui grandes saluços» (Magne — Santo Graal). — «Tirando com grandes, e mortaes saluços» (Remédios — Garcia de Resende). — «Fazendo gemê a prima e saluçá o bordão» (Fortes).

Samear — semear (Ribeiro). — «Dera vista às sameadas, essas que tinha mais perto» (Remédios — Sá de Miranda). «De samear cizanias repugnantes» (Camões). — De uso comum em todo o Rio Grande do Sul.

Sembrante — semblante (Magne — *Glossário* — Silva). «Fazia o maior sembrante de ledice» (Magne — Santo Graal) — «Contr'oo triste castelão de mau sembrante» (Resende — Cancioneiro — Nuno Pereyra). Encontrâmo-la vulgarmente no linguajar popular: «Tinha um sembrante de anjo» (S.)

Sêmos — somos (Ribeiro). — «Já recebidos sêmos» (Gil Vicente, *Auto Pastoril*). — No Rio Grande do Sul: «Inimigos todos sêmos» (Maya).

Sestroso — que tem sestro: balda, vício, manha (Brunswick) — que tem sestro, manha... etc. (Silva). — É de uso comum e figura em todos os dicionários. «Saltou todo sestroso... o que?» (Acauan).

Sintimento — sentimento (Ribeiro). — «Verdadeiras lágrimas, e sentimento» (Souza). — É de uso comum *sintimento* por sentimento, em todo o Estado do Rio Grande do Sul, e bem assim sentir.

Sintir — sentir (Ribeiro). «Como se sentir morder» (Alciati).

Somana — semana (Ribeiro, Silva). «Não na vi esta somana» (Gil Vicente, Serra da Estrela). — «Nesta somana algũ dia» (Resende — Cancioneiro — Francisco da Sylveyra). — Era comum entre os pretos velhos, mas ainda a ouvimos muito: «Na somana que vem». «Esta somana não dá; só pra otra» (S.)

Sospeitar — suspeitar (Magne — *Glossário* — Silva). «Assi cuidou

rei Mars filhar de sospeita» (Magne — Santo Graal). «Nam tenhays esta sospeita» (Resende — Cancioneiro — Joam Barbato). — Muito usado no Rio Grande do Sul.

Sumiço — desaparecimento. — *Levou sumiço* : perdeu-se (Ribeiro, Silva). «Mao sumiço, e mao marteiro» (Gil Vicente — *Auto das Fadas*). É de uso comum e geral e figura em todos os dicionários. «Quando a vaca deu sumiço, encontrou na barranca do Simoni um couro» (Azambuja).

— T —

Tabalião — Tabeião (Silva). «Honrra do tabalyam ou escryvam» (Resende — Cancioneiro — O Cuydar, e Sospirar). «E tambem tabalyaães (Resende — Cancioneiro — Álvaro de Brito). Nunca a ouvimos mas encontramo-la em cartas antigas e modernas e em atas de diversas Camaras Municipais. Nas de Viamão e Porto Alegre (1766 a 1880) é só como escrevem.

Taleigada — porção que se leva num taleigo. Também se usa para significar quantidade (Ribeiro, Silva). Usa-se no Rio Grande do Sul com a grafia *Talagada* com o significado de quantidade grande, ou regular, especialmente de bebida. — É usada no Rio Grande do Sul no sentido de beber um pouco: «Tomou uma talagada de cana».

Tãobem — Também. — «Protestando tãobem» (Castelbranco). «No morro ha outra cova em outro monte que tão bem lança fogo, e fumo» (Remédios, Diogo do Couto). Comunissimo seu uso em todo o Estado do Rio Grande do Sul, a diferença, porem, é tão pequena que quasi não se nota.

Trás — por trans: atrás de (Magne — *Glossário* — Silva). «Cavalgou trás ele» (Magne — Santo Graal). — «Mais trás ora de terça seerei aquy» (Remédios — *História de Cavaleiros*). No Rio Grande do Sul: «Aparando onça trás onça» (Lopes — *Lendas do Sul*). — Usa-se, ainda, na palavra trasantonte; anteontem.

Treição — traição (Ribeiro e Magne — *Glossário* — Silva). «Esta treição foi logo descoberta» (Magne — Santo Graal). «Só as treição é que me poderão aprender». (S.). H. Duarte cita: treição e treidor «de maneio correntio em todas as correntes sociais» do nordeste gaúcho.

Tresteza — tristeza (Ribeiro). «Comecei entrestecer» (Resende — Cancioneiro — Garcia de Resende). «A tapéra é a tresteza viva» (S.)

— V —

Varar — galgar, passar por cima de (Brunswick). — Atravessar, passar para a outra banda (Silva). «Varar o rio a nado» — cruzar, atravessar o rio nadando. «Varar a cerca» (passar pela cerca). — É de uso corrente no Rio Grande do Sul.

Velume — Volume. — «Sospirar pelo meudo de payxões faz moor velume» (Resende — Cancioneiro — O Cuydar, e Sospirar). No Rio Grande do Sul: «Quá nada: aquilo é só velume e conversa!» — «Quando os velumes chegaram aqui, stava tudo estragado!» (S.)

Vertude — Virtude. — «E muy vertuoso» (Resende — Cancioneiro — Diogo Brandão). «Pregunto se faz pecado ou vertude» (Resende — Cancioneiro — Álvaro de Brito). Colhemos a seguinte frase «filosófica» de um tropeiro: «Trabalhar não é vertude; vertude é querer trabalhar de gosto» (S.)

Vesitar — Visitar. — «E o paaço do dicto senhor vesitava poucas vezes» (Remédios — D. Duarte). No Rio Grande do Sul: «Fez e aconteceu, vireu, andou e cousa e tal e lo levaram pra vesitar a cadeia» (S.)

Vespra — vespera (Ribeiro). — «Que era vespra da folia» (Fortes). «De madrugada, vespra do casamento» (Lopes — *Contos*).

Vever — Viver. — «Por quem vevya pesado» (Resende — Cancioneiro — Dom Joam de Meneses). No Rio Grande do Sul:

«Nem via nem morria» (Acauan). «E vêve ainda para-
vi causá desgosto» (Fortes).

Vezinho — Vizinho. — «Acontecida em Reyno vesinho» (Toscano). «E
com ella poz freo aos Principes vesinhos» (Andrada).
«Gram falador com vezinha» (Resende — Cancioneiro —
Anrryque Dalmeyda). É de uso geral em todo o Estado.
Vezinho, vezinhança e vezindario, ouve-se a todo o
momento a par de forma comum. E não só no campo, mas
também nas grandes cidades.

REL A Ç Ã O

dos emigrantes açorianos, de 1771 a 1774, para os
Estados do Brazil, extraída
do "Livro de Registos de Passaportes"
da Capitania Geral dos Açores

por ANTÔNIO RAIMUNDO BELO

ILHA TERCEIRA

Ano de 1771:

— Inácio Cardoso Teixeira e mulher Mariana Felicia, de Angra, à cid. do R. de Janeiro, para seu irmão João Flores Teixeira. — Antônio Francisco e sua mulher Maria Jacinta, com 4 filhos, menores de 10 anos, Luiza, Jerónima, Jacinta e Maria, a Minas, para seu irmão Francisco Pereira. — Antônio Dias Cota, de S. Barbara, à cidade do Rio de Janeiro. — Mateus Bernardo Cota, de S. Barbara, a Minas Gerais. — Maria Josefa, com sua mãe Tereza Mariana, prima Gestrudes Mariana e sobrinho Antônio, menor, todos de Angra, à cidade do R. de Janeiro, para seu pai e tio Mateus Nunes. — Manuel Machado Coelho, à mesma cidade, para receber a herança de seu avô Jacinto Coelho. — Vicente Coelho, da Vila da Praia, à mesma cidade. — André Pereira

Coelho e mulher Angélica Rosa, à mesma cidade. — José Pereira Borges, à mesma cidade, para receber a herança de seu tio Mateus Vieira Borges. — Manuel Correia de Fraga, a Minas Gerais, para receber a herança de seu tio José Correia. — José Dias Garcia, a Minas Gerais, para receber a herança de seu irmão Manuel Dias Garcia. — Pedro José d'Avila, a Minas Gerais. — Bernarda Antônia, à cidade do Rio de Janeiro. — Manuel Machado de Sousa, de Angra, a Minas Gerais, para seu tio Matias Teixeira da Silva. — Josefa Tereza, órfã, à cidade do Rio de Janeiro. — Antônio Pereira Machado, à mesma cidade. — João Jacinto de Almeida, à mesma cidade, para seu tio Manuel Furtado. — Manuel de Betencourt e Vasconcelos, fidalgo da Casa Real, à Baía, onde tem um tio, Luiz Pereira de Lacerda, sargento mór dum dos regimentos da mesma cidade. — José de Faria, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, com sua mulher Maria Micaela, e 4 filhos menores, Francisco, Ana, Domingos e Joaquim. — Manuel Alexandre da Costa, de Angra, à mesma cidade. — Antônio Pereira da Silveira e mulher Maria da Conceição, de Angra, à mesma cidade, para seu tio João Flores Pereira. — Caetano Faleiro, à mesma cidade, com sua filha Mariana Francisca.

Ano de 1772:

— José Inácio Parreira, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, para seu tio, o capitão Manuel Machado de Sousa. — Manuel Martins Coelho, clérigo, filho de Mateus Vaz, à mesma cidade. — Ana Maria, de Angra, à mesma cidade. — Manuel Vieira, à mesma cidade. — João Caetano Baptista de Betencourt, de Angra, à mesma cidade. — Manuel Vieira, à mesma cidade. — Margarida Josefa, da Agualva, a Minas Gerais, com sua filha Leandra Rosa de Santa Rita, genro José Machado Borges, netos Izabel e Antônio, e sobrinho Francisco, para seu marido Manuel Lourenço da Fonseca. — Vicente Cardoso, do Cabo da Praia, a Minas Gerais, para seu tio Jacinto Homem Borges. — Bartolomeu Luiz Sousa, da Agualva, a Minas Gerais, para seu cunhado Simão da Fonseca. — Vicente Coelho, do Porto Martins, ao Rio de Janeiro. — Antônio Machado de Menezes, à mesma cidade. — Antônio José de Betencourt, da Vila da Praia, à mesma cidade, para seu sogro Salvador Pereira de Melo. — Mateus Cardoso, à mesma cidade, com sua mulher

Maria de São José, e filha Ana, menor. — Jacinto Machado, órfão, à mesma cidade. — Maria Josefa, de Angra, com sua filha Rita Joaquina, à mesma cidade. — António José de Barcelos, filho de João Fernandes, dos Biscoutos, à mesma cidade, para seu tio Manuel Machado Parreira. — Filipa Leonarda, de Angra, à mesma cidade. — António Gomes de Azevedo, à mesma cidade. — Manuel Pereira Porto, à mesma cidade, para seu irmão João Gonçalves. — José Pereira Leonardo e mulher Catarina Rosa, à mesma cidade, para sua cunhada e irmã Rosa Mariana. — Micaela Rosa, e seu tio Francisco Fernandes, do Porto Judeu, a Minas Gerais, para seu marido. — Francisco Ávila, da Vila Nova, ao Rio de Janeiro, para seu tio Manuel Lourenço Ávila. — Francisco Martins Pereira, da Agualva, ao Rio de Janeiro. — José António Silveira e mulher Mariana Placida, e filha Francisca, à mesma cidade. — José António, da Vila da Praia, à mesma cidade, para seu primo António Rodrigues. — Bento Cardoso, da Ribeirinha, à mesma cidade. — Francisca Mariana, à mesma cidade, para seu marido José Coelho Cortez. — Gestrudes Mariana, à mesma cidade, para seu tio Mateus Nunes. — Dona Mariana Joaquina, à cidade do Rio de Janeiro. — António Machado Toledo, sua mulher Antónia de Jesus, e filhos Joaquim, Mariana e Rita, à mesma cidade. — José Machado Gomes, de S. Mateus, à mesma cidade. — Manuel Fernandes, dos Biscoutos, a Minas Gerais, para seu irmão António Machado. — Braz Machado, pedreiro, de Angra, ao Rio de Janeiro, com sua mulher e 3 filhos, Ana Delfina, Manuel e José, e sobrinho Francisco. — José Gomes, da Vila da Praia, à mesma cidade, para receber a herança de seu tio André Costa Martins. — Vitória Jacinta, do Porto Martins, ao Rio de Janeiro. — Salvador António Ourique, à mesma cidade, para receber a herança de seu tio Miguel Gonçalves. — Tomázia, filha de Manuel Machado, à mesma cidade. — Filipe Correia, do Porto Judeu, à mesma cidade.

Ano de 1773:

— Manuel Vieira, da Vila da Praia, ao Rio de Janeiro. — Ana Cordeiro, de Angra, à mesma cidade, para seu pai Filipe d'Andrade. — Plácido Manuel da Fonseca, de Angra, alferes de uma companhia de ordenanças, filho de Matias Francisco da Fonseca, à Baía. — Fran-

cisco Pais, de Angra, à Baía, para seu filho Francisco José Pais. — José Luiz Maldonado, das Lages, ao Rio de Janeiro, para seu tio Manuel Fernandes da Areia. — Manuel Leal Borges, das Lages, à mesma cidade. — João Inácio Mendes e Mateus Mendes de Betencourt, filhos de Amaro Mendes, da Vila da Praia, à cidade da Baía, para seu tio André Francisco de Betencourt. — João Jerônimo, da Vila da Praia, a Minas Gerais, para seu tio Francisco Machado Toledo. — Jacinto Borges, do Val-Farto, da Vila da Praia, à Baía, para seu tio Padre João Borges da Areia, capelão em Santa Ana da Beuity, comarca de Sabará, que se acha rico. — Manuel da Rocha, de Santa Bárbara, a Minas Gerais. — José Machado da Costa, de Santa Bárbara, ao Rio de Janeiro, para seus tios assistentes na cidade de Mariana (Minas Gerais), no lugar do Ribeirão. — Antônio José da Silva, órfão, menor de 14 anos, à cidade do Rio de Janeiro. — Francisco de Sousa Pimentel, de Angra, a Minas do Arco Redondo, com sua mulher Josefa do Rosário, para Diogo Roiz, tio dela. — João de Sousa Chora, viúvo, de S. Bartolomeu, à cidade do Rio de Janeiro, com sua filha Bernarda Joaquina, para seu irmão José de Sousa, abastado de bens. — João Fernandes, do Val-Farto, da Vila da Praia, a Minas, Rio das Mortes, para seu tio Manuel Faleiro de Aguiar. — Manuel José, menor, de Angra, à Baía. — Manoel Pacheco, de Angra, à Baía, com sua mulher Tomázia Antónia e 3 filhos, Antónia Delfina, José e Joaquim, para seu cunhado Mateus Antônio Flores. — Izabel Margarida e Tereza de Jesus Maria, de Angra, órfãs, à cidade do Rio de Janeiro, para seu tio Luiz de Sousa Vaz. — André Furtado Pacheco, de Angra, com sua mulher Mariana Eugenia de Castro e seus filhos Severino José Pacheco e Luzia Inocencia Rosa, ao Rio de Janeiro. — Antônio Menezes Neto, à Baía, para seu pai. — Josefa Mariana, à Baía, com seus filhos José Martins, Mariana da Anunciada e Gestrudes Leonarda, para seu marido José Martins. — Joaquim José Vanzitar, filho do capitão Vicente José Vanzitar, à Baía, para seu tio Pedro Moraes de Castro.

Ano de 1774:

— Francisco Cardoso Dias, da Agualva, à cidade do Rio de Janeiro, com sua mulher e dois filhos menores, Antônio e Maria, e seu irmão Caetano Dias. — Miguel de Sousa, da Agualva, à cidade do Rio

de Janeiro, com sua mulher Mariana Bernarda e cunhada, para seu irmão António de Sousa. — André Martins, da Agualva, à mesma cidade, com sua mulher Izabel Mariana e um filho do peito, chamado Agostinho. — Helena Inácia de Jesus, órfã, de Angra, à mesma cidade, para seu irmão Francisco Vieira. — Joaquim de Serpa, de Angra, à mesma cidade, para seu primo José de Sousa Serpa. — José Coelho, do Porto Martins, à mesma cidade, com sua mulher Ana Vicencia Rosa e filho Francisco. — Maria Rabela, de Angra, à cidade do Rio de Janeiro, e filha Maria, menor, para seu irmão Sebastião Homem Cardoso. — João Francisco, de Angra, à mesma cidade, para seu primo Manuel Pereira. — José Joaquim, à mesma cidade, para seu cunhado João da Fonseca. — Maria Vitória, órfã, do Porto Judeu, à cidade do Rio de Janeiro, para seu tio Francisco Machado Dias.

RESUMO

	Mascullinos		Femininos		Totalidades	
	Maiores	Menores	Maiores	Menores		
Ano de 1771:						
Ao Rio de Janeiro . .	12	4	9	2	27	
À Baía	1	—	—	—	1	
A Minas Gerais . . .	6	—	1	4	11	
	19	4	10	6	39	39
Ano de 1772:						
Ao Rio de Janeiro . .	25	4	17	2	48	
A Minas Gerais . . .	6	1	3	1	11	
	31	5	20	3	59	59
Ano de 1773:						
Ao Rio de Janeiro . .	7	1	4	2	14	
À Baía	9	2	4	2	17	
A Minas Gerais . . .	4	—	1	—	5	
	20	3	9	4	36	36
Ano de 1774:						
Ao Rio de Janeiro . .	8	3	7	3	21	21
						155

ILHA GRACIOSA

Ano de 1771 :

— Mateus Francisco, ao Rio de Janeiro, para sua tia Maria Bentancor.

Ano de 1772 :

— Pedro de Sousa Betencourt, a Minas Gerais ; José de Sousa da Silva, ao Rio de Janeiro, com seu filho Francisco, para seu irmão Antônio de Sousa da Silva.

Ano de 1773 :

— Francisco José da Silva, ao Rio de Janeiro, para seus tios Manuel José e André Afonso ; José de Sousa Neto, filho Antônio Fogaça Neto, à mesma cidade.

Ano de 1774 :

— Domingos José Espinola, à Baía, onde já tinha casa.

RESUMO

	Masculinos		Femininos		Totalidades	
	Maiores	Menores	Maiores	Menores		
Ano de 1771 :						
Ao Rio de Janeiro	1	—	—	—	1	1
Ano de 1772 :						
Ao Rio de Janeiro	1	1	—	—	2	
A Minas Gerais . .	1	—	—	—	1	
	2	1	—	—	3	3
Ano de 1773 :						
Ao Rio de Janeiro	2	—	—	—	2	2
Ano de 1774 :						
A Baía	1	—	—	—	1	1
						7

ILHA DO FAIAL

Ano de 1772 :

— João Machado da Silveira, ao Rio de Janeiro. — Manuel Inácio da Costa, dos Flamengos, ao Rio de Janeiro, com sua mulher Rosa Francisca do Nascimento e filho Manuel, de 2 anos, para seu cunhado João Inácio da Rosa. — Filipe José, à cidade do Rio de Janeiro, com sua mulher Mariana Rosa e quatro filhos, Manuel, Antônio, Francisco e Rosa, para seus irmãos José e Francisco Pereira Duarte. — José Pereira Guedes, à mesma cidade, com sua mulher Ana do Rosário, e quatro filhos, José, Antônio, Ana e Rosa, para seu primo Capitão Antônio José de Medeiros. — Francisco Silveira Luiz, marítimo, à mesma cidade, com sua mulher e dois filhos, para seu irmão Antônio Francisco da Silveira. — José Nunes, à mesma cidade, com sua mulher Izabel Inácia e dois filhos, José e Eugénia. — Francisco Pereira Gomes, com sua mulher Antônia Maria, e quatro filhos menores, Antônio, Luiz, João e Manuel, à mesma cidade. — João Silveira Faria, da Feteira, à mesma cidade, com sua mulher Bárbara Jacinta, para seu tio Tomaz Luiz. — Francisco Vargas, da Feteira, à mesma cidade, com sua mulher Rosa Jacinta, e seu irmão e cunhada, José Vargas e Antônia Jacinta, para seu tio José Correia. — Caetano Francisco, à mesma cidade, com sua mulher Maria de São José e duas filhas Ana e Tereza, para seu irmão Pedro Caetano. — Manuel Pires à mesma cidade, com sua mulher e cinco filhos. — João Inácio Xavier, com suas sobrinhas Rita Clara a Feliciano Inácia; duas criadas, Catarina Francisca e Ana Maria e seus escravos, à cidade do Rio de Janeiro, donde viera. — Caetano José, à mesma cidade, para seu tio Paulo Francisco. — Eliza Josefa e Francisca Antônia, irmãs, à mesma cidade, para seu irmão José Correia. — Catarina de São José, viuva de Francisco Cardoso Marques, à mesma cidade, com seu filho menor, Gonçalo. — Joaquim Pereira de Lacerda e Cunha, à mesma cidade, com sua mulher D. Emerenciana Dorotea Brum da Silveira, para sua mãe D. Catarina Narciza Proença, viuva. — Dr. Antônio da Silveira, à mesma cidade, com sua mulher Ana Jacinta e cinco filhos menores, Jacinto, Laureano, Francis-

co, Ana e Luiza. — Rita Clara do Sacramento e Feliciano Inácia, á mesma cidade, com sua criada Ana Narcisa.

Ano de 1773 :

— António Faria Correia, da Ribeira do Cabo, á cidade do Rio de Janeiro, com sua mulher Maria do Rosário. — Guilherme Silveira, Escolar-mór, á mesma cidade.

Ano de 1774 :

— Manuel Dutra Pinheiro, dos Cedros, á cidade do Rio de Janeiro. — Raimundo Martins Cordeiro e sua mulher Rosa Maria, á mesma cidade, para seu tio João Furtado de Mendonça. — Francisco José, á mesma cidade, para seu irmão António Roiz, morador na Serra do Frio.

RESUMO

	Masculinos		Femínicos		Totalidades	
	Maiores	Menores	Maiores	Menores		
Ano de 1772:						
Ao Rio de Janeiro. . .	16	22	23	8	69	69
Ano de 1773:						
Ao Rio de Janeiro. . .	2	—	1	—	3	3
Ano de 1774:						
Ao Rio de Janeiro. . .	3	—	1	—	4	4
						76

ILHA DO PICO

Ano de 1771:

— Bartolomeu José, á cidade do Rio de Janeiro, com sua mulher e filhos, Manuel, Jacinto, António e Francisco. — Manuel Ferreira Camacho, a Minas Gerais, com sua mulher Maria Izabel e cinco filhos menores, Izabel, Ana, Antónia, Maria e Manuel, e uma rapariga chamada Agueda.

Ano de 1772:

— António Machado, da Prainha, à cidade do Rio de Janeiro. — Manuel Francisco, à mesma cidade. — Josefa Inácia de Jesus, à mesma cidade, com seus filhos menores, Manuel de Brum e Rosa Felicia, para seu marido Tomaz de Brum da Silveira. — Manuel Garcia Baptista, da Vila da Madalena, à mesma cidade, com sua mulher Ana Felicia, para seu tio Francisco Xavier. — Francisco Garcia da Rosa, das Bandeiras, à mesma cidade, com sua mulher e um filho, para seu irmão António Garcia de Melo.

Ano de 1773:

— Rosa Maria, do lugar da Ponta, à mesma cidade, com seus filhos José Raimundo, Rosa Vicencia e Francisco António, este também com sua mulher. — Gabriel Francisco de Azevedo, da Piedade, à mesma cidade, com sua mulher Tereza Maria, três filhos menores e sua irmã Leonor. — Maria de Santa Rosa, viúva de Apolinário de Sousa, do lugar da Ponte, à mesma cidade, com seus filhos Francisco, António, José, Páscoa e Tomaz Luiz Cardoso, com sua mulher Francisca Joséfa e seus filhos António, André e Maria. — Inácio Machado, da Piedade, à mesma cidade, para seu tio António Vieira da Silva. — João Soares de Melo, da Piedade, à mesma cidade, para seus irmãos Pedro e António Soares.

RESUMO

	Masculinos		Femininos		Totalidades	
	Maiores	Menores	Maiores	Menores		
Ano de 1771:						
Ao Rio de Janeiro . . .	1	4	1	—	6	
A Minas Gerais. . . .	1	1	1	5	8	
	2	5	2	5	14	14
Ano de 1772:						
Ao Rio de Janeiro. . .	4	2	3	1	10	10
Ano de 1773:						
Ao Rio de Janeiro. . .	6	8	7	2	23	23
						47

ILHA DE SÃO JORGE

Ano de 1772 :

— José dos Santos, à cidade do Rio de Janeiro.

RESUMO

	Masculinos		Femininos		Totalidades	
	Maiores	Menores	Maiores	Menores		
Ano de 1772 :	1	—	—	—	1	1

ILHA DAS FLORES

Ano de 1772 :

— Manuel Roiz Bispo, à cidade do Rio de Janeiro, com sua mulher Izabel Valadão e três filhos menores, Lucas, Leonardo e Mariana, para seu tio Amaro Roiz. — Manuel Henriques, à mesma cidade, com sua mulher Mariana Henriques, sua filha Suzana, menor, sua cunhada Izabel Coelho e seu irmão Manuel Rodrigues, para a companhia de seu tio António Henriques, abastado de bens.

Ano de 1774 :

— António Pereira de Freitas e irmão José Pereira de Freitas, à cidade do Rio de Janeiro, para seu tio António Pereira da Silva.

RESUMO

	Masculinos		Femininos		Totalidades	
	Maiores	Menores	Maiores	Menores		
Ano de 1772 :						
Ao Rio de Janeiro . . .	3	2	3	2	10	10
Ano de 1774 :						
Ao Rio de Janeiro . . .	2	—	—	—	2	2
						12

ILHA DO CORVO

Ano de 1771 :

— Francisco Coelho Valadão, à cidade do Rio de Janeiro, com sua filha Maria Rosa, e sobrinho Francisco Coelho, para seu tio, o Padre Francisco Coelho de Fraga, vigário da freguesia de Santo António da Guarda do Viamão do Rio Grande.

RESUMO

Ano de 1771 :	Masculinos		Femininos		Totalidades	
	Maiores	Menores	Maiores	Menores		
Ao Rio de Janeiro. . .	2	—	1	—	3	3

ILHA TERCEIRA

(Da escritura de 28 de Fevereiro de 1756, do Tabelião de Angra, António José de Melo)

— Mateus Homem da Costa, *que antes de se crismar nesta América se chamava Mateus José de Carv.* Natural de Angra. Filho legítimo de Mateus José de Carv. e de Maria Josefa do Nascimento. *Soldado de Dragons das tropas destas Minas.*

Tendo-se dado o falecimento do pai (não diz onde) foi, no dia 1 de Julho de 1747, às casas do Tabelião da Vila do Príncipe (não diz de que província) André Vieira Cardoso de Macedo, acompanhado do seu curador *ad litem*, o Reverendo Dr. Francisco Julião da Costa, (curador geral, com juramento, de todos os menores) e munido da licença do Juiz dos Orfãos da Vila, por ser menor de 25 anos, outorgou procuração «em que constituia por seus bastantes procuradores especialmente na cidade de Angra a Francisco da Silva Carv., o Padre José Bernardes da Silveira, Antonio Giraldes, nesta Vila do Príncipe o Dr. Luiz Coelho do Amaral, João Baptista de Oliveira, o capitão

Manuel de Almada Cabral, Miguel Inácio Giraldes, Manuel Antunes, em Vila Rica Manuel Fagundes de Sousa, José Bernardes de Oliveira, mostradores que serão deste poder em tudo o mais que lhe pertencer pella legítima de seu pai, com especial poder à dita sua mãe para poder haver a si umas casas de sobrado citas naquela cidade de Angra, na rua da Palha». Tinha irmãos, sendo um deles, o único designado Francisco Inácio da Rocha, «mediato sucessor do vínculo duma propriedade de 22 alqueires de vinha, terra e casas, citas na Canada das Almas, sainte desta cidade, freguesia de São Pedro».

Esta procuração foi reconhecida no Rio de Janeiro, pelo Tabelião Custódio da Costa Gouveia, a 20 de Maio de 1748.

Tradições populares da freguesia dos Altares

pelo P.^e INOCÊNCIO ENES

(Continuação do vol. 3.º, páginas 289)

USOS E SUPERSTIÇÕES

Se uma aranha aparece numa pessoa é sinal de que vai receber uma oferta; e para esta vir depressa, mata-se a aranha e diz-se: — «Aranha morta, prenda à porta».

Uma labandeira a voar em volta de casa anuncia notícias do estrangeiro.

As labandeiras não se matam porque são as galinhas de Nossa Senhora, e se, por acaso, se apanha alguma, mete-se uma moeda numa saquinha, põe-se ao pescoço da labandeira e solta-se para a ir levar a Nossa Senhora.

Para um cão tomar afeição a uma pessoa, esta cospe-lhe no focinho.

Um cão ou um gato preto atraem as cousas ruins e são mau agouro.

Uma galinha, quando sai do linheiro a cantar vem a dizer: — «Sempre a pôr, sempre a pôr e sempre descalça»; ao que o galo responde: - «Mas eu não sou sapateiro, mas eu não sou sapateiro».

Para curar a mordedura dum cão deitam-se sobre ela cabelos do mesmo animal.

Fios de teia de aranha pendurados do tecto da casa anunciam vento.

O sol vermelho ao nascer ou ao esconder-se anuncia doenças nas pessoas ou nos animais, e tambem mau tempo.

Se a lua tem um circulo mais claro à volta, diz-se: -- «Lua com circulo (circo) traz água no bico».

Se a lua nova aparece deitada anuncia tempestade no mar, por isso se diz: -- Lua deitada marinheiro em pé.

A noite muito estrelada é sinal de chuva. Noite estrelada, melra mijada.

Não se bebe água com uma luz na mão para se não ficar a urinar na cama, ou se não vêr cousas ruins na água.

Quando se reza não se deve beber água a meio, porque se perde a reza e esta deve recommear-se, se se beber, para se não perder toda.

Os figos são vermelhos, lampedos, vindimos, góticos, bacorinhos, dôces e trez em prato.

Quando uma visita se torna incômoda, atira-se com uma mão cheia de sal ao lume para ela sair logo.

Quando se quer saber se uma mulher, que está numa casa, é feitiçeira, põe-se, depois dela entrar, uma vassoura com o cabo para baixo ou emborca-se um caldeirão, porque, em quanto estes objectos assim estiverem, não poderá sair.

Uma pedra a rolar sobre o tecto da casa anuncia morte de parente ou conhecido.

O pão não deve estar na mesa com o solo para cima, porque é sinal de ter sido ganho desonestamente.

Quando se ferve leite, deve haver cuidado de não o deixar cair no lume, para não adoecer das tétas a vaca que o deu.

Os lavradores não devem desejar objectos de couro, como correias, tamoeiros, sem necessidade absoluta deles, para as rezes lhe não morrerem.

Quando uma pessoa se pica num prego, espeta-se este numa cebola e põe-se a secar ao sol, para a picadura se não agravar.

Nuvens brancas e pedradas são sinal de mau tempo, por isso se diz: -- «Céu pedrento, chuva ou vento».

Quando caem do tecto da casa bichos pretos, chamados *bichas ferras*, é sinal de tempo húmido.

Uma barra de nuvens grossas e baixas contra o mar e uma risca azul neste contra as nuvens, anunciam trovoadas. Uma barra semelhante contra a serra indica vento, no geral durante 24 horas, findas as quais haverá aguaceiros prolongados.

Se o *carreiro* de São Tiago aparece bem claro anuncia bom tempo.

Quando o verão é muito sêco, não virá chuva antes de aparecerem ao poente umas nuvens negras com outras mais baixas e claras adiante.

Quando morre uma pessoa não se acende lume na casa senão depois da missa de desanojo, para não afligir a alma do morto; e, logo após a morte, despeja-se a água do talhão, porque a alma foi-se lavar nela quando saiu do corpo antes de se apresentar diante de Deus.

Quando se fala de alguém ausente da terra diz-se: — «Deus lhe faça bem».

Quando se vê ou se fala de animal, criança ou adulto, bonito ou de boa saúde, diz-se para livrar do *cobranto*: — «Deus o guarde».

Para uma criança falar cedo dá-se-lhe água de lavar o cu a beber.

Embarcar um berço vasio faz com que a criança, que nele dorme, fique sujeita a dôres de barriga.

Uma pessoa medrosa fica sem medo, se der pontos na mortalha de um defunto e pedir para ele lh'o levar.

Se duas pessoas dizem a mesma palavra ao mesmo tempo terão um gosto nesse dia; e se se encontrarem duas vezes num lugar não morrerão esse ano.

Se morrer uma pessoa na primeira semana da Quaresma ou na do Espírito Santo, morrem sete a seguir.

Quando se fala numa pessoa falecida diz-se: «Deus lhe dê o céu», ao que alguns acrescentam — «se o ganhou».

Se à hora da refeição aparece alguém e lhe oferecem para comer, responde-se recusando: «Deus lhe pague e lhe faça bom proveito».

Sentir comichão na ponta do nariz é sinal de calote ou de vistas, e se é no anus é sinal de mau tempo ou de assucar barato.

Lua nova trovejada, trinta dias é molhada.

Nuvens vermelhas ao nascente, quando o sol nasce, indicam mau

tempo, por isso se diz: — «Manhã vermelha para o nascente, carregar o burrinho e andar sempre».

Quando faz um redemoinho de vento as pessoas devem benzer-se, para afastarem os espíritos maus que andam nos redemoinhos.

Se cai uma sôpa da colher antes de chegar à boca, é porque alguém quer falar à pessoa a quem isso sucede e não pode.

À criança que chora no ventre materno chama-se *escotinho* ou *escotinha*.

Quando uma criança entra pela primeira vez numa casa oferece-se-lhe um ôvo, para ser afortunada e não deixar os ratos na casa.

Quando se lava roupa de uma criança, não se vira do avêssô para ela não ser doente.

A palma do Domingo de Ramos espeta-se na terra no meio do linho para este crescer até à altura dela. Ha por isso empenho de arranjar uma das palmas maiores para o linho ser grande.

No Domingo de Ramos quási toda a gente faz papas grossas, isto é, com o milho partido aos pedacinhos, e come-as nesse dia. Quando as não fazem e comem outra cousa, não comem couves porque, comendo-as, andarão todo o ano cobertas de mosca.

Quando se anda pelas portas a fazer peditório para a igreja, para o Império do Espirito Santo ou para beneficencia, a pessoa que pede ao receber a esmola diz: — «Nosso Senhor aceite por esmola» — e o que dá responde: — «e a vocemecê as suas passadas». Tambem outros dizem: — «Deus lhe pague e acrescente o que cá fica» — ao que se responde: — «e a vocemecê a mesma coisa».

Quando se entra numa casa, depois de se pedir licença para entrar, diz-se: — «Deus esteja nesta casa», — ao que o dono responde: — «Deus venha com vocemecê».

Quando uma criança bocêja diz-se-lhe *bóas fadinhas* e faz-se-lhe ao mesmo tempo uma cruz na boca para as *cousas ruins* não entrarem. Se a criança espirra diz-se: «Prós anjinhos».

Duas pessoas que se separam depois de terem estado a conversar, diz uma — «Nosso Senhor nos aparte em bem», e a outra — «e nos acuda com a sua graça».

Depois das Trindades, quem se despede diz: — «Nosso Senhor nos mande boa noite e nos amanhã com a sua graça» — ao que outra pessoa acrescenta — «e dê paz e socêgo a todo o fiel cristão».

Quando alguém provoca outrem e este não quer dar a resposta merecida para não agravar o conflito, diz: — «cala-te boca, fala coto-velo».

Quando os ouvidos chiam é sinal de estarem a falar de nós, bem se é o direito mal se é o esquerdo. Dá-se então uma dentada no dedo mínimo da mão esquerda para a pessoa, que está a falar, trincar a língua e se calar.

A criança que se baba muito deixa de o fazer se for beijada por uma prêta.

Não se deve tocar na cabeça com as mãos sujas de melão ou de figos, porque faz cair o cabelo.

Para fortalecer a raiz do cabelo esfregam-se na cabeça cascas de melancia.

A noiva, desde que era apergoada até casar, não saía de casa e trazia sempre um lenço na cabeça, porque tinha nesta uma racha que só sarava no dia do casamento.

Na noite do casamento os noivos subiam para a cama ao mesmo tempo, porque o que subisse por ultimo seria o primeiro a morrer.

Se se varrer a casa com a vassoura de um vizinho tira-se-lhe a fortuna.

Quando se passa por lugar onde esteja alguém a trabalhar, o que passa diz: — «Deus o ajude», — ao que o outro responde: — «Deus o encaminhe».

À saudação de bons dias, boas tardes ou boas noites, responde-se: «Deus lhe dê os mesmos (ou as mesmas) com bôa saúde».

Se se visita um doente e ele não está muito aflito, diz-se à despedida: — «Deus lhe aumente as melhoras»; se está aflito diz-se: — «Deus lhe acuda com alívios» — e se está em perigo de vida diz-se: — «Deus lhe dê o que melhor fôr».

Quando se visita uma criança recém nascida, ou se encontra o pai ou a mãe, diz-se a este ou esta: — «Parabens de ter mais um filhinho, Deus o deixe criar para bem». A resposta é: — «Muito obrigado. Deus permita que assim seja». Se se vê uma criança perfeita e bem criada diz-se: — «Deus a guarde e bons olhos a vejam», ou «Benza-a Deus» — para evitar o *cobranto*.

Quando chove e faz sol ao mesmo tempo é porque uma feiticeira se está a casar.

O dente que se tira a uma criança atira-se para cima do telhado da casa dizendo: — «Mouro, mourão, pega lá um dente pôdre e dá para cá um são».

Se a massa do pão não quer levar, deitam-se-lhe em cima umas calças de homem com a braguilha para baixo para levar depressa.

Quem toca as matracas na Sexta-feira Santa morre nesse ano; por isso é difícil haver quem as queira tocar.

O marido que lavar os pés na mesma água em que a mulher tiver lavado os seus, fica em condições da mulher fazer com ele tudo quanto quizer.

Não se deve enxugar roupa alagada de suor sem primeiro a lavar, para não *arruinar* o sangue de quem a alagou.

Se numa família houver sete filhos a seguir e se cheguem a vêr todos vivos, um deles será *lobishome*, e se houver sete filhas nas mesmas condições uma será *bruxa*.

Tanto o lobishome como a bruxa, depois de certa idade e em determinados dias, entra em qualquer espécie de animal, — vaca, burro, porco ou cão —, mas só de noite, e persegue as pessoas que encontra pelo caminho. Se alguma destas picar ou ferir o animal por modo que lhe faça sangue, a bruxa, ou lobishome, sai dele e aparece aos pés de quem o picou. Então este vai buscar roupa para a vestir e vai leva-la a casa, ficando a criatura livre do seu fadário; mas a ferida ou picadura nunca mais sara.

FESTAS DE SÃO JOÃO

Acendem-se fogueiras de fetos, faveiras, palha de trêvo e baganha de linho, tudo verde para fazer muito fumo. Os rapazes e raparigas de menos de 15 anos, saltam-as por brincadeira, e, enquanto vão saltando, dão voltas à roda dizendo:

São João comprou um burro
Para saltar as fogueiras,
Salta o burro, mija o burro,
São João queimou as meias.

São João é divertido,
Amigo de brincadeiras,
Abençoa as criancinhas
Quando saltam as fogueiras.

Vamos saltar as fogueiras
Com grande satisfação,
Para vermos qual de nós
É que abraça o São João.

Fazem uma boneca de papel e metem-lhe dentro bombas de foguete; espetam a boneca num pau no meio da fogueira por modo que as labaredas, quando a fogueira cresce, atinjam a boneca e as bombas rebentem.

Na madrugada de São João vão ao mar tomar banho, porque este, nesse dia, cura sete doenças, e o mesmo fazem aos animais se eles estão doentes.

Enfeitam as casas por dentro, no dia do Santo, com ramos de louro deixados ao relento.

Nessa noite apanham também para remédio, cidreira, alecrim, manjara, salva, losna e malva, que guardam em casa. Os ramos de louro guardam-se para queimar e aquecer roupa a doentes.

Deixa-se água ao serêno e recolhe-se antes de nascer o sol, para fazer o fermento para o pão, mesmo com a água fria.

Na noite de São João as raparigas deitam sortes para saberem com quem hão-de casar.

Arranjam tantas tiras de papel quantos os rapazes que as querem namorar e escrevem em cada tira o nome de um deles; enrolam-na muito bem e deitam-na com as outras num prato ou tigela, que vão pôr ao ar livre, para apanhar o serêno da noite. No dia do Santo levantam-se muito cedo, antes de nascer o sol, e vão buscar o prato. Se uma das tiras estiver desenrolada o nome nela escrito será o do futuro marido; se todas as tiras estiverem desenroladas o marido não será qualquer daqueles.

Apanham flores de cardo em botão na véspera do dia, e em cada uma delas se amarra uma ponta de linha de cores diferentes, cada uma das quais corresponde ao nome de um rapaz.

A flor que estiver aberta será a do noivo, e se estiver mais de uma a sorte não deu resultado. Ha rapazes que, por partida, andam de noite pelos quintais a roubarem as sortes ou abrirem os papeis, por isso às vezes as raparigas põem tigelas com imundicies em vez de papelinhos e eles sujam as maos.

Metem-se três grãos de fava debaixo do travesseiro, um com a casca toda, um meio descascado, outro todo sem casca. Ao acordar do primeiro sono, mete-se a mão debaixo do travesseiro e tira-se o grão que se encontrar. Se fôr o que tem a casca toda o marido será pessoa rica, se fôr o meio descascado pessoa remediada, e se fôr o sem casca pobre.

Deita-se na boca um bochecho de água e passam-se três portas antes de sair com ele à rua. Ao chegar a esta fixa-se o nome do primeiro homem que se ouvir, pois será ele o do noivo, ou nome de mulher se a sorte for deitada por rapaz.

Mete-se um grão de trigo num pouco de massa e fazem-se três bolas, uma que se põe ao pé da cama, outra ao pé da porta e outra na borralheira. Se a que tem o grão estiver ao pé da cama, quem deitou a sorte casa nesse ano; se fôr a do pé da porta casará, mas não se sabe quando; se na da borralheira nunca casará.

Todas estas devem ser tiradas antes do sol nascer. Outras deitam-se no dia de São João.

Num prato com água deitam-se duas agulhas, uma grossa que indica o homem, outra fina que representa a mulher, por modo a sobrenadarem. Se ambas forem para o fundo, repete-se a operação até conseguir que fiquem à superfície. A seguir diz-se: — «São Pedro, São Paulo, São Filipe, São Tiago, em nome de São João, declarai-me esta verdade: Se F. quer casar com F. chegue-se para ela», e enquanto isto se diz vão-se traçando cruzeiros sobre o prato.

Se as agulhas se juntam os namorados hão de casar um com o outro; se nunca se juntam o casamento não se realizará. Se a agulha grossa é que se afasta, o rapaz é que não quer casar, se se afasta a fina é a rapariga.

Metem-se os bicos de uma tesoura meia aberta no arco de uma peneira e duas pessoas com as pontas dos dedos médios da mão esquerda por baixo dos zêlos da tesoura, sustentam a peneira. A seguir dizem: — «São Pedro, São Paulo, São Filipe e São Tiago, em nome de São

João declarai-me esta verdade, se F. quer casar com F., a peneira vi-re-se para mim, se não vi-re-me as costas». Se a peneira vira a frente o casamento realiza-se, se vira a traseira não se realiza, se se torce le-vemente sem se virar de todo, o casamento está ainda só em pensa-mento.

Num copo com água deitam-se uns pingos de clara de ovo, tapa-se o copo com uma toalha de olhos com estes virados para dentro, reza-se três vezes o Credo em cruz e diz-se: «São Pedro, São Paulo, São Filipe, São Tiago, em nome de São João, declarai-me esta ver-dade: se for para eu casar este ano, saia-me uma igreja, se for para eu embarcar uma embarcação, e se é para eu morrer uma eça».

A clara de ovo que se deitou na água é que forma qualquer destas cousas, que dizem o que acontecerá.

Se uma criança é quebrada (herniada), levam-na ao mar no dia de São João, e uma Maria e um João passam-na em três marés. Para isso põem-se num lugar, onde não haja perigo do mar os levar, mas onde chegue a maré. O João tem a criança ao colo e, quando a maré vem chegando, passa-a à Maria e diz:

Toma lá Maria
Que te dá João,
Menino quebrado
P'ra lh'o dares são.

Dito isto a Maria entrega a criança ao João e três vezes se repete a passagem.

CANTIGAS A SÃO JOÃO

São João foi passear
O que poucas vezes fazia,
Adormeceu de cansado
Acordou depois do dia.

Ó meu rico São João,
Meu ramo d'amor perfeito,
Trago o vosso nome escrito
Com letras d'ouro em meu peito.

Ó meu rico São João,
Meu grãozinho de cevada,
Pedi pelos pecadores
Lá na celeste morada.

O dia de São João
É um dia de alegrias,
Em que todos os rapazes
Visitam as raparigas.

São João adormeceu
No colo da sua mãe,
Acorda, acorda João,
Que o teu dia já aí vem.

São João adormeceu
No colinho do seu pai,
Acorda, acorda João,
Que o teu dia já lá vai.

São João adormeceu
No colo da sua tia,
Acorda, acorda João,
Que já lá vai o teu dia.

São João adormeceu
Num bercinho de marfim,
De repente abriu os olhos
E sorriu-se para mim.

P'rás sortes das raparigas
São João é caloteiro,
Que elas nunca saem certas,
Não é bom casamenteiro.

Botei sortes ao sereno
Na noite de São João,
A esse que m'as roubou
São João secai-lhe a mão.

Rapazes e raparigas
Vamos visitar São João,
Uns com cravos outros com rosas
E outros com manjaricão.

A M A T A N Ç A

Para a matança do porco são convidadas todas as pessoas da família. A mulher convida as mulheres e o marido os homens, mas nem sempre vão juntos fazer os convites.

A mulher diz: — «Eu venho dizer que matamos tal dia, para vocês na vespera me ajudarem a picar a cebôla, e no dia da matança estarem por lá para ajudarem ao que for preciso». Se quer que no dia lhe ajudem a derreter, refere-se expressamente a isso.

Convidam-se todas as pessoas da família para evitar melindres.

O homem diz: — «Eu venho dizer que mato tal dia para me ajudarem e estarem lá por casa esse dia mais a gente».

No dia da matança, depois dos homens estarem juntos porque no geral as mulheres vão mais tarde, põe-se na mesa pão e café com leite, para comerem antes de irem matar o porco. Acabada a refeição saem os homens para fora a apanhar o porco, e o marchante é que deve pegar-lhe nas orelhas. Posto o animal em cima do banco veem duas mulheres, cada uma com seu alguidar, para aparar o sangue; um para as morcelas, outro para as salchichas, vindo depois para casa amassar o sangue com cebôla para as morcelas, e os homens ficam a chamuscar o porco. De vez em quando, a miude, gritam que o porco está sêco, e levam-lhe então figos passados e aguardente para comerem e beberem. Depois do porco estar pendurado vem o jantar para a mesa. Antigamente constava de inhames e café, mas hoje consta de sôpa de carne ou alcatara e, nas casas mais abastadas, os inhames e o café tomam-se de manhã antes de matar o porco.

Em seguida ao jantar as raparigas vão lavar as tripas para os enchidos e, enquanto lavam, gritam como os homens, que as tripas estão sêcas.

Lá vai então uma das mulheres, que ficaram a lavar a louça e a arranjar a casa, levar aguardente e figos passados e, mais modernamente, biscoitos, bolachas, massa sovada, que alguns cosem espe-

cialmente para a matança, e licores, ou outras bebidas, embora nunca falte a aguardente.

Os rapazes, depois do jantar, vestem roupa limpa e ficam por casa todo o dia com as raparigas. Jogam às cartas e, se há viola, cantam e bailam porque é dia de festa na família.

Convidam-se também os vizinhos e parentes, que moram mais distantes, para virem vêr o porco.

No quarto de jantar está a mesa posta com bebidas e guloseimas várias para comerem. Antigamente eram, porém, apenas figos passados e aguardente.

As visitas demoram-se algum tempo e, se há folguêdos, todas são convidadas a tomar parte neles, o que umas aceitam e outras agradecem recusando. Ao saírem dizem: — «Nosso Senhor Ihes dê saúde para comerem o seu porco com gosto, e oxalá que para o ano matem um assim ou melhor».

O CASAMENTO

O rapaz, quando vai pedir em casamento uma rapariga, vai de noite, para não ser visto, pois receia que, sabendo-se do facto, vam escutar à porta a ver se é bem ou mal recebido, ou se, envergonhado, não consegue dizer ao que vai, no intuito de o troçarem.

Dali a dias os pais da noiva visitam os pais do noivo para lhes participar o pedido e o ajuste do casamento.

Nessa ocasião exprimem-se mais ou menos nestes termos: — «Nós vimos aqui dar a saber a vöcemecês que o seu filho foi pedir a nossa filha em casamento e gostavamos de saber se é da vontade de vöcemecês». A isto respondem conforme a sua vontade e agradecem a atenção aos visitantes que, por seu turno, agradecem a forma como foram recebidos.

No dia do casamento, os convidados da noiva, mais o pai desta, vão buscar o noivo a casa dos pais onde há mesa posta com fatias de massa sovada e bebidas, de que todos comem, tanto os convidados do noivo como os da noiva.

Acabada a refeição o pai da noiva dirige-se ao do noivo e diz-lhe: «O senhor F. dá licença que o seu filho nos acompanhe para ca-

sar com minha filha»? ao que o outro responde: «O' homem com muito gosto».

Seguem então todos para casa da noiva onde está igualmente a mesa posta e onde todos comem e bebem; depois do que o noivo se aproxima do futuro sôgro e lhe diz: — «O senhor (ou o tio) F. dá licença que a sua filha me acompanhe»? no que ele consente e todos vão para a igreja.

À saída de suas casas, tanto o noivo como a noiva, pedem a benção aos pais e abraçam e beijam-nos, bem como aos irmãos.

Os noivos levam dinheiro de prata nos sapatos para serem felizes.

A passagem dos noivos pela rua, toda a gente deita trigo em sacas, que os convidados levam, e espalham um punhado dele sobre o par em sinal de abundância. Os últimos pratos ou bandejas de trigo são aparados no regaço pela noiva.

Na casa onde vão morar entram ambos com o pé direito para viverem em boa paz e harmonia sem desordens.

Entrados, dirigem-se ao quarto da cama e a noiva põe o véo e deita o trigo que leva no regaço sobre esta, para nunca sentirem faltas nem tristezas.

Fazer um redemoinho de vento, à entrada ou à saída da igreja, é sinal do marido ser estouvado.

Quem desejar mal aos noivos deita sal no caminho por onde devem passar antes da chegada à igreja, pois, se algum deles o pisar, viverão sempre em desarmonia.

Os convites para o casamento estão sujeitos a um certo número de normas de cortezia.

Os padrinhos são convidados antes dos proclamas ou pregões. Se o forem depois, o convidado muitas vezes não aceita porque julga que vai a remédio.

Oito dias antes do casamento os pais dos noivos vão fazer os convites aos parentes e vizinhos, dizendo a mulher em cada casa: — «Nós vimos dar a saber que o meu filho (ou filha) casa tal dia, para me irem ajudar a coser e no dia do casamento jantarem e mais a gente». O homem, dirigindo-se aos homens, diz por seu turno: «E eu quero que me ajudem a acarretar a mobilia e a matar o bezerro, e no dia do casamento acompanharem o meu filho à igreja e jantarem e mais nós».

Os convidados, antes de se começar a cozer a massa sovada, vão fazer uma visita, levando ovos ou assucar para ela, e recebem depois, como agradecimento, uma rosquilha.

De cada casa vão ao casamento um homem e uma mulher, a não ser que os que convidam digam que querem a família toda.

No dia do casamento, findo o jantar, saem os convidados e, ao despedirem-se dos noivos, dizem: — «Adeus, senhores noivos. Oxalá que sejam muito felizes por muitos anos e bons, e a nossa casa fica às suas ordens para tudo que lhes prestar». Os noivos respondem: «E a nossa igualmente».

A MISSA DE DESANOJO

À missa dos anojados por morte de alguém, os parentes mais próximos do falecido, tanto homens como mulheres, vão com chales pela cabeça em sinal de dôr.

A ela assiste quasi toda a gente da freguesia que, ao sair da igreja, aperta a mão aos anojados a quem diz: — «Nosso Senhor lhe dê paciencia para passar a saudade do seu pai (ou de sua mãe) etc.

As pessoas mais intimas acompanham os anojados até a casa e só aí, da parte de fóra, fazem as suas despedidas nos mesmos termos.

No dia do enterro tambem os homens anojados acompanham o cadáver ao cemitério com os chales ou capotes pela cabeça e durante um mês não fazem a barba em sinal de dôr.

Se durante a missa as luzes do altar estão muito vivas, ou o sino toca alegre, é sinal da alma sufragada estar na graça de Deus.

CANTIGAS POPULARES

Aí vem a *Sapateia*
Para o baile se acabar,
Quem estava mais o seu bem
Dele se vai apartar.

Despedida, despedida,
Despedida rigorosa,
Eis aqui como se aparta
O cravo do pé da rosa.

Despedida, despedida,
Despedida em latim,
Já que te não sei o nome,
Adeus, adeus serafim.

A triste da *Sapateia*
Na hora que *havera* vir,
Quem estava mais o seu bem
Dele se vai despedir.

Ouvi que estavas doente,
Me disse o claro sol,
Agora, que estás presente,
Pergunto se estás melhor.

Quando te vi logo disse
Que lindo amor para amar,
Linda cara, lindos olhos,
Ê feliz quem te gosar.

Ainda ontem me disseram,
Eu não o adivinhei,
Que tinhas outro amor,
Da minha parte gostei.

Se tu visses o que eu vi,
Pasmavas como eu pasmei,
Se visses andar a morte
Nas azas dum peixe-rei.

Dizes que te vais embora,
Para onde ninguém sabe,
Vê dentro nesse teu peito
Se este meu coração cabe.

Adeus, adeus, meu amor,
Adeus até à primeira,
Amor firme nunca esqueço
Minha amada verdadeira.

Ó sol para que te escondes
Debaixo da verde rama?
Para que negas teus raios
A quem deveras te ama?

Já vi chover e ventar,
Brilhar e fazer escuro,
Já vi tirar um amor
Donde estava bem seguro.

O' meu bem se tu me desses
Desses teus olhos as luzes,
Ó quantos não ficariam
Na boca fazendo cruces.

O meu amor me pediu
O que eu lhe não podia dar,
Pediu-me a luz dos meus olhos,
Quem não vê como ha-de amar?

Ó meu bem se tu te vires
No deserto sem ninguém,
Dá um ai com sentimento
Serei contigo meu bem.

Num papel d'ouro fino
Teu lindo nome escrevi,
Baixando letra por letra
Ao lê-lo adormeci.

Eu já vi nascer o sol
Numa maçã vermelhinha,
O sol nasceu, foi-se embora,
E a maçã sempre foi minha.

Eu suspiro e tu suspiras,
A suspirar morrerei,
Suspiro por ti, meu bem,
Por quem suspiras não sei.

O sol quando nasce inclina-se
Às pedras do meu balcão,
Tambem eu me inclinei
Ao teu nome, João.

Eu fui ao fundo do mar
Apanhar uma açucena,
Lá me caiu uma folha,
Não há gosto sem ter pena.

Cravo branco não me prendas
Que eu não tenho quem me solte,
Não queiras ser, cravo branco,
A causa da minha morte.

Minha mãe é uma rosa
Que meu pai *arrecebeu*,
Eu sou um botãozinho
Que a rosa de meu pai deu.

Mandei tornear a lua
Com torninhos de marfim,
Viva a lua torneada
Que anda deante de mim.

Sou pequena, visto saias,
Faço roda de mulher,
Assim mesmo pequenina
É que o meu amor me quer.

Paixão d'amor é um fogo
Segundo eu vou sentindo,
Não deita chama nem brasa,
Derrete e vai consumindo.

Meu coração é relógio,
Minh'alma dá badaladas,
O dia que te não vejo
As horas trago contadas.

Meu coração bate, bate,
Que eu bem o sinto bater,
Minh'alma morre por ti
Que eu bem a sinto morrer.

Não te trago dentro d'alma,
Que é lugar de sacramento,
Trago-te no coração,
Logo da parte de dentro.

À quem visse o meu amor,
À quem com ele falasse,
Que lhe contasse uma pena,
Meu peito aliviasse.

Se tu fosses o meu bem
Muito eu te havia querer,
Nas palmas das minhas mãos
É que eu te havia trazer.

Já que não falas comigo
Se os meus olhos fossem balas
Te daria com uma delas
Já que não podem ser falas.

Se tristeza fosse alegria,
Alegria tristeza fosse,
O meu cantar era belo,
O meu chorar era doce.

Tantos ais, tantos suspiros,
Que aqui vão pela calada,
Eu bem sei quem os está dando,
Que lhe não valem de nada.

Suspiros e ais e dôres,
Imaginações e cuidados,
É o manjar dos amores
Quando se acham enfadados.

O' meu amor da cidade,
Tira tempo vem-me ver,
Que as cartas são escusadas
Para mim que não sei ler.

Já estás à minha vista,
O' anjo do paraíso,
És encanto dos meus olhos,
Descanso do meu juízo.

Eu queria ser eterna,
Para tua amada ser,
Mas como não sou eterna
Hei-te amar até morrer

Se tu fosses meu amor
Mais contente eu viveria,
Mas como de mim não te importas
Vivo sem ter alegria.

Eu fui ao teu coração,
Melhor fora lá não ir,
A chave deu uma volta,
De lá não pude sair.

A ribeira quando corre
Traz folhinhas de papel,
Eu penso que são cartinhas
Do meu amor Manuel.

A ribeira quando corre
No meio faz barulhada,
Quem tem amores não dorme
O sono da madrugada.

Ó meu amor quem te disse
Que eu te queria deixar,
Só se o mar vier à terra,
Ou a terra for ao mar.

Cupido vai pela serra
Descalço pisando flores,
Em altas vozes dizendo
Triste de quem tem amores.

O' ave, que vais voando,
Leva esta carta no bico,
Vai dizer ao meu amor
As penas com que eu cá fico.

Para bem daqui chegar
Muito caminho passei,
Parabens dou aos meus olhos,
Que tanto bem os empreguei.

Já vieste, já chegaste,
Já esta casa está cheia;
Que esta casa, sem tu estares,
Para mim era uma aldeia.

Adeus meu lindo amor,
Já te não torno a ver.
Só se quando Deus quizer,
Ou me mandares dizer.

Adeus meu lindo amor,
Adeus até não sei quando,
Até domingo de tarde,
Que eu por ti fico esperando.

O meu amor me disse ontem
Que domingo falaremos,
A semana tem seis dias,
E eu ainda queria menos.

O meu amor dalgum tempo,
Passa por mim, dá um ai,
O' meu bem tem paciência,
Que esse tempo já lá vai.

Os olhos do meu amor
São grãos de trigo na eira
Semeados ao domingo,
Nados à segunda-feira.

Se eu morrer hão-me enterrar
No lugar onde eu disser,
Deixem-me os braços de fora
Para abraçar quem quizer.

O anel que tu me deste
Era de vidro quebrou-se,
O que ele trazia dentro
Era água, derramou-se.

Toma lá que te dou eu
Sem ser nada de comer,
Um lenço de saudades,
Que eu tenho de te ver.

Quero-te bem pela vida,
Deus me pode castigar,
Penso que o vento te leva
Como a folha pelo ar.

O manjaricão na serra
Não sei como não tem medo,
Faz a cama, dorme só,
Debaixo do arvorêdo.

O meu amor, ontem à noite,
Pela vida me jurou
Que se ia deitar ao mar,
Pode andar que eu cá não vou.

Em nome de Deus começo,
Padre, Filho, Espírito-Santo,
Por ser a primeira vez
Que eu neste auditório canto.

O' Senhor Espirito Santo
Que dáis a quem vos vem ver?
Aos solteiros bôa sorte,
Aos casados bom viver.

Antes de eu sair de casa
Pedi licença a minha mãe
Para vir a esta festa,
Que o meu bem vinha também.

O' meu bem despede-te hoje
Qu'eu amanhã vou-me embora,
Se me queres alguma coisa,
E' ocasião, fala agora.

O' meu amor quem te quita
Que não vás aonde eu vou,
Penas passe quem te quita
Como ais eu por ti dou.

Se te vais também eu vou,
Sem ti não posso ficar,
Não quero que ninguém veja
Meus olhos por ti chorar.

Ouçõ que te vais embora
P'rá ilha de São Miguel,
Se te vais, também me vou
Num barquinho de papel.

As estrelas miudinhas
Fazem o céu bem composto,
Assim são esses teus olhos
Que trazes à flor do rosto.

Detraz do verde cipreste
O meu nome ouvi chamar,
E' a morte que me chama,
Adeus que eu vou acabar.

O meu amor é mui grande
Quero manda-lo serrar,
Que ainda fica amor bastante
E lenha para queimar.

A salsa no meu quintal
De viçosa está crescendo,
As minhas maiores amigas
De falsas me andam vendendo.

Depois que o mundo é mundo
Tanta gente tem morrido,
Nem no mundo se acha falta,
Nem o céu se tem enchido.

Se fores domingo à missa
Põe-te em lugar que eu te veja,
Não faças andar meus olhos
Em leilão pela igreja.

Quando eu era solteirinha
Usava fitas e laços,
Agora que sou casada
Trago meus filhos nos braços.

Minha sogra já morreu,
Já lá vai para o inferno,
O diabo que a levou
Tem lenha para o inverno.

Se vires o mar vermelho
Não o proves, que é salgado,
Que são lágrimas de sangue
Que eu por ti tenho chorado.

Eu fui ao mar às laranjas,
Que é cousa que o mar não tem,
Como pode vir enchuto
Quem das ondas do mar vem.

O meu amor é um anjo,
Deus m'ó deu, eu lh'ó mereço;
Já m'ó quizeram comprar,
Anjos do céu não têm preço.

O' mar de variedades,
Onde eu nunca naveguei,
Navegaram os meus olhos
Quando para os teus olhei.

O amor que em ti pús,
Eu o puzesse na água,
A água vem lava tudo,
Não fica pena nem mágua.

O' tirana saudade
Diz-me qual é mais sentir,
Se é amar e viver ausente,
Ou saber e não possuir.

O' tirana da tirana,
Tirana da tirania,
Já me vai querendo bem
Quem tanto mal me queria.

Quando eu era rapaz novo,
Jogava o meu pião,
As moças todas diziam:
Botai-m'ó aqui na mão.

As contas do meu rosário
São balas de artilharia,
Faço tremer o inferno
Quando digo Ave-Maria.

Trago dentro em meu peito
Laranjas, cidra, limão,
Para trazer toda a fruta
Falta-me o teu coração.

Tenho dentro em meu peito
Um copo de água bem posto,
Hei-de amar a quem quizer
E a quem for do meu gosto.

Se eu quizesse eu bem podia
Dizer a quem quero bem,
Eu bem posso, mas não quero,
Não sou de enganar ninguém.

Mangaré (?) é cor de rosa,
Que se vende na botica,
Quem manga, pensa que manga,
Quem manga mangado fica.

O meu amor é um tôlo,
Pensa que eu o adoro,
Pensa que eu choro por ele,
Sabe Deus por quem eu choro.

Tenho o meu bem retratado
Nas pedras do meu chiqueiro,
Dou parabens ao meu porco
Que já tem um companheiro.

Tirei os olhos aos homens,
Mandeí-os ao Padre-Eterno,
Que os olhos dos homens servem
P'ra castiçais p'ró inferno.

Esta minha gargantinha
Não a fez um carpinteiro,
Quem a quizer ouvir
Ha-de puchar por dinheiro.

Canta boca da minh'alma,
Garganta dum serafim,
Eu dava dez reis às almas,
Se o meu cantar fosse assim.

O i quer dizer irei,
Para onde ninguém sabe,
Vê dentro nesse teu peito
Se o meu coração cabe.

Já não tenho coração,
Já m'o tiraram do peito,
Sem coração ninguém vive,
Dá-me o teu, amor perfeito.

Eu fui ao fundo do mar,
A' pedra mais superior,
Escrever com letras de ouro
O nome do meu amor.

O sol é caixa de prata,
A lua é a fechadura,
As estrelas são as chaves
Com que se fecha a ventura.

Menina do amarelo
Diga-me quanto custou,
Que eu quero-me vestir dele
Já que tanto me agradou.

Cantai, meu amor, cantai
Sequer uma cantiguinha,
Vossa boca não é de ouro,
E' de carne como a minha.

São Gonçalo de Amarante
Casamenteiro das velhas,
Vós que não casais as novas,
Que mal vos fizeram elas?

Samacaio deu à costa
Nas barras do Maranhão,
Toda a gente se salvou,
Só o Samacaio não.

Samacaio já é velho,
E' velho e manganão,
Quando passa pelas moças
Arrefia e aperta a mão.

Não me atires com pedrinhas
Que eu estou lavando a louça,
Atira-me com beijinhos
A modos que ninguém ouça.

Eu já vi nascer o sol
Numa maçã camoeza,
Nasceu o sol, foi-se embora,
Mas ficou-te a boniteza.

Tenho um saco de cantigas
Sobre a rocha do mar,
Para cantar esta noite
Se o vento m'as não levar.

O sol quando nasce inclina-se
A's pedras do meu anel,
Tambem eu me inclinei
Ao teu nome, Manuel.

O meu amor ao domingo,
Com uma roupa azul que tem,
Não há fidalgo na côrte
Que me pareça tão bem.

Chamas-te-me cara de anjo,
Os anjos tambem têm cara?
Cara de anjo me parece,
Quem com os anjos me compara.

Andam aqui seis meninas
Todas em ponto maior,
Não fazendo afronta às mais,
O meu par é o melhor.

Cala-te d'aí para fora
Instrumento das cantigas,
Olho de peixe vermelho,
Boca de favas cozidas.

Madre-silva pompolosa
Dá-lhe o pêco na raiz;
Saiba Deus e todo o mundo
Que eu fui a que te não quiz.

Quando te vi me assustei,
Mas depois tornei a mim,
A' fôrça do lavatório
Da água do alecrim.

Por detraz d'aquela serra
Tem um sino sem badalo,
Já me doi o céu da boca
De ensinar aquele cavalo.

O' minha mãe olha o velho
Que me quer levar da rua;
O' velho deixa a pequena,
Que ela é minha, não é tua.

Eu ia pelo mar fora
No meio do mar parei,
Ouvi cantar a tirana
Lá no palácio do rei.

O mar é o meu degrêdo,
Na maré faço a cama,
Mais tolo é quem se mata
Por amores que outro ama.

Botei um limão de rôlos,
A' tua porta parou,
Quando o limão te quer bem
Que fará quem o botou.

Botei o limão no vinho,
A laranja na aguardente;
Não te faças mais do que eu,
Que não vens de melhor gente.

Adeus meu lindo amor
Cara cheia de alegria,
Eu me derreto por ti
Como cêra em água fria,

A mãe do meu amorzinho,
Pensa que só é mulher,
Mas presunção e água-benta
Cada um toma a que quer.

Qual foi a tua demora,
Qual foi a tua tardança,
Que esse teu vir tão tarde,
Me causou desconfiança.

Não te quero nem te deixo,
Nem te desabro mão,
Nunca te disse que sim
Nem te heide dizer que não.

Pentiei-me e aciei-me,
Não sei se aceado venho,
Venho-me ver nos teus olhos
Já que espelho não tenho.

Por aquele mar abaixo
Vai um gato mio-mio,
Já lhe cortaram o rabo
Para o mastro dum navio.

Lá vem a lua saindo
Na cafua dos *melães*.
Uma cadela com pintos,
E uma galinha com cães,
Uma porca com bezerros
E uma vaca com *leitães*.

Noutro tempo era eu
No teu prato melhor sôpa,
Agora já sou veneno,
Resalgar na tua bôca.

Eu passei na tua casa
Tua mãe estava a dizer:

O' Maria pica as couves,
Que a panela está a ferver.

Sai-te daqui para fora
Bôca de cebôla crua,
Se eu fosse dono da casa
Punha-te era já na rua.

Minha mãe que me criou
No canto do seu estrado,
Não foi para me dar a ti
Barbas de rato inchado.

Chamaste-me rato inchado,
Fui criado entre as ervilhas,
Tu, olhos de gato preto,
Bem corres mas não me pilhas.

A viola tem um ésse
Abaixo do cavalête,
O senhor, que nela toca,
Parece-me um ramalhête.

Toca-me nessa viola,
Repenica-me esses dêdos,
Se as cordas se quebrarem
Aqui tens os meus cabelos.

O tocador da viola
Tem as mãos feitas à linha,
Os dêdos feitos à pena
E as unhas de prata fina.

O tocador da viola
Merece galinha assada,
Passa pela minha bôca
E pela bôca dele nada.

Não há pão como o pão alvo,
Nem cheiro como o de funcho,
Não há amor como o meu
Que nunca toma caruncho.

Da minha janela à tua
Dou saltos como uma cobra,
Tu para minha mulher,
Tua mãe p'ra minha sogra.

Eu não sou como o meu bem,
Nem o meu bem como a mim,
O meu bem dá fala a todos,
E eu não posso ser assim.

Se eu soubiera de morrer
Mandava fazer a cova,
Forradinha de vermelho
No adro da Bôa-Nova.

Já hoje vi os teus olhos
Não me lembro agora aonde,
Foi lá no céu entre as nuvens,
Aonde a lua se esconde.

Eu já hoje fui ao céu,
De uma nuvem fiz encosto,
Dei um beijo numa estrela
Pensando que era o teu rosto.

Os meu ais e os meus suspiros
Entre as nuvens vão parar,
Aonde estás meu lindo bem
Que os meus ais não ouves dar ?

Se eu fora e não mandasse
A casa do meu amor,
Não perdera o que perdi,
Prenda de maior valor.

A DIVINHAS

O que é que é quanto mais quente mais fresco ? — *O pão.*

Que é que é que chêga ao mato e se estende ? — *Uma correia.*

Que é que é que chega ao mato e dá um berro ? — *Um machado.*

Que é que é que chega ao mato e se enrodilha ? — *Um cão.*

Que é que é que cabe numa mão e não cabe numa caixa ? —
Uma aguilhada.

Que é que é que nasce com um pé na bôca ? — *A cabaca.*

Que é que é que muda de sexo depois da morte ? — *O boi.*

Que é que é que em pequeniao é macho e depois de grande é fêmea ? — *O cebolinho.*

Que é que é redondinho como uma belota e enche a casa até à porta ? — *A luz da candeia.*

Que é que é casa branca, barras amarelas, porta fechada, ninguém mora nela ? — *O ovo.*

Que é que é: altas torres e altas janelas, abrem-se e fecham-se sem ninguém tocar nelas? — *Os olhos.*

Qual é a cousa, qual é ela toda feita ao viez, tem dentes e não tem boca, tem cabeça e não tem pés? — *O alho.*

Que é que é: nós somos sete irmãs, cinco justas e uma santa, e a outra é tão pequenina porque o riso a ataranta? — *As semanas da quaresma.*

Que é que é uma senhora muito assenhorada, que nunca sai de casa e está sempre alagada? — *A língua.*

Que é que é muitas meninas a uma varanda tôdas a chorar para a mesma banda? — *As beiras do telhado.*

Que é que é que tem pés e não anda, tem azas e não vôa, tem bôca e não fala? — *O caldeirão.*

Que é que é: numa cova funda e estreita uma dama está metida, quando o mal quer praticar larga a pele e vai despida? — *Uma espada na banha,*

Que é que é redondinho redondote não tem fundo nem batoque? — *O ovo.*

Que é que é pucarinho pucarête, ó que lindo ramalhête, nem cozido, nem assado, nem comido com colher, nunca has de adivinhar, senão quando eu t'ô disser. ? — *Um cacho de uvas.*

Que é que é minha avó velha e enfeitada, sem bordão não se sustem; se a catarem todos os anos, ela dá tudo quanto tem? — *Uma latada de vinha.*

Que é que é que Deus nunca viu nem ha-de vêr? — *Outro no seu lugar.*

Que é que é não sou nova, mas sou velha um tanto enquerquilhada, trago dois moços à cordã, um branco outro mulato, o branco é fidalgo, o mulato é bicho do mato? — *A pimenta.*

Que é que é do tamanho de uma pulga e depois cresce como as orelhas de uma burra? — *A semente da couve.*

Qual é o filho que, mal o pai nasce, ele já anda? — *O fumo.*

Que é que é branco e não é papel, é verde e não é limão, é vermelho e não é sangue, é preto e não é chapéo, adivinha garoupéo? — *A amora.*

Que é que é quatro mortos estirados, cinco vivos a passear, os vivos estão calados e os mortos a cantar? — *Uma rabeca.*

Que é que é se tu viesses, tu te rias, um bixinho tão galante, apertava-lhe o pescoço, coceguinhas na barriga, zuniava? — *Uma viola.*

Que é que é tem corôa e não é rei, tem escama e não é peixe? — *O ananaz.*

Que é que é estou aqui no meu cantinho, onde todos me vêm ver, mastigo e boto fora, engolir não pode ser? — *O moínho.*

Que é que no alto está, e no alto mora, todos o vêm e ninguém o adora? — *O sino.*

Que é que é cerrado grande, gado miudo, vai o prêto e bota-fora? — *Rodar as brasas para fora do forno.*

Que é que é quanto maior é menos se vê? — *A escuridão.*

Que é que é para ele andar lhe pús a capa, e para ele andar lh'a tirei, porque com capa ele não anda e sem capa não pode andar? — *O pião.*

Que é que é gado miudo, terra mimosa, aonde pousa deixa uma rosa? — *A pulga.*

Que é que é: trinta e duas pedras brancas e uma moura encantada, quer faça sol quer chuva, a moura está sempre molhada? — *Os dentes e a língua.*

Que é que tem esporas e não é cavaleiro, cava na terra e não ganha dinheiro? — *O galo.*

A D Á G I O S

O pão e a roupa, uma semana é melhor do que outra.

Mais vale pão duro do que figo maduro.

Pão quente, muito na mão e pouco no ventre.

Nem por muito madrugar amanhece mais cedo.

Quem em Maio não merenda, aos finados se encomenda.

Quem não rouba nem mente, não vem de boa gente.

O que se faz a pai e mãe não se deita em saco rôto.

Quem tem janelas de vidro não atira com pedradas.

Quem espinhos semeia, abrolhos colhe.

Não há cego que se veja, uem torto que se conheça.

Água mole em pedra dura tanto bate até que fura.

Quem porfia mata caça.

Dois arcos no céu carrega o chapéo.

Se ouvires roncar o mar, deixa os outros embarcar.
Tarda a pomba a recolher, está Deus para chover.
Se as vacas cheiram no chão, não saias do teu fogão.
Morcêgo à noitinha bom tempo adivinha.
Aranha por fora chuva antes duma hora.
Madrugadas frias trazem bons dias.
Madrugar moleitoso, dia tormentoso.
Sol azulado lava o adro.
Sol com aneis água a toneis.
Se vires a lua vermelha, põe a pedra sobre a telha.
A candeia a espirrar e as nuvens a chorar.
Quando cai ferrugem da chaminé, bebem os cães em pé.
Quando arde o fundo da panela, se não queres vento, fecha a janela.
Quando a velha põe o arco à chuva, depressa enxuga.
Sino forte, vento húmido.

ADÁGIOS DOS MESES

Em Janeiro, sete capêlos e um sombreiro.
Janeiro molhado, se não é para o pão, não é mau para o gado.
Da flor de Janeiro ninguém enche o celeiro.
Em Janeiro sobe ao outeiro, se vires verdejar põe-te a chorar, se vires terrejar põe-te a cantar.
Em Janeiro um porco ao sol outro ao fumeiro.
Em Janeiro o boi e o leitão engordarão.
Bodeão em Janeiro vale um carneiro.
Sol de Janeiro nasce tarde e põe-se cedo, e mal sai detraz do outeiro.
Em Fevereiro se a Candelaria (dia 2) chora, está o inverno fora ; se rir o inverno está para vir.
Tanta chuva pelas Candeias (dia 2), tantas abelhas para as colmeias.
Quando não chove em Fevereiro, nem prados nem centeio.
Quando não chove em Fevereiro, nem bom pão nem bom lameiro.
Fevereiro quente tra-lo o diabo no ventre.
Lá vem Fevereiro que leva a ovelha e o carneiro.

Março marçagão, de manhã focinho de cão, de tarde sol de verão.
Março marçagão de manhã focinho de cão, ao meio-dia de rainha
e à noite de fuinha.

Quem poda em Março vindima no regaço.

Se queres bom cabaço, semeia-o em Março.

Se ouvires trovejar em Março, semeia no alto e no baixo.

Março amoroso, Abril chuvoso, Maio ventoso, e São João (Junho)
calmoso, fazem o ano formoso.

Em Março queima a velha o maço.

Em Abril vai a velha onde tem de ir, e a sua casa dormir.

Em Abril ainda queima a velha o carro e o carril, e deixa um
tição para Maio para comer as cerejas ao borralho.

Abril frio dá pão e vinho.

Em Abril águas mil coadas por um mandil.

Abril frio e molhado enche o celeiro e farta o gado.

Mau é, por todo o Abril, vêr o céu descobrir.

Se chover entre Maio e Abril, carregará o lavrador o carro e o
carril.

Em Maio a chuvinha da Ascensão dá palhinhas e dá pão.

O peixe de Maio, se vo-lo pedirem, dai-o.

Quem quiser o marido morto dê-lhe lapas em Maio e couves em
Agosto.

O que Janeiro deixou nado, Maio deixa espigado.

Quem em Maio relva, não tem pão nem erva.

A bôa cêpa Maio a deita, porem Maio couveiro não é vinhateiro.

Pão bremês não o cômam nem o dêem.

Enxame de Maio dá-o a quem t'ô pedir, e o de Abril guarda-o
para ti.

Maio pardo ano claro.

A ti chova todo o ano e a mim Abril e Maio.

Maio hortelão, muita palha e pouco pão.

Maio pardo, Junho claro, faz o lavrador honrado.

Em Junho foice na mão.

Em Maio há muito ceifão, mas em Junho é que se vê eles quem
são.

A chuva de São João faz beber o vinho e comer o pão.

No dia de São Bernabé (11 de Junho) seca-se a palha pelo pé.

A falada água de São João tira azeite e vinho e não dá pão.
Se Julho for abafadiço fica a abelha no cortiço.
Por São Tiago (25 de Junho) pinta o bago.
Por Santa Marinha (13 de Junho) vai vêr a tua vinha, tal a acharás,
tal será a vindima.

Não há maior amigo do que Julho com seu trigo.
Aí por Sant'Ana (26 de Junho) limpa a pragana.
Em Agosto toda a fruta tem gôsto.
Em Agosto frio no rôsto.
Agosto amadurece, Setembro vindimece.
Quem em Agosto ara, riquezas prepara.
Quem não debulha em Agosto debulha com mau gosto.
Quem se casa em Agosto vive sempre com desgosto.
Nem por Agosto caminhar, nem por Dezembro marear.
Em Setembro vai andando e correndo, mas às vezes também
ardem as moitas e secam as fontes.

Se Setembro for molhado, o figo fica estragado.
Por São Mateus (21 de Setembro) pega no arado e lavra com
Deus.

Setembro ou seca os montes, ou lava as fontes.
Em Outubro pega tudo e recolhe tudo.
Vindima em Outubro que São Martinho t'ó dirá.
Quando Outubro for erveiro, guarda para Março o palheiro.
Desde Outubro a Dezembro busca o pão no mar, mas torna ao
teu celeiro e abre o teu mealheiro.

Aí por São Lucas (18 de Outubro) bem sabem as uvas.
Em São Simão (26 de Outubro) fava na mão.
Quem planta no Outôno leva um ano de abono.
Novembro pelos Santos (dia 1) neve nos campos.
Dos Santos ao Natal inverno geral.
Cava fundo em Novembro para plantares em Janeiro.
Queres pasmar o teu vizinho, lavra e esterca em São Martinho
(11 de Novembro).

Em São Martinho mata o teu porco, assa castanhas e prova o teu
vinho.

De Santa Catarina (25 de Novembro) ao Natal, o tempo é igual.
Em Dezembro descansar para em Janeiro trabalhar.

Tudo se quer em seu tempo, e os nabos pelo Advento.
Quem come laranjas antes do Natal está livre de catarral.
Do Natal a Santa Luzia cresce um palmo cada dia.
Quando o Menino (Menino Jesus) nasceu, tudo cresceu.

J O G O S I N F A N T I S

A carapucinha

As crianças, com as mãos dadas, formam uma rôda e por fora dela anda uma criança, com uma carapuça na mão, a dizer: — «Carapucinha na mão vai, ela aqui fica, ela aqui vai», o que repete muitas vezes seguidas até deixar cair a carapuça detraz de uma das crianças que formam a roda.

Esta apanha a carapuça e corre atraz da 'que lh'a deixou cair a ver se a apanha antes dela chegar ao lugar que está vasio na roda e lhe dar uma pancada nas costas. Se já o tiver ocupado a que levantou a carapuça não pode tocar-lhe e passa, por sua vez, a andar em volta da roda dizendo o mesmo.

O lagarto pintado.

Sentam-se as crianças no chão formando roda e encostam as mãos umas às outras. Uma das crianças toca com o dêdo indicador cada uma das mãos em quanto diz: — «Lagarto pintado quem te pintou? Foi uma velha que aqui passou; no tempo da eira fazia poeira, puxa lagarto por aquela orelheira». A mão tocada ao terminar a lenga-lenga vai-se agarrar à orelha do companheiro que está ao lado, e assim se continúa até todas as mãos estarem presas às orelhas. Feito isto repetem todas a um tempo a lenga-lenga e pucham pelas orelhas.

Quando querem prolongar o jogo voltam ao começo.

Subsídios para a história da Diocese de Angra

pelo Cónego J. AUGUSTO PEREIRA

O ANTIGO PAÇO EPISCOPAL

O prédio, hoje adaptado às repartições da Junta Geral Autónoma do Distrito de Angra, pela restauração feita em 1935, depois do incêndio de 9 de Setembro de 1919, tem origem bem remota, na oferta feita por D. João III, em 1544, dumas casas que ali existiam e que haviam passado para a posse do Estado.

É o que se infere do documento abaixo transcrito duma cópia feita no livro das Actas do Cabido, relativo ao ano de 1834.

Fra Bispo de Angra, na ocasião, o segundo Bispo que teve esta Diocese, D. Rodrigo Gomes Pinheiro = 1540-1552 = que nunca veio à Diocese, enviando todavia tres visitadores, dois dos quais eram Bispos de anel.

ALVARÁ RÉGIO

D. João, por Graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves dâquem e dalém mar em Africa, Senhor da Guiné e da conquista, navegação e commercio da Ethiopia Arabia Percia e da

India. A quantos esta minha Carta virem Faço saber que querendo Eu Fazer Graça e Mercê á Sé da Cidade d'Angra Tenho por bem e me praz lhe fazer doação e Mercê deste dia para todo o sempre, para o aposento do Bispo da mesma Cidade que hora hé e ao diante fôr de hũas casas minhas que estão junto da dita Sé e pegadas com o Adro dela que forão de Francisco de Giberlião ⁽¹⁾ rendeiro que foi das Ilhas dos Açõres ao qual forão tomadas por dividas que ficou devendo de rendas das ditas Ilhas que teve emitidas em suas proprias, das quais Faço mercê á dita Sé assim e da propria maneira que por mim foram tomadas que hé o assento das ditas casas que são duas casas de morada com suas camaras e cozinhas e hum quintal em face de rua na carreira dos cavallos ⁽²⁾ assim como todo está tapado de parêdes com hum pombal como se vio por certidão de Diogo Fernandes Cavalleiro da minha Casa que anda nas ditas Ilhas sobre a arrecadação das minhas dividas; e as ditas casas partem da banda do levante com a Carreira dos Cavallos e do Norte com rua que vai para as dadas e do Ponente com casa e quintal de Braz Pires do Canto e do Sul com chão e casas de Domingos Glz.^e Barbeiro, e por tanto mando ao Corregedor e Contador das ditas Ilhas que dê á dita Sé a posse das ditas casas, e a quaisquer outras Justiças, Officiais e pessoas a quem esta fôr mostrada, e o conhecimento della pertencer que lhas deixe ter daqui em diante para sempre para o

⁽¹⁾ E' um apelido geográfico, como está a indicar a proposição *de*. Em Espanha, há um lugar, entre Huelva e Ayamonte, denominado *Gibraleon*. Foi naturalizado português por Carta de 3 de Julho de 1534, publicada no «Arquivo dos Açores», vol. V, pág. 140.

Drumond chama-lhe Franciseo de Bealião e diz que era um dos grandes comerciantes de Angra (Annais . . vol. I, pág. 108).

⁽²⁾ No recente livro *A Nossa Lisboa*, de Matos Sequeira e Pastor de Macêdo, diz-se a pág. 260, que *Carreira*, no século XVI significava *cemitério*, principalmente de animais. O Dicionário de C. de Figueiredo diz que por *Carreira* se denomina «o caminho fechado entre barreiras para corridas de cavalos».

Parece-nos ser esta a acepção em que deve ser tomada a «Carreira dos Cavalos», que ficava no sitio em frente ao actual edificio do Junta Geral, donde afinal veio o antigo nome da respectiva rua.

aposentamento do dito Bispo que hora hé e ao diante fôr e possuir e fazer nellas e em ellas tudo o que lhe aprover como cousa propria da dita Sé, porquanto lhe faço dellas Mercê, como dito hé, e porém não se poderão vender, trocar, partir nem escombar nem por outra via nenhũa, fazer dellas outro algum partido por serem para o aposentamento do dito Bispo da maneira sobredita e o dito Contador porá verba no livro dos proprios onde esta carta será tresladada como assim Fiz Doação e Mercê das ditas Casas á dita Sé e hum Alvará que tinha porque lhe assim tinha feito a dita Mercê. — Ser passada (?) esta carta das duas casas tanto que assim fôsem mettidas nos proprios, foi Ratto ao assinar desta que por firmeza della lhe mandei dar por mim assignada e ssellada do meu sêllo pendente. Diogo Lopes a fiz em Evora aos trez dias do mês de Novembro anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil quinhentos quarenta e quatro annos, e eu Damião Diaz a fiz escrever. — El-Rey. — Carta porque Vossa Alteza Faz Mercê á Sé da cidade d'Angra de humas casas que estão junto da dita Sé que são de Vossa Alteza e foram tomadas a Francisco de Giberlião rendeiro que fol das Ilhas por dividas que ficou devendo e metidas nos proprios como se via por certidão de Diogo Fernandes Diaz que anda nas ditas Ilhas sobre a arrecadação de Vossa Divida, das quais casas Vossa Alteza faz mercê á dita Sé para o aposentamento do Bispo da dita cidade que hora hé e adiante fôr como tudo assim vai declarado, e que se ponha verba no livro dos proprios onde esta será tresladada e hum Alvará que a dita Sé tinha porque hé Vossa Alteza (que) concede esta mercê e foi Ratto ao assinar desta. O Barão pagou cem reis pagou quinhentos e quarenta rs. a seis de dezembro de mil e quinhentos e quarenta e quatro annos e os officiais cento e oitenta reis. Registrada na chancelaria. — O qual treslado de carta de doação eu Felipe Serrão do Quintal escrivão da Fazenda e Alfandega desta cidade d'Angra o fiz.»

A cerca ou quintal que êste prédio ainda possui, foi completada e «posto em escoadria» com a parte do chão necessário, comprado ao vizinho da parte do poente, segundo a cópia da respectiva escritura,

que se encontra tambem no referido livro das Actas do Cabido, e se transcreve :

ESCRITURA DE COMPRA

«Saibam quantos este publico instrumento dado e passado em publico, forma ex officio de mim Tabelião ao diante nomeado e assignado, virem com o theor de hũa escriptura que de verbo ad verbum hé o seguinte: — Em nome de Deus Amen. Saibam quantos este instrumento e carta de venda deste dia para sempre virem que no anno do Nascim.^{to} de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e quinhentos e oitenta annos, aos quinze dias do mês de Julho do dito anno na cidade d'Angra da Ilha Terceira de Jesus-Christo em a casa de morada de Braz Anriques hê presente um Tabelião e testemunhas ao diante escriptas, pareceo o dito Braz Anriques e sua mulher Felipa Nunes, e por elle foi dito e dicerão que elles tinhão e possuião hũa casa terrea que está na rua de João da Silva do Canto com seu quintal e parte do Ponente com rua publica e do Norte com herdeiros de Baltezar Roiz Almendo e do sul com elles vendedores Braz Anriques e Felipa Nunes sua mulher e do levante com Antonio Marques Conego e com quem de direito deverá partir e dizimo ao Snr. D.^s e no dito quintal da banda do ponente e assim da banda do sul dicerão elles Braz Anriques e Felipa Nunes sua mulher que vendião como logo de feito venderão ao muy Illustre Snr. D. Pedro de Castilho, Bispo deste Bispado de Angra Ilhas dos Açores, tanto chão que bem possa fazer a parede que está no serrado e pumar do dito Senhor da banda do ponente corra linha direita toda a dita parede Norte e Sul em escoadria de canto a canto em todo o serrado, convem saber, partindo do norte com herdeiros de Braz Pires do Canto e Baltezar Roiz até entestar no fim do dito serrado que era da banda do sul correndo linha direita do levante e ponente em escoadria com a parede e quintal de Antonio Marques Conego de maneira que a parede da banda do ponente corra linha direita em escoadria toda Norte e Sul e a da banda do Sul correrá linha direita levante e ponente em escoadria a partir com o

dito Conego Ant.^o Marques em todo o chão e quintal que pelas ditas partes fica ao dito Snr. da parede para dentro para o serrado e assim o chão do dito alicerce, dixerão elles Braz Anriques e Felipa Nunes sua — vendião, como logo de feito venderão deste dia para sempre em todas as suas serventias, bemeifeitorias, usos e frutos ao dito Senhor; e isto por preço certo e logo nomeado de quatro mil reis pagos em dinheiro de contado, os quais apresentou em nome do dito Snr. o licenciado Jorge Vaz Pais por lhe serem dados para este effeito perante mim Tabelião, convem a saber em tostoens que o dito Braz Anriques contou e recebeu perante mim Tabelião e testemunhas, na dita moeda e recebidos por elles se deram por bem pagos e satisfeitos do preço desta venda e deram por quite e livre a Sua Senhoria e dixerão que desistião de si de todo o direito e acção util e direito que no dito chão que assim vendião tinham e podião ter e tudo punham e trespassavão em Sua Illustre Senhoria e herdeiros para que o hajão e logrem e fassão delle como cousa sua propria que hé, a qual se obrigavam de fazer boa de paz pacifica (*logar rôto*) pessoa ou pessoas que duvida ou embargos lhe queiram pôr, antes se dão por autores e deffensores á causa e que por esta publica escritura havião por dada a posse do dito chão a Sua Illustre Senhoria e assim a quem o quizesse tomar em seu nome e se constituirão ao possuir como seus colonos, rendeiros até aver, e a todo, dixerão, obrigavão sua fazenda e Raiz e movel havida e por haver e especialmente obrigavão e epotecavão o quintal donde fizerão a dita venda, e assim outra casa e quintal pegada com a já dita a esta cumprir, o que aceitou o d.^o Licenciado em nome da d.^a Senhoria; e eu Tabelião aceitei, e estipulei em nome de Sua Illustre Senhoria tanto quanto devo e posso em testemunho de verdade foi feito o presente em que assignarão os vendedores e a rogo (*rôto*) Felipa Nunes assinou Anriques Simões cidadão desta cidade, por ela não saber escrever; Testemunhas mais Manuel Vaz e Pedro Alves moradores na dita cidade. Pedro Alves o escrevi. — Assino a rogo de Felipa Nunes, Anrique Simões de Castro (?) — E eu Pedro Alves publico Escrivão dos Orfãos na dita Ilha de Angra e termos por El-Rei Nosso

Senhor que este instrumento de escritura de venda em meu livro de Nottas notei donde fica assignado por partes e testemunhas da maneira que dito hé; este conferi e assignei de meu publico signal que todo hé como se segue. — Lugar do (sello) publico».

Além do incêndio a que acima se faz referência e que está ainda na memória de todos, foi aquele prédio atingido por um outro incêndio, dizem que propositadamente posto.

Este incêndio deu-se na noite de 31 de Julho de 1885, pelas três e meia horas da manhã. O Prelado, D. João Maria, estava então na sua casa de campo, à Estrela; e, no Paço, ficara o familiar, Padre António Maria Ferreira, com alguns criados.

O fumo, horivelmente denso, não o deixara passar à Câmara Eclesiástica, como tentou, sendo descido da janela, por uma escada, embrulhado na cólcha da cama, com o auxílio do Dr. João da Silva Pita, e pelo sargento Luís da Silva Alves, que o trouxe nos braços.

O ataque a êste incêndio foi feito pelas bombas do pessoal da Alfândega, da Câmara Municipal, da Associação de Bombeiros Voluntários e das praças do Castelo, sob a direcção do vereador municipal Manuel Alves de Betencourt, que fôra comandante de navio ⁽¹⁾.

Era este mesmo sacerdote, então Monsenhor e Cónego António Maria Ferreira, quem governava a Diocese, como Vigário Capitular, quando em 1911, o Governo da República privou a Diocese deste edificio, há séculos oferecido por El-Rei, para residência do Bispo de Angra «que hora hé e adiante fôr», «para todo o sempre».

O diário «A União» em seu número de 25 de Setembro de 1911, refere as diligências empregadas e os documentos trocados neste sentido, entre a Autoridade Civil, que era o Engenheiro Francisco de Assis Coelho Borges, e Mgr. Ferreira, então a Autoridade superior da Diocese ⁽²⁾.

⁽¹⁾ Vide Bolet. Ecl. dos Açores, tomo VI, pág. 370.

⁽²⁾ Vide Bolet. Ecl. dos Açores, tomo XX, pág. 162 e o livro «Um dos Nossos Mestres», pág. 48.

A CASA E RUA DOS DEÃENS

O Deão Loupo Gil Fagundes, que faleceu em fins de 1630, era um homem muito rico. Possuía «ao pé do Pico» na freguesia de Santa Barbara, 20 alqueires de terra que rendiam anualmente um moio e cincoenta alqueires de trigo, postos em sua casa na cidade, e um porco que valesse 1\$500 reis; possuía mais, junto às oito ribeiras, «tanta terra» que o rendeiro pagava anualmente 5 moios de trigo, postos na cidade, e um porco que valesse 2\$000 reis; na Amoreira, tinha «tanta terra com sua casa» que rendia 4 moios de trigo; mais adiante, na mesma freguesia, tinha outra propriedade com sua casa de telha e palha, que rendia 6 moios de trigo; outra que rendia 3 moios e meio; e acima do lugar de Henrique Moniz Barreto, possuía uma relva tapada que rendia 1 moio de trigo; e nos Serrados, tinha um quartoiro de terra com sua casa, que rendia 1 moio e 20 alqueires de trigo. Na cidade, acima das Covas, possuía 28 alqueires de terra; e em S. Sebastião, no Vale das vacas, tinha «tanta terra» que rendia 5 moios de trigo!

Possuía no Posto Santo uma quinta, que deixou aos Padres da Companhia de Jesus, residentes no Colégio, «para lá descansarem dos seus muitos trabalhos». Era dono dum sítio, por detraz do côro de S. Gonçalo, murado e plantado de arvoredos, com um granel muito comprido e uma torre de sobrado e uma lage, pouco mais ou menos da metade do dito granel. Eram suas umas casas pequenas, na «rua dos Assougues», que vai para Santa Luzia e a casa onde morava, que deixou ao Cabido, para residência dos Deães.

Pelas confrontações que encontro ⁽¹⁾ numa sentença (1794) de avaliação dessa casa, afim de serem reduzidos os encargos dessa doação, parece-me ser o prédio que pertencia aos herdeiros do Morgado Vital e que há pouco foi adquirido pela «Recreio dos Artistas».

Diz assim o documento:

— «Na rua chamada dos Deães, hũas casas de alto e baixo, de frente da sacristia de São Gonçalo, que partem do norte com a travessa que vai para a estrada e Boa Nova, sul com as casas do Doutor

(1) «Livro das Reduções dos Encargos pios do Cabido de Angra».

José Ignacio Correia, e Nascente com a rua chamada dos Deães e ponente com a rua que vai para a estrada de São Gonçalo e Boa Nova».

De forma que, a Rua dos Deães era a que se chamou Rua do Pintor — de S. Gonçalo aos Quatro Cantos — e a casa que deu o nome à Rua, era a que actualmente está em posse da «Recreio dos Artistas», inteiramente transformada e adaptada ao teatro e cinema daquela Sociedade.

Em seu testamento o referido Deão mandou fazer «hũa capela (1) no dito Colégio a qual será da invocação de São Paulo Apóstolo e São Francisco Xavier e se procurará haver lugar em que se ponha a Imagem da S.^{ta} Madre Virgem Thereza de Jesus, em cujos dias se cantará Missa solemne com suas Vesperas, e os gastos de tudo, assim na dita Cappela e imagens dos Santos e festas de seus dias, se façam primeiro que nenhũa outra coisa, do rendimento que ficar de minha fazenda, isto sem embargo de qualquer clausula ou determinação que assim fique».

LISTA DOS DEÃES DA SÉ DE ANGRA

Manuel Pacheco — 1535 — Era o Ouvidor eclesiástico de Angra quando se fundou a Diocese.

Manuel de Bastos — 1557 — Foi Visitador da Diocese.

Baltazar Gonçalves — 1557 — Foi Visitador do Faial.

L.^{do} Francisco Sanches — 1572.

Dr. Luis de Figueiredo e Lemos — 1581 — Foi depois Bispo do Funchal.

António Pires do Canto — 1588 — Era apenas Minorista. Deixou a clerezia e casou 2 vezes. Foi Juiz dos Resíduos e, como tal, foi-lhe lançada uma excomunhão pelo Prelado.

Dr. Lopo Gil Fagundes — 1601-1630.

(1) Determinou que os seus restos mortais bem como os do irmão já falecido Cónego Francisco António Fagundes, Mestre-Escola da Sé de Angra, fóssem depositados nesta capela.

Dr. Francisco Lourenço Raposo — 1642.

Dr. António da Rocha Ferraz — 1674.

L.do Manuel do Rego de Sousa — 1666-69.

Pedro Gomes da Terra — 1693.

Dr. Francisco da Fonseca Carvão — 1710.

Francisco Berquó del Rio — 1724.

Dr. Bartolomeu Coelho de Melo — 1746-58.

Manuel dos Santos Rolim — 1758.

Dr. André de Labat — 1776.

Mateus Homem Borges da Costa — 1778 — Presidia ao Cabido como Arcediago, desde 1772, falecendo em 1805.

Dr. Fr. José Maria Betencourt Vasconcelos — 1805.

Dr. Frutuoso José Ribeiro — 1827 — Foi deposto «de todo o fôro, dignidade ou proeminencia» pela Junta Liberal de Angra, em 1828.

Dr. António Narciso da Fonseca — 1869.

Dr. José da Fonseca A. Castelo Branco — 1890-1901.

Dr. José dos Reis Fisher — 1901-1928.

MAIS IMIGRANTES, PROBLEMA VITAL DO BRASIL

por EUCLIDES GOULART DA COSTA,
Cônsul de Portugal em S. Paulo

Nota preliminar da Redacção. — Os açorianos orgulham-se da sua contribuição étnica para a formação da grande nação brasileira e aos açorianos interessa tudo quanto possa contribuir para explicar essa atracção da nossa gente pelo Brasil e sobretudo a nossa adaptação no país e as raízes que lá deixam aqueles que voltam.

Por isso é com o maior prazer que arquivamos nas páginas do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira dois capítulos de um trabalho elaborado pelo Sr. Euclides Goulart da Costa, ao deixar ha pouco a gerência do consulado português em S. Paulo, em que mostra as vantagens que o Brasil encontra em favorecer de um modo especial a imigração dos portugueses.

O Sr. Cônsul Goulart da Costa reúne duas qualidades, entre outras, que tornam para nós as suas considerações dignas de particular apreço. É um faialense, um açoriano portanto, e a sua colaboração não poderia deixar de ser-nos grata. Por outro lado, tendo encetado a carreira consular ha cêrca de trinta anos, após a sua formatura no antigo Curso Superior de Letras, precursor da actual Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o Sr. Goulart da Costa tem desempenhado as suas funções quasi sempre em países onde a colónia açoriana tem preponderância, não se esquecendo nunca os portugueses da Califórnia do que foi a sua actividade, em seu benefício, quando esteve à frente do consulado em S. Francisco.

E, como parêntesis, é-nos gratíssimo rememorar o que foi o seu concurso para pôr em destaque a actividade esplêndida dos açorianos da Califórnia, quando aqui em Angra do Heroísmo se realizou a exposição do esforço do emigrante, promovida pelo falecido governador civil, Dr. Abílio de Carvalho. O Sr. Goulart da Costa não se poupou a fadigas para nos trazer as provas do que pôdem e do que valem essas centenas de milhares de emigrantes açorianos e seus descendentes, mostrando-nos ao mesmo tempo quanta atenção e cuidado lhe merecia manter vivo entre eles o amor pela terra portuguesa, numa luta tremenda, em que nem sempre era secundado como devia.

Investido ha dois anos na gerência do consulado em S. Paulo, o Sr. Goulart da Costa retomou no Brasil o mesmo critério de que usara em S. Francisco. Estudar a colónia, dar-lhe o calor com que o País tem de animar os seus exilados, proclamar os benefícios, as necessidades, as aspirações desses portugueses de longe. Em onze meses o seu trabalho de investigação tinha já adquirido matéria para um vasto estudo, subordinado ao título que encima este artigo, do qual pelo seu especial interêsse nos foi permitido publicar os dois capítulos que se seguem.

Ao Sr. Consul Goulart da Costa, presentemente à testa do consulado português em Barcelona, endereçamos os nossos cumprimentos e agradecemos a sua valiosa colaboração.

O PORTUGUÊS IMIGRANTE PREFERIDO

O imigrante português é, sem dúvida, nas esferas oficial, académica e universitária o constantemente desejado.

O Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, proclamou, «a fim de preservar a cultura luso-brasileira», a adoção de um estatuto especial para os portugueses: ⁽¹⁾

«Pagaremos, assim, uma dívida de gratidão para com os formadores da nacionalidade, os dirigentes do periodo inicial da nossa experiencia coletiva, que modelaram nosso perfil psicológico, dando-nos unidade de lingua, de sentimento e de fé». «Remontando às origens, teremos tambem recebido um imigrante de qualidade excepcional, trabalhador, sadio, amante da familia, forte, de uma tempera e de uma coragem provadas no mundo inteiro».

O Dr. Ari Leão, Delegado do Ministerio Publico numa das varas judiciais do Rio, relatou acerca dum pedido de expulsão dum português, acusado de certa infracção de ordem policial:

«Se equiparamos o português ao brasileiro para varios efeitos da sua vida no territorio nacional, por que o expulsamos do nosso país quando comete êle pena minima que o condena apenas por uns dias de prisão? Então não vemos nêle as virtudes que proclamamos sobretudo como homem trabalhador e leal»

«Nenhum país vislumbrou ainda no imigrante português um elemento indesejavel. Nós brasileiros, que devemos o nosso aparecimento aos portugueses, jamais tivemos motivos para maldizermos da nossa descendencia e sem a menor sombra de duvida é o português o hospede que mais nos convem, pois no Brasil, os filhos da velha terra lusitana se sentem à vontade sem maiores ambições do que viverem o resto dos dias entre nós, constituindo familia, bens imóveis, affectos, relações sociais e comerciais. O govêrno, de resto, reconhece esta verdade e a

prova a cada passo a encontramos na nossa legislação sobre migrações». (a)

Assim é. Como em outra parte digo, por decreto-lei n.º 3.010 de Agosto de 1938 os portugueses são equiparados aos brasileiros quanto à formação de núcleos, que podem constituir sem limite de número. O Conselho de Imigração e Colonisação, por resolução N.º 34 de Abril dêsse mesmo ano, extinguiu *para os portugueses* a restrição de entrada estabelecida para todos os estrangeiros (Lei de quotas prescrita na Constituição de 1934) e a Constituição de 1946 concedeu-lhes poderem requerer a naturalização com apenas um ano de residência no território brasileiro.

Na verdade, nenhum outro europeu tem melhor aceitação nas terras de Santa Cruz, e também maior protecção. Não a dispensada, a distancia, pelo govêrno ou instituições da Terra Mãe, mas a prestada pelas organizações da Colonia, pela beneficência da Colonia, pela filantropia dos concidadãos que possuem fortuna e tem alma generosa.

É, portanto, o imigrante que não preocupa, que não origina encargo público, que não se isola nem oferece suspeita de incumprir.

Transfere-se para o Brasil como se mudasse da sua para a provincia vizinha. Percebe que mudou de terra, mas não variou de pátria. Já lhe são familiares a estilo da vida, o convívio, o trato das lojas, os pregões das ruas, as esquentações dos partidistas, os ralhos, cantarolas e mexericos domesticos. Encontram gente nova, mas não espirito diferente; outro ambiente físico, mas a mesma atmosfera sentimental.

Com ele não tem a Pátria de se esforçar por conservar-lhe os laços morais e culturais. Não os deixa abrandar. Mantem-nos constantemente firmes, ajustados, vivos, selando a fraternidade das duas nações atlânticas, a sua unidade histórica, a sua consciencia civilizadora, a sua cooperação económica. Não cessa de zelar a honra e prestígio de Portugal que produziu o Brasil e do Brasil que orgulha Portugal.

A homogenia de origem, lingua, formação religiosa, tradições, habitos, entusiasmos políticos, peculiares à tempera cívica ibérica, são

(*) — Do diário fluminense «A NOITE» de 20 de Abril de 1945.

factores de auto-assimilação. Não carece, portanto, de ser submetido a nenhum processo de fixação, de integração na comunidade onde vai conviver.

Não vê o Brasil com olhos receosos; não o sente com coração estrangeiro.

Em Portugal sabe-se bem isso, e que uma parte dos nossos emigrados não volta. Estabelece-se definitivamente lá.

Motivos económicos e sentimentais, vínculos de família, o perceber não ter onde se criou parentes nem amigos que o reconheçam e compaginem sem ganas de o explorar, naturais entranhados afectos ao lugar e pessoas que testemunharam seus afans para ser quem é, independente e probo, enraizaram-no à terra que seus antepassados descobriram, desbravaram, povoaram, organizaram e propulsionaram para ser o grande país que é.

E em vez de abandonar o emigrado, que de lapuz, dum ninguém, que saiu chupadinho pelas fintas militares, alcavalas de documentos para haver passaporte e trapaças de agentes, se fez homem de bom senso, *modesto cidadão modelo*, considerado, estimado, senhor de alguns haveres, sem perder o filé pela terra-natal, nem o desejo de bem fazer aos que nela padecem infortúnios e doenças. (?) Sim, em vez de o abandonar, de o esquecer, de lhe pôr obstáculos deve encara-lo, sob o ponto de vista de cooperação internacional, elemento útil para bons entendimentos, força produtiva de francas relações afectivas, culturais e económicas.

E deve animar, facilitar a ida de outros, não suspender a corrente emigratória para o Brasil nosso advogado, nosso soldado, nosso continuador, nosso irmão.

Assim o proclamo para o bem dos dois países.

A emigração portuguesa exercerá a função orgânica e psíquica duma transfusão de puras seivas nacionalistas, necessárias a manter o Brasil lembrado de Portugal, o mesmo que dizer manter o Brasil na sua etnia, na sua brasilidade ou seja interessado na intangibilidade da sua língua, da sua unidade demográfica, do romance das suas tradições e da moral do seu fundo cristão.

E quanto melhor assim se alimentar mais se conservará imune à minação do idioma, costumes e indole operada pelos imigrantes de outras raças, origens, fâlas, credos e fitos.

Mais podemos contar com ele.

A nossa corrente emigratória, como a dos outros países europeus, foi alimentada por gente modesta das aldeias e humildes jornaleiros e artífices das cidades. À mistura, é fatal, um ou outro elemento já avariado, de menor reputação, indesejavel onde vivia, empurrado, na esperança de que o Novo Mundo o regenere, lhe emende a conduta errada; e — em regra — convertem-se, tomam tino, mudam a homens uteis. A par destes os outros conhecidos tipos: O «*andorinha*», que melhor titulo «*abelhinha*», o que vai, como que periodicamente, buscar a sua maquia e volta logo que a atesta; o «*passarinheiro*», o que não socega em parte nenhuma, o que não vendo a fortuna espera-lo onde chega, logo a sonha acenando-lhe de outro lugar, e abala, regressa. É o que está sempre de regresso, escarmentado e maldizente. Casos singulares, comuns, os vulgares intruses que flutuam nas levadas dos emigrantes de todas as nações.

O grosso das de Portugal é de gente robusta e de sã moral, gente laboriosa e de boa conduta, a mais desejada do Norte ao Sul da America. Poucas habilitações, mas muito pundonor, muito character, uma vontade que não torce, um saudosismo que não esmaece, uma fé que sempre luz.

Alguns enriquecem. São contados. A maioria ganha para viver, diga-se de verdade, para viver melhor do que na terra de onde emigrou, comprar morada, educar filhos, deixar pé-de-meia. Outros não prosperam. Má cabeça, má sorte, doenças, enganos. os itens que em todo o mundo consumam o infortunio.

Muitos, muitos, repito-me, não regressam à terra. Já não tem nela parentes, amigos, vizinhos do seu tempo a espera-los, a prometer-lhes companhia. Outros voltam, mas, em regra, com tão pouco, tão pouco que mal alcança para a compra dum tecto, o custo do passadio e um ou outro esparecimento ou obra de misericordia, sempre no rol das suas obrigações indiscutíveis.

Bem de vêr que êsse pouco é na verdade pouco para o muito que trabalharam e suaram e lutaram para vencer as competencias, ardis e empecilhos que lhe pozeram no caminho e a mingua das letras e luzes que levaram da aldeia, mas é muito, é invejavel, comparadamente com o que conseguiram os patricios que dela não saíram. (2)

Herois chamou um escritor italiano aos audazes labregos que se

afoitavam às terras d'alem-mar sem noção das dificuldades, lutas, mallogros, doenças e desastres a que se expunham.

Que direi do português?

Explorador da India e da Africa, o português, batido, geração atraz geração, pelas ondas de todos os oceanos e sol de todas as latitudes, imunizou-se para as vicissitudes dos climas extremos.

Na America do Norte, operario das fabricas de Nova Inglaterra, vive ora a 38 graus acima ora a 12 baixo de zero sem alterar seus habitos nem se agastar. Pescador do Atlantico e do Pacifico, o mesmo lhe é ir de Gloucester, para o Norte, até o Lavrador e Terra Nova pescar bacalhau, como para o Sul, até à Florida e Golfo do Mexico, enredar camarão. Talqualmente no Grande Oceano tanto se lhe dá ir de San Diego à Alaska fisgar «halibuts» como ao Equador, ao mar de Galapagos perseguir os cardumes de Atum.

Na verdade ha no português um conjugado de forças volitivas invenciveis, que nem sabe que possui nem como as usa. Somam-se no seu «querer», que bem exemplifica ser a vontade que move montanhas.

Sem o aprender, sem se treinar adquiriu dons dum «faquir», *faquir especial* insensivel aos sois e às geadas, às febres e aos venenos.

A acção das navegações e conquistas que realizou, a respiração da India, da China, da Africa dotaram-no dum *organismo super-vital* que por propria autodinamia se adequa a extremos teores climáticos, acomodando a vista à luz, balanceando a respiração ao ritmo do barómetro, resistindo a virus e toxinas. São os imponderaveis da hereditariedade, propiciando a organismos e caracteres tramas de resistencia e tempera de brios que gritam, hoje, em êste e aquele lance da vida do pôvo tão vivamente como soam em uma e outra página da história: «Não arredar pé». «Não ceder». «Não recuar». «Morrer, mas de vagar»!

Por isso o português é, de todos os europeus, o que mais rapidamente se aclima, se adapta à America do Norte, a Hawaii, a Bermuda, à Guiana, à Argentina, ao Brasil...

Exemplos? Em todos os Estados ha histórias, lendas da sua excepcional vontade na teima de seguir resistindo.

Mordido um, no mato, por bicho peçonhento, aconselha-o o missionário a deitar-se, a tratar-se, porque a mordedura pode ser

danosa. «Qual veneno»! «Tenho muito que andar, que fazer». «Não me sobra tempo». «Bicho não mata quem não teme bicho».

Trabalhando no sertão, na «ponta de trilho», nota o capataz que um jornaleiro caminha decaído, tonto, ardendo em febre. E prepara-lhe o regresso à «Fazenda», depressa, que o caso parece sério. «Não senhor». «Aqui mesmo me amanho». «Vou suar forte». «O Senhor verá». «O suor limpa a febre».

NOTAS

(¹) O prometido «ESTATUTO DOS PORTUGUESES» é de vez em quando acordado do sono, que ha anos dorme, em termos que vaticinam continuar dormindo até que despertem o bom-senso e espirito de bemquerença necessarios à consecução duma obra, que não deve ser de política circunstancial, mas alguma coisa mais alta, transcendente e perduravel. A seguinte carta publicada nos jornais do Rio de 12 de Abril de 1946 o comprova:

Sr. Professor Antonio Austregesilo, presidente da Academia Nacional de Medicina, Rio de Janeiro :

«Permita dizer a V. Excia. confessar-me surpreendido pelo texto do telegrama subscrito por V. Excia. e pelos ilustres medicos drs. Pitagoras dos Santos Poggi, Cumplido Santana e Colares Moreira, comunicando-me que, na Academia Nacional de Medicina, foram travados na sessão de 4 do corrente demorados debates contrarios a uma suposta disposição do chamado «estatuto dos portugueses», pela qual todos os portugueses diplomados nas faculdades de Medicina, Direito, Farmacia e Engenharia, poderiam exercer no Brasil, livremente, as respectivas profissões».

«Creio que teria sido menos penoso e mais util se os ilustres membros da colenda Academia previamente houvessem indagado da procedencia ou improcedencia de semelhante infor-

mação. Assim, tão preclaros homens de ciencia teriam poupado o sacrificio de um debate que acabou perfeitamente académico, primeiro porque o chamado «Estatuto dos portuguezes» é uma aspiração ainda em exame por parte dos dois governos e não viria a ser concretizado no texto de lei sem a necessária publicidade; segundo porque nas discussões estabelecidas entre as duas chancelarias, por meu intermedio, quando tive a honra de chefiar a nossa missão diplomatica em Portugal, «jamais» — note bem V. Excia, — «jamais» semelhante disposição foi objecto de cogitações. O oposto é precisamente o que se verificou, isto é, ficou estabelecido que não haveria nesse particular nenhuma reciprocidade.

Estou certo de que a brilhante Academia Nacional de Medicina não terá tido nem de leve a intenção de attribuir aos homens do govêrno do Brasil, de ontem ou de hoje, o descaso pelos interesses dos compatriotas, permitindo que aumentasse, de maneira indefensavel, a concorrência entre os membros das profissões liberais.

Afinal, sr. professor, o chamado «estatuto dos portuguezes», na parte fixada pelo govêrno brasileiro nunca passou duma alta obra politica de fraternidade entre os dois povos e de concessão aos nossos irmãos de alem mar, de umas certas somas de direitos, concessão essa que de nenhum modo poderá dificultar a vida dos brasileiros. Acto de justiça e de alcance internacional, espero que um dia se concretizará numa convenção sem precedência no Direito das gentes. Julgando ter tranquilizado a doutissima comissão, que v. exa. com tanta autoridade preside, valho-me desta oportunidade para reiterar a v. exa. os meus sentimentos de alto apreço e consideração com que me subscrevo».

João Neves

Ministro das Relações Exteriores.

(2) A seguinte história applica-se perfeitamente aos portuguezes.

Contou-a numa das suas amovaveis «Noticias do Rio», cheias de verdade e de sereno patriotismo, o cronista «V. Cy», que volta e meia

delicia os leitores do «Estado de São Paulo» com estilizadas visões, muito suas, flagrantes e justos, de cousas e factos do Brasil :

«Nós — diz V. Cy. — sempre cuidamos mais do conforto dos imigrantes do que do conforto, da saúde, da educação da nossa própria gente». Esta é a realidade.

«A proposito vou-lhe contar uma historia verdadeira.

Ha muitos anos andou por aqui o General Badoglio, em missão official, a examinar as condições de vida dos seus patricios. Em Judiai, teve ocasião de visitar a fazenda dum antigo colono italiano que para cá viera como imigrante, e agora era próspero fazendeiro. Foi o general recebido com grandes festas, muito foguetório e um lauto banquete. Visitando a fazenda, depois dos comes e bebes e dos discursos, diante das casas da «colónia», interpelou grosseiramente o proprietario, perguntando-lhe se não se envergonhava de dar aos patricios seus casebres daquele tipo para morada.

O fazendeiro, embora não fosse muito culto e respeitasse os títulos e a posição do general, respondeu-lhe :

— Quando vim para o Brasil, como imigrante, ha uns trinta anos, morei em casas piores do que estas. Hoje, sou dono desta fazenda. E o que posso dizer ao sr. general é que, na Italia, meus pais, e meus avós antes deles, e os avós de meus pais antes deles, por mais de cem anos moraram numa casa mais miseravel do que estas, a casa onde nasci, e não conseguiram nunca ser donos dum palmo de terra.

O CLIMA

Segundo um excelente trabalho publicado no «Correio da Manhã» de Novembro de 1945 pelo Prof. Sr. Pimentel Gomes, o Brasil possui climas temperados e climas tropicais separados, mais ou menos, por uma linha que acompanha o Sul de Mato Grosso, o Norte de São Paulo, o centro de Minas Gerais, e recurvando-se de volta, o centro do Estado do Rio e a costa de São Paulo.

Na *zona temperada* a temperatura média anual não atinge 22 graus cent. nem 18° a do mês mais frio, sendo superior a 6° a amplitude anual e as estações do ano nitidamente caracterizadas pelo grau termico.

No clima da *zona tropical*, que compreende a maior parte do país, é superior a 22° e a 18° a temperatura do mês mais frio, sendo a amplitude anual inferior a 6° e apagando-se a característica das estações à medida que se avança para o Equador.

A zona temperada adapta-se, perfeitamente, às exigencias dos homens do Sul e mesmo do Centro da Europa (Portugueses, espanhóis, franceses, italianos, balcanicos, belgas, holandeses, alemães e poloneses).

Na zona tropical ha terras baixas de clima quente, forte, regiões insalubres, ásperas, demasiado secas, mas tambem alguns «chapadões» elevados, de temperaturas brandas (20° ou menos), regadas, férteis, saudáveis. Ha termos municipais no Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia e outros Estados de Este e Nordeste com temperatura média igual à de Porto-Alegre e outras cidades do Sul, e alguns com amplitudes menores.

As temperaturas maximas registadas em centros populacionais da zona tropical são inferiores às verificadas no verão nos E. Unidos, Argentina, Espanha, França, etc. As dos planaltos aproximam-se dos 30° em quanto, em numerosos dias, sobem a 37°, 38° e mesmo 40° e 42° as dos países citados.

A zona capaz de receber imigrantes não é, pois, tão pequena

como alguns pensam. Estende-se dos cinco Estados do Sul aos planaltos da Bahia, Pernambuco, Paraíba e outros pontos lavados pelas rajadas frescas das montanhas.

É que o clima não depende da distancia a que um lugar se encontra do polo.

A 54.ª de latitude, a temperatura média da península do Lavrador é tão baixa, que a torna uma região inóspita. A Irlanda, á mesma latitude, é a «ridente Irlanda» de clima afavel, pradarias de esmeralda, terras uberrimas, densamente habitada por gente longeva e laboriosa.

New York, no pino do verão e do inverno, regista temperaturas extremas enquanto as de Lisboa, á mesma latitude, são tão moderadas, que as dizem fagueiras.

Bem se vê não ser o clima unica consequencia do angulo de incidencia dos raios solares na capa atmosferica, mas tambem da presença do mar, da influencia das correntes oceanicas e do *teor meteorologico*, variado em cada região pelos factores orograficos e florestais.

Por outro lado a inteligencia e saber do homem tem, tambem, corrigido as agruras dos climas hostis.

O Panamá, a antiga «Cuenca» da Morte, é hoje uma região habitavel.

Outr'ora, no verão, no Rio de Janeiro, o calor abafava, agoniava. A Avenida Rio Branco era a abrasada *via fórnio*, a *via suadouro*. Derrubou-se o «Morro do Castelo», e as brisas do oceano lavaram a cidade, refrescaram-na, extinguíram o mormaço que atormentava a grande arteria citadina. Já se respira, dorme e pode passear sem aflição de asfixia.

Não ha duvida. O homem doma a Natureza, «tem transformado, como disse Humbold, a fisionomia animal e vegetal do globo».

Não ha climas a reear onde ha uma civilização operando.

Por isso o Brasil não espanta.

Os prejuizos ainda constatados no quadro das doenças endemicas e baixo padrão de vida são males temporarios, males trataveis, males que se estão extinguindo.

O «sezonismo» e surtos de malaria não são peculiares deste país nem sequer dos tropicos. Apoquentam tambem, e por vezes com levantes de grande virulencia, multiplas regiões da Europa occidental,

para só referir a maior fornecedora de emigrantes. Os acessos perniciosos violentos são episodicos, nem — por não os haver ou serem rarissimos — se fala de casos de ulcera tropical, elefantíase, febre biliosa hemoglobinúrica, golpes de sol ou de calor.

O pavor dos subtis pequenos-poderosos inimigos das regiões quentes atenuou-se, desapareceu.

O paludismo saiu já do quadro dos flagelos perigosos. Ha uma terapeutica definida e eficaz para o combater. E o escoamento dos pantanos proximos das povoações é tarefa que não esmorece, e igualmente o saneamento das terras matagosas e locais de despejo.

Já ninguém morre da febre-amarela, da disenteria amibiana, nem da picada da cobra. O avanço da microbiologia marcando os insectos veiculos destas e outras afecções e oferecendo os meios de as extinguir limpou cidades e povoados dos flagelos de alta letalidade. E igual o avanço da bacteologia, apurando os diferentes venenos produzidos pelas diversas especies de ofideos, aracnideos e outros bichos e preparando os respectivos antidotos, libertou o ruricula de perigos, antes frequentes. ⁽¹⁾

⁽¹⁾ O «INSTITUTO DE PESQUISAS CIENTIFICAS DE BUTANTAN» (S. Paulo) com serpentarios de centenas de ofidios constantemente enviados não só dos Estados da União como d'outros países americanos (por um sistema de permuta de animais venenosos por contra-venenos), viveiros de aracnideos, em especial venenosos como o «escorpião» e a «aranha negra caranguejeira», e de «sapos», particularmente do «sapo cururú» (bufo-marinos), é unico no mundo. Só ele é sufficiente para atestar a competencia e interesse com que os cientistas brasileiros estudam os misterios dos inimigos do homem, eliminando ano atraz ano muitas causas de morte do quadro nosológico do territorio.

Nos seus 14 laboratórios de bacteriologia e imunologia prepara soros ou vacinas para a difetaria, tetano, gangrena, tifo, paratifo, varíola, pneumonia, bubonica e não sei que outras doenças. E na secção de ofiologia e zoologia medica já classificou mais de oitenta especies de serpentes brasileiras e descobriu «soros» contra a «cascavel», «ju-raraca», «caicaca», «urutú», «cotiara» e outras mais, e tambem contra as picadas da «aranha caranguejeira», o «escorpião» e outros bichos peçonhentos.

Pela seriedade, e rigor científico das suas investigações e expe-

Nos quadros nosologicos mais pesam as doenças infecto-contagiosas dos países europeus (tuberculose, gripe, sífilis, sarampo, varicela, tifoídes, para-tifoídes, etc.) do que as tropicais.

O Brasil é, por tudo, «clima», hospitalidade da população e riquezas a explorar, um dos países de imigração melhor condicionado para receber e bem tratar os europeus. Mas, vítima de interesses opostos, tem sofrido campanhas de difamação menos justas.

Na Italia, o país que muito tem contribuido para a sua colonização e povoamento, conhecidos concorrentes à mão d'obra branca latina — a Argentina à frente — antes da primeira *grande guerra*, pregoaram sofrer o Brasil de tantos males, que nele não podia o europeu aclimar-se nem ter futuro. (?)

Então, o grande patriota que foi o cientista Luís Pereira Barreto, que já conseguira cultivar, com o melhor resultado, *uva branca* em São Paulo, enviando suculentos cachos dessa fruta ao estrangeiro, teve por unico escopo demonstrar que — se era certo que só o solo que produz uva branca é proprio do homem branco, estava ali a prova inconcussa de que, pelo menos a parte meridional do seu grande país estava habilitada a agasalhar com vantagem o europeu. . .

O Norte tambem teve bom defensor. Um velho funcionario do Ministerio da Agricultura, na «*Revista Americana*», baseado em Agassiz, e, mais modernamente, em Russel Wallace, Paul Walle e nos muitos estudos que havia feito, atesta que a propria Amazona não era infensa ao europeu.

De Paul Walle cita este trecho:

«Erradamente se tem dito que só a parte central e meridional do Brasil é habitavel por gente europeia. »

rimentações os variados produtos do *Instituto de Butantan* tem crédito universal, e de todo o mundo recebe consultas e pedidos.

(?) Esta campanha originou o *Decreto Privelli*, suspendendo o embarque de emigrantes italianos para portos do Brasil. Pouco depois desenrolou-se a guerra de 1914-1918. E só em 1921 foi revogado, quando, por intervenção de Antonio Prado, se assinou o chamado *Convenio de Onchy*, que estabeleceu um regimen de emigração livre.

No entanto, a administração de Mussoline, reservando para as conquistas da Africa o colono italiano, poucos anos depois do *Convenio Onchy*, impediu novamente a sua vinda para o Brasil.

«É um erro de tal modo difundido, que tem tido curso mesmo no Rio de Janeiro tanto assim que todos os esforços e facilidades se dirigem de preferencia para o Sul, onde se podem obter resultados mais rapidos, conquanto, os Estados do Norte são menos cuidados.»

«Tal convicção se origina do facto de serem aqueles pouco visitados, conservando, por tradição, uma má reputação fundada em relatorios escritos sem maiores conhecimentos, e isto desde muito tempo.»

«Em todos eles o europeu pode perfeitamente aclimatar-se e viver com muita saude, principalmente em Pernambuco, Paraiba, Rio Grande do Norte e Ceará». Da Bahia e outros Estados poderá dizer-se a mesma coisa.»

E acrescenta :

«Até nas regiões insalubres, tais como as margens do *Rio Madeira*, na parte em que se construi a Estrada de Ferro *Madeira-Mamoré* e nas florestas em que o movimento das terras ocasionou e estendeu um surto de febre-palustre, são os trabalhadores italianos e espanhois os que fornecem a melhor *mão d'obra*».

O referido velho funcionario, de nome Afonso Costa, escritor e patriota muito considerado, ainda lembra que o meio, o clima e os costumes sejam embaraços insuperaveis à imigração. «Nos tempos da colonização americana, — descreve — contemporaneamente a 1850, firmara-se a crença de que a Luisiana, Texas, Florida e Virginia não podiam receber imigrantes brancos.» «Medidas administrativas e profilaticas, inteligentemente tomadas e rigorosamente executadas, tornaram em pouco essas regiões ricas, povoadas e progressivas.»

Não sonhava, não se enlevava muito nas azas do seu ufanismo o *Conde de Afonso Celso*, quando inflamava a imaginação da juventude brasileira cantando-lhe (*«Porque me ufano do meu país»*) o *azul dos nossos ceus, a perenidade da nossa primavera, a grandiosidade dos nossos rios, a graça dos nossos passaros, o encanto das nossas borboletas, a imensidade das nossas riquezas.*»

Não foi o calor que amedrontou, maltratou, dizimou os nucleos iniciais do povoamento branco, mas a ignorancia dos meios de defêsa contra as pestes, os mosquitos, as cobras, os bichos peçonhentos.... a desprotecção com que se internavam, a incuria higienica com que viviam, sem lugar protegido onde dormir, alimentos compensadores dos labores em que se esgotavam nem agua limpa para se desdentar.

Cartas da América

pelo DR. LUÍS DA SILVA RIBEIRO

Em conversa com o meu querido e ilustre amigo Prof. Dr. Vitorino Nemésio chamou ele a minha atenção para as cartas da América, isto é, as cartas que os emigrantes terceirenses, na sua maior parte nos Estados Unidos, mandam às famílias.

Acceptando a sugestão pús-me a ler umas dezenas de cartas de gente de diversas freguesias da ilha Terceira, e convenci-me que, efectivamente, constituíam documentos de valor sob múltiplos aspectos: — linguagem popular, vida dos emigrantes, psicologia do terceirense, acção do novo meio sobre ela, ligações com a família e a terra natal.

Isso me animou a organizar, com as notas tomadas, o presente artigo.

As cartas são escritas por gente do povo pouco menos de analfabeta.

Quem o não sabe pede a outrem que as escreva e dita-as, sendo o escrevente obrigado a trasladar fielmente o que lhe dizem. Se quer modificar a redacção, fazer simples correções a uma concordância disparatada, não lh'o consente aquele que dita (nota) e recusa-se a continuar o ditado.

Nas cartas examinadas há referências ao costume. Numa mandam-se «visitas à tua escrevente», noutra pede-se: «meu padrinho mande-me dizer quem é que lhe escreve as suas cartas».

Na maior parte das vezes o escrevente sabe apenas traçar uma péssima letra, sem as mais elementares noções de gramática nem de ortografia. Escreve as palavras como as pronuncia ou ouve pronunciar,

usa a sintaxe do pòvo e reproduz os seus *bordões* e modos de dizer, aliás empregados pelo que dita.

Para ele não há, por exemplo, distinção entre c e q. Assim nas cartas lê-se: *qasas*, *qomadre* por casas e comadre, a par de *peceno* por pequeno. De notar é que o emprego do q junto a qualquer vogal, sem u, aparece nalguns autores antigos.

Lembro, para amostra, Gaspar Correia nas *Lendas da Índia*, onde se lê *marisqo* (II-714).

Nisto, todavia, consiste, a meu ver, o maior valor das cartas, documentos da linguagem popular escritas pelo próprio povo.

No geral aqueles que a estudam ouvem-na falar, notam a pronúncia das palavras e procuram reproduzi-la fielmente, ao mesmo tempo que a narrativa de qualquer facto sem alteração alguma, para fixar a forma e o pensamento; mas tudo isso é feito por quem possui uma cultura muito superior e, nestas circunstâncias, por mais cuidado que haja na operação, pode suceder introduzir, involuntaria e inconscientemente, modificações, que, embora insignificantes, alteram a genuína expressão da gente rústica.

Todos os estudos dialectais são, por via de regra, assim feitos. As cartas da América constituem excepção. Nelas se evidencia aquele português do emigrante açoriano «ingénuo, laborioso, mas pitoresco e sincero», como lhe chamou o sr. António Ferro (*Novo-mundo, Mundo novo*, pág. 204).

Facto à primeira vista desconcertante é algumas dessas cartas, mantendo a mesma detestável redacção e ortografia, serem escritas com ótima letra por pessoas que sabem e têm o hábito de escrever. São os filhos de portugueses nascidos na América, ou para lá idos de tenra idade, diplomados em escolas americanas; mas, tendo aprendido português apenas em família, falam-no e escrevem-no como o ouvem, ignorantes da gramática e da ortografia. É o caso de Miss. Mary, a menina Maria, nascida nos Estados Unidos, escrevente das cartas do pai, antiga aluna da *High-School*, a falar «um português pobre e tocante, campónio, mal amanhado, aprendido com os pais», narrado pelo sr. António Ferro (pág. 240).

Há gente assim até saída de cursos superiores.

Os estudo da linguagem popular tem especial importância. Elemento da vida psíquica do povo e um modo de conhecer os caracteres

dele; mais fora de influxos estranhos do que a linguagem culta, mostra como a língua evoluciona espontaneamente e guarda formulas que ajudam a melhor compreender outras daquela; contem palavras arcaicas, elementos para a história do lexico; conserva pronúncias que auxiliam a interpretar certas grafias do passado; oferece grande riqueza de sons esquecidos pelas gramáticas e de sinónimos, cuja análise condús às vezes a ilações históricas; é condição indispensável das investigações do folclore e pecúlio inextotavel de mecanismos psicológicos (Leite de Vasconcelos, *Opúsculos*, I-340).

Uma das cousas que mais impressionam nas cartas da América é a sua extrema prolixidade.

Não é facto exclusivo do povo terceirense; verifica-se em toda a linguagem popular, mas dá-se nele com intensidade e frequência.

Como diz o Dr. Leite de Vasconcelos, «o vulgo, quando conta um acontecimento, apresenta-o com a nitidez com que o tem na imaginação, porque usa discurso directo em vez de indirecto, e dialoga em vez de propriamente narrar». Mesmo quando assim não procede, o homem do povo na Terceira emprega modos de dizer excessivamente prolixos. Se nos conta, por exemplo, uma desordem, já de noite, de frente da sua porta, para chegar à conclusão que pouco ou nada sabe acerca dela, fará um longo discurso.

Começará por dizer que já lavara os pés e ceara para se ir deitar, quando sentiu barulho no caminho, calçou umas galochas por já se ter lavado, e foi à porta da rua. Da porta viu a curta distância dois homens que falavam alto e não conheceu por estar escuro e a lua nova ter sido em tal dia. Cada um dos vultos seguiu para seu lado. Fechou a porta, despiu-se e meteu-se na cama onde já estava a mulher. Mal se deitou sentiu de novo altercar com mais força, levantou-se e foi à janela sem a abrir, porque a mulher começou a chama-lo e a dizer que se podia constipar. Da janela não via os vultos e só ouvia o barulho da altercação, percebendo por este que se tinham agredido. Acudiu gente e mais nada viu nem sabe.

Não separa o acessório do principal, e o pormenor tem a seus olhos enorme importância.

Se nos fala de uma servidão, de um aumento de contribuição — a sombra negra! — de umas terras, dirá como e quando as adquiriu, a quem as comprou, o que nelas cultivava e quando lá vai. Se é de um ani-

mal que se trata, dirá a cor e a idade, se o comprou e a quem, ou se nasceu em seu poder e quando, fará o elogio das suas qualidades e bom serviço.

Se, para encurtar razões, o interrompem ou pedem um resumo, retoma a narrativa onde a deixou, ou cala-se e nada mais diz, limitando-se a responder por monossílabos a quaisquer perguntas.

É curioso lembrar aqui os versos de alguns poetas populares modernos a narrar acontecimentos que tenha apaixonado a gente do povo. O poeta, as mais das vezes, não sabe escrever e pede a quem escreva as quadras que rimou. Manda depois imprimir a versalhada e vender o folhêto, ou folha volante, nos estabelecimentos do campo e nos arraiais. Especie moderna dos *pliegos sueltos* do século XVI em Espanha, tais publicações vão enriquecer e actualizar a literatura de cordel.

Esses escritos pouco dizem sobre a linguagem, porque o revisor na tipografia corrige os disparates ortográficos e até, não raro, alinda os versos a seu geito.

Constituem, todavia, documento de valor psicológico, pois o poeta é, em regra, tanto ou menos culto que os seus admiradores.

Tais versos oferecem exemplos de igual prolixidade.

Dois namorados queriam casar, mas a família da noiva contrariava o casamento e dava maus tratos à rapariga. O rapaz ficou apurado para o serviço militar e, antes do alistamento, adoeceu com uma febre tifoide. Adoeceu ela também e, no mesmo dia, foram ungidos e morreram.

Manuel Vieira da Costa Figueira rimou sobre o caso 190 quadras de redondilha maior, pelo menos com duas edições — *Versos dedicados à paixão e morte de dois namorados — Balbina e João — na freguesia dos Biscoitos* (1915).

Nos versos comenta-se o facto, reprova-se o procedimento dos pais contrariando o casamento por ser Deus quem o destina, reproduzem-se diálogos intermináveis, narra-se a doença e morte com todo o pormenor, dia e hora dela e do enterro, pranto dos pais e dos vizinhos, agonia por progressivo enfraquecimento, despedida da noiva à madrinha, vestuário dos cadáveres.

Outro poeta, que mantém o anonimato, conta uma história de fantasia decalcada num conto popular e 317 quadras.

Com igual minúcia, em forma dialogada e 72 quadras, Camilo

Coelho de Aguiar narra um simples namoro e casamento de Ramiro e Lúcia. É episódio em gosto elegíaco tão querido do povo da ilha que, às vezes, se alegra chorando.

Debalde em qualquer composição deste género se busca inspiração lírica ou poetica, mas não faltam descrições e pormenores. Como observa Arruda Furtado (*Materiais para o estudo antropológico do povo dos Açores*, pág. 28), tais poesias são descritivo e nada mais.

É o mesmo espírito que leva o artista popular terceirense a aperfeiçoar a sua obra ao máximo, sem larguesa, mas com esmero de execução.

Graças ainda à sua prolixidade o camponês tradús cortezia pela abundância de palavras. Se está de visita numa casa e vai a sair, dirá primeiro que tem de ser, que lhe custa ir-se embora, mas não ha remédio, e não quer enfadar, forma esta que, a cada passo se encontra no fim das cartas: — «Com esta não enfado mais» — para à despedida soltar o inevitavel — «com bem passem».

Quanto maior for a consideração pela pessoa a quem se dirige, tanto maior número de palavras e formulas empregará.

Dessa prolixidade e minuciosidade de descrição, é prova exuberante a completa narrativa da morte de um homem vítima de um ataque de *angina pectoris*, que se lê numa das cartas.

«Morreu no dia 15 de Dezembro às 10 e 30 da noite. Foi quasi de repente; ele já não trabalhava ha duas semanas porque lhe deu em dar dores no peito e no coração, porque ele já ha muito tempo que sofre do coração, mas vinha meses e quasi ano que andava bom sem lhe doer nada, mas quando lhe começava a dar, dava-lhe quasi sempre por uma semana, mas era só de noite e de dia andava bem, falava e ria com todos, ninguém dizia que ele tinha tanta doença.

O doutor dizia-lhe para ele não fazer nada e deixar-se estar na cama o mais tempo que pudesse para descansar, mas tu vais-te lembrar, ele nunca estava de cama, só se de modo nenhum se pudesse levantar, por tanto no dia da sua morte ele levantou-se de manhã, disse-me que já ha muito tempo que se não achava tanto bem como nessa manhã e disse-me que de tarde ia ajudar os pequenos a ordenhar as vacas. Foi e ordenhou 5 vacas. Não ordenhou mais porque chegou lá o Antonia Lúcia e o José Pascoal, que vieram de Tullare e estiveram todos lá a rir e a falar, e à noite ele tinha convidado o

Manuel da tua madrinha do Biscoito, que também estava aqui de visita, para cear. E mais a gente estivemos a cear todos juntos e ele sempre muito contente e dizia que estava bom. Quando acabamos de cear viemos para o quarto de fora, e estávamos todos a falar, e Luis começa a tontear, porque ele, quando acabava de cear, dava-lhe sempre sono, e eu comecei a rir, que ele estava tanto contente com a sua visita e já estava a dormir, e ele deu-se em rir e disse: Isto é costume meu; quando acabo de cear da-me sempre sono. O Manuel diz, vai-te deitar que eu fico aqui mais um instante a falar e também me vou deitar; e Luis não queria ir, mas o Manuel diz: — Olha se te não vais deitar eu vou-me já embora. E ele diz: — Não. Fica mais um pedaço, que eu vou-me deitar. E o Manuel esteve até à roda das 9 a 9 e 30, e eu fui ao quarto e ele estava a dormir bem e vim para fora. Depois, dali a um bocadinho, senti chamar, e eu fui-me. Ele tinha acordado outra vez com muitas dores no peito e no coração, e estava a ficar muito agoniado, e Maria tinha chegado mais a Laura e o Manuel, que tinham ido rezar o terço a Helena a casa do Aniceto, e tinham deixado as pequenas em nossa casa e vinham-nas buscar. Mas já quando chegaram ele não podia estar deitado. E Maria diz a Laura: Vão-se vocês embora que eu fico, e quando as pequenas forem elas vão-me levar. E Luis diz: Não, Maria, tu vai-te embora porque temos de ordenhar de manhã, temos que descansar. Mas ela não se quis ir, e o Manuel e a Laura também se deixaram estar. E o Manuel diz: O tio Luis não está bom, eu vou chamar o doutor, e ele não quis, mas foi indo cada vez a peor, e Maria não esperou mais, diz: Eu vou chamar o doutor, e ele diz-lhe o doutor que queria. Era o doutor que costumava tratar dele, mas ele ficava desviado, e Maria fez-lhe telefone e ele não estava. Neste entreter ele ia ficando cada vez peor, e o Manuel diz-me: Tia Guilhermina, eu vou mesmo a pé chamar o primeiro doutor que puder achar em casa, e eu disse-lhe que fosse de pressa. E Luis disse: — Os pequenos vão chamar Virginia que eu vou morrer; estas dores são diferentes das outras, são as dores da morte, porque eu nunca estive assim. Pois o doutor que ele queria não estava em casa, veio outro, e ele ainda com a sua bôca é que diz ao doutor a sua doença e disse-lhe: Tu parece-te que eu vou morrer? Eu estou muito agoniado. O doutor esteve ali a ver se lhe dava algum alívio. Depois chega o outro

doutor, e ele ficou muito contente por ele ter vindo, mas tudo foi inutil. Ele estava sentado na borda da cama e eu estava em pé ao pé dele e para ele encostar a cabeça a mim, e o doutor tambem sentado na cama ao pé dele; dá em deixar cair o corpo para traz e eu já não podia aguentar, e a Laura pucha as cabeceiras para ele se deitar e foi caindo e ficou encarado em mim com os olhos bem abertos; e eu vejo os beiços muito roxos, dei um grito e ele ainda ouviu porque levantou os braços para mim, mas deixou-os logo cair, e expirou logo.»

Nesta longa transcrição de uma carta de Bellflower, foi conservada a redacção, mas regularisada a ortografia e feita a pontuação, que na carta não existe, para facilitar a leitura.

*

A religiosidade, tão sincera e profunda na gente do povo da Terceira, espelha-se igualmente nas cartas.

Na carta de que se fez a transcrição acima, lê-se: — «Não mandei chamar o senhor padre; tenho muita pena dele não ter estado à sua morte; mas ele disse-me que eu estivesse descansada, que ele tinha feito uma confissão muito boa que Deus o havia de ter à sua santissima vista.»

Noutras cartas fala-se em missas de São Gregório, os trintários de que se ocuparam as Constituições do Bispado para corrigir abusos supersticiosos, e que com tanta frequencia aparecem em testamentos do século XVI, mandadas dizer na ilha por alma de pessoas falecidas na America, em remessas de dinheiro para missas e sufrágios por alma de parentes.

Numa carta ha allusão a dois padres terceirenses, que foram de visita às familias, um dos quais disse missa e fez uma parênese na igreja da localidade, «que consolou em ouvir». Reuniram-se todos os parentes numa ceia com os dois padres, e quem os recebeu teve grande alegria por isso.

Quasi não ha carta em que se não peça orações ao destinatário: «Quando fores à igreja não te esqueças de pedir a Deus Nosso Senhor, para que a gente ainda um dia ir lá para nos vemos». «Quando vocês forem à igreja peçam a Deus por nós». «Peço-te que peças a Nosso Senhor para lhe dar saude».

A resignação e conformidade com a vontade divina é um dos traços mais frequentes e característicos. «Ela pedia a Deus para lhe dar uma menina, mas Deus não quis; a vontade de Deus é primeiro do que a nossa».

«Deus tenha dó da gente». «Eu tanto quero o ver, mas parece-me que Deus não vai-me deixar vê-lo». «Não ha remédio se não a gente compôr-se com a vontade de Deus». «Tenho andado muito nervosa, mas ha de ser o que Deus quiser». «Mas o que vem das mãos de Deus é tudo muito bom».

*

O emigrante açoriano conserva viva a lembrança da sua terra e sente cada vez mais a saudade dela, da família, do meio em que foi criado.

Ao mesmo tempo busca adaptar-se o melhor possível à vida americana e aprecia-a sob certos aspectos, em especial pelas suas facilidades e comodidades. Daqui manter por um lado os seus costumes tanto quanto as circunstâncias o permitem e, a par deles, adoptar outros. Harmoniza-los nem sempre é facil, mas tudo se tenta para o conseguir.

Como notou o sr. António Ferro, as raparigas açorianas, ou filhas de pais ilheos, jogam o *Padre Cura* e o *Anel*, dançam o *Charleston* e a *Chamarrita*, e tão vivazes são entre os emigrantes as tradições e os costumes da terra natal, que Henrique Lang poudé estudá-los, bem como a linguagem popular do arquipélago, com elementos colhidos na América (*Revista Lusitana*, II-46, 55, III-80,82; *Zeitschrift für romanische Philologie*, XIII-218, 224, 416, 430).

Esse açorianismo é tão profundo, está tanto na massa do sangue, que se transmite de pais a filhos, estes nados e criados nos Estados-Unidos.

Na sua conferência *Continente e Ilha* (Rio de Janeiro, 1943) fala Gilberto Freire de um estudante da Universidade de Stanford, de origem açoriana, que tendo vindo a Santa Cruz das Ribeiras para conhecer a família, aí se deixou ficar seduzido pela vida insular, abandonando a América onde nascera e se educara, e judiciosamente comenta o estranho facto: — «Sob a pressão de um americanismo ou

continentalismo superficial, mas arrogante, é que vivera o ex-estudante da Universidade de Stanford. Ao contacto com a paisagem, as cousas e as tradições profundas da ilha de seus avós, ele perdeu de repente o pudor da sua origem ilhóia, a ponto de numa reacção extrema, exagerada, quasi mórbida, querer renunciar, por amor dela, às vantagens da boa posição já adquirida numa civilização moderna e continental» (pág. 61).

As cartas são documento precioso de um tal estado de espírito.

Ha nelas o elogio da vida americana e do país. «Isto é uma terra santa que Deus abençoi sempre e a todos. Não tenhas pensão que nós estamos-nos consolando na graça de Deus».

«Dize-lhe que eu não quero nada dessa terra, porque não ha necessidade de nada aqui».

Naturalmente fala-se a cada passo no automóvel, «o nosso *me-chim-altemove*, que a gente vai leva-lo para as ilhas»; no telefone, «fiz-lhe talafona», «sabado tive um talafona da comadre Jesuina», «ela fez o talafona, porque no dia 25 vai haver crisma em Tullare»; nas aspirações e educação dos filhos pequenos, «a Candida já está a aprender a tocar piano»; está muito contente porque o pai vai-lhe comprar um piano para o verão, quando ela souber tocar mais alguma coisa». «Ela diz que vai ser *nersa* no hospital». «João vai ser doutor, Luis padre (ele tem olhos de garoto), Francisco *lawejer*».

Ao mesmo tempo as famílias vão a casa umas das outras rezar o terço ao Espírito Santo, que está sempre «num cubiculo, num desvão da casa de jantar... num altar com flores, imagens e a corôa inevitavel» (Ferro), esse terço cuja recitação está tanto nos costumes que os rapazes de outras ilhas, designadamente São Jorge, quando vêm para a Terceira prestar serviço militar, o recitam juntos na caserna depois do toque de recolher.

A saudade da terra e da familia transparece, porem, sempre.

As cartas, mais ou menos, obedecem a formas tradicionais. «Com as mais vivas saudades lancei a mão à pena só para ir saber da saude dos meus sobrinhos, que sendo ela bôa é o nosso gosto, que, quanto à nossa, ao fazer desta, fica sendo bôa, graças a Deus». Terminam por uma inestrincavel série de lembranças e cumprimentos a este e àquele, vizinhos, parentes, amigos, todos especificados, e depois do sacramental «com esta não enfado mais», frases amáveis dirigidas ao

destinatário, «agora receba a tia um abraço desta sua amiga que a estima», «desta que a estima até à morte», «saudades só à vista terão fim»; «Adeus, adeus», escrito às vezes abreviadamente A D A D.

Estas fórmulas afectivas não são produto espontâneo do sentir popular. Vem da tradição e as antigas *mestras de escola* possuíam cadernos com elas para as ensinarem às alunas.

A affectividade tradús-se contudo por mil outros modos. É a oferta de retratos, a troca de prendas, os pedidos de notícias, o desejo de saber se a vida corre bem, o sentimento por qualquer desgraça ou até simples contratempo. «Tivemos muita pena em saber que a minha mãe se encontrava no leito minado a uma cólica no figado. Deus permita que se ache com muitas melhoras». «Quero e tenho que ter resposta a esta carta, porque não sei se ainda és viva; eu não sei o que pense».

As ofertas recíprocas são constantes. Da América vem de tudo. «Mando à tia umas sacas pelo correio para a tia fazer toalhas para limpar a louça». «Tambem vai duas caixinhas de pós para as raparigas». «Juntamente mando à tia uma toalhinha bordada pela mão da minha mãe». «Leva umas botinhas usadas, umas cousas velhas, que é bom para fazeres aí um vestido para a menina; e leva duas sacas velhas de côr, uma é para um avental para ti, e outra para fazeres um vestidinho à menina, e leva um brinquêdo».

«Para aí mando duas sacas com cousas velhas, vai um vestido meu novo, que nunca foi lavado, e uma toalha tambem nova e meias três pares novas para ti; tambem vai dois pares de sapatos velhos meus; é para tu ires à água. Esqueci-me de botar os atilhos dentro na saca, vai ser doutra vez». «Tambem te mando linhas e marcas e fivelas». «Frank Ferreira leva uma navalha para o compadre e para Maria uma carteira para ela botar o dinheiro».

Os retratos são da família toda; dos filhos pequenos na escola, da primeira comunhão, da festa do Espírito Santo, de aniversários, etc.

As ofertas mais frequentes são as de dinheiro (pezos).

Da ilha mandam medalhas devotas, pâlas de camisa bordadas, e as apreciadas galochas. Parece que os pés, fartos de se sentirem comprimidos no calçado americano, descançam e folgam no largo calçado ilhéu de rasto de madeira em que foram habituados na juventude.

Referências saudosas à ilha e à família, desejos de voltar a vê-los,

e de notícias circunstanciadas, abundam. «Tanto que eu gostava e falo em ir lá ainda». «Manda-me dizer se puderes o que também vai por aí que também ha de haver bastante». «Tambem veio para aqui o tio Joaquim das Neves ter com as suas filhas ; também já estive em nossa casa ; muito gostamos de o ver e muitas noticias nos deu da minha família». «Eu já hoje fui ver o Constantino, que ele estava piando para saber notícias dos sobrinhos. A gente podia falar toda a noite». «Eu podia ficar mais os pequenos e então, quando eles fossem mais grandes, eu então ia mais o João lá ver vocês outra vez». «Estive em casa de José e Joaquim ; consolei me a falar com eles, quem pudesse ir ver vocês como posso ir ver a eles».

As cartas da California trazem a preocupação máxima e constante com o gado e a ordenha das vacas. A cada passo, acidentalmente, se fala nela. Um jovem pai, ao participar o nascimento do filho, diz : «Mando o retrato do nosso filho, que é para o meu padrinho ver como já tenho um homem para me ordenhar as vacas ; primeiro que esse tempo chegue ainda tenho muito que esperar». «Tambem tem já dois que ordenham vacas». «O pai quer que eles ordenhem vacas». É o reflexo da vida de trabalho e canceiras nos *ranchos*, que o sr. António Ferro encontrou e descreveu.

Sem querer passar por filólogo que infelizmente não sou, acrescentarei algumas observações sobre a linguagem das cartas apenas baseadas no meu conhecimento prático do falar do povo da Terceira, fiado em que, ~~no~~ parecer dos mestres, os leigos, dizendo o que conhecem, podem ~~ser~~ úteis à ciencia, sob condição de se não meterem a querer dar explicações.

O povo terceirense, como todo o povo de modo geral, sem embargo da sua prolixidade, possui um vocabulário muito restrito, e serve-se de uma palavra em grande numero de casos, ampliando a significação própria e dando-lhe significados diferentes mais ou menos apoiados naquella, bem como usa um vocábulo com exclusão de todos os sinónimos.

Numa das cartas lê-se : «mas ele lá amanhôu um lugar».

Amanhar é talvez o bordão a que mais se arrima.

Segundo Candido de Figueirêdo, amanhá é dar amanho, arranjar, dispor, preparar, tratar, cultivar, amanhá uma herdade; e amanho, arranjo, preparação, alinhô, utensílio, lavoura.

O povo terceirense esgota estes significados e ainda os acrescenta. Amanhar a casa ou a cozinha é arranja-la; amanhá o *decomer* é fazer comida; amanhá a roupa é remenda-la, lava-la, engoma-la; amanhá a terra é cultiva-la. Um objecto que carece de reparação amanhá-se, o homem que fez um bom negócio amanhôu-se, e, se tem rendimentos regulares e suficientes para viver, amanhá-se bem. A mulher amanhá o peixe quando o abre e escama, e até defecar se exprime por amanhá em forma reflexa — «ele não tarda, está-se amanhando», «fui-me amanhá».

Caso semelhante se dá com botar. O povo só emprega o verbo deitar com referência à cama; no mais substitui-o por botar, que significa atirar, deitar, lançar fora, repelir, e mais pôr, pousar, meter.

Uma mulher bota um remendo numa saia e bota a toalha na mesa para a refeição, a água na panela, um quadro na parede, um vestido numa mala, um objecto na gavêta. Um homem bota o adubo e a semente à terra, e um sapateiro uns tacões nuns sapatos, um ferreiro as ponteiros num bordão, um funileiro um pingô de solda no fundo esburacado de uma lata.

Botar é ainda vestir alguma cousa pela primeira vez.

Nas cartas, lê-se — «leva um brinquêdo que eu achei e botei-o no embrulho». «Esqueci-me de botar os atilhos». «E também botei um embrulho no correio para ti no nome do teu homem».

Outro bordão é carecer por precisar, mas as duas palavras empregam-se correntemente, embora aquela pareça ser preferida: — Estou carecido dum chapêo; esta saia carece de ser lavada; a casa carece de pintura; queres que te ajude? não carece.

Ha ainda erguer por levantar — erguer uma cousa que caiu no chão, erguer-se da cama ou da cadeira; topar por achar, encontrar — topei-o no caminho, não topei o que procuro; tentar por ajustar, igualar, experimentar, moderar — o preço está tenteado, estou-me tenteando para não gastar mais, tenteia-te homem; afimar por ultimar, alcançar — já atimei tudo, já atimei o negócio, ele não atima nada.

A cacografia das cartas revela pronúncias e construções de frases populares e generalizadas.

Às vezes o I pronuncia-se molhado quando o não é, e vice-versa — «elhe nunca estava de cama», «elhe já há muito que sofria do coração», «lembranças a Julhia», «para le dar a saber», «quando le começava a dar dava-le»; «tambem botei um embrulo»; «leva umas sacas para fazeres toalas», «le vai comprar um piano», «passamos aquelas agonias». O il e o er átono final sôa ora el ora le — inutil, cavadavel, ou inútele, cadávele.

O povo nunca diz onde, mas sim aonde e tambem adonde por dissimilação: — «uma tão estimada carta aonde nos veio encher de grande alegria».

Nesta frase aonde está por a qual, o que é frequente — «carta aonde ficamos cientes».

Próteses: — «Agente não quer nada avisto a nossa madrasta»; «até às vezes me alembro»; «a tia até vai estranhar em arreceber carta minha», todas de uso corrente.

Epêteses — «muito me ademiro»; «a tua maderinha», traduzindo pronuncia usual.

Paragoges: — «e estivemos a ceare»; «estava a dormire»; «a tia até vai estranhare», «para lhe dare a sabere», tambem sónicas.

O i átono medial obscurece-se — «não me mandaste dezer»; «aquelas são deferentes»; «e um alemento para estar mais forte»; «foi o marido de Amelia para a vida melitar». Às vezes sôa u — alimento por alimento.

Muito pronuncia-se umas vezes munto, outras muinto e tambem monto. Assim encontra-se nas cartas: — «munto me admiro»; «estavas munto doente»; «só muntas saudades»; «só as minhas pernas é que muintas vezes»; «muintas vezitas ao tio Grigorio»; «mas monto contente».

O em final desnalisa-se — «Nossa Senhora da Boa-Viage»; «ele teve orde para não ir»; «a Maria e o seu home».

Ou sôa, por via de regra, oi — «oxalá não as roibem», «chamar o doitor».

Exemplos de outros factos são numerosos.

Temos assim:

«Isto é um mundo de lagrimas».

«Oxalá que ele faça o milhaigre».

«Diz a Maria que veja».

«Mil felicidades te desejo».

«Deus traiga o seu pai».

Menina é designação familiar de filha, como menino de filho. Quando nasce o pai, ao participar o nascimento (dar a saber), para bem acentuar o sexo, acrescenta menino macho e menina fêmea. Numa carta lê-se: — «é em ponto grande e tu aí concertas pela menina»; «bom para fazeres aí um vestido para a menina»; «um vestidinho à menina».

Ao falar da origem de uma doença o povo diz que foi minada de uma molha ou de uma constipação, de um excesso de trabalho ou de uma febre, e, às vezes, emprega a palavra para estabelecer outras relações de causalidade. Dizem as cartas: — «minado a uma doença que lhe deu»; «minado a uma cólica de fígado»; «não escrevi mais cêdo minado a querer madar dinheiro». Note-se a construção da frase com a preposição a.

Tanto na linguagem popular falada como na escrita, há confusão entre mais e mas. Geralmente emprega-se mais nos dois casos. «Mais sempre é separação», «mais Joaquim disse que não mandassem dizer as missas»; «mais era só de noite»; «mais ele disse-me»; «mais ele tenha fé».

A confusão aparece no Nobiliário do Conde D. Pedro onde se lê mais por mas.

Escárnio diz-se correntemente iscarne, — «se essa gente fez iscarne».

Esmichar significa machucar — «vão chigar ismichados».

Ha mais formas populares, herdança por herança — «e se a herdança não for bastante», «com respeito à herdança de nossa madrastra»; rumédio por remédio — «e ele receitou-lhe um rumédio para ajudar»; enzeeminado por examinado — «estava o meu Frank para ser enzeeminado pelo doitor melitar»; porfeita por perfeita — «está gorda e porfeita»; ocuasião por ocasião — «nada mais nesta ocuasião»; Grigório por Gregório — «vezitas ò tio Grigório», «missas de San Grigório»; ò por ao — «ò seus parentes», «os sapatos ficaram bons ò Joaquim»; Costantino por Constantino — «Eu já hoje fui ver o Costantino»; padaço por pedaço — «fica mais um padaço»; toliças por

tolices — «está bastante de toliças»; tanto por tão — «ha muito tempo que se não achava tanto bem»; depois por depois — «depois também tem de ajudar e penar»; agardecido por agradecido — «agora, Maria, fico muito agardecida»; pensão por cuidado — «estou com muita pensão», «não tenhas pensão que nos estamos-nos consolando»; intão por então — «eu intão ia mais o João».

Exemplos de formas verbais populares abundam nas cartas.

Emprego do infinitivo pessoal pelo perterito — «a gente estivermos a ceare», «a gente tirarmos esses retratos», «ficarmos muito tristes», e, analogamente, formos por fômos — «porque formos a Los Angeles».

Formas apocupadas do verbo estar lêem-se: — «tá tudo como deixei»; «eu já tou tonto».

Outras formas correntes no português do povo terceirense são:— Vaia por vá — «permita Deus que esta vos vaia encontrar»; mandarim por mandarem; ficavon por ficavam, — «nela vimos que ficavon de saúde»; vinheron por vieram — «que de vesita vinheron a Califórnia»; querem por querem — «só as minhas pernas não querem andar»; veve por vive — «a mulher dele veve numa casa lá ao pé»; vas por vais — «tu vas te lembrar»; istemos por estamos — «graças a Deus que istemos em paz»; «participo-lhe que istemos na posse da sua estimada carta»; luvar por levar — «a cruel morte ia luvar a meu pai», «eles vão-me luvar», «Deus quis luva-lo»; chigar por chegar — «sempre chigou o dia»; imos por iam — «vontade como eu tenho de lá ir a gente imos»; tanho por tenho — «graças a Deus tanho saúde».

Alem dos já dados abundam igualmente exemplos de construções populares: «daqui a um ano a gente vai ir ver vocês», «e não se sabe quando aqui vai vir», «que mais nunca se vai arrepender»; «a gente tirarmos esses retratos», «e a gente fomos leva-la», «a gente ficarmos todos munto tristes»; «Diz a Maria de Luis»; «levar a meu pai»; «estranhar em arreceber»; «minado a uma doença»; «por esta te dou a saber»; «para aí vai dois retratos»; «Deus permita que estas fracas linhas vai encontrar a minha saudosa mãe»; «a Dolores já ta mais grande»; ha muito tempo que se não achava tanto bem»; «parece que foi ha tanto pouco tempo»; «mais melhoras»; «consolou em ouvir».

*

Como em Angra as tropas da guarnição se acham aquarteladas normalmente no Castelo de São João Batista do Monte Brasil, o povo, quando quer referir-se ao serviço militar, diz o Castelo — F. está no Castelo, vai este ano para o Castelo, isto é, está prestando serviço ou vai prestar serviço no exército. Uma vez na América, o emigrante conserva a formula. — «O nosso Joe está no Castel», «casa ao pé do Castel» (quartel), «o filho de José também está no Castel».

Note-se nestas frases a forma sónica *câstel*, por *castelo*.

*

A língua inglesa, como é natural, influi no português dos emigrantes do que ha exemplos nas cartas.

Alem da americanisação de nomes próprios, «Frank, Joe», nelas se lê: — «vai ser *nersa* (nurse)» «dravar o mechinó (to drive the machine), talafona, por telefone ou telefonema, lowyer, cresmas não no sentido de Natal mas no do sacramento do crisma, e construções como ir para traz — «vem tudo para traz», «talvez queira ir para traz (to go back).

DOCUMENTOS

O documento que a seguir se transcreve, encontra-se num livro manuscrito que — *Trata da Ill.^{ma} Familia do appellido dos Homens*, actualmente em poder do sr. José Monjardino.

Tudo leva a pensar que o autor do livro seja João Antonio Cordeiro, natural do Continente, que veio para a Terceira em 1819 como empregado do Bispo de Angra, D. Fr. Manoel Nicolau d'Almeida, e que em 1861 era guarda-livros do Barão de Noronha.

Aqui viveu longos anos e era pessoa afeiçoada aos papeis velhos, que lia com facilidade, fazendo cópias e extractos, muitas das quais foram adquiridas por Ernesto do Canto e algumas ainda se encontram na Casa dos Betencourtes, da Madre de Deus.

O livro donde extraímos o documento, contem referências ao Barão de Noronha e ao 1.^o Visconde de Bruges, o que leva a concluir que foi escrito já depois de 1832, o que mais se harmoniza com a autoria que lhe atribuímos, de todo aceitavel, pelo confronto da sua letra com a de outros documentos conhecidos com a assinatura de João Antonio Cordeiro.

O documento que se transcreve, encontra-se igualmente inserto, a fls. 173 v.^o da cópia da — *Fenix Angrence* — existente na Biblioteca de Ponta Delgada, mas reduzido apenas aos depoimentos das — *provanças* — e com ligeiras alterações no texto.

Contudo, no original da parte genealógica da — *Fenix* — em poder do sr. João Carvalhal do Canto Brum, não aparece este documento, o que leva a supor, que a existir, estivesse na parte histórica do manuscrito do Padre Maldonado, considerada hoje totalmente perdida e que poucos conseguiram vêr.

Segundo a transcrição, o documento original encontrava-se, em 1629, em poder de Heitor Homem da Costa, neto de Heitor Homem, sobrinho e herdeiro do morgado instituído por João Homem da sua meação. E em casa do Barão de Noronha se encontraria o documento, à data em que João Antonio Cordeiro, era lá guarda-livros, como directo descendente deste ramo dos Homens, pelo casamento do referido Heitor Homem com D. Luiza de Noronha, donde lhe provinha o apelido e o título.

A data das — *provanças* — que o documento transcreve, 13 de Julho de 1527, ou sejam 77, apoz o início mais provavel da colonização da ilha, ou 60, aproximadamente, depois da vinda dos — *Homens* — merece ser registado. A este mesmo documento se refere o autor do estudo sobre a descoberta e povoamento dos Açores, com que abre este número do Boletim.

Tambem em poder do sr. José Monjardino se encontra a pedra de armas de João Homem do Guadalupe, a quem as — *provanças* — identificam.

É um magnifico exemplar, que prova, já quanto adeantados estavam os pedreiros da ilha, naquele tempo, na lavrança de cantarias.

Esta pedra encontrava-se por cima da portada da antiga igreja da Agualva, ou seja da ermida fundada por João Homem, em 14 de Agosto de 1534, com a invocação de Nossa Senhora de Guadalupe, que serviu de parochial, com acrescentamentos vários, até ha poucos anos.

Nessa pedra encontra-se reproduzido, com magnifica execução e acabamento, o brazão de armas dos Homens, tal qual o vemos, desenhado e descrito sob n.º 874 do «Brazonário de Portugal», de Armando de Matos.

PROVANÇAS QUE FEZ JOÃO HOMEM NA CIDADE DE LISBOA AOS 13 DIAS DO MEZ DE JULHO DO ANO DE 1527

Saibam quantos este estromento com o trasillado de Carta testemunhavel por huma petição, perguntados, dada por mandado e authoridade da Justiça: que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus

Christo, de 1527 annos, aos 13 dias do mez de Julho, em esta muito Nobre e sempre Leal Corte de Lisboa, nas cazas da morada do Doutor Alvaro Esteves Cidadão e Juiz do Cível em esta Cidade de Lisboa, e seos termos perante elle Juiz, pareceo hum homem, que disse ser criado de João Homem, fidalgo da Caza d'Elrey nosso Senhor e apresentou a mi Tabellião esta petição, com hum dezembargo do dito Juiz via — della que tudo tal he como se ao diante segue. Francisco Lopes Tabellião que isto fez.

Senhor. João Homem, filho de Heitor Alvres Homem, que Deus haja, morador na ilha Terceira, faço saber a Vossa merce como a mi he necessario fazer certo do contheudo nos artigos seguintes, pelo que peço a Vossa merce que me mande p^{re}guntar certas testemunhas e passar em publico. No que Senhor receberei merce e Justiça. — Provar entende que elle supplicante he filho de Heitor Alvres Homem legitimo e de legitimo matrimonio, o qual he do tronquo e geração dos Homens, e por tal he havido, e conhecido, os quais sam havidos por Homens fidalgos em este Reyno, e por o dito João Homem ser do dito tronquo o reconheceo seu tio João Homem que Deos haja em Çafim onde o supplicante foi servir a El-Rey nosso Senhor e por seo sobrinho o mandou El-Rey D. Manuel que Deos tem assentar em seos livros, e o tomou por Escudeiro fidalgo. — E provar entende, que o dito Heitor Alvres Homem seu Pay, sempre viveo honradamente possuindo muita fazenda e esta vivendo a Ley de Nobreza, e pelo consequinte criou seus filhos em foro de fidalgos, e por tais são tratados e conhecidos. — E provar entende para mais clareza em como o supplicante he este, que elle tem em hum braço a saber, o direito huma estocada, que passa de huma banda a outra pegada com o collo da mão, e assi huma lançada por baixo do dito braço, que sai ao meio da espada, que houve em serviço de El-Rey nosso Senhor em Çafim pelo que pesso a Vossa merce que pelo contheudo nesta petição me mande perguntar as testemunhas que apresentarei que de todo são sabedores, e com seos ditos, e testemunhos me mande passar hum estromento publico: No que Senhor me fara justiça e merce.

Despacho. Perguntem-se as testemunhas que o supplicante apresentar por esta petição, e com seus ditos passe o estromento que pede.

E apresentada a dita petição como dito he em cumprimento do Dezembargo do dito Juiz, Vasco Fernandes enqueridor, fomos a Rua

dos Arcos a casa do Licenciado Braz Affonço, Juiz do Crime onde perguntamos por testemunha, em a maneira seguinte. Francisco Lopes que este fiz. O Licenceado Braz Affonço, Juiz do Crime nesta Cidade de Lisboa, testemunha jurada aos Santos Evangelhos e perguntado pelo costume dice nada. Perguntado a elle testemunha pelo contheudo na petição, que elle a vio e leo; dice elle testemunha que he verdade que elle andou por ouvidor nas Ilhas Terceiras e nas ditas Ilhas conheceo Heitor Alvres Homem contheudo na petição morador na ilha Terceira o qual era havido por do tronquo dos Homens; e o dito supplicante João Homem era seu filho legitimo, e por tal era havido e conhecido de todos os moradores da dita Ilha e assi conheceo João Homem que Deos haja, o qual era tio do dito João Homem supplicante, e foi com elle a Çafim onde esteve algum tempo em serviço de El-Rei nosso Senhor, e lá foi ferido em batalha, e foi chorado de seu Pay e May e havido por morto; e elle testemunha lhe vio depois as feridas em hum braço direito; e hera estocada que lhe atraveça o braço e huma lançada por baixo do dito braço que saia a espada, e sabe elle testemunha que o dito Heitor Alvres Homem, Pay do supplicante vivia sempre a Ley de homem fidalgo e honradamente com muita fazenda, e por homem tido era havido, elle e seos filhos, e como fidalgo os criava nobremente, e que esta era a verdade. E al não dice de todos os artigos. Francisco Lopes, o fiz.

Diogo Pimentel fidalgo da Casa de El-Rey nosso Senhor, e morador na ilha das Flores testemunha jurada aos Santos Evangelhos, e perguntado pelo costume, dice que he cazado com huma prima segunda de João Homem supplicante e com tudo dira a verdade, e do al do costume dice nada. Perguntado elle testemunha pelos Artigos da petição do supplicante que lhe forão lidos, dice elle testemunha que elle conheceo na Ilha Terceira, na Praia Heitor Alvres Homem contheudo na petição, o qual era homem fidalgo, e em foro de homem fidalgo vivia, e por tal hera havido e conhecido na dita Ilha, e continuamente trazia seos filhos a cavallo e os criava como a homens fidalgos; e sabe elle testemunha que o dito João Homem supplicante he filho legitimo do dito Heitor Alvres Homem, e elle testemunha lhe vira a Carta d'Armas dos Homens, e a teve muitas vezes em sua mão, e sabe que este João Homem supplicante foi a Çafim com João Homem, que faleceo nestes Reynos, e lá andou em serviço de El-Rey

nosso Senhor, e o dito João Homem o tinha e nomeava por seu sobrinho, e elle testemunha viu já certas feridas em hum braço atravessado, e dizia que aquillo lhe fora feito em Çafim, quando lá andava com o dito João Homem seu tio, e o dito Heitor Alvres em sua vida possuia muita fazenda e vivia nobremente, como homem fidalgo; e o supplicante e os outros seus Irmãos sempre em vida de seu Pay andarão encavalgados com muito bons ginetes, como fidalgos, e filhos de homem fidalgo, e que elle testemunha houvera dizer a João Homem que Deos haja tio do supplicante, que elle apresentara o dito supplicante a El-Rey Don Manuel, que Deos tem, e que Sua Alteza o tomara por Escudeiro fidalgo. E al não dice. Francisco Lopes o fiz.

Simão Martins Mérens Cavalleiro da Ordem de Samthiago morador na Ilha Terceira, que ora anda nesta cidade e pouza as Porta de Santa Catherina, testemunha jurada aos Santos Evangelhos, e perguntado pelo costume dice nada. Perguntado pela petição do supplicante que lhe foi lida dice elle testemunha que conheceo Heitor Alvres Homem, que foi morador na Ilha Terceira, o qual Heitor Alvres Homem hera homem fidalgo, parente do Capitam da Praia, que se chamava Antam Martins, e o dito Heitor Alvres vivia em foro de homem fidalgo, com muita fazenda e quintas nobremente; e sabe elle testemunha que o dito João Homem supplicante he filho legitimo do dito Heitor Alvres Homem, e o dito seu Pay o criou sempre como a fidalgo a elle e aos outros seus Irmãos trazendoos encavalgados; e sabe elle testemunha que o dito supplicante foi a Çafim com João Homem seu tio onde esteve servindo a El-Rey nosso Senhor, e o dito seu tio o trouxe a este Reyno em muito bom foro, e de homem fidalgo e foi publica voz e fama, que El-Rey Dom Manuel que Deos haja o tomara por Escudeiro fidalgo, e quando o dito supplicante veyo de Çafim elle testemunha lhe vio certas feridas em hum braço a saber as conthendas no artigo, as quais lhe foram dadas em Çafim em batalha no tempo que lá estava, e que o dito Heitor Alvres foi sempre havido por da linhagem dos Homens e por seu parente delles e al não dice. Francisco Lopes que este fiz e escrevi.

Bernardo de Ornelas fidalgo morador na Ilha Terceira que hora anda nesta Cidade testemunha jurada aos Santos Evangelhos, e perguntado pelo costume dice nada. Perguntado elle testemunha

pelos artigos da petição do supplicante que elle vio e leo, dice elle testemunha que na Ilha Terceira conheceo Heitor Alvres Homem contheudo na petição; o qual em sua vida elle testemunha vio viver em foro de homem fidalgo com muita fazenda e abastadamente e por homem fidalgo hera havido e conhecido na dita Ilha, e em foro de fidalgo vivia e criava seos filhos todos a cavallo em foro de homens fidalgos, e sabe elle testemunha que João Homem supplicante he filho legitimo do dito Heitor Alvres Homem, e o dito seu Pay o criou sempre como a homem fidalgo, e elle testemunha o vio em Çafim servindo El-Rey que Deos tem, com João Homem que Deos haja, o qual João Homem o tinha e tratava por seu sobrinho e por seu sobrinho hera havido, e sabe elle testemunha que o dito supplicante foi ferido em Çafim das feridas contheudas no artigo, e quando veio a este Reino foi logo voz e fama que o dito Senhor o tomara por Escudeiro fidalgo a requerimento do dito João Homem seu tio; e elle testemunha teve o dito supplicante como por da linhagem e tronquo dos Homens os quais são homens fidalgos como he notorio, e al não dice. Francisco Lopes o fis.

Maria Cerveira viuva que foi mulher de João da Fonseca testemunha jurada aos Santos Evangelhos, e perguntada pelo costume dice que o supplicante he seu primo e al não dice. Perguntada pelos artigos da petição que lhe foram lidos, dice que deste cazo e artigos da petição não sabe outra cousa somente, que ao tempo que João Homem que Deos haja irmão della testemunha veyo de Çafim e trouxe consigo este João Homem supplicante o trazia por seu sobrinho, e assi o nomeava e tinha, e tratava; e elle o apresentou a El-Rey Dom Manoel que Deos tem, e o dito Senhor o tomou por Escudeiro fidalgo, e lhe poz outra tanta moradia como tinha o dito João Homem seu tio, e aqui andava o supplicante em foro de homem fidalgo, e por fidalgo hera havido e nomeado, e quando o supplicante veyo de Çafim lhe vio as feridas contheudas no artigo que lhe lá forão dadas e al não dice. Francisco Lopes o fis e escrevi.

Frei Christovão Padre da Trindade testemunha jurada nas suas Ordens, e perguntado pelo costume dice que o supplicante he seo parente não sabe em quanto grao, e contudo diria verdade e do al do custume dice nada. Perguntado elle testemunha pelo contheudo no primeiro artigo dice elle testemunha, que he verdade que o supplicante

filho de Heitor Alvres Homem e de sua mulher de legitimo matrimonio, o qual vivia na Ilha Terceira, e sendo vivo elle e João Homem que nestes Reynos faleceo se nomeavão por parentes, e sabe que o supplicante veyo de Çafim, com o dito João Homem o qual o tratava e trazia por seu sobrinho, e por tal era havido; e sabe que o supplicante criado de El-Rey nosso Senhor, e quando o tomou El-Rey Dom Manoel que Deos tem lhe poz a moradia de Escudeiro fidalgo, assim como tinha o dito João Homem seu tio, e al não dice. Perguntado pelos outros dois artigos da dita petição que lhe forão lidos dice elle testemunha, que he verdade que o supplicante he havido por homem fidalgo, e por tal he conhecido, e sabe que foi ferido em Çafim no tempo que lá esteve com o dito seu tio João Homem, o qual João Homem se prezava delle por ser bom cavalleiro e pessoa honrada; e al não dice. Francisco Lopes que o fis e escrevi.

Barbora de Figueiredo, mulher que não he casada testemunha jurada aos Santos Evangelhos, e perguntada pela costume dice que o supplicante he seo parente não sabe em quanto grao, e porem contudo dira verdade, e do al costume dice nada. Perguntada ella testemunha pelo primeiro artigo e assi pelos outros da petição que lhe forão lidos, dice ella testemunha que ella era filha de João Homem que Deos haja que falleceo neste Reyno, e que quando o dito seo Pay veyo de Çafim troxe consigo este João Homem supplicante e o trazia encavalgado honradamente, e o tratava como por seu sobrinho, e assi o nomeava, e tanto que chegarão a esta Cidade o dito João Homem fallava pelo supplicante a El-Rey que Deos tem na Trindade e lho dera por Escudeiro fidalgo, e quando de lá veyo lhe disse hum dia sobrinho, eu fallei a El-Rey na Trindade, e vos dei por Escudeiro fidalgo, e lhe beijeí a Mão, e que isto era em vida de El-Rey Dom Manoel que Deos tem, e que o dito supplicante vinha com Armas e Cavallo como homem fidalgo, e sabe que o dito supplicante foi ferido em Çafim das feridas contheudas no artigo, porque ella testemunha lhas vio em sua casa, quando veio de Çafim e al não dice. Francisco Lopes o fiz e escrevi. — E perguntadas as ditas testemunhas o dito supplicante pediu a mi Tabelliam lhe desse seo estromento segundo o juiz em seu desembargo tinha mandado, e eu a tresladei do proprio original bem e fielmente, vai asellado com o sello da Cidade e eu Francisco Lopes publico Tabellião e do judicial por El-Rey nosso Senhor na

Corte e Cidade de Lisboa e seos termos, o que este Estromento fiz escrevi, e aqui meu publico signal fiz que tal he — sento sessenta reis — Consertado comigo Jorge Fernandes Tabellião. E com o theor do dito estromento assim e da maneira que delle se pode ver e ler Eu Fernão Garcia Jaques Tabelliam publico, e do judicial por Sua Magestade nesta cidade d'Angra e seu termo desta Ilha 3.^a passei o prezente estromento e o qual o corri e concertei a que em todo, e por todo me reporto, que para este effeito me prezentou Heitor Homem da Costa fidalgo da Caza de Sua Magestade e cidadão desta cidade e nella morador que assignou aqui de como o recebeo outra vez em si; e o concertei com o Escrivão abaixo assignado, e vai com a entre linha que diz — seu — e riscado — forma e — E o fiz e escrevi e subscrevi em Angra desta Ilha Terceira, aos 7 dias do mez de Junho anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de 1629 annos e o assignei de meu publico signal que tal he como se segue — Lugar do Publico pagara desta o contado concertado — Fernão Garcia Jaques — Heitor Homem da Costa — Muntou-se neste estromento contado por mim contador com as primeiras tres folhas e o mais as regras 180 reis. Manuel Pamplona de Azevedo.

A QUEBRA DE ESCUDOS

*Excertos de um manuscrito existente no Arquivo da
Camara Municipal de Angra do Heroismo*

Relatorio do acto solemne do quebramento dos Escudos Reaes, por occasião da morte de Sua Majestade, a Rainha, a Senhora D. Maria 2.^a e que teve lugar nesta cidade em o dia 3 de Dezembro de 1853, com todos os officios que se expediram para a realização dessa cerimonia funebre, conforme a camara deliberou em sessão de 16 do mesmo mez.

Chegando a esta cidade no dia 26 de Novembro de 1852, vindo de Lisboa, o patacho denominado — Respeito —, trouxe a dolorosa noticia de que no dia 15 do referido mez, pelas onze horas e meia da manhã, falecêra Sua Majestade a Rainha a Senhora D. Maria 2.^a.

Por officio N.º 84, do mesmo dia 26, do governo-civil do districto, foi esta infausta noticia communicada á camara municipal desta cidade, expressando que Sua Majestade o Senhor D. Fernando, Regente em nome do Rei o Senhor D. Pedro 5.º, resolvêra, em demonstração de sentimento por tão dolorosa e irreparavel perda, e determinara o seguinte: — «Que se tomasse lucto geral por tempo de seis mezes, tres de lucto pesado e tres alliviado. — Que, por espaço de oito dias sucessivos, se suspendesse o despacho em todas as repartições publicas, exceptuando as casas fiscaes. — Que se dessem todas as demonstrações que costumavam ter logar por occasiões do falecimento dos Senhores Reis deste Reino.»

A camara reuniu-se logo em sessão extraordinariamente, e, sendo-lhe presente e lido o referido officio, que a deixou penetrada da

mais viva e profunda dor, acordou se cumprissem as ordens de Sua Majestade, fazendo-se saber aos povos, por edital que immediatamente se affixou, tão triste e inopinado acontecimento.

Dirigindo o governo-civil á camara, no dia 28 de Novembro, o officio N.º 85, da mesma data, em que participou que no dia 2 de Dezembro proximo pertendia a autoridade ecclesiastica fazer celebrar na cathedral as solemnes exequias, a camara se reuniu de novo em sessão extraordinaria naquelle dia 28, e, ponderando este objecto, deliberou se respondesse não ser possivel em 2 de Dezembro proceder-se a exequias por dever preceder-lhes o acto solemne do quebramento dos Escudos Reaes, e ser necessario preparar-se differentes cousas que demandavam tempo; — que ficariam as exequias para o dia 14, e o acto do quebramento dos Escudos para o dia 3 de Dezembro, annunciando-se em editai publicado por bando no dia 1.º com acompanhamento de uma escolta pedida para isso ao general commandante da 10.ª divisão militar; — que se convidassem para esse acto solemne todas as auctoridades, funcionarios, empregados publicos, vice-consules das nações estrangeiras, ecclesiasticos, militares e cidadãos de todas as classes, pedindo-se ao reverendo Ouvidor ecclesiastico mandasse dobrar os sinos da cathedral enquanto durasse o préstito, afim de realisar-se com a mesma solemnidade dos antigos tempos em occasiões semelhantes. — O governo-civil approvou a transferencia.

A camara, mandando ornar de luto rigoroso a sala das sessões e a da entrada e cobrir de preto as respectivas janelas, autorizou o seu presidente para dar todas as providencias necessarias, e pedir ao sobredito general se servisse ordenar que o batalhão de infantaria 5.º acompanhasse o prestito, que deveria sahir dos Paços do Concelho naquelle dia 3 pelas dez horas e meia da manhã, publicando-se o respectivo programa, afim de que se realizasse esse acto com a maior pompa e solemnidade funebre possivel.

Disposto tudo do modo sobredito, e collocados nos logares devidos os tres tabolados coberto de preto onde tinham de ser quebrados os Escudos, em cada um dos quaes velavam duas sentinellas, sahiu effectivamente o prestito dos Paços do Concelho no designado dia 3 pelas onze horas da manhã, concorrendo a ele perto de mil pessoas de todas as classes e jerarchias da sociedade, a maior parte das quaes haviam sido previamente convidadas pela camara municipal.

PRESTITO

Era o prestito formado em duas alas, conforme o programa, da maneira seguinte: — Na frente iam dois officiaes de diligencias da camara, e entre elles um empregado do municipio com uma sacca preta para receber os fragmentos dos Escudos. — Seguiam-se os escrivães dos differentes juizes e tabelliães publicos: — iam depois os juizes eleitos, juizes de paz e regedores de parochia: — logo após os advogados publicos, e em seguimento os proprietarios e mais cidadãos convidados, sem distincção de classes; — o reitor e lentes do Lyceo e professores de primeiras letras; — os chefes das repartições publicas com os empregados respectivos; — os vice-consules de diversas nações estrangeiras; — os reverendos ecclesiasticos; — seguia-se a camara municipal, composta de Frederico Ferreira Campos, comendador Aniceto Antonio dos Santos, visconde de Bruges, doutor José Augusto Nogueira de Sampaio, Antonio José Vieira Rodrigues Fartura Junior e Antonio da Silva Baptista, o qual levava de rojo uma bandeira preta com as armas do municipio cobertas de crepe (faltando o presidente João Toste Parreira por doente): — depois o governador civil e seu secretario; — o barão de Bastos general commandante da 10.^a divisão, com seu ajudante de ordens e chefe de estado-maior; — o juiz de direito, juiz ordinario, delegado do procurador regio, o subdelegado da Praia da Victoria: — o administrador do concelho com seu escrivão: — o ouvidor ecclesiastico; — o deão presidente do cabido; — os officiaes de estado-maior e mais officialidade militar; — fechando o prestito o 1.^o batalhão do regimento 5.^o de infantaria, seguido de grande numero de concorrentes.

O prestito dirigiu-se primeiramente ao largo 22 de Junho (em frente do palacio do governo-civil), onde o vereador Antonio José Vieira Rodrigues Fartura, subindo ao tabolado, quebrou o primeiro escudo, alçando a voz e proferindo estas tristes palavras: — «Chorai, Portuguezes, a morte da nossa Rainha a Senhora Dona Maria Segunda!»

Depois seguiu pela rua do Rego ao largo das Covas, onde foi quebrado do mesmo modo o segundo Escudo pelo vereador doutor José Augusto Nogueira Sampaio, repetindo aquellas mesmas palavras — caminhando ultimamente pela rua da Sé em direcção á praça da

Restauração, onde o vereador Aniceto Antonio dos Santos quebrou igualmente o terceiro Escudo, proferindo as mesmas palavras.

Após d'isto, a camara municipal, assim como as diversas auctoridades, tomaram logar na mesma praça, e logo, mettendo em linha, o 1.º batalhão do regimento 5.º de infantaria commandado pelo brigadeiro Francisco de Paula Carceres, deu as tres descargas do costume.

Durante toda esta solemnidade, os sinos de todos os campanarios da cidade, como o da camara, estiveram a dobrar, e do castello de São-João Baptista se deram tiros de artilheria de quarto em quarto d'hora.

As bandeiras das fortalezas, casas consulares, e navios surtos no porto, conservaram-se em funeral, bem como uma que se fez collocar para esse fim na praça — D. Pedro 4.º —, onde se está eregindo o monumento ao immortal Duque de Bragança, — e a da camara esteve todo o dia em uma das janellas dos Paços do Concelho, excepto na occasião do préstito.

Todas as lojas e estabelecimentos publicos da cidade estiveram fechados neste dia, desde as nove horas da manhã, cumprindo-se assim exactamente o determinado no edital da camara de 28 de Novembro.

Eis aqui como se praticou esta solemne cerimonia na cidade de Angra do Heroismo, cerimonia caracteristica de vivo sentimento publico, dando assim os terceirenses o testemunho mais claro do amor, respeito e saudade á memoria da Soberana augusta, a Senhora D. Maria 2.ª, a quem, emquanto viva, souberam tributar inabalavel fidelidade e extremosa dedicação.

Programa mandado publicar peia Camara desta cidade para a cerimonia funebre do quebramento dos Escudos Reaes, pela infausta e sentida morte de Sua Majestade a Rainha, a Senhora D. Maria 2.ª.

A's dez horas e meia da manhã do dia 3 de Dezembro proximo, sahirá dos Paços do Concelho o préstito solemne, em duas alas, e, tomando pela rua Direita para a parte do Collegio, se dirigirá ao Largo 22 de Junho, defronte do Palacio do Governo-Civil, onde será quebrado o primeiro Escudo por um vereador.

Tomará depois pela rua da Miragaia e rua do Rego dirigindo-se ao Largo das Covas, onde será quebrado o segundo Escudo por outro vereador.

Seguidamente voltará pela rua da Sé abaixo até á Praça da Restauração onde será quebrado o terceiro Escudo por outro vereador.

Todos os cidadãos, empregados publicos, auctoridades, corporação municipal, visconsules de nações estrangeiras, e officiaes militares que tem de constituir o mencionado prestito, tomarão lugar seguidamente uns após outros do modo seguinte.

Na frente do prestito irão doi officiaes de diligencias da camara collocado entre elles outro empregado do municipio com a sacca preta que tem de receber os Escudos quebrados. — Seguir-se-hão —

- 1.^o — Os Senhores Escrivães dos differentes Juizes e Tabelliães publicos.
- 2.^o — » » Juizes Eleitos, Juizes de Paz, e Regedores de Parochia.
- 3.^o — » » Advogados publicos da comarca.
- 4.^o — » » Proprietarios e mais cidadãos convidados de qualquer qualidade ou jerarchia que sejam.
- 5.^o — » » Reitor e Lentes do Lycêo, e Professores de Primeiras Letras.
- 6.^o — » » Chefes das Repartições publicas, com os empregados respectivos.
- 7.^o — » » Visconsules de nações estrangeiras.
- 8.^o — » » Reverendos ecclesiasticos.
- 9.^o — » » A Camara municipal.
- 10.^o — Os Senhores Governador-Civil com seu Secretario, — General commandante da 10.^a Divisão com seu Ajudante d'Ordens e Chefe de Estado Maior, — Juiz de Direito, — Delegado do Procurador Regio, — Juiz Ordinario, — Administrador do Concelho com seu Escrivão, — Ouvidor ecclesiastico — Deão presidente do Cabbido.
- 11.^o — » » Officiaes do Estado-Maior e officialidade militar
- 12.^o — Seguir-se-ha no fim a tropa de linha.

O senhor Administrador do Concelho é encarregado de dirigir e regular a ordem do préstito na conformidade deste programma.

Angra do Heroísmo, 28 de Novembro de 1853.

O presidente interino, Frederico Ferreira Campos.

Maneira por que foram vestidos os vereadores :

Chapeo de abas grandes coberto de merinó preto.

Gravata preta de merinó, de pontas.

Bacalhaus de escomilha muito anilada.

Colête de casemira preta.

Calções de merinó preto com fivelas pretas ou cobertas de preto.

Meias de lã preta.

Sapatos de escovado preto, com fivela preta.

Capa de lila preta ou merinó comprida.

Fumo no chapéu cahido do lado esquerdo até abaixo dos joelhos.

A camara assentou que, no dia 2 de Dezembro, devia estar a casa da mesma camara forrada de preto, e as janelas cobertas de lucto, tendo a do centro um grande panno preto pela grade abaixo: — Que logo depois das trindades da noite tocaria o sino uma hora, e outra á hora de recolher, do mesmo dia 2, vespera da solemnidade da quebra dos Escudos: — Que no dia 3, ás trindades da manhã, começaria a tocar o sino da camara, continuando uma hora sim outra não até começar a sahir o préstito, em que então cessaria de tocar, para começarem a dobrar os sinos de todas as igrejas: — Que ás seis horas da manhã seriam collocados os tabollados, um no largo do palacio do governo-civil, outro no largo das Covas, outro na praça da Restauração, cada um com duas sentinellas: — o que tudo assim se praticou effectivamente.

Dois documentos respeitantes a Francisco de Salinas

Treslado da Carta de Francisquo de Salinas para poder sangrar :

O Doutor Francisco Borges de Azeuedo fizico de sua majestade e seu surgião mor em seus reinos & senhorios de Portugal, etc., faço saber a todos os corregedores ouvidores e juizes, justissas e officiaes e peçoas a quem esta minha Carta for mostrada e o conhesimento della com direito pertencer, que eu dou licenssa a Francisquo de Salinas, filho de André de Salinas, natural da Ilha terceira para que elle possa sangrar, sarrafassar uentozas e tirar dentes em todos os reinos e senhorios de Portugal, por ququanto o ezaminei com Manoel da Guerra e Alvaro d'Oliveira Barbeiros nesta cidade e foi aprovado pera uzar do que dito he pello que requeiro da parte de sua majestade a todas as sobreditas justissas que não procedam por uia algũa contra o dito Francisquo de Salinas por uzar e fazer o sobredito antes liurementemente o deixem uzar do que dito he e achando algũas pesoas que uzam das sobreditas couzas sem licença as emprazem que em serto termo pareçam perante mim, e passado o dito termo sem mostrarem que pareceram as prendam e prezas mas enuiem para dellas fazer todo comprimento de justissa na forma do meu regimento, e o mesmo façam sendo lhe denunciado ou requerido por parte do dito Francisquo de Salinas, o qual não sangrara sem licença de medico ou surgião aprovado com penna de dous mil reis a metade pera o surgiam mor e a metade pera quem o acuzar, e eu lhe dei juramento dos Santos Evangelhos que bem he uerdadeiramente uze do que dito he como cumpre ao seruiço de Dês e de sua magestade, e proueito do pouo.

Dada em Lisboa sob o meo sinal somente aos quinze do mes de Abril do anno de mil seis sentos quorenta tres annos. Antonio Carualho a fez Por Manoel Mendes de Araujo escrivão do cargo do dito **surgião** mor por sua magestade, pagou esta sem reis de que leuei a sexta parte Eu Manoel Mendes de Araujo a fiz escrever e sobescrevy. // O Doutor Francisquo Borges de //

Treslado da Prouisão de Francisquo de Salinas para poder uzar do officio de **surgião** :

Dom João por graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarues d'aquem e d'alem mar em Africa Senhor de Guiné e da Conquista nauegação commercio d'etiopia arabia Persia e da india etc. Faço saber que Francisco de Salinas natural da Ilha terceira me enuiou a dizer que elle queria uzar da Arte de Surgia porquanto a tinha aprendido com Surgioens aprouados e praticado por muito tempo em uarios lugares e hospitaes, e no meu hospital Real de todos os Santos desta Cidade por tempo de noue mezes continuos, e uendo em seu dizer mandei ao doutor Francisco Borges de Azeuedo meu **surgião** mor e fisico que elle o ezaminasse na forma de seu regimento sem embargo de não ser latino e do mesmo regimento em contrario, o qual o ezaminou com Francisquo Nunes e Antonio Fonsequa **surgioens** de minha caza e, por me constar que elle era aupto e sufficiente para uzar da dita Arte e Surgia, lhe mandei passar a prezente pella qual hey por bem e me praz que elle possa uzar da dita arte de surgia em todos os meus reinos e senhorios de Portugal sem duuida nem embargo algum que a ella lhe seja posto, e por tanto mando a todos meus corregedores ouuidores Juizes, Justissas officiaes he mais peçoas dos ditos meus reinos e senhorios a que esta minha Cart for mostrada e o conhecimento della com direito pertencer, que por o dito Francisquo de Salinas assim uzar e praticar a dita Arte de surgia o não prendão nem uexem nem lhe consintam ser feito desaguizado nem sem razam alguma, antes liurementemente o deixem uzar do que o dito he, e outro si mando que quaisquer outras peçoas que uzarem da dita arte de surgia sem minha **licensa** ou de meu **surgião** mor encorrerão em penna de

trinta dobras de banda conforme seu regimento, e denunciando uos o dito Francisquo de Salinas que alguas peçoas uzam da dita arte de surgia sem dita licenssa e constando uos ser assim as emprazareis que em certo termo pareção perante o meu surgião mor, e passado o dito termo sem mostrarem que pareseram, as prendereis e lhas enuiareis prezas pera dellas se fazer todo comprimento de justissa na forma do seu regimento, e o dito Francisquo de Salinas jurará em minha chancelaria aos Santos Evangelhos que bem uerdadeiramente uze do que dito he como cumpre ao seruiço de deus e meu e proueito do pouo. El-Rey nosso Senhor ho mandou pello doutor Francisquo Borges de Azenedo seu fizico e seu surgião mor em seus reinos e senhorios de Portugal & Dada nesta Corte e Cidade de Lisboa aos noue dias do mez de Julho do Anno de mil seis centos quorenta e quatro annos. Antonio Carvalho a fez por Manoel Mendes d'Araujo escrivam do cargo do dito surgião mor por el-rey nosso senhor, pagou do feitio desta carta sento he vinte reis de que cobrei a sestta parte; e eu Manoel Mendes de Araujo a fês sobescrever he sobescrevi // O Doutor Francisco Borges de Azenedo //

Pouco se sabe de Francisco de Salinas, notavel cirurgião do século XVII, que deu o nome à antiga Rua de Rui Faleiro e a quem respeitam os dois documentos acima transcritos do «Tombo das cousas mais notaveis desta Camara de Angra», 1534 a 1656, fls. 320 a 322.

Salinas é nome de família de origem espanhola, que se encontra na Terceira ainda em épocas posteriores ao século XVII, e em Lisboa (Dr. Leite de Vasconcelos *Antroponimia Portuguesa*).

D. Carolina Michaelis na *Revista Lusitana*, XVIII-10, fala num Francisco de Salinas, cego, célebre professor de musica em Salamanca, que, em 1577, publicou um tratado da sua arte.

Nas Capitulações com que se entregou o Castelo de São Filipe do Monte-Brasil em 1642 («Arquivo dos Açores», XIII-392) aparece um Francisco de Salinas fazendo parte da guarnição: — «Que o Alferes Dom Pedro Ortix, veedor e pagador, doctor, Capelains e Licenceado João Gui Jarro e Francisco salinaz e todos os soldados Artilheiros e as peçoas da obrigação do dito castello se lhes entregarão suas fazendas moves e Rais...»

Segundo se vê num termo de casamento na freguesia da Sé em

24 de Junho de 1630 (Livro de casamentos N.º 5 de 1628 a 1645, fls. 13) Francisco de Salinas, testemunha, era barbeiro; e numa escritura de compra dumas casas de moradia na Rua dos Canos Verdes por 80\$000 reis, lavrada pelo tabelião Jorge Cardoso (Livro de notas de 1640-41, fls. 166) era mestre sangrador e morava na Rua de Rui Faleiro.

A venda foi feita por Bartolomeu Gomes de Oeiras, alcaide da cidade, e sua mulher Lusía Moniz da Fonsêca, moradores na Rua do Rêgo, a Francisco de Salinas, que, todavia, a não comprou para si, mas para seu cunhado João Rois soldado do Castelo de São Filipe.

O prédio era foreiro a Manuel do Canto e Castro, ao tempo auzente em Madride, representado por seu procurador Jerónimo Fernandes Coelho, fidalgo da Casa de Sua Majestade, e na escritura explica-se o motivo porque interveio o Salinas — «e se nesta forma se fez he em reção de que por ter praça no dito castello, deferente jurisdição da ordinaria desta cidade, e não querer o procurador do senhorio dar-lhe licença por ser soldado, fez elle Francisco de Salinas esta compra em seu nome e para o dito seu cunhado, molher e filhos». (Informação do saudoso Dr. Henrique Braz).

O dizer-se na carta de cirurgião «sem embargo de não ser latino, é motivado na disposição do Regimento de 12 de Dezembro de 1631, que exigia aos cirurgiões saberem latim (Joseph Robert Monteiro de Campos Coelho de Sousa, *Systema ou Collecção de Regimentos Reaes*, VI-343) habilitação que neste caso se dispensou.

Pelos documentos agora publicados fica-se sabendo que Francisco de Salinas era natural da Terceira e filho de André de Salinas.

Ignora-se, porem, ainda se é o mesmo a que se referem as Capítulos de 1641, ou outro do mesmo nome, naturalmente filho ou parente daquele.

L. Ribeiro.

BIBLIOGRAFIA

Manuel de Paiva Boleo — *Brasileirismos (Problemas de método)*, na *Brasília*, vol. 3.^o, 1946, pág. 3 e seg.

Filologia e História — A emigração açoriana para o Brasil. Separata da *Biblos*, vol. 20. Coimbra, 1945.

O autor, professor de filologia na Faculdade de Letras de Coimbra, estuda no primeiro destes trabalhos a linguagem portuguesa do Brasil e nela encontra influência açoriana, especialmente micaelense, em certas pronúncias.

No segundo dá conta das suas buscas no Arquivo Colonial de documentos relativos à emigração para o Brasil de gente dos Açores, e dessa investigação conclui que os dados da história confirmam a hipótese linguística, pois houve uma forte corrente emigratória, cujo início ascende a 1617.

Com razão lamenta que assunto de tamanha importância para a linguística, história da colonização, história económica e geografia humana tenha sido até hoje tão descurado por nós, e se não haja ainda determinado qual a região de Portugal que deu maior contingente para o povoamento dos Açores e Madeira, de que ilhas saiu o maior número de emigrantes e quais as regiões onde de preferência se fixaram.

Por certo nos arquivos insulares haverá elementos elucidativos destes pontos, mas, infelizmente, só agora os desta cidade começam a ser explorados, como se vê do artigo do nosso consócio sr. Raimundo Belo, publicado neste volume do Boletim.

Os documentos colhidos pelo sr. Prof. Paiva Boleo no Arquivo

Colonial, tem grande importância para nós e com a sua publicação, prestou um excelente serviço aos estudos açorianos, que nunca será de mais agradecer.

A ação dos nossos emigrantes no Brasil, pelo que dela nos tem revelado escritores brasileiros, é uma das mais belas e honrosas páginas da história insular.

Francis Millet Rogers — *Brazil and the Azores* nas «*Modern Language Notes*», June, 1947, pág. 361.

Neste artigo o sr. Dr. Millet Rogers, professor na Universidade de Harvard, que andou pelo arquipélago pouco antes da guerra a fazer estudos de linguagem popular, analisa e discute as opiniões do sr. Prof. Paiva Boleo nos dois trabalhos mencionados, contestando a influência açoriana no português do Brasil. Para ele a manifesta influência exercida nas ilhas pela emigração para o Brasil não foi recíproca, e as semelhanças de pronúncia, que se encontram nas duas linguagens, provem de causas gerais.

Segundo nos diz também visitou o Brasil em 1941.

O resultado dos seus estudos nos Açores e Madeira está sendo publicado com o título *Insular Portuguese Pronunciation* na *Hispanic Review*, tendo já saído a parte respeitante a este ultimo arquipélago.

O sr. Prof. Dr. Rogers liga grande atenção aos Açores, que bem conhece e a que está ligado por tradições de família. Dada a sua muita e especial competência em assuntos filológicos e o perfeito conhecimento que tem da nossa língua, que fala e escreve com absoluta correção, os seus trabalhos sobre a linguagem do povo ilhéu tem especial importância, tanto mais que ela está ainda tão pouco estudada por quem o saiba fazer.

Manuel C. Baptista de Lima, *Deux voyages Portugais de déconverte dans l'Atlantique Occidental*. Lisbonne, 1946.

Neste consciencioso estudo, separata do *Bulletin des études portugais*, trata-se das viagens de Diogo de Teive e de João Fer-

nandes Lavrador e Pedro de Barcelos, concluindo o autor, quanto à primeira, que Diogo de Teive, tendo por piloto Pero Vasquez de la Frontera, fez duas viagens, ou uma viagem em duas partes, em 1452 ou pouco antes; que a primeira foi efectuada na direcção sudoeste e no regresso descobriu as ilhas das Flores e Corvo, e a segunda na direcção noroeste, indo além do meridiano do Cabo Clear e voltando os navegadores convencidos da existência de terras ocidentais.

A respeito da viagem de João Fernandes Lavrador e Pedro de Barcelos, discute a data em que se realizou, a famosa demanda entre este e João Valadão, e quem deu o nome à Terra do Labrador.

Estes assuntos já foram tratados no Boletim do Instituto Histórico, pelos sócios Dr. Henrique Braz e Tenente-coronel José Agostinho — *João Fernandes Lavrador*, vol. 1.º, pág. 7, e *A propósito da descoberta pré-colombina de terras na América*, vol. 3.º, pág. 258; *Sobre a data da viagem de Pero de Barcelos e João Fernandes Lavrador*, vol. 1.º, pág. 41, *Diogo de Teive povoador da Terceira*, vol. 1.º, pág. 50.

O sr. Dr. Baptista de Lima chega agora a conclusões em parte diferentes das expostas e defendidas por aqueles nossos consócios, e, oportunamente, será feita mais detida análise do seu trabalho, que bem a merece pelo rigor do método, cópia de informações e pleno conhecimento do assunto que revela.

Joaquim Bensaude, *Estudos sobre D. João II*, Lisboa, 1946. Separata dos Anais da Academia Portuguesa de História, II série, volume I.

Por amável oferta do autor recebemos mais esta valiosíssima publicação do eminente historiador dos descobrimentos.

O sr. Dr. Joaquim Bensaude, glória da terra açoriana onde nasceu, que tem consagrado grande parte da sua vida e o melhor do seu intenso labor científico a reivindicar para Portugal a originalidade das navegações do século XV, trata neste estudo em que reuniu duas conferências sobre o *Roteiro da Flandres* e o *Tratado de Tordezas*, realizadas na Academia Portuguesa de História e a introdução dum livro do sr. Dr. Pedro Batalha Reis sobre o retrato de D. João II,

da política habilíssima do Príncipe Perfeito na empreza dos descobrimentos e do avanço da ciência náutica nacional nesse tempo.

Acidentalmente refere-se à colonização flamenga dos Açores e ao artigo do nosso malogrado e saudoso consócio, Dr. Henrique Braz, *A descoberta da Terra do Bacalhau*, publicado no vol. 2.^o, pág. 5, do Boletim, que elogiosamente aprecia, pondo em evidência a sua importância.

As palavras do sr. Dr. Joaquim Bensaude, por quem o Dr. Braz tinha a maior e mais justa admiração, honrando primeiro que tudo o autor do artigo, nosso nunca esquecido companheiro, honram igualmente o Instituto, que não pode ficar-lhes indiferente.

L. R.

Publicações recebidas

Por oferta e por troca com o Boletim do Instituto, receberam-se e muito se agradecem as seguintes publicações :

- Boletim Municipal da Prefeitura Municipal de Porto Alegre — Brasil — Vol IX — Ano VIII.
- Acerca do processo de formação dos solos açorianos pelo Eng. Silvicultor Orlando Vasconcelos de Azevedo — 1946.
- Alguns aspectos dos solos da região de Leiria por D. Luiz Bramão e Orlando de Azevedo — 1942.
- O Instituto — Revista científica e literária — Coimbra — Vol. 107 — 1946.
- Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa — Vol. 7 e 8 — 1946 — 64.^a série.
- Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores — Vol. 5 — 1947.
- Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa — Vol. 9 e 10 — 1946 — 64.^a série.
- Boletim de Trabalhos Históricos — Arquivo Municipal de Guimarães — Vol. X — 1945-46 — N.ºs 3-4.
- Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa — Vol. 11 e 12 — 1946 — 64.^a série.
- O Instituto — Revista científica e literária — Coimbra — Vol. 108 — 1946.
- Agronomia Lusitana — Estação Agronómica Nacional — Vol. 6 — N.º 3 — 1944.

- Agronomia Lusitana — Estação Agronómica Nacional — Vol. 6 — N.º 4 — 1944.
- Quarterly Journal of Current Acquisitions — Vol. 3 — N.º 4 — 1946.
- Almanaque de Rio Pardo — Dante de Laytano — 1946.
- Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa — Vol. 1 e 2 — 1946 — 64.^a série.
- Revista de História — Faculdade de Filosofia e Letras — Universidade de La Laguna — Vol. 76 — 1946.
- Arquivo do Distrito de Aveiro — Vol. 47 — 1946.
- O Roteiro de Flandres e D. João II por Joaquim Bensaude — Separata do Boletim da Sociedade de Geografia — 1946.
- Quarterly Journal — The Library of Congress — Vol. 2 — 1945 — N.ºs 3 e 4.
- Annual Report of The Librarian of Congress — 1944.
- Boletim da Junta de Província da Estremadura — Vol. XIII — 1946 — Série II.
- Boletim Municipal da Prefeitura Municipal de Porto Alegre — Brasil — Vol. IX — Ano VIII.
- Boletim da Comissão Provincial de Etnografia e História — Junta de Província do Douro Litoral — Vol. VII — 1947 — 2.^a série.
- Quarterly Journal the Library of Congress — Vol. 6.º — 1947 — N.º 1.
- Quarterly Journal the Library of Congress — Vol. 4.º — 1947 — N.º 2.
- Arquivo do Distrito de Aveiro — Vol. 48 — 1946.
- Revista Portuguesa de História — Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos — Vol. II — 1943.
- Revista de História da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de La Laguna — Vol. 75 — Ano XIX.
- Boletim da Comissão de Etnografia e História da Junta de Província do Douro Litoral — Vol. VI — 1946.
- Agronomia Lusitana — Estação Agronómica Nacional — Vol. 7 — N.ºs 1 e 2 — 1945.
- Boletim da Junta de Província da Estremadura — Vol. XII — 1946 — II série.
- Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa — N.ºs 3 e 4 — 1947.

- Correspondência Epistolar entre Emilio Hübner e Martins Sarmiento — (Sociedade Martins Sarmiento) — 1947.
- Revista de Guimarães — Sociedade Martins Sarmiento — Vol. LVI — 1946 — N.os 3 e 4.
- Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores — Vol. 6 — 1947.
- Insulana — Orgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada — Vol. III — N.º 1.
- Trabalhos de Antropologia e Etnografia da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia e do Centro de Estudos de Etnografia Peninsular — Vol. XI — 1947 — Fasc. 1-2.
- Revista de História — Universidade de La Laguna — Vol. 77 — 1947.
- Revista de História — Universidade de La Laguna — 1946 — Tomo XII.
- Revista de História — Universidade de La Laguna — Vol. 78 — 1947.
- Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa — N.os 5 e 6 — 1947 — 65.ª série.
- Um incunábulo columbino da Biblioteca Pública de Évora por Manuel C. Batista de Lima — 1947.
- Boletim da Junta de Província da Estremadura — Vol. XIV — 1947.
- Revista Petrus Nonius — Grupo Português da História das Ciências — Vol. VI — Fas. 3-4.
- Celebração Centenária dos Heróis pelo seu representante António Cabreira (Conde de Lagos) — 1941.
- Boletim Municipal da Prefeitura Municipal de Porto Alegre — Rio Grande do Sul — Brasil — N.º 26 — 1946.

Necrologia

Dr. Henrique Braz

A morte do Dr. Henrique Braz, figura de excepcional relêvo no nosso meio sob multiplos aspectos, constituiu uma grande e irreparavel perda para o Instituto Histórico da Ilha Terceira, que, desde a primeira hora, lhe mereceu desvelado carinho e dedicação, tendo publicado neste Boletim alguns dos seus magníficos trabalhos históricos.

Como noutro lugar se diz, o Instituto já deliberou prestar a devida homenagem à sua memória sempre viva entre nós, e no proximo futuro volume do Boletim lhe será feita justa referencia, limitando-nos por agora a exprimir nestas curtas linhas o nosso profundo desgosto pelo seu desaparecimento, e lamentar a sua falta.

Abade de Baçal

Com 82 anos faieceu em Bragança o P.^e Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal, erudito investigador da história trasmontana, arqueólogo, homem de profundo e raro saber, que deixou uma obra verdadeiramente monumental onde avultam os nove volumes das *Memórias Arqueológicas e Históricas do Distrito de Bragança*

Embora pela sua idade e estado de saude nos ultimos meses, a morte do douto abade não constituísse surpresa, a sua perda é lamentada por todo o país.

Nunca se ocupou de assuntos açoreanos, mas o desaparecimento do maior investigador da história local entre nós não pode passar sem referência no Boletim.

VIDA DO INSTITUTO

ACTA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 1947

No dia dois de Janeiro do ano de mil novecentos quarenta e sete se realizou no Salão da Junta Geral do Distrito Autónomo a reunião ordinária do Instituto Histórico da Ilha Terceira, sob a Presidência do Dr. Luís da Silva Ribeiro, achando-se presente a maioria dos sócios efectivos existentes.

Aberta a sessão às 20 horas foi lida e aprovada a acta da reunião anterior.

Leu-se o relatório da actividade do Instituto em 1946 e, trocadas impressões, resolveu-se continuar este ano a execução do plano estabelecido para o ano anterior,

Foram presentes e aprovadas as contas de gerência do ano findo.

Foi mais presente e aprovado o orçamento ordinário para o ano corrente que é como segue :

R E C E I T A

— Saldo do ano anterior	16.566\$86	
— Cotas de sócios	1.600\$00	
— Venda do Boletim	300\$00	
— Subsídio da Junta Geral.	<u>15.000\$00</u>	33.466\$86

D E S P E S A

— Publicação do Boletim em 1947 .	14.000\$00	
— Outras publicações	17.016\$86	
— Expediente	200\$00	
— Aquisição de objectos para o Museu	150\$00	
— Aquisição de mobiliário	50\$00	
— Despesas de instalação	50\$00	
— Remuneração a um escriturário .	700\$00	
— Remuneração a um servente . . .	300\$00	
— Cópia de documentos e manus- critos	1.000\$00	33.466\$86

Trocaram-se impressões sobre a actividade do Instituto, designadamente sobre a criação do Arquivo Distrital e Museu Regional, tendo o Presidente informado que o sócio Dr. Teotónio Machado Pires se havia encarregado de tratar o assunto em Lisboa, durante a sua estada aí como Deputado à Assembleia Nacional. Resolveu-se aguardar o resultado das suas diligências.

Mais informou o Presidente não ter saído ainda o volume quarto do Boletim por terem surgido dificuldades, em particular na aquisição de papel, mas estavam já resolvidas, não devendo demorar muito a publicação.

Foi encerrada a sessão às 21 horas e 30 minutos do que, para constar, se lavrou a presente acta.

(assinados) — *Luis da Silva Ribeiro*
José Agostinho

ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO INSTITUTO NO ANO DE 1947

No dia dois de Junho do ano de mil novecentos quarenta e sete, se realizou a segunda sessão ordinária do Instituto Histórico da Ilha Terceira na Sala das Sessões da Junta Geral do Distrito Autónomo,

sob a presidência do Dr. Luís da Silva Ribeiro, presentes os sócios Tenente-Coronel José Agostinho, Dr. Teotónio Machado Pires, Dr. Henrique Braz, Dr. Manuel de Sousa Menezes, Major Frederico Lopes, Dr. Elmiro Borges da Costa Mendes, Major Miguel Cristovão de Araujo e António Raimundo Belo, maioria dos que actualmente se encontram na ilha.

Aberta a sessão às 21 horas e 15 minutos, lida e aprovada a acta da sessão anterior, foi assinada.

Foram presentes diversos trabalhos para publicação no Boletim, a saber:

Padre Inocência Enes. «Tradições populares da freguesia dos Altares» (continuação).

Frederico Lopes. «A pesca na Ilha Terceira».

António Raimundo Belo. «Documentos relativos à emigração para o Brasil».

Dr. Manuel Menezes. «O problema da descoberta e povoamento dos Açores e em especial da Ilha Terceira».

Luís Ribeiro. «Cartas da América».

Foi mais presente um estudo do Professor Walter Spalding, de Porto Alegre, Brasil, oferecido ao Instituto — «Arcaísmos Portugueses na linguagem popular do Rio Grande do Sul» — Embora referente ao Brasil, resolveu-se publica-lo pela íntima relação que tem com o falar do povo da Terceira.

Resolveu-se agradecer ao Snr. Padre Inocência Enes o interesse que lhe tem merecido os trabalhos do Instituto, salientando que foi o único pároco do distrito que correspondeu ao seu apêlo, e a sua colaboração no Boletim.

O Snr. Dr. Teotónio Pires expôs as suas diligências em Lisboa para a criação do Arquivo Distrital, já deliberado pela Junta, e informou achar-se lavrado o Decreto em vias de publicação, bem como à organização do Museu Regional.

Resolveu-se agradecer ao Snr. Dr. Pires a atenção que lhe mereceu o pedido do Instituto e também ao Snr. Governador do Distrito Autónomo e Presidente da Junta Geral os seus bons officios.

Mais se resolveu saudar o General Snr. João de Almeida em breve esperado nesta Ilha em missão de estudos históricos militares, oferecer-lhe a colecção do Boletim e a colaboração do Instituto se dela carecer.

Deliberou-se ainda, uma vez criado o Arquivo, considerar sócio efectivo do Instituto, para todos os efeitos, o seu director.

Foram admitidos sócios contribuintes, os Senhores Coronel Henrique Linhares de Lima, Deputado à Assembleia Nacional, residente em Lisboa, Coronel Germano Serrão dos Reis Júnior, residente em Lisboa, Dr. João Homem de Menezes, residente em Angra do Heroísmo, Padre António Gonçalves dos Santos, Pároco do Porto Judeu e Luís Portugal Magalhães Brandão, residente em Angra do Heroísmo.

E não havendo mais nada a tratar foi encerrada a sessão às 23 horas, do que para constar se lavrou a presente acta.

(assinados) — *Luis da Silva Ribeiro*
José Agostinho

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 1947

No dia dezasseis do mês de Agosto de mil novecentos quarenta e sete, se realizou no Salão da Junta Geral do Distrito Autónomo uma sessão extraordinária do Instituto Histórico da Ilha Terceira, afim de se deliberar sobre a forma de prestar homenagem à memória do inesquecível e prestante sócio, Senhor Dr. Henrique Ferreira de Oliveira Braz, e organização do Museu Regional.

Presidiu o Presidente do Instituto, Sr. Dr. Luís da Silva Ribeiro, servindo de secretário, no impedimento do Senhor Tenente-Coronel José Agostinho, ausente da Ilha, o sócio Sr. António Raimundo Belo.

Presentes os sócios Senhores Dr. Cândido Pamplona Forjaz, Dr. Teotónio Machado Pires, Dr. Francisco Lourenço Valadão Júnior, Dr. Manuel de Sousa Menezes, Dr. Elmiro Borges da Costa Mendes, Major Miguel Cristovão de Araujo e Francisco Coelho Maduro Dias, assistindo também o Vice-Presidente da Junta Geral em exercício, Sr. Dr. Eliseu Pereira Pato Françaes.

Lida e aprovada a acta da sessão anterior foi assinada.

Aberta a sessão às 21 horas, o Sr. Presidente expôs os fins da reunião, informou ter pedido ao sócio honorário, Senhor Dr. José Bru-

no Carreiro para representar o Instituto no funeral em São Miguel, encargo que ele aceitou e leu um telegrama do Presidente do Instituto Cultural de Ponta Delgada, apresentando condolências.

Trocadas impressões sobre o assunto resolveu-se publicar, fora do Boletim, um *In Memoriam* com a colaboração dos sócios efectivos que queiram presta-la e mais convidar a colaborarem igualmente os Senhores Drs. Humberto de Bettencourt, José Bruno Carreiro, Luís Bernardo de Ataíde, Francisco Luís Tavares e Agnelo Casimiro, de Ponta Delgada, bem como os Senhores Drs. Júlio Dantas, Alfredo Pimenta, Joaquim Bensaude e Coronel Ferreira de Lima, além de outros que se julgue conveniente.

A execução desta deliberação fica dependente da Junta Geral custear as despesas com a publicação, pois para tanto são insuficientes as receitas ordinárias do Instituto, captivas à publicação obrigatória do Boletim, já no prélo.

Sobre a organização do Museu de Arte Regional, o Senhor Dr. Teotónio Machado Pires apresentou a seguinte proposta que foi aprovada :

PROPOSTA

Pelo n.º 6 do artigo 24.º do Estatuto dos Distritos Autónomos pertence às Juntas Gerais, no uso das atribuições de educação e cultura, deliberar sobre a criação e manutenção de museus de arte regional e de história natural, arquivos distritais e bibliotecas populares.

Quanto à criação do Arquivo Distrital já a Junta Geral pediu a sua criação, aguardando-se a publicação do respectivo Decreto-lei.

Resta agora que aquele Corpo Administrativo formule pedido de criação de um Museu de Arte Regional para que no nosso Distrito se complete uma sábia e fecunda política do espírito, tendente à máxima valorização dos nossos superiores interesses materiais e morais.

Assim :

— Considerando que numerosos objectos de valor artístico, histórico, etnográfico e numismático se encontram dispersos pelo Distrito, correndo o grave risco de desaparecerem ou serem destruídos ;

— Considerando que estes objectos constituem parte inestimável

do património cultural do Distrito e que, por consequencia, a sua perda seria irreparavel;

— Considerando que se torna necessário e urgente reuni-los, beneficia-los e expô-los, como elementos de cultura e instrumentos de progresso espiritual;

Tenho a honra de propôr :

Que à Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroismo, o Instituto Histórico da Ilha Terceira, solicite a criação de um Museu de Arte Regional, assumindo ela as responsabilidades e todos os encargos administrativos resultantes de tal criação.

Que na hipótese da aludida Junta Geral concordar com o nosso pedido, a deliberação criando o Museu, obedeça às seguintes bases que fundamentarão, nas Instâncias Superiores, o articulado do respectivo Decreto-lei:

I

O Museu de Arte Regional de Angra do Heroismo destina-se a recolher, organizar e expor objectos de valor artístico, histórico, numismático ou etnográfico.

II

A Administração do Museu ficará a cargo da Junta Geral do Distrito Autónomo de Angra do Heroismo, que nos seus orçamentos inscreverá as verbas necessárias para ocorrer a todas as despesas de instalação, incorporações, pessoal e expediente do referido Museu.

III

Recolherão obrigatoriamente ao Museu todos os objectos que nas condições da Base I, tenham ficado em Mosteiros ou Conventos por não terem sido retirados nos termos da Lei, desde que estes Mosteiros ou Conventos não tenham sido entregues à Igreja ou adquiridos por particulares.

IV

As entidades oficiais poderão depositar no Museu todos os obje-

ectos nas condições da Base I, considerados como dignos de serem expostos.

V

Os particulares poderão oferecer, doar ou legar ao Museu, objectos nas condições da Base I, ficando a sua aceitação dependente de deliberação da Comissão Executiva da Junta Geral nos termos legais.

VI

O quadro do pessoal do Museu deveria ser constituído por um Director e um servente.

O Director seria o Director do Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo, considerando-se o cargo de inerência e competindo-lhe a gratificação mensal de 300\$00, paga pela Junta Geral.

O servente seria contratado pela Junta Geral sob proposta da Direcção do Museu.

VII

De conformidade com as disposições legais applicaveis, especialmente com os Decretos n.os 11.445, de 13-12-1926, 15.216, de 14-3-1928, 20.985, de 7-3-1932 e 26.661, de 19-5-1936, poderá o Director do Museu promover junto do Ministério da Educação Nacional as necessárias diligências para o arrolamento de todos os moveis que devem ser considerados de grande valor para o património histórico e artístico da Nação.

Afigura-se-me que, uma vez que a Junta Geral concorde com o pedido do Instituto formulado nesta proposta, poderá ela solicitar na entidade competente do Ministério da Educação Nacional a publicação do respectivo Decreto-lei, criando o Museu Regional de Arte de Angra do Heroísmo.

Sala das Sessões do Instituto Histórico da Ilha Terceira, 16 de Agosto de 1947.—O Sócio, (assinado)—*Teotónio Machado Pires*.

Mais se resolveu enviar à American Geographical Society of New

York uma das colecções do Boletim existente no Arquivo, para troca com a coleção de «The Geographical Review».

Foi admitido sócio contribuinte deste Instituto Histórico, o Snr. Victor Moraes Judice da Costa, residente em Lisboa, bem como o Snr. Leônidas Mário das Neves, residente no Recife, Pernambuco, Brasil.

E não havendo mais nada a tratar foi encerrada a sessão do que, para constar, se lavrou a presente acta.

(assinados) — *Luís da Silva Ribeiro.*
António Raimundo Belo.

V Á R I A

A PORTA — NO ADAGIÁRIO, NA SUPERSTIÇÃO E NA LINGUAGEM POPULAR

Que as portas têm uma importância capital na habitação, é por demais sabido,

Examinando as mais antigas construções — no caso das nossas ilhas, os «palheiros» — verificamos que as janelas podiam não ter vidraças, podiam ser tão pequenas que não passassem de postigos ou podiam até não existir; o que neles não faltava nunca era a porta de madeira, às vezes precedida de cancela, com postigo ou sem êle, com ferrolho ou com simples aldraba — mas porta em qualquer dos casos, destinada ao desempenho cabal de suas funções seculares: reservar o acesso ao interior da habitação. Conforme essa missão era mais ou menos importante, assim a qualidade da porta e seus anexos variavam, desde a de pinho com tramela de correr, até a de cedro fechada a sete chaves...

E' claro que nem sempre a porta conseguiu cumprir inteiramente a sua missão, como o prova certa expressão que até nós chegou, para nos recordar talvez aqueles recuados tempos em que as rixas e desavenças entre «partidos», por causa dos festejos do Espírito Santo, conduziram as populações rurais aos mais condenáveis desacatos, nas próprias casas onde, simultaneamente, se rezava o terço, se cantava ao desafio e bailava a «campoina», desbragadamente, até altas horas da madrugada.

Se à festança assistiam então apenas os do partido, não sendo franqueada a entrada aos outros, estes, mordidos de raiva, rondavam cá fora premeditando vinganças.

Do facto de ficar a «copeira», na parede interior do «meio-da-casa» em frente à porta da rua, nasceu a curiosa expressão «porta-p'rá-copeira!» com que os descontentes designavam o acto pouco digno do arrombamento, que consistia em meter ombros à porta, levando-a de empurrão até à parede fronteira, isto é, até ao próprio sítio da «copeira».

Nessa altura, pelo visto, não cantavam, como nos «Reises», aquela famosa cantiga:

*O' senhor dono da casa,
Porta aberta, luz acêsa...*

— abriam-na êles por conta própria, correndo todos os riscos.

Outras funções porém desempenhava a porta, que nada tinham que ver com as que na origem lhe foram atribuídas.

Nas adegas, por exemplo, serviu ela — e serve ainda hoje — para apontar a gis, com riscos e «bôlhas», o vinho que delas sai na roda do ano, ou para ir marcando as «canadas» e os potes que escorrem do lagar, no tempo alegre das vindimas.

Nas tabernas, registava vezes sem conta os fiados aos freguêses e era livro de escrita onde o dono lia melhor e mais depressa que em livro aberto...

Mas não é da boa ou má qualidade

dos materiais empregados na construção dela que vimos tratar, nem mesmo da serventia que possam ainda dar-lhe, além da que é de uso tradicional e para a qual foi certamente criada.

O que se procurou considerar neste trabalho foi a importância que a porta teve na vida, e a influência que exerceu na superstição e na linguagem corrente, em especial na parte referente ao adagiário popular.

São bem conhecidas as expressões: *por portas travessas, dar ou levar com a porta na cara, de porta em porta, à porta fechada, fora de portas, de portas a dentro, abrir a porta aos abusos, bater a boa porta, deixar uma porta aberta, estar às portas da morte ou com a morte a bater-lhe à porta, ser visinho de ao pé da porta, tomar as portas todas, tapado como uma porta, sair pela porta do cavalo, dar com as ventas na porta, bater em porta de quinta, enganar-se no numero da porta, etc., etc.*

Na superstição também, a porta tem um importante papel a desempenhar.

Para evitar que as feitiçeras «entrem» com uma pessoa, coloca-se no chão, *detrás da porta*, uma faca com o gume para cima.

Para conhecer se a mulher que entrou na nossa casa é feitiçeira, lança-se mostarda *à porta* do quarto onde estiver, porque se o fôr, toda a gente poderá de lá sair menos ela. Para que as coisas corram bem, deve-se *entrar a porta* com o pé direito. *Atrás da porta* se põe a vassoura com a rama para cima ou se espeta uma tesoura quando a visita é importuna. *Atrás da porta* se prega a ferradura velha para dar felicidade ao lar, e *à porta da rua* se pendura a saquinha das ervas para evitar

os maus olhados e afugentar as feitiçeras.

Mas a porta ocupa ainda lugar preponderante no adagiário popular.

Lembremos alguns provérbios, dentre os muitos que dela nos falam :

- Deus não fecha uma porta que não abra um postigo.
- Tão ladrão é o que vai à horta como o que fica à porta.
- O que tiver de ser, à porta virá ter.
- Casa varrida, cisco à porta.
- Quem à minha porta não vem, à sua não me quer também.
- Antes pai ao longe que mau visinho à porta.
- Gato de fora, mia à porta e vai-se embora.
- Gaivotas pelas portas, água pelas grotas.
- Depois de roubado, trancas na porta.
- Fecha a porta e dá-me a chave : quem vier que bata.
- Não me serve a chave que muitas portas abre.
- Sogra . . . nem de barro à porta.

- Numa porta se põe o ramo,
noutra se vende o vinho.
- P'ra baixo, porta sim porta não ;
p'ra cima, todas a oito.
- Quem vier atrás
que feche a porta.
- A' porta do açougue
está o diabo feito vaca.
- Dor de mulher morta
dura até à porta.
- Casas velhas,
portas novas.
- Só quando chove
é que lhe passa a água à porta.
- Tudo que quizeres farei,
casa de duas portas não guardarei.

E os ferrolhos ? e as fechaduras ? e as aldrabas ? e os espelhos que com tão variadas formas aparecem nas portas, sejam elas lisas e despretenciosas ou prenhes de almofadas imponentes, goivadas a capricho por vaidoso e paciente entalhador ?

Não ! A porta não é tão *impenetrável* como à primeira vista parece. O que é preciso é saber desvendar-lhe os segredos...

Frederico Lopes Jr.

A IGREJA E A PARÓQUIA DE S.^{ta} LUZIA.

O «Arquivo dos Açores», em nota a respeito do Bispo D. Manuel de Gouveia (tomo II, pág. 144) diz que este Prelado «erigiu, na Ilha Terceira, a

paroquial de S.^{ta} Luzia, como refere Drummond,» sem dizer em que data.

Há também uma tradição entre nós que não é verdadeira, a de que a igreja de S.^{ta} Luzia era a capela do Palácio do Conde da Praia, que ali existia perto.

Ora, em documentos existentes no Cabido (cart. relativa ao século 16.º) temos notícia exacta sobre o assunto :

-- O campo para a ermida de S.^{ta} Luzia foi doado por Joana Fernandes, viuva de Francisco de Melo, a 21 de novembro de 1551, para substituir uma capela que ali havia da mesma invocação.

— O curato de S.^{ta} Luzia foi desmembrado da Paróquia da Sé e elevado a Paróquia, por Decreto de 23 de maio de 1595, a pedido do Bispo D. Manuel de Gouveia, que lhe marcou os limites, a saber : -- «Desde a rua de Ramos (?) Gomes, d'ambas as bandas até á casa de Jorge de Lemos Betencourt e daí á serra em linha direita ; e pela debaixo, desde o chafaris, correndo pela rua do Rego, d'ambas as bandas, até ás casas do Almoçarife e d'ellas até ao Castello (dos Moinhos) e deste, até á Serra, cortando com a ribeira e levada dos Moinhos».

O motivo por que foi desmembrada da freguesia da Sé foi ter esta quasi cinco mil almas ao todo e dois mil soldados na Fortaleza, os quais iam todos confessar-se á Sé e dali saíam os Sacramentos para toda a área.

Ficou como 1.º Pároco, o cura que ali estava, P.^e Manuel de Araujo.

Pelo referido Bispo, foi mandado emprestar um sino da Sé, á nova paróquia de S.^{ta} Luzia, até que S. Magestade fornecesse esta igreja dos sinos necessários.

C. P.

O PÃO

Os primeiros povoadores da Terceira não tiveram de modificar grandemente a sua alimentação, pois nela encontraram a possibilidade de produzir tudo o que se produzia no continente, menos o azeite que foi substituído pela banha.

Ha, porem, que distinguir entre a gente pobre e a rica e mesmo entre a da cidade e das freguesias rurais.

Na alimentação do povo deviam predominar os alimentos de origem vegetal. O uso da carne, a-pesar da abundancia de gado, era muito limitado. Gaspar Frutuoso diz haverem na ilha 17 açougues, e mais 5 na cidade, nos quais se matavam 20 rezes por semana; e Linschot, mostrando apreciar as batatas, batata doce sem duvida, pois a inglesa só foi introduzida em 1789, diz que o povo fazia largo consumo dela.

Do peixe, informa o P.^e Cordeiro, que o povo comia sobre tudo sardinhas, cavalas e chicharros, isto é o mais barato e ordinário.

Em meados do século XIX a gente do campo passava a pão de milho, hortaliças, legumes, aboboras, batatas e mogangos, e bebia leite, como se lê nos *Annaes do Municipio* (1847-1868), manuscrito existente no arquivo da Camara Municipal de Angra.

A base da alimentação devia sempre ter sido o pão.

O pão de milho só foi usado de meados do século XVII em diante, pois o P.^e Cordeiro, que nasceu em 1656, ainda se lembrava de não haver o maiz.

Que espécie de pão é o que se ignora. Pão de trigo, naturalmente misturado com centeio, como no continente, embora, pela abundancia do

trigo, devesse ser melhor do que o que se comia em Lisboa nos fins do século XVI, tão ordinário que os embaixadores de Veneza dizem ser feito com fatinha de trigo não joirado, conservando os lixos da eira.

Numa postura de 1655 no concelho de Angra (Livro 4.^o de Registo do Arquivo da Camara) fala-se em molête e pão de calo.

Molête era o pão branco, a que hoje se chama pão alvo, tendo esquecido a antiga designação ainda conservada no Norte do país, Porto, Melgaço, Baião, Santo Tirso, Guimarães, (*Revista Lusitana*, XVIII-195; Leite de Vasconcelos, *Opúsculos*, II, *Ensaio Etnográfico*, III-376) bem como em castelhano e galêgo.

O cancioneiro guarda referências a ele, por exemplo nesta quadra recolhida pelos srs. Drs. Joaquim e Fernando Pires de Lima e publicada nas *Tradições Populares de Entre-Douro-e-Minho*.

O meu amor é do Porto
E é meio cidadão,
Anda afeito a molête
Já não quer comer o pão.

Ao pão alvo chamam tambem na Terceira, em especial ao feito nas padarias, *candôco*, forma popular de *fanôco*, que Candido de Figueirêdo regista como significando grande pedaço de pão.

O pão de calo, consoante julga Moraes no *Dicionário* (ed. de 1813), como o *pão bregado*, forma que se encontra em antigos documentos segundo in forma Viterbo no *Elucidário* veb. *brancagem*, era o pão de rala ou de mistura, e Adolfo Coelho no *Dicionário*

Etimológico define-o — «pão muito amassado de massa testa que não mostra olhos depois de partido».

Gil Vicente refere-se-lhe na *Farça dos Almocreves*:

Se não tiver que vos venda,
Vinho a seis, cabra a três,
Pão de callo, filhos de manteiga.

e António Prestes no *Auto do Procurador*:

Jesu! primo, que regalo
trazeis cá de pão de callo;
tem esta teira estes limões?

O povo já o não usa nem fala nele.

Luís Ribeiro.

UMA ANTIGA CARTA DA TERCEIRA

Luís Teixeira, piloto português, por volta de 1587, desenhou uma carta náutica da ilha Terceira, por encomenda do Gran-Duque da Toscana, que hoje se encontra na Biblioteca de Florença.

Nela indica diversas povoações da ilha e o numero de habitantes de cada uma a saber: — Altares, 40, Bom Jesus 100, Agualva 60, Vila Nova 50, São Sebastião 80, Santo António (Porto-Judeu) 20, São Mateus 20, Santa-Bárbara 60, Folhadais, 40, Angra 3.000 e Praia 1.000.

Em nota à carta diz a ilha a mais forte e mais fértil, sendo a que melhor se pode defender no arquipélago.

Rica em pão, vinho, frutas, carnes e peixe, a ela vinham abastecer-se todas as armadas. Refere-se à cultura e expor-

tação do pastel para tinturaria na França, Flandres e mais países do norte.

Além das facilidades de abastecimento, as armadas encontravam seguro ancoradouro por ter dois portos, um junto da cidade de Angra, outro no Fanal, de ambos os lados da ponta do Monte Brasil, além de bom ancoradouro na Praia.

Diz ainda que à ilha do Bom Jesus chamam vulgarmente Terceira, por ter sido a terceira a ser descoberta, depois de São-Miguel e Santa Maria.

A nota e a carta foram publicadas nos *Documentos para o estudo das relações culturais entre Portugal e Itália* publicados por Henrique Trindade Coelho e Guido Battelli, vol. 2º, Firenze, 1934.

L. Ribeiro.

O RAMO NAS TAVERNAS

Por toda a parte, desde antigos tempos, havia o costume de assinalar as lojas que vendiam vinho com um ramo na porta, ramo que, na Roma pagã, era de louro ou pinheiro e também de hera, plantas consagradas a Baco (*Revista Lusitana*, XXIII-125).

Em Portugal, no continente, usou-se igualmente e, no século XVI era de pinheiro.

A ele alude Gil Vicente no *Pranot de Maria Parda*:

Rua de Cata-que-farás,
Que te farei e que farás!
Quando vos vi tais chorei
E tornei-me para trás.
Que foi do vosso bom vinho
E tanto ramo de pinho,
Laranja, papel e cana,
Onde bebemos Joanna
E eu cento e um cinquinho.

e noutro fugar

O' travessa zanguizarra
De mata-porcos escura,
Que é da vossa ventura,
Com ramos de barra a barra ?

Parece que tinha character policial a obrigatoriedade do ramo imposta pelas posturas municipais de várias localidades. Destinava-se a assinalar, por forma bem visível as lojas onde se vendia vinho e onde, por isso, seriam mais frequentes as desordens.

Em Lisboa obrigava a ele o Regimento da arrecadação dos impostos de 27 de Março de 1793 no *Systema* ou *Collecção de Regimentos* de Coelho de Sousa, mas por edital da mesma data foi substituído por tabolêta pintada (*Systema*, IV, 245).

Na Terceira as posturas da Camara de Angra de 1655 impunham a obrigação: «Nenhuma peço a venda vinho sem ter ramo a porta, e quem o contrario fizer pagara de couma coatro sentos reis.»

As posturas de 1788 substituíram-no pela tabolêta.

«Que nenhum vendeiro ou vendeira venda em logea publica sem ter tabolêta na porta .», disposição genérica e não apenas para as lojas de venda de vinho.

Subsistiria o ramo ?

E' de presumir que sim, embora a lei o não impuzesse, dado o facto de ter chegado até aos nossos dias. Ainda hoje nas mercearias (vendas) das freguesias rurais, quando ha a venda vinho novo, põe-se na porta um ramo de parreira, e o mesmo se pratica nas tascas ou vendas ambulantes, improvisadas nas touradas e arraiais, para venda de vinho e petiscos, cuja insignia comercial é uma bandeira branca com desenhos e dizeres apropriados.

Em Ponta-Delgada, segundo o testemunho dos irmãos Bullar, em 1838, usavam um ramo de faia verde, e, se se vendia aguardente, juntavam-lhe um ramo de buxo (*Insulana*, II-427).

O costume deu origem ao dizer do povo, quando alguém faz uma cousa e simula fazer cousa diferente: —«Vende o vinho numa banda e põe o ramo na outra».

L. Ribeiro.

INDICE

Autores

Belo (António Raimundo)

- Relação dos emigrantes açorianos de 1771 a 1774, para os Estados do Brasil, extraído do Livro de Registos de Passaportes da Capitania Geral dos Açores 165

Costa (Euclides Goulart da)

- Mais emigrantes, problema vital do Brasil 215

Enes (P.^e Inocêncio)

- Tradições populares da freguesia dos Altares (2.^a parte) 177

Lopes Jr. (Frederico)

- *Vária*. A porta — no adagiário, na superstição e na linguagem popular 281

Menezes (Dr. Manuel do)

- O problema da descoberta e povoamento dos Açores e em especial da Ilha Terceira 1

Pereira (Cónego J. Augusto)

- Subsídios para a história da Diocese de Angra 206
- *Vária*. A igreja e a paróquia de Santa Luzia 283

Ribeiro (Luís)

- Cartas da América 231
- Dois documentos respeitantes a Francisco de Salinas 261
- *Vária*. O pão 284
- Uma antiga carta da Terceira 285
- O ramo nas tavernas 285

Spalding (Walter)

- Arcaísmos portugueses na linguagem popular do Rio Grande do Sul 122

Assuntos

Artigos :

O problema da descoberta e povoamento dos Açores e em especial da Ilha Terceira, pelo Dr. Manuel de Menezes	1
Arcaísmos portugueses na linguagem popular do Rio Grande do Sul, por Walter Spalding	122
Relação dos emigrantes açorianos de 1771, a 1774, para os Estados do Brasil, extraído do Livro de Registos de Passaportes da Capitania Geral dos Açores, por António Raimundo Belo . . .	165
Tradições populares da freguesia dos Altares, pelo P. ^e Inocêncio Enes (2. ^a parte).	177
Subsídios para a história da Diocese d'Angra, pelo Cônego J. Augusto Pereira	206
Mais imigrantes, problema vital do Brasil, por Euclides Goulart da Costa, Cônsul de Portugal em S. Paulo.	215
Cartas da América, pelo Dr. Luís da Silva Ribeiro	231

Documentos :

Provanças que fez João Homem na cidade de Lisboa aos 13 dias do mez de Julho do ano de 1527.	248
A quebra de Escudos	255
Dois documentos respeitantes a Francisco de Salinas, por L. Ribeiro	261

Bibliografia	265
-------------------------------	-----

Publicações recebidas	269
--	-----

Necrologia :

Dr. Henrique Braz	272
Abade de Baçal	272

Vida do Instituto :

Actas das reuniões.	273
-----------------------------	-----

Vária :

A porta — no adagiário, na superstição e na linguagem popular — Frederico Lopes Jr.	281
A igreja e a paróquia de Santa Luzia — C. P.	283
O pão — Luis Ribeiro	284
Uma antiga carta da Terceira — L. Ribeiro	285
O ramo nas tavernas — L. Ribeiro	285

